



**Faculdade de Letras e Ciências Sociais**  
**Departamento de Sociologia**

TESE DE DOUTORAMENTO EM DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE

**RESILÊNCIA: O CASO DA INTRUSÃO INTERMINÁVEL NA VIDA  
SOCIOECOLÓGICA DO PARQUE NACIONAL DE LIMPOPO EM  
MOÇAMBIQUE**

Estudante: Esperança Rui Colua de Oliveira

Supervisor: Prof. Doutor Marlino Mubai, UEM – Universidade Eduardo Mondlane



TESE DE DOUTORAMENTO EM DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE

**RESILÊNCIA: O CASO DA INTRUSÃO INTERMINÁVEL NA VIDA  
SOCIOECOLÓGICA DO PARQUE NACIONAL DE LIMPOPO EM  
MOÇAMBIQUE**

Tese apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Doutora em Desenvolvimento e Sociedade na Universidade Eduardo Mondlane

Candidata: Esperança Rui Colua de Oliveira

Supervisor: Prof. Doutor Marlino Mubai, UEM – Universidade Eduardo Mondlane

Maputo, Abril, de 2023

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

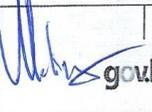
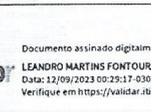
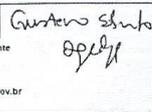
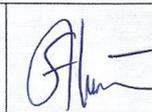
DOUTORAMENTO EM DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE

RESILÊNCIA: O CASO DA INTRUSÃO INTERMINÁVEL NA VIDA  
SOCIOECOLÓGICA DO PARQUE NACIONAL DE LIMPOPO EM MOÇAMBIQUE

Tese apresentada à Faculdade de Letras e Ciências Sociais da  
Universidade Eduardo Mondlane em cumprimento parcial dos  
requisitos exigidos para a obtenção do grau de Doutora em  
Desenvolvimento e Sociedade sob orientação do Professor  
Doutor Marlino Mubai.

**Autora:** Esperança Rui Colua de Oliveira

**Supervisor:** Marlino Mubai. PhD

Júri					Data
		 Documento assinado digitalmente LEANDRO MARTINS FONToura Data: 12/09/2023 09:29:17-0300 Verifique em <a href="https://validar.it.gov.br">https://validar.it.gov.br</a>			02.03.2023
Presidente	Supervisor	Arguente Principal	Arguente Externo	Arguente Interno	

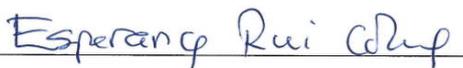
Digitalizada com CamScanner

Digitalizada com CamScanner

### DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

“Declaro que esta Tese nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau académico ou num outro âmbito e que ela constitui resultado do meu trabalho individual. Esta Tese é apresentada em cumprimento integral dos requisitos para a obtenção do grau de Doutora em Sociologia, da Universidade Eduardo Mondlane”.

Assinatura da Candidata

  
\_\_\_\_\_  
(Esperança Rui Colua de Oliveira)

## AGRADECIMENTOS

Os meus sinceros agradecimentos a todos que me apoiaram incondicionalmente. A Deus, pela saúde e força que me concedeu para abraçar este desafio. Estou muito grata às comunidades do PNL, em particular as de Massingir-velho, Bingo e Machaule pela disponibilidade em me receber e colaborar em todo processo de recolha de dados.

Ao meu supervisor, Professor Marlino Eugénio Mubai, por ter aceitado o desafio de supervisionar esta pesquisa, pelo acompanhamento em todas as fases, desde o período lectivo, onde foi partilhando a literatura relacionada com o fenómeno em estudo. Nesta caminhada não faltaram momentos de frustração e desânimo, porém o supervisor esteve sempre presente, dando o seu encorajamento e sempre mostrando o lado positivo de cada obstáculo. Professor Marlino, muito obrigada!

Os recursos materiais e financeiros são um elemento crucial para a realização de qualquer pesquisa, por conta disso, vai o meu agradecimento à Direcção Científica da Universidade Eduardo Mondlano, pela disponibilização de fundos para a realização da pesquisa. Igualmente, quero agradecer ao coordenador de Programas do Comité Ecuménico de Moçambique (CEDES), o Engenheiro Teodósio Bento Jeremias, e ao Senhor João Bernardo Ngoca, oficial do projecto Hluvuka do CEDES baseado em Massingir, pela disponibilização de transporte durante o processo de recolha de dados. Vai também o meu muito obrigada à equipa do CEDES pelo apoio na disponibilização dos contactos dos actores chave para a pesquisa e também pela disponibilidade contínua na prestação de qualquer informação relacionada com o PNL. A toda equipa do CEDES baseada em Massingir, vai o meu muito obrigada.

A equipa que apoiou durante o processo de recolha de dados, os senhores Paulo Daniel Davuka e Salvador António, pelo trabalho árduo, sem finais de semana, somente com hora de início das actividades e sem previsão do fim, no entanto, nunca mostraram qualquer desânimo, mantendo sempre o bom humor e boa disposição na busca de toda informação. Pelas estratégias para melhor obter a informação, vão meus profundos agradecimentos.

Não deixaria de agradecer a pronta colaboração da equipa da administração do Parque Nacional de Limpopo, em particular o senhor Agostinho Chambule, responsável pelo processo de reassentamento, pela abertura e colaboração durante o processo de levantamento de dados.

A plataforma da sociedade civil, em particular a senhora Cidália (membro da plataforma) e o senhor Paulo Xivite (coordenador da Plataforma da sociedade civil em

Massingir), pela constante disponibilidade em partilhar toda informação solicitada no âmbito da pesquisa.

À Dr.<sup>a</sup> Karin Fiege vão os meus agradecimentos pelo incentivo para fazer este Doutoramento e também pelo apoio na revisão da tese. A Professora Doutora Kei Otsuki, pelo apoio no processo de publicação de artigos científicos vai igualmente o meu muito obrigada. Uma palavra de apreço ao Dr. Diogo Milagre pelo apoio prestado na revisão linguística desta tese.

Aos meus colegas do Doutoramento em Desenvolvimento e Sociedades, em particular a Luisa Chicamisse Mutisse pela constante disponibilidade em partilhar literatura, oportunidades para a publicação de artigos e também pelos momentos de conversa que sempre serviram de motivação durante esta longa jornada. A todos que directa ou indirectamente contribuíram para a realização deste trabalho, vai o meu muito obrigada.

Ao meu esposo, Domingos Norberto de Oliveira, vai um muito obrigada pela motivação e pelo apoio durante todo o processo. Às minhas filhas, Érica Domingos de Oliveira e Vânia Larissa Colua de Oliveira, pela paciência e tolerância em relação à minha ausência em momentos em que precisavam do meu apoio e não o puderam ter.

## RESUMO

O estabelecimento de áreas protegidas em zonas com assentamentos humanos, traz consigo grandes desafios no equilíbrio entre o bem-estar das comunidades e a conservação da biodiversidade. As dinâmicas destas áreas conduzem a mudanças que afectam a estrutura social das comunidades locais. Na perspectiva de restabelecer um equilíbrio sócio-ecológico, as comunidades tendem a encontrar mecanismos de adaptação à realidade imposta pela transformação das suas zonas de residência em áreas de conservação. Este estudo, analisa a Resiliência das Comunidades do Parque Nacional de Limpopo em relação as mudanças resultantes da criação desta área de protecção. O mesmo, parte do pressuposto de que a criação deste Parque afectou os aspectos socioeconómicos e culturais das comunidades, entretanto, estas encontraram estratégias de adaptação para restabelecer o funcionamento da sua estrutura social. O estudo foi feito à luz da teoria sistémica, com intuito de compreender as relações de interação que caracterizam a Resiliência. A pesquisa faz uma combinação da abordagem qualitativa e quantitativa, baseada num estudo de caso, assente na revisão da literatura, administração de inquéritos, entrevistas semiestruturadas e grupos focais. O estudo conclui que a criação do Parque desproveu as comunidades dos seus meios de vida, perturbou o sistema de crenças e governação, afectando a organização e o funcionamento da estrutura social das comunidades. Entretanto, as comunidades desenvolveram estratégias de adaptação que asseguram o funcionamento da sua estrutura social. Assim, as comunidades Parque Nacional de Limpopo se mostram resilientes às dinâmicas impostas pelas políticas de conservação na região.

*Palavras-chave:* Parque Nacional de Limpopo, Reassentamento, Estratégias de adaptação, Resiliência, Sistema Social



## ABSTRACT

The establishment of protected areas in areas with human settlements brings enormous challenges to the equilibrium between the wellbeing of communities and biodiversity conservation. The dynamics of these areas lead to changes that affect the social structure of the local communities. In the perspective of establishing a socioecological equilibrium the communities have developed mechanism of adaptation to the reality imposed by the transformation of their residential areas in conservation sites. This study analyses the resilience of the Limpopo National Park communities to changes brought about by the transformation of their residential area in protected area. It departs from the premise that the establishment of the Park affected the communities socially, economically and culturally yet, they developed adaptation strategies to reestablish the normal functioning of their social structure. The study builds from systemic theory to comprehend the relations of interaction that characterize community resilience. Methodologically the study relies on the combination of qualitative and quantitative methods, case study, literature review, inquiries, semi-structured interviews and focus group discussions. It concludes that the establishment of Park deprived local communities from their livelihoods, it disturbed the system of beliefs and governance thus, affecting the organization and functioning community's social structure. Nevertheless, the communities developed adaptation strategies that allowed the social structure to bounce back. Thus, the communities of Limpopo National Park appear to be resilient to changes brought about by the intricacies of the policies of conservation in the region.

***Key words:*** Limpopo National Park, Resettlement, Resilience, Adaptation Strategies



## ÍNDICE

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>v</b>
<b>Resumo</b> .....	<b>vii</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>ix</b>
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	<b>xv</b>
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	<b>xvii</b>
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	<b>xix</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....	<b>xxi</b>
<b>GLOSSÁRIO DE SIGLAS</b> .....	<b>xxiii</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO I: QUADRO TEÓRICO</b> .....	<b>45</b>
1.1. Abordagens e Teorias .....	45
1.1.1. Abordagem Sistémica.....	45
1.1.2. Teoria Geral dos Sistemas (TGS).....	47
1.1.2. 1. Modelos de Abordagem da Teoria Geral dos Sistemas .....	50
1.3. Conceitos Centrais da Pesquisa e sua operacionalização .....	54
1.3.1. Origem e Interdisciplinaridade do Conceito de Resiliência .....	55
1.3.2. Abordagens Teóricas da Resiliência.....	58
1.3.3. Abordagem Comunitária da Resiliência.....	60
1.3.3.1. Modelos Teóricos da Resiliência Comunitária .....	64
1.3.4. Determinantes da Resiliência: Risco, Protecção e Vulnerabilidade.....	69
1.3.5. Mudança Social .....	72
1.3.6. Conceito de Estrutura Social .....	74
1.3.6.1. Elementos da Estrutura Social e as Interações Sociais.....	77
1.3.7. Processo de adaptação dos sistemas sociais pós-mudança.....	78
1.3.7.1. Estratégias de Adaptação (Coping) .....	79
1.3.7.1.1. Migração como uma estratégia de adaptação.....	84
1.3.8. Elementos Essenciais para o desenvolvimento da Resiliência .....	85
1.3.8. A Resiliência como um fenómeno mensurável .....	89
1.3.9. Modelo Empirico para Operacionalização de Conceitos e Teóricas.....	93
Figura 8: Esquema de Operacionalização de Conceitos.....	95
<b>CAPÍTULO II: PROBLEMATIZAÇÃO E METODOLOGIA DO ESTUDO</b> .....	<b>96</b>
2.1. Problematização.....	96
2.2. Pergunta de Partida, Hipóteses, Variáveis e Objectivos da Pesquisa.....	100
2.3. Metodologia da Pesquisa.....	103
2.3.1. Tipo de Pesquisa.....	104
2.3.2. Etapas da Pesquisa.....	106

2.3.4. Métodos e amostra.....	108
2.3.5. Técnicas de Recolha de Dados .....	112
2.3.6. Área de Estudo .....	113
2.4. Ética de Pesquisa .....	118
2.5. Constrangimentos durante a pesquisa .....	119
<b>CAPÍTULO III: EFEITO SOCIO-CULTURAL E ECONÓMICO DA CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DE LIMPOPO.....</b>	<b>121</b>
3.1. Contexto .....	121
3.2. Mudanças Socioeconómicas e Culturais na vida das comunidades .....	125
3.2.1 Tempo de Permanência das famílias na área de estudo.....	125
3.2.2. Tamanho e Composição dos Agregados Familiares .....	128
3.2.3. Idade dos membros das famílias.....	132
3.2.4 Liderança das Famílias na Área de Estudo.....	133
3.2.5. Estado Civil dos Chefes dos Agregados Familiares.....	135
3.2.6. Tomada de decisão nas famílias .....	138
3.2.7. Tradições e Crenças das Comunidades do PNL.....	140
3.2.8. Redes de Apoio Social.....	131
3.2.9. Relações de confiança entre comunidade, Líderes Comunitários e Administração do Parque.....	133
3.2.10. Poder dos Chefes das Terras nos Locais de Reassentamento.....	134
3.2.11. Acesso aos Recursos Naturais .....	135
3.2.11.1. Impacto sobre a Prática da Agricultura.....	135
3.2.11.2. Impacto sobre a Pecuária.....	138
3.2.11.3. Limitação da prática da caça .....	141
3.2.11.4. Acesso limitado aos locais para a prática da pesca.....	142
3.2.11.5 Limitação do Acesso as Plantas Medicinais e recursos florestais .....	142
3.2.11.6. Limitação do acesso a terra para habitação.....	143
3.2.12. Impacto do PNL sobre o Trabalho Sazonal ou Permanente na África do Sul .....	144
3.2.13. Turismo.....	145
3.2.14. Impacto sobre o Rendimento dos agregados familiares .....	147
3.2.15. Acesso aos Serviços Sociais Básicos.....	149
3.3. Magnitude do Impacto das Mudanças sobre a vida das comunidades .....	153
<b>CAPÍTULO IV: ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO DAS COMUNIDADES ÀS DINÂMICAS DO PNL.....</b>	<b>157</b>
4.1. Estratégias de Adaptação adoptadas pelas comunidades .....	157
4.1.1 Mitigação dos efeitos da criação do PNL sobre a prática da Agricultura .....	158
4.1.2. Estratégias sobre o impacto na Pecuária.....	162

4.1.2.1. Venda de Animais domésticos .....	163
4.1.3. Prática do Comércio Informal .....	166
4.1.4. Trabalho Sazonal fora do Parque.....	168
4.1.5. Consumo de Frutas Silvestres .....	169
4.1.6. Estratégias de mitigação da limitação do acesso as Plantas Medicinais no Parque .....	170
4.1.7. Alternativa à limitação do acesso aos locais sagrados .....	172
4.1.8. Os Cultos religiosos como uma estratégia de adaptação emocional .....	173
4.1.9. Criação de Novas Redes Sociais .....	175
4.2. Análise dos Indicadores da Resiliência Comunitária no PNL.....	177
<b>CAPÍTULO V: FACTORES QUE INFLUÊNCIAM A RESILIÊNCIA DAS COMUNIDADES NO PARQUE NACIONAL DE LIMPOPO .....</b>	<b>181</b>
5.1. Contexto .....	181
5.2. Factores que Influenciam a Capacidade de Resiliência das Comunidades do PNL .....	181
5.2.1. Factores de Protecção à Resiliência Comunitária no Parque Nacional de Limpopo .....	182
5.2.1.1. Atributos Pessoais .....	182
5.2.1.2. Coesão Familiar nas Comunidades do PNL .....	183
5.2.1.3 Flexibilidade e Adaptabilidade da Estrutura Social das Famílias.....	183
5.2.4.1. Apoio das Organizações da Sociedade Civil (OSC) .....	184
5.2.4.1. Benefícios de Comunidades Residentes em Áreas de Conservação (20%).....	191
5.2.6. Turismo Comunitário .....	194
5.2.7. Oportunidade de Emprego no Interior do Parque.....	197
5.3. Factores de Risco à Resiliência .....	198
5.3.1. Baixo Nível de Escolaridade e Habilidades para a Vida dos Membros da Comunidade.....	199
5.3.2. Associação das relações de Género às estratégias de Adaptação .....	200
5.3.3. Limitação de Oportunidades de Emprego no PNL.....	200
5.3.4. Morosidade do Processo de Reassentamento e não Cumprimento das Promessas Feitas.....	201
5.3.5. Conflito Homem Fauna Bravia.....	203
5.3.6. Estiagem .....	204
5.3.7. Inundações e Pragas.....	206
5.3.7. Fraca comunicação entre o PNL e as comunidades .....	208
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>211</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>215</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>227</b>

<b>Anexo 1: Guião de Entrevistas aos agregados familiares .....</b>	<b>227</b>
<b>Anexo 2: Questionário aos agregados familiares.....</b>	<b>227</b>
<b>Anexo 3: Guião de Entrevistas aos Líderes Comunitários .....</b>	<b>227</b>
<b>Anexo 4: Guião de entrevistas a Adiminitração do Parque Nacional de Limpopo...</b>	<b>227</b>
<b>Anexo 5: Guião de Entrevista às Organizações da Sociedade Civil .....</b>	<b>227</b>
<b>Anexo 6: Consentimento Informado.....</b>	<b>227</b>

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Indicadores da Resiliência Comunitária.....	91
Quadro 2: Total de AgF envolvidos por Comunidade .....	111
Quadro 3: Distribuição da amostra qualitativa por comunidade .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Quadro 4: Total de Migrantes Laborais na RSA nos últimos 10 anos (2011-2020) .....	123
Quadro 5: Composição dos Agregados familiares .....	130
Quadro 6: Distribuição dos membros da família por faixa etária.....	132
Quadro 7: Estado Civil dos Chefes dos agregados familiares.....	136
Quadro 8: Locais de Realização de cerimónias tradicionais .....	141
Quadro 9: População Animal por Comunidade.....	139
Quadro 10: Resumo das mudanças na prática de actividades de sobrevivência das comunidades .....	146
Quadro 11: Actividades que geram rendimento nas famílias envolvidas na pesquisa.....	148
Quadro 12: Disponibilidade de serviços sociais básicos na área de pesquisa .....	149
Quadro 13: Tempo gasto para aceder aos serviços básicos antes e depois da criação do PNL.....	151
Quadro 14: Resumo das mudanças resultantes da criação do PNL.....	152
Quadro 15: Magnitude da mudança social na vida das comunidades .....	154
Quadro 16: Famílias que desenvolvem o comércio informal.....	166
Quadro 17: Crenças por tipo de seita religiosa .....	174
Quadro 18: Total de chefes de família que fazem parte de alguma organização ou associação .....	176
Quadro 19: Análise dos parâmetros de Resiliência das comunidades do PNL.....	178
Quadro 20: Reclamações apresentadas pelas comunidades à Administração do Parque.	187
Quadro 21: Benefícios recebidos pelas comunidades dos distritos do PNL (20%) .....	191
Quadro 22: Taxas de Acesso ao Parque .....	195
Quadro 23: Total de Turistas no PNL nos últimos 5 anos e nos primeiros 3 anos após a criação do parque.....	196
Quadro 24: Nível de escolaridade dos chefes dos agregados familiares.....	199
Quadro 25: Distribuição dos eventos extremos que afectam a área de estudo ao longo do ano .....	207
Quadro 26: Matriz de Vulnerabilidade do distrito de Massingir aos Eventos extremos (Pontuação máxima 3: o evento afecta bastante a actividade; 0: Sem nenhum impacto sobre a actividade).....	207



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Modelos do Método Serpentina (Riandom Route).....	109
Tabela 2: Critérios de análise da variável Sistema Produtivo .....	109



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A Resiliência e a Interdisciplinaridade .....	58
Figura 2: Dimensões do Capital Social .....	66
Figura 3: Dimensões da Estrutura Social .....	76
Figura 4: Ciclo de Adaptação dos Sistemas .....	78
Figura 5: Processo de Elaboração de Estratégias de Coping/Adaptação.....	81
Figura 6: Estratégias de Coping e Resiliência .....	83
Figura 7: Níveis de Resiliência Comunitária.....	92
Figura 8: Tipos de Pesquisas Mistas .....	105
Figura 9: Actividades da Etapa do Desenho da Pesquisa.....	106
Figura 10: Actividades na fase de Preparação e Recolha de Dados .....	107
Figura 11: Processo de Análise de Dados Qualitativos.....	107
Figura 12: Processo de Triangulação de Dados.....	108
Figura 13: Localização Geográfica da área de estudo .....	114
Figura 14: Localização das comunidades estudadas .....	116
Figura 15: Origem e destino das comunidades no âmbito do Reassentamento no PNL..	126
Figura 16: Esquema de estratégias de sobrevivência .....	158
Figura 17: Gado Bovino com cino no pescoço para fácil localização.....	163
Figura 18: Frutas silvestres consumidos no PNL .....	170
Figura 19: Plantio de Plantas medicinais nos quintais .....	171
Figura 20: Alguns Produtos dos grupos de interesse no PNL .....	189
Figura 21: Mulheres num grupo de Crédito e Poupança Rotativa .....	190
Figura 22: Fronteira de Giriyondo.....	195
Figura 23: Vias de acesso no interior do Parque Nacional de Limpopo .....	197
Figura 24: Áreas usadas para a prática da agricultura de sequeiro.....	205



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Tempo de Residencia das famílias nas comunidades.....	127
Gráfico 2: Média de membros por agregado familiar na área de estudo.....	129
Gráfico 3: Liderança das Famílias.....	134
Gráfico 4: Tomada de Decisão nas famílias entrevistadas .....	139
Gráfico 5: Acesso dos agregados a água para a prática da agricultura.....	137
Gráfico 6: Venda de animais domésticos como estratégia de sobrevivência .....	164
Gráfico 7: Participação em cultos religiosos antes e depois do PNL .....	173
Gráfico 8: Precipitação média mensal nos distritos do PNL .....	204
Gráfico 9: Acesso a informação sobre a criação do Parque .....	209



## GLOSSÁRIO DE SIGLAS

<b>Sigla</b>	<b>Significado</b>
ACNUR	Alto Comissario das Nações Unidas para os Refugiados
AFD	Agência Francesa Para o Desenvolvimento
AGIL	Adaptation Goal attainment Integration Latent pattern maintenance
AgF	Agregados familiar
AGP	Acordo Geral de Paz
CAFOD	Catholic Agency for Overseas Development
CCM	Conselho Cristão de Moçambique
CEDES	Comité Ecuménico Para o Desenvolvimento Social
DFID	Department for International Development
DNAC	Direcção Nacional de Áreas de Conservação
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FF	Furtivo Falido
ha	Hectares
INE	Instituto Nacional de Estatística
INSIDA	Inquérito Nacional de Prevalência, Riscos e Comportamentais e Informação Sobre o HIV em Moçambique
LWF	Federação Mundial Luterana
MASA	Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar
MASC	Mecanismo de Apoio a Sociedade Civil
MISEREOR	German Catholic Bishops Organization for Development Cooperation
MINAG	Ministério da Agricultura
MITUR	Ministério do Turismo
MITADER	Ministério de Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural
ONGs	Organizações Não Governamentais
ORAM	Associação Rural de Ajuda Mútua
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PAR	Plano de Acção para o Reassentamento
PNL	Parque Nacional de Limpopo
PTGL	Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana

RRR	Repatriamento, Reassentamento e Reintegração de Refugiados Regressados dos países vizinhos
TGS	Teoria Geral dos Sistemas
UNEP	The United Nations Environment Programme
WCMC	World Conservation Monitoring Centre
WWF	Worldwide Fund for Nature

## INTRODUÇÃO

A relação entre o homem e a natureza é uma realidade incontornável que necessita de ser gerida de modo integrado e eficaz. No contexto do desenvolvimento, a organização sustentável do espaço é essencial. No entanto, o património existente neste espaço deve ser compreendido como uma rede complexa de interações entre o homem e a natureza. É nesta busca de organização sustentável dos espaços que são criadas as áreas protegidas<sup>1</sup>. Porém, este processo é acompanhado por várias dinâmicas que afectam a relação entre os sujeitos destes espaços. Esta pesquisa, aborda as dinâmicas das áreas protegidas em Moçambique, em particular o Parque Nacional<sup>2</sup> de Limpopo (PNL), trazendo o impacto da criação desta unidade de conservação na vida das comunidades ali residentes.

Nós tínhamos tudo, vivíamos bem, mas com a criação do Parque Nacional de Limpopo a nossa vida mudou, nossas machambas são destruídas pelos animais do Parque, já não podemos caçar, nossos maridos e filhos quando encontrados no mato são presos ou castigados, a vida ficou muito difícil para nós, mas mesmo assim temos que encontrar formas de continuar porque nascemos aqui (Comunidade de Machaule, 2018).

Este excerto capta os sentimentos das comunidades do Parque Nacional de Limpopo com a criação desta área protegida. Esta tese, tem em vista compreender a **Resiliência<sup>3</sup> Comunitária no Parque Nacional de Limpopo**, analisando as estratégias de adaptação das comunidades face às mudanças resultantes das dinâmicas da implantação do Parque Nacional de Limpopo.

### Contextualização

A criação das áreas protegidas ganhou maior visibilidade em 1872, com a criação do Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos da América, marcando assim o início do estabelecimento de várias áreas protegidas no mundo. O Canadá, após os Estados Unidos, criou o seu primeiro Parque em 1885 (Parque Nacional de Banff), a Nova-Zelândia em 1894

---

<sup>1</sup> Área Protegida é uma superfície de terra ou mar especialmente consagrada a protecção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e património cultural associados e geridos através de meios legais e ou eficazes (UICN, 1984).

<sup>2</sup> Parque Nacional é uma área de terra ou mar designada para proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para as presentes e futuras gerações ( IUCN, 1984).

<sup>3</sup> Resiliência é a capacidade do sistema de absorver distúrbios e se reorganizar, mantendo essencialmente as mesmas funções, estrutura, identidade e retroalimentação (Walker, *et al*, 2006)

(*Tongariro World Heritage Park*), em 1898, Austrália criou o seu primeiro parque (Parque de Purnululu) (Milano, 2002; Quintão,1983). A nível global, existem 245,210 áreas protegidas (Terrestres e marinhas), das quais as áreas protegidas terrestres são as que ocupam maior extensão com cerca de 17,2%, do total da superfície terrestre, enquanto as áreas protegidas marinhas cobrem aproximadamente 7,4%. No que se refere aos parques nacionais, existem ao nível global cerca de 7,400 unidades (UNEP-WCMC, 2020).

O maior número de áreas protegidas é observado no continente europeu, com aproximadamente (60,7%) do total das áreas protegidas existentes no mundo. Porém, a Oceânia é o continente que maior contribuição tem em termos de extensão de áreas protegidas a nível mundial, ocupando pouco mais de 68% da superfície coberta pelas áreas protegidas, comparativamente a 12,5% ocupada pela Europa. O continente americano é o segundo que mais extensão de áreas protegidas possui, representando 64,5% da superfície total ocupada pelas áreas protegidas. O maior Parque Nacional a nível global, o *Northeast Greenland National Park*, está situado na Dinamarca, com uma extensão 972,000 km<sup>2</sup> (UNEP-WCMC, 2020).

Em África, a criação das áreas protegidas teve o seu início na África do Sul, em 1889 com a criação de um Parque Governamental de vida selvagem que, a partir de 1926 viria a ser conhecido por Parque Nacional do Kruger. O continente africano possui em torno de 8,719 áreas protegidas, cobrindo 14.4% do total da superfície terrestre, se situando na 4<sup>a</sup> posição ao nível mundial. Ao todo, o continente africano possui pouco mais de 400 Parques Nacionais (UNEP-WCMC, 2020).

Moçambique iniciou o estabelecimento de áreas protegidas na década 60 com a criação do Parque Nacional de Gorongosa. Presentemente, Moçambique possui 60 áreas protegidas que além de parques, incluem reservas florestais, reservas nacionais, reservas especiais, santuários, áreas de protecção ambiental, coutadas, parques ecológicos, áreas de conservação comunitária e zonas tampão. Estas áreas, ocupam sensivelmente 238,265 km<sup>2</sup>, destes, 95,90% é ocupada por áreas protegidas terrestres. Moçambique tem um total de sete Parques nacionais, nomeadamente: Gorongosa, Bazaruto, Zinave, Banhine Limpopo, Quirimbas e o Parque Nacional de Magoe (UNEP-WCMC, 2020).

A nível global, a criação de áreas protegidas teve e continua tendo várias motivações, e estas variam de acordo com a realidade política, social e cultural de cada região e ou de cada época. A criação do primeiro parque nacional, o Parque de Yellowstone, esteve ligada à necessidade da protecção da natureza, considerada na época como “indefesa” dos efeitos

danosos da industrialização, que consistiam na destruição da vida selvagem e de áreas naturais, além da poluição do meio ambiente (Faria, 2007).

A partir do século XX, novas motivações surgiram para o estabelecimento de áreas protegidas. Neste período, a preservação da biodiversidade florística e faunística para uso em laboratórios e em pesquisas ligadas às ciências biológicas era o grande objectivo. A Suíça e a Suécia, foram os pioneiros na criação de parques com esta perspectiva investigativa (Brito, 2000). Presentemente, a criação das áreas protegidas tem em vista preservar os ecossistemas, proteger a integridade ecológica, manter e conservar as diferentes espécies (Dudley *et al*, 2005).

Para África, a ideia da criação das áreas protegidas foi resultado do imperialismo, especialmente na sua forma que mais afectou a África, o colonialismo. No processo de colonização, os colonizadores se apoderavam dos recursos naturais disponíveis nas colónias tal é o caso da vida selvagem, dos recursos minerais e florestais. África foi considerada um espaço onde os colonizadores poderiam demonstrar o seu poderio através da sua capacidade de caçar ou “matar” maior quantidade de animais, com objectivo da extração do marfim, alimentação e/ou para a obtenção de trofeus. Esta prática, associada ao facto de África possuir espécies grandes e carismáticas, fez com que em 1960, África se tornasse um problema na conservação da vida selvagem (Beinart, 2006).

Na perspectiva de minimizar os danos à conservação da biodiversidade em África, nesta época começam a aparecer de várias regiões para África ideias de conservação. Todavia a Europa e a América do Norte foram os que mais influenciaram este processo. A abordagem europeia da criação de áreas protegidas, recomendou a criação de espaços exclusivos de caça desportiva para as elites reais. Nestes campos, a caça desportiva não licenciada seria fortemente policiada. Em seguimento desta abordagem, a Inglaterra e outras potências europeias criaram reservas de caça desportiva para as elites nas suas colónias. A América do Norte da mesma forma teve a sua influência na criação de áreas protegidas em Africa, trazendo a ideia da criação de Parques Nacionais como forma de preservação da natureza (Correia 2011; Redclieth, 1984).

Em Moçambique, a criação das áreas protegidas esteve baseada na abordagem europeia, tendo sido criadas zonas de caça desportiva, onde somente era permitida a caça de animais considerados ferozes e nocivos ao homem. O primeiro regulamento de caça desportiva foi criado em 1903 (Regulamento de Caça de Lourenço Marques), que visava regular a prática desta actividade no então distrito de Lourenço Marques. Um ano após a aprovação deste regulamento, a sua aplicação foi estendida para os distritos de Gaza e

Inhambane e mais tarde para as regiões centro e norte da extinta Província de Moçambique (Coelho, 2014).

O regulamento de caça de Lourenço Marques de 1903, teve quatro reformulações, nomeadamente em 1910, 1917, 1932 e 1941. No entanto, em todas estas reformulações o regulamento mantinha as restrições para os caçadores africanos, dedicando um capítulo sobre os “indigenas”. Dentre os vários aspectos arrolados neste capítulo, destaca-se a proibição do uso das chamadas armas “cafreaís”, tal é o caso dos laços, armadilhas e ratoeiras que são os principais instrumentos usados pelas comunidades locais na prática da caça (Coelho, 2014).

Apesar do surgimento da consciência sobre a necessidade de protecção da biodiversidade natural, com a industrialização, a poluição e a prática da caça desportiva nas colónias europeias, a vida selvagem ficou negativamente afectada, com maior intensidade em África, facto que despertou a necessidade de criação de mais mecanismos para a preservação dos recursos faunísticos e florestais. Foi neste contexto que surgiram alguns movimentos ambientalistas, dos quais o preservacionismo e o conservacionismo foram os que mais se notabilizaram (Diegues, 2001).

O movimento preservacionista, surgiu nos Estados Unidos no século XIX, criado por John Muir, com objectivo de preservar a vida selvagem da industrialização urbana, tendo ficado conhecido como modelo de Parques Nacionais Norte Americanos. Para os defensores deste modelo, a relação entre homem e a natureza é destruidora. Vários parques foram criados obedecendo o modelo preservacionista, tal é o caso do Parque Nacional de Banff no Canadá, *Tongariro World Heritage Park* na Nova-Zelândia, Purnululu na Austrália e Kruger na África do Sul (Cardoso, 2012; Janus, 2010; Quintão, 1983). Porém, algumas áreas estabelecidas como protegidas já eram habitadas por comunidades locais, o que fez com que o movimento preservacionista para a operacionalização dos seus ideais, pautasse pelo desalojamento das comunidades das terras onde há séculos habitaram e cuja sobrevivência esteve unicamente dependente dos recursos locais existentes, sem, no entanto, criar alternativas de sobrevivência, colocando assim milhões de pessoas numa situação de exclusão e pobreza (Dowie, 2009; Diegues, 2001).

Em África, a operacionalização dos ideais do movimento preservacionista, também se fez sentir, tendo sido desalojadas algumas comunidades. Por exemplo, o Governo Colonial de Tanganyika, actual Tanzânia, retirou cerca de 40,000 pessoas do distrito de Liwale para dar lugar à Reserva de Selous, deixando estas comunidades sem residências,

sem espaços para a prática da agricultura, que era a sua principal actividade de sobrevivência, colocando-lhes, numa situação de total vulnerabilidade à pobreza (Edward Elgar, 2010).

Para Moçambique, embora o objectivo principal não seja a separação do homem da natureza como preconiza o preservacionismo, também se observa a movimentação de comunidades do interior para fora das áreas de protegidas, através do processo de reassentamento, como uma forma de redução do conflito homem-fauna bravia. O Parque Nacional de Limpopo (PNL) é o exemplo desta movimentação.

O movimento preservacionista espalhou-se nesta abordagem dicotómica, comunidades e parques, facto que fez com que este movimento sofresse várias críticas a nível interno e externo, visto que, de acordo com alguns actores do processo de criação de áreas protegidas da época, as comunidades locais desenvolveram uma relação não somente de sobrevivência, como também uma ligação pessoal com a natureza, o que torna sua separação complexa. A crítica a este movimento ambientalista também se expandiu para os países em vias de desenvolvimento, especialmente os situados em África e América Latina, visto que é nestes continentes onde mais se observa a presença de comunidades em áreas protegidas (Cardoso, 2012; Neumann, 1998).

A separação das comunidades locais da natureza impacta negativamente na vida destas, destacando-se a perda dos meios de sobrevivência, o desemprego, perda de habitação, insegurança alimentar e a marginalização das comunidades. Além do impacto económico, o desalojamento das comunidades locais em virtude da criação das áreas protegidas, também contribuiu para a perda de locais de valor cultural e ou religioso (Normann, 2004; Cernea, 1997).

O aumento de áreas protegidas habitadas por comunidades locais, tornou a operacionalização do preservacionismo ainda mais complexa, exigindo-se uma nova abordagem em relação à ligação entre homem e a natureza. Foi neste contexto, que surgiu o movimento conservacionista que estimulava o uso racional de recursos naturais e a gestão das espécies pelo homem. No entanto, nessa época, pouco estava claro em relação a abordagem a ser considerada no envolvimento das comunidades locais na gestão sustentável dos recursos naturais (Nash, 2014; Milano, 2002).

A necessidade de clarificação do mecanismo de envolvimento das comunidades residentes nas áreas protegidas na gestão sustentável dos recursos naturais, resultou na realização de várias conferências sobre a protecção da natureza. Para esta pesquisa, dar-se-á enfoque às conferências/congressos sobre Parques Nacionais, cujo início foi na década de 60, do século XX.

A primeira Conferência Mundial de Parques Nacionais foi realizada em Seattle nos Estados Unidos da América em 1962, a segunda teve lugar no Parque Nacional Grand Teton/Yellowstone (EUA) em 1972. Em 1982 foi realizada em Bali (Indonésia) a terceira reunião internacional sobre parques nacionais que foi designada por Terceiro Congresso Mundial de Parques Nacionais, em 1992 o quarto Congresso teve lugar em Caracas (Venezuela), o quinto Congresso foi realizado na cidade sul-Africana de Durban em 2003 e o sexto Congresso sobre parques nacionais (o último até ao momento) foi realizado em 2014, em Sidney na Austrália (Franco, Schittini e Braz, 2015; Souza, 2013).

A primeira conferência sobre os parques nacionais teve como lema, “os parques têm um significado internacional”. Nesta conferência, foram debatidas as razões para o estabelecimento dos parques, sua manutenção e preservação às pressões externas incluindo o uso público. Esta conferência, terminou com o estabelecimento de dois princípios fundamentais: i) Áreas com atrativos de beleza excepcional, deveriam ser preservadas e transformadas em locais de recreação e relaxamento; ii) Todas áreas consideradas como excepcionais deveriam preservar o seu estado natural, sem nenhuma perturbação para sua utilização em estudos científicos (Souza, 2013).

Os princípios da Primeira Conferência ainda se alinhavam ao movimento preservacionista, pois consideravam os parques como áreas isoladas do contexto externo, que incluíam as condições sociais e culturais das comunidades locais. A esta posição se contrapuseram os representantes dos países em desenvolvimento, destacando-se o director dos Parques Nacionais da então Tanganyika, John S. Owen, ao afirmar que algumas nações necessitavam de rever, aprimorar e adaptar o conceito original de parques nacionais definido pelos EUA, devendo ser adequado à realidade de cada país, pois os países em vias de desenvolvimento enfrentam problemas completamente diferentes dos enfrentados pelo Serviço de Parques Nacionais Norte-americano (Adams, 1962). Owen reforçou a sua posição referindo que:

Os parques estão subdesenvolvidos e contribuem pouco para a economia do país, porém, exigem investimentos financeiros de uma economia pressionada por um eleitorado que clama por mais educação, serviços de saúde, uma melhor qualidade de vida e tem nos animais selvagens uma das principais fontes de proteína. A necessidade da conservação é uma ideia completamente exótica para os africanos, assim como era para os ocidentais há 50 anos (Adams, 1962: 52).

A Segunda Conferência foi realizada no Parque Nacional de Grand Teton nos Estados Unidos em 1972, esta, debateu a questão da conservação e o uso dos recursos naturais. Kai Curry-Lindahl especialista em ecologia e conservação para a África, chamou atenção à necessidade de não imposição às comunidades locais do estabelecimento de parques, mas sim a criação de mecanismos que permitam a comunidade compreender os benefícios da transformação das suas terras em parques, criando um sentido de pertença da biodiversidade, reduzindo assim a ameaça que estas comunidades possam representar para a conservação da biodiversidade. De acordo com este especialista, as comunidades locais consideram essas terras como propriedade dos seus antepassados daí que a sua desapropriação deve significar compensação pelas mesmas (Franco, Schitini e Braz, 2015; Souza, 2013).

Ainda na Segunda Conferência, foram também debatidos alguns exemplos de conflitos entre a conservação e a presença humana. Tal foi o caso do Parque Nacional de Gir, situado na Índia, cujo representante falou da incompatibilidade entre a presença humana com seus rebanhos de gado e a manutenção da população de leões, tendo questionado aos presentes quem deveria permanecer no Parque, o homem com as suas cabeças de gado ou os leões? Esta questão foi analisada pelos presentes, todavia, dado facto de os participantes ao congresso representarem dois movimentos ambientais distintos, o preservacionismo e o conservacionismo, as respostas foram também em função dos princípios dos movimentos ambientalistas defendidos por cada grupo (Souza, 2013; Philips, 2002).

Para os defensores do modelo americano de parques nacionais (o preservacionismo), o homem devia ser retirado do Parque Nacional de Gir, ficando o espaço reservado aos leões. Enquanto para os representantes da perspectiva clássica sobre a conservação, os leões deviam ser eliminados, deixando o homem e a sua criação habitar a zona. Esta dicotomia da relação homem e a natureza, fez com que a Segunda Conferência tivesse como recomendação a necessidade do estabelecimento do equilíbrio entre os direitos humanos e a conservação da natureza (Souza, 2013; Philips, 2002).

A partir de 1982 as conferências sobre os parques passaram a ser designadas por congressos. Foi com esta nova abordagem que o Terceiro Congresso Mundial de Parques teve lugar em Bali em 1982. Este congresso, esteve mais orientado à coabitação entre o homem e a natureza, tendo levantado aspectos relacionados com a relação homem e a natureza de uma forma mais construtiva. O Terceiro Congresso analisou a necessidade de se encontrar alternativas para as comunidades locais residentes nas áreas protegidas, como forma de compensar as mudanças culturais, económicas, políticas e espirituais resultantes

do estabelecimento dos parques. Este Congresso, abordou ainda a necessidade da incorporação de programas educativos sobre áreas protegidas, a valorização das culturas e tradições das comunidades e também a necessidade de uma definição clara de papéis dos principais intervenientes do processo de gestão das áreas protegidas (Phillips, 2002; Holdgate, 1999; McNeeley, 1993).

A complexidade da relação entre o homem e a natureza fez com que o Quarto Congresso realizado em 1992 na Venezuela, à semelhança do Terceiro, enfocasse na análise da relação comunidades locais e áreas protegidas, enfatizando a necessidade da valorização das tradições, cultura, conhecimento local para uma gestão e uso sustentável dos recursos por parte das comunidades locais. Por outro lado, este congresso advertiu aos governos dos países com áreas protegidas habitadas por comunidades locais, para a garantia dos direitos de propriedade da terra às comunidades locais, visto que essas terras foram habitadas por seus ancestrais antes de serem consideradas áreas protegidas (McNeely, 1993).

O Quarto Congresso também abordou as questões de género no processo de envolvimento das comunidades na gestão das áreas protegidas. Com base nas experiências dos países presentes no congresso, observou-se que as mulheres eram excluídas das discussões relacionadas com as áreas protegidas, não havia espaço para que elas apresentassem as suas ideias, pois, todos processos estavam nas mãos dos homens. Como forma de mitigar o fraco envolvimento da mulher na discussão dos assuntos relacionados com as áreas protegidas, o Quarto Congresso recomendou a realização de encontros separados, e o género seria o principal critério de divisão dos grupos. Igualmente foi incentivada a criação de associações femininas, por forma a assegurar o envolvimento da mulher, visto que esta tem um papel importante no uso sustentável dos recursos naturais (Souza, 2013; McNeely, 1993).

De acordo com as recomendações do congresso de Caracas, foi realizado o Quinto Congresso na cidade Sul-Africana de Durban, que comparativamente aos anteriores quatro, contou com uma maior participação, facto que foi interpretado como sinónimo de um crescente interesse mundial pelos aspectos ligados as áreas protegidas. Neste congresso, foram definidos três pilares considerados chave para uma gestão sustentável dos recursos, nomeadamente: a pobreza, a criação de associações a diferentes níveis de intervenientes (governo, agências, organizações da sociedade civil e comunidades locais) e a consideração do jovem como um interveniente importante deste processo. Ainda no Quinto Congresso, a gestão partilhada das áreas protegidas foi evidenciada como crucial para o sucesso da conservação da biodiversidade (Souza, 2013).

O interesse em discutir assuntos relacionados com os Parques continua. Neste contexto, doze anos após o congresso de Durban, sob tutela do IUCN, foi realizado o Sexto Congresso, em novembro de 2014, em Sidney na Austrália, cujos resultados estão resumidos num documento chamado *The Promise of Sidney*. Este congresso esteve focado na busca de soluções inovadoras para a gestão das áreas protegidas, alinhando-as aos objectivos da conservação, às mudanças climáticas, à melhoria da saúde e bem-estar da vida humana, ao respeito pela cultura e conhecimento tradicional, aos constrangimentos do desenvolvimento e também ao aumento da diversidade (Franco, Schitini e Braz, 2015).

Embora se tenham registado progressos como resultado destes congressos, a dicotomia da relação entre o homem e a natureza mostra-se ainda presente. Com intuito de tornar a relação entre o homem e natureza benéfica para a conservação da biodiversidade e a melhoria do bem-estar das comunidades residentes nas áreas protegidas, sob orientação da *International Union for Conservation of Nature* (União Internacional para a Conservação da Natureza), foram estabelecidos modelos de gestão das áreas protegidas que incluíssem o envolvimento da comunidade, seja directa ou indirectamente. Neste âmbito, foram definidos quatro modelos de gestão, a gestão governamental (liderada por uma entidade que representa o governo), gestão privada (feita por indivíduos ou entidades privadas), a gestão partilhada (feita por vários titulares de direitos e partes interessadas) e a gestão pelas comunidades locais (IUCN, 2018).

Estes modelos de gestão pressupõem uma participação activa da comunidade, através da partilha de benefícios, do poder de decisão, de responsabilidades entre os diferentes actores e o respeito pela cultura, tradições e pelo conhecimento local. A adopção de modelos de gestão com a participação da comunidade representa um grande avanço na relação entre o homem e a natureza. No entanto, dado o facto destes modelos serem influenciados pela conjuntura de cada país, esta temática ainda constitui uma discussão não terminada, cabendo a cada país a escolha do mecanismo de relacionamento entre comunidades locais e entidades gestoras de áreas protegidas (Macucule, 2006).

Para a operacionalização da participação local na gestão das áreas protegidas, Moçambique estabeleceu um quadro legal que permite a interação entre o homem e os recursos naturais. Este quadro legal inclui e não só a Lei de Florestas e Fauna Bravia (lei 10/99 de 7 de Julho), a Lei de Protecção da Conservação e uso da Biodiversidade Biológica (Lei n.º 16/2014) e a (Lei n.º 5/2017, de 11 de Maio) que altera a lei n.º 16/2014. No que tange ao estabelecimento de modelos de gestão com a participação das comunidades, Moçambique possui cinco modelos de gestão das áreas de conservação, nomeadamente a gestão pelo

estado (modelo governamental), Parceria Público - privada, gestão pelo sector privado, gestão por Organizações da sociedade civil e a gestão comunitária (GdM, 2017).

Do total de sete parques existentes em Moçambique, seis adoptaram o modelo governamental, com excepção do Parque Nacional da Gorongosa que tem uma gestão colaborativa entre o governo e o sector privado. O Parque Nacional de Limpopo (PNL) que é a área de pesquisa, apresenta o modelo de gestão governamental, onde o governo é representado pela Administração do Parque Nacional de Limpopo e comunidade pelos comités de gestão comunitária<sup>4</sup> (GdM, 2017).

### **Parque Nacional de Limpopo (PNL)**

Parque Nacional de Limpopo surgiu como resultado da transformação da Coutada<sup>5</sup> 16, através do decreto 38/2001 de 27 de Novembro. Esta zona, foi proclamada como Parque Nacional devido as características ecológicas, diversidade de ecossistemas, espécies endémicas e a existência neste espaço de espécies em extinção. O Parque Nacional de Limpopo, aquando da sua criação em 2001, contava no seu interior com cerca de 6,500 pessoas e 20,000 pessoas na zona tampão, distribuídas em 52 comunidades. Actualmente, o PNL conta com pouco mais de 34,000 habitantes. Embora a Coutada 16, tivesse presença humana, o decreto que cria o PNL, não se referiu ao tratamento a ser dado às comunidades (Administração do distrito de Massingir, 2019; Plano de Maneio do PNL, 2003; Decreto 38/2001).

A consulta às comunidades é considerada pela legislação moçambicana como sendo uma das principais formas de envolvimento comunitário. Porém, a operacionalização deste quadro legal é ainda deficiente (Macucule, 2006). De facto, desde o processo do estabelecimento do PNL o envolvimento da comunidade foi reduzido. De acordo com o relatório da *Wits Refugee Research Programme* (2012) cerca de 83% da população do parque não tinha sido consultada sobre a criação do PNL. Os poucos que tiveram informação sobre

---

<sup>4</sup> Comité de Gestão Comunitária é um órgão comunitário constituído unicamente por membros da comunidade com objectivo de operacionalizar os direitos e deveres das comunidades sobre os recursos naturais (Macucule, 2006).

<sup>5</sup>Coutada é uma área de conservação de uso sustentável, de domínio público, delimitada, destinada a actividades cinegéticas e a protecção das espécies e ecossistemas. O direito de caçar nestas áreas só é reconhecido por via de contrato de concessão celebrado entre o Estado e o operador. As Coutadas Oficiais foram criadas com o propósito de se promover a prática da caça desportiva. Porém, é permitido o uso de recursos florestais e faunísticos pelas comunidades locais, desde que realizado de forma sustentável com fins de subsistência e não comprometa os objectivos da coutada (lei 16/2014, 20 de Junho).

a criação do PNL, foram apenas as comunidades do distrito de Massingir. As comunidades dos distritos de Mabalane e Chicualacuala que também fazem parte do Parque Nacional de Limpopo foram excluídos do processo.

Lunstrum (2007) reforça a ideia do fraco envolvimento das comunidades na criação do PNL, sublinhando que mesmo as comunidades que tiveram alguma informação sobre o parque, não foi na perspectiva de consulta, mas sim do informe sobre o que iria acontecer. Citando um dos entrevistados de Lunstrum: “A administração do Parque, veio ter connosco e disse vocês têm que sair daqui isto é um parque não pertence mais a Massingir”.

As dinâmicas nesta área protegida continuaram, e, em 2002, o PNL passou a integrar o Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo (PTGL), composto por três grandes parques nacionais, nomeadamente o Parque Nacional de Limpopo, em Moçambique, o Parque Nacional do Kruger na África do Sul e o Parque Nacional de Gonarezhou no Zimbábue (Whande e Suich, 2009).

A criação do PTGL, teve como principal objectivo a gestão de forma integrada dos ecossistemas existentes nos três parques. A unificação das três áreas de conservação resultou no acordo de movimentação da fauna-bravia de uma zona para outra, tendo nesta perspectiva sido acordado o repovoamento animal do lado moçambicano. Este aumento da população animal no PNL culminou com a intensificação do conflito homem fauna bravia em algumas zonas do interior do parque, em particular ao longo do rio Shigwedze (Ntuli *et al*, 2019; Milgrom, 2012).

Como forma de mitigação do conflito homem-fauna bravia na região do PNL, em 2008 o Governo de Moçambique em coordenação com os seus parceiros iniciou o processo de reassentamento<sup>6</sup> das oito (8) comunidades que residiam na considerada zona de maior conflito. Até a data, apenas quatro (4) comunidades foram reassentadas, continuando a residir no interior do parque mais quatro comunidades.

O processo da criação do Parque Nacional de Limpopo assim como o processo de reassentamento, afectaram as dinâmicas das comunidades, pois com a transformação da Coutada 16, outrora considerada zona de caça em Parque Nacional, conferiu a esta área uma categoria de protecção mais alta, resultando na proibição da prática de determinadas actividades como a caça. O uso dos recursos florestais passou a ser também restrito, sendo permitida somente a exploração para o consumo. Com o processo de reassentamento, as

---

<sup>6</sup> Reassentamento se refere a todas perdas económicas e sociais resultantes da expropriação ou restrição de acções (Banco Mundial, 2004).

comunidades reassentadas perderam por completo o acesso a qualquer recurso faunístico e/ou florestal, afectando as várias dimensões da vida das comunidades, desde a social, económica e cultural, impondo a estas, a necessidade de encontrar estratégias de organização e funcionamento que permitam uma adaptação positiva à nova realidade.

Partindo deste contexto, esta pesquisa procura compreender a Resiliência Comunitária às transformações provocadas pelo estabelecimento do Parque Nacional de Limpopo.

### **Problema e Justificativa da pesquisa**

As dinâmicas do PNL e as suas consequências para a vida das comunidades têm merecido a atenção de alguns pesquisadores dentre eles, José (2017); Givá (2016); Milgrom (2012), Norman (2004) e Muando (2004). Estes pesquisadores têm maior enfoque no impacto da criação do PNL sobre as actividades de sobrevivência das comunidades. No entanto, a criação do PNL não somente afectou os meios de sobrevivência, como também as outras dimensões da estrutura social destas comunidades. Por outro lado, as estratégias usadas pelas comunidades para lidarem com estas mudanças e a consequente capacidade de resiliência não tem tido ainda a devida atenção pelos pesquisadores.

Da revisão de literatura feita, não foram encontrados estudos que abordam de forma holística as estratégias económicas, sociais e culturais adoptadas pelas comunidades para lidar com o impacto da criação do PNL. De igual modo, não foram identificados estudos que analisam os factores que contribuíram para a reestruturação e reorganização da estrutura social destas comunidades, por forma a garantir a continuidade do funcionamento da estrutura social destas comunidades.

Com intuito de complementar os estudos feitos, esta pesquisa analisa as mudanças sociais, económicas e culturais ocorridas na estrutura social das comunidades do PNL, como resultado das dinâmicas desta área de conservação. A pesquisa, aborda também as estratégias adoptadas pelas comunidades e a sua contribuição na reorganização da estrutura social por forma a garantir a continuidade do funcionamento do sistema familiar das comunidades do PNL.

À luz das estratégias adoptadas pelas comunidades, a pesquisa analisa a capacidade de Resiliência das Comunidades às mudanças resultantes do estabelecimento do PNL e a sua transformação em Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo. Também constitui âmbito deste estudo, compreender os factores que influenciam a capacidade de resiliência das comunidades. Na prossecução deste desiderato, a pesquisa orienta-se pela seguinte questão:

Que estratégias as comunidades desenvolveram para se tornarem resilientes às dinâmicas da transformação da sua área de residência em área protegida (Parque Nacional de Limpopo)?

### **Hipóteses da Pesquisa**

Esta pesquisa desenvolve-se a partir de três hipóteses para responder à questão de partida. O primeiro pressuposto assume que as transformações impostas pelas dinâmicas da criação do PNL provocaram mudanças sociais, económicas e culturais na vida das comunidades, afectando a sua estrutura social. A segunda hipótese refere que as comunidades residentes no PNL desenvolvem estratégias de adaptação que garantem a continuidade do funcionamento da sua estrutura social, como respostas às mudanças resultantes das dinâmicas desta área de conservação. A terceira hipótese considera que a capacidade de resiliência das comunidades do PNL é influenciada por factores sociais, económicos e culturais, que dependendo do quadro de condições existentes, funcionam como catalisadores ou inibidores da capacidade de resiliência.

### **Objectivos e variáveis da Pesquisa**

Em termos de objectivos, a nível macro a pesquisa pretende estudar a Resiliência das comunidades residentes no PNL em relação às transformações sociais, culturais e económicas, resultantes da criação Parque Nacional de Limpopo e a sua integração no Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo. Em termos específicos, a pesquisa tem três objectivos, nomeadamente: a) Identificar as transformações sociais, culturais e económicas que ocorreram na estrutura social das comunidades, como resultado da criação do PNL e a sua integração no Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo; b) Explicar em que medida as estratégias de adaptação identificadas pelas comunidades para responder as transformações ocorridas na sua estrutura social, contribuíram para o alcance da resiliência e c) Caracterizar os factores sociais, económicos e culturais que influenciam a capacidade de resiliência das comunidades do PNL.

Com base nas premissas desta pesquisa, o entendimento da resiliência está assente na compreensão da relação de dependência intrínseca entre o sistema de crenças, o sistema produtivo e o sistema de governação. Portanto, estes se afiguram como variáveis dependes<sup>7</sup> da Resiliência.

---

<sup>7</sup> Variáveis dependentes são fenómenos, factores cuja explicação é influenciada por outros factores (Marconi e Lokatos, 2003).

## **Enquadramento Teórico**

As hipóteses desta pesquisa remetem-nos a três fenómenos: a interação, a mudança e a adaptação. Estes fenómenos estão alinhados com a abordagem da Teoria Geral dos Sistemas (TGS), que considera os sistemas<sup>8</sup> como dinâmicos e sujeitos à mudanças resultantes da interação das partes do sistema e/ou com o meio ambiente. Esta teoria enfatiza ainda que os sistemas tendem a restabelecer o seu equilíbrio após perturbação, através do processo adaptativo. O alinhamento das hipóteses da TGS com as hipóteses de partida, tornam esta teoria adequada para a orientação desta pesquisa.

A teoria Geral dos Sistemas (TGS) foi desenvolvida pelo Biólogo Bertalanffy, na década 50 do século XIX. Esta teoria, constituiu um avanço em relação à abordagem clássica e ou cartesiana de René Descartes que orientava a análise dos problemas ou fenómenos em partes. Embora esta linha de pensamento tenha contribuído para a definição do objecto de estudo para várias áreas do saber, não permitia uma abordagem holística dos fenómenos pois não considerava as relações de interação entre as diferentes partes do todo (Gomes *et al*, 2014). A TGS orientadora desta pesquisa nos remete a uma abordagem sistémica dos fenómenos, considerando as relações de interação entre as partes do sistema e também com o meio ambiente. A análise destas relações permite compreender comportamentos, crenças, sentimentos que são elementos essenciais na compreensão da organização e funcionamento das partes do sistema assim como do sistema na sua globalidade (Gomes *et al*, 2014; Galera e Luis, 2002).

A Teoria Geral dos Sistemas tem como base o sistema. Na asserção de Bertalanffy (1972), esta teoria parte do prognóstico da existência de dois tipos de sistemas, os fechados e os abertos. Os sistemas fechados estão isolados do seu meio ambiente, em contrapartida, os sistemas abertos na sua evolução podem importar energias do meio ambiente. Esta ideia foi também partilhada por Chiavenato (2005) e Ferreira *et al* (2001).

Para Chiavenato (2005), o sistema aberto pode ser compreendido como um conjunto de partes em constante interação e interdependência, constituindo um todo sinérgico e o todo é maior do que a soma das partes. As relações de interdependência do sistema com o ambiente são constantes, contrastando a teoria cartesiana que considera estas relações

---

<sup>8</sup> O Sistema é um conjunto de partes interagentes e interdependentes que, conjuntamente, formam um todo unitário com determinado objetivo e efetuam determinada função (Oliveira, 2002: 35).

estáticas. A interação entre as partes de um sistema e do sistema com o seu meio ambiente é vista por Ferreira *et al* (2001), como sendo uma oportunidade para que os sistemas possam reorganizar espontaneamente o seu funcionamento interno de forma a atingir maior heterogeneidade e complexidade, e por conseguinte, um estado de estabilidade.

Luhmann (1984), outro teórico que se dedicou ao estudo dos sistemas, traz uma nova classificação, considerando quatro tipos de sistemas: os sistemas vivos (células, animais, corpo humano), não vivos (máquinas), psíquicos (consciência) e os sociais (sociedade). Os sistemas não vivos dependem na íntegra do ambiente externo para a sua existência, os vivos possuem elementos vitais que mantem o funcionamento do sistema, os psíquicos se referem à consciência e ao pensamento, enquanto os sistemas sociais são compostos pela comunicação. Para este teórico, estes quatro sistemas estão interligados entre si, e os sistemas não vivos, os vivos e os psíquicos constituem o ambiente dos sistemas sociais (Rigatieri, 2019; Kunzler, 2004).

O estudo dos sistemas interessou vários teóricos, entre eles Parson (1951), que concentrou a sua análise nos sistemas sociais, através da sua obra *The Social System*. Para Parson, o sistema social possui uma organização interna, é regido por regras, possui determinados padrões de mudança estrutural e ainda tem capacidade de adaptação às mudanças.

A teoria geral dos sistemas se baseia em três principais hipóteses o Expansionismo, o Pensamento Sintético e a Teleologia. O expansionismo se refere ao facto de os sistemas serem formados por outros sistemas que estão em interação constante, podendo o sistema ser dividido por partes mais pequenas, no entanto, estas não são independentes. Para este pressuposto, a compreensão de cada parte só é possível com a análise da interação desta com as restantes partes do todo (Araujo e Gouveia, 2016).

O Pensamento sintético à semelhança do expansionismo, considera que os sistemas são formados por subsistemas. Deste modo, a análise isolada das partes não permite a compreensão do todo. O fenómeno que acontece numa das partes pode ser explicado como parte do todo pois a sua análise tem como base a interação com as outras partes do todo. A Teleologia se alinha com a teoria cartesiana, concordando que cada evento tem sim uma causa necessária. Porém diferem pelo facto deste pressuposto da TGS não considerar a causa como suficiente para que o evento aconteça, estabelecendo a relação de probabilidade e não de causa e efeito (Gouveia e Araujo, 2016; Borges, 2000).

O interesse em explicar o funcionamento da Teoria Geral dos Sistemas fez com que alguns teóricos desenvolvessem modelos, se destacando o modelo de equilíbrio de Homans

(1950) que considera o sistema social como um complexo que inclui o ambiente físico e social, os materiais, o sistema externo, o sistema interno e as normas. Para este teórico, todos estes elementos estão em constante interação e interdependência, podendo alcançar um estado de equilíbrio. Seis anos mais tarde, em 1956 Parsons apresentou o modelo de intercâmbio que ficou conhecido como AGIL - *Adaptation, Goal attainment, integration and Latent pattern maintenance* (Adaptação, obtenção dos objetivos, integração e manutenção de padrões latentes) que faz uma análise mais detalhada das relações de interação dos sistemas, tendo concluído que estas causam mudanças na estrutura e funcionamento dos sistemas (Regatieri, 2019).

Apesar do modelo de Parsons demonstrar uma evolução em relação ao modelo de equilíbrio de Homans, este não permitia a compreensão da mudança que acontece nos sistemas como resultado da interação. Neste contexto, Buckley (1971) criou o modelo de sistema adaptativo complexo, cuja essência está na análise do sistema sociocultural como um complexo sistema adaptativo que de forma contínua gera, elabora padrões de significados, ações e interação. Para este teórico, a análise destes atributos dos sistemas sociais (capacidade produtiva, viabilidade, continuidade e a capacidade adaptativa) permite a explicação da mudança, dos conflitos e tensões (Bertero, 1975; Buckley 1971).

A necessidade de melhor compreender o comportamento dos sistemas continua, e Luhmann (1997) elaborou o modelo sistêmico que considera os sistemas capazes de produzir a sua própria estrutura. Por outro lado, Luhmann no seu modelo considera os sistemas com identidade e estrutura própria e com capacidade de absorver os recursos do ambiente e transformá-los em produtos, facilitando assim a sua capacidade de adaptação pós-crise (Regatieri, 2019; Luhmann, 2016).

Nesta pesquisa foi adotado o modelo de Luhmann, pois este além de abordar a interação, a mudança proposta pelos outros modelos, considera também que os sistemas têm identidade e estrutura própria e com capacidade de usar os recursos disponíveis no ambiente para reestruturar e reorganizar o seu funcionamento após perturbação. Portanto, de acordo com o modelo de Luhmann, os sistemas têm a capacidade de ser resilientes.

A resiliência é um fenómeno multidimensional, cuja discussão é feita com base em três abordagens teóricas: a abordagem norte americana que associa a resiliência à habilidades individuais, portanto, para esta corrente, a resiliência depende de características genéticas. Ainda de acordo com esta abordagem, estas habilidades inatas do indivíduo permitem que este interaja com o seu meio, favorecendo a ocorrência da resiliência. A semelhança da

abordagem norte-americana, a abordagem europeia também se focaliza no indivíduo, porém, difere da abordagem norte-americana ao considerar que a interação do indivíduo com o meio circundante não é relevante para a ocorrência da resiliência. Para esta corrente teórica, a resiliência depende somente dos factores genéticos do indivíduo. Em oposição às abordagens norte-americana e europeia surge a abordagem latino-americana que se distancia do enfoque no indivíduo e considera a resiliência como um fenómeno comunitário ou social cuja ocorrência depende das relações de interação entre o sujeito da resiliência e o seu meio envolvente. Importa referir que estas linhas teóricas convergem no entendimento de que a resiliência constitui uma resposta a uma situação adversa (Ladesma, 2014; Zolli, 2013; Arciniega, 2013).

As diferentes perspetivas da abordagem da resiliência levaram a definição de três principais modelos de estudo da resiliência - a resiliência enquanto capacidade de Resistência, a resiliência como capacidade de Recuperação e a resiliência como capacidade de Transformação. A resiliência como capacidade de Resistência considera a existência de factores inatos que neutralizam os factores de risco, evitando que o indivíduo passe por uma situação adversa, enquanto que, o modelo da resiliência como capacidade de recuperação parte do pressuposto de que os factores de risco não são suficientemente fortes, pois ainda existe a possibilidade do restabelecimento do equilíbrio inicial após uma situação traumática e o modelo de transformação considera a resiliência como resultado da interação entre os factores de risco e os de protecção, e focaliza-se na capacidade do sujeito da resiliência de se transformar para lidar com o ambiente modificado (Ladesma, 2014).

A abordagem transformativa da resiliência contribuiu para a aplicação deste conceito na compreensão dos processos de transformações que ocorrem nos sistemas ecológicos. Foi neste contexto que Holling (1973) ao observar as transformações nestes sistemas comprovou a existência de uma relação de dependência entre os sistemas ecológicos e o seu meio que inclui o sistema social. Esta relação de dependência entre o sistema social e os sistemas ecológicos contrasta com o preservacionismo americano que considerava a relação entre o humano e a natureza destruidora, e abre espaço para uma abordagem sistémica da ligação entre o sistema social e os ecossistemas naturais dando origem aos sistemas socioecológicos que são caracterizados por processos socioeconómicos e biofísicos.

Os sistemas socioecológicos são complexos e complementares, portanto, a compreensão destes, passa pela análise dos sistemas sociais e ecológicos visto que estes são

dependentes na sua coexistência. Neste sentido, a resiliência nestes sistemas é entendida como sendo a capacidade de reorganização da funcionalidade dos sistemas sociais e ecológicos através da adaptação a nível social, económico e ecológico, sem perder a identidade local e se ajustando às dinâmicas do ambiente modificado (Andrade e Candido, 2011).

### **Metodologia de Pesquisa**

Abordagem da resiliência é feita tendo como base três modelos: o primeiro se refere ao estudo do indivíduo, no âmbito de pesquisas científicas quantitativas; o segundo modelo dá ênfase ao estudo dos processos, percepções a partir de experiências de vida, numa visão sistémica e o terceiro modelo, levanta a necessidade de repensar e reconstruir o conceito de resiliência. Para esta pesquisa é seguida a segunda abordagem que considera a análise da resiliência a partir de experiências de vida numa visão sistémica. Neste contexto, esta pesquisa foi desenvolvida como um estudo de caso, baseado no pós-positivismo, visto que este paradigma permite o uso de múltiplas fontes (teorias, métodos, técnicas), o que possibilita a confrontação crítica do observado, tornando os resultados mais objectivos (Coutinho, 2016).

A área de estudo é o Parque Nacional de Limpopo, localizado a sul de Moçambique, concretamente na Província de Gaza, abrangendo os distritos de Massingir, Mabalane, Mapai e Chicualacuala. Esta pesquisa foi realizada no distrito de Massingir, pelo facto de este ser o único que apresenta as três categorias de comunidades existentes no PNL, nomeadamente comunidades reassentadas, comunidades por reassentar e as comunidades da zona tampão. No que tange as comunidades envolvidas, fizeram parte desta pesquisa três comunidades, entretanto, a cobertura das três categorias de comunidades, o fácil acesso e pouco envolvimento em pesquisas anteriores foram os principais critérios considerados para a selecção. Neste contexto, foram seleccionadas as comunidades de Massingir-velho (Reassentada), Comunidade de Bingo (por reassentar) e a Comunidade de Machaule (zona tampão).

Em termos metodológico, a pesquisa faz uma combinação de abordagens qualitativas e quantitativas, portanto trata-se de uma pesquisa mista. A amostra foi baseada no método serpentina (*Random Route*), visto que os agregados familiares na área de pesquisa são dispersos, não existem mapas que permitam a localização exacta dos agregados e também pelo facto de a área ser caracterizada por alta mobilidade o que aumenta a necessidade de substituição da amostra. Com este método todos indivíduos que compõem o universo, tem a

mesma probabilidade de participar da pesquisa, e a selecção foi apenas fruto do acaso (Coutinho, 2016; Hoffmeyer-Zlotnik, 2003).

No que se refere ao tamanho da amostra a pesquisa envolveu 139 agregados familiares. Além dos agregados familiares fizeram parte da pesquisa o então Administrador do Distrito de Massingir, cinco representantes de Organizações da Sociedade Civil que trabalham no parque, cinco representantes da Administração do Parque Nacional e as lideranças locais, tendo também participado em cada comunidade o líder da comunidade, o chefe da terra e um líder religioso. Fizeram ainda parte da pesquisa 73 pessoas, envolvidas através de grupos de discussão focal, cujo detalhe poderá ser encontrado no capítulo 2 desta tese.

A recolha de dados foi feita através de inquéritos, entrevistas semiestruturadas, grupos focais e a observação directa. O tratamento e análise de dados foi resultado da combinação do Statistical Package for The Social Sciences (SPSS), para os dados quantitativos e análise de conteúdo para os dados qualitativos. A triangulação de dados foi essencial para uma caracterização holística da Resiliência Comunitária no PNL.

### **Ética de Pesquisa**

A presente pesquisa envolve seres humanos, e de acordo com o código de Nuremberg<sup>9</sup>, formulado em 1947, todas as pesquisas que envolvem seres humanos devem ser acompanhadas pelo uso de um consentimento informado para todos os participantes da pesquisa (Andrade *et al*, 2013). Assim sendo, o Consentimento Informado foi parte integrante desta pesquisa, dando liberdade ao grupo-alvo de decidir sobre a sua participação ou não. Para uma melhor compreensão pelas comunidades, o termo de consentimento foi traduzido para o xi-changana, língua falada na área de estudo, e cada participante recebeu uma copia do consentimento por si assinado e pelo investigador. Nesta pesquisa participaram apenas maiores de 18 anos, pois, a partir desta faixa etária são considerados adultos e, por conseguinte, em condições de decidir sobre a sua participação ou não no estudo.

### **Estrutura da Tese**

Esta pesquisa, para além da introdução e conclusão esta tese é composta por cinco capítulos. A introdução faz referência sumária ao tema, o contexto, a relevância da pesquisa, o problema, hipóteses, objectivos da pesquisa, abordagem da pesquisa, o método de pesquisa, o enquadramento teórico e também aborda resumidamente aspectos metodológicos da

---

<sup>9</sup> O código de Nuremberg é um conjunto de preceitos éticos para pesquisas, como resultado do julgamento dos crimes cometidos pelos médicos nazistas em campos de concentração

pesquisa que incluem a componente da ética da pesquisa. O capítulo I traz discussões teóricas que orientam a pesquisa, faz o debate actualizado do conceito de resiliência nas suas variadas dimensões e os conceitos a ela associados. No capítulo II, traz o problema da pesquisa e abordagem metodológica, que inclui os métodos, técnicas, contexto e delineamento e escolha de variáveis.

No capítulo III, estão descritas as mudanças socioeconómicas e culturais na vida das comunidades, como resultado da criação do PNL. O capítulo IV, traz as estratégias adoptadas pelas comunidades com vista à redução do impacto negativo das mudanças resultantes das dinâmicas do PNL enquanto que, o capítulo V faz uma análise dos factores de influência a capacidade de adaptação das comunidades.

## **CAPÍTULO I: QUADRO TEÓRICO**

### **1.1. Abordagens e Teorias**

De acordo com Almeida e Oliveira (2021), as pesquisas pretendem investigar e ou analisar minuciosamente um determinado fenómeno, produzindo conhecimento e instrumentos que sirvam de base para a resolução ou compreensão do problema identificado. As abordagens e as teorias, fazem parte destes instrumentos e tem uma grande contribuição na geração do conhecimento, pois, guiam a pesquisa, auxiliam na identificação de uma perspectiva metodológica que explica os fenómenos em análise e ainda, orientam a interpretação dos resultados com vista a dar resposta às questões colocadas pela pesquisa.

As hipóteses desta pesquisa se referem a ocorrência de três eventos na vida das comunidades do PNL, a mudança, a adaptação e a resiliência. Estes elementos são explicados pelos fundamentos da Teoria Geral dos Sistemas (TGS), segundo a qual os sistemas (incluindo o sistema social ou humano) estão em constante interação com outros sistemas e também com o meio ambiente, resultando em mudanças na sua estrutura. De outro modo, TGS se refere à capacidade dos sistemas restabelecerem o seu estado de equilíbrio após uma determinada perturbação através do processo de adaptação. O alinhamento das hipóteses da pesquisa com os pressupostos da TGS, torna adequado o uso desta teoria para a orientação da pesquisa.

A resiliência é um fenómeno caracterizado por uma complexidade de interações entre as partes dos sistemas e com o meio ambiente. Portanto, a compreensão da resiliência passa pela análise desta complexidade de relações, sendo deste modo considerada a abordagem sistémica apropriada, visto que esta permite caracterizar os fenómenos, tendo em conta o entorno dos sistemas.

#### **1.1.1. Abordagem Sistémica**

As primeiras ideias em torno da abordagem sistémica emergiram na idade média com as formulações do filósofo grego Aristóteles, que acreditava que todas as coisas eram formadas pela matéria, de tal forma que a natureza só poderia ser real se analisada com recurso a formas geométricas. Entre os séculos XVI e XVII, com o avanço científico observado na Astronomia, Física e Matemática, o mundo começa a ser entendido como uma máquina regida por leis matemáticas. Esta abordagem foi intitulada mecanicismo cartesiano sendo que René Descartes foi um dos teóricos que mais se notabilizou. O mecanicismo Cartesiano defendia ainda que a compreensão dos fenómenos na sua globalidade só poderia ser feita a

partir da análise das partes. Este pensamento foi importante para a explicação de vários processos dentre eles a circulação sanguínea (Gomes *et al*, 2014).

A incapacidade da abordagem Cartesiana em explicar determinados fenômenos como o metabolismo e a respiração, fez com que surgisse o movimento Romântico que sugeria a análise da natureza de forma orgânica. Para este movimento, a natureza tem uma forma móvel e é caracterizada por um conjunto de relações que ocorrem num todo harmónico. Ainda na perspectiva de compreender os fenômenos, no século XX surgiu o movimento organicista que se opunha ao mecanicismo cartesiano e formulou os seus pressupostos com base na ideia de que as propriedades de um organismo pertencem ao todo, e nenhuma das partes possui as propriedades do todo, visto que estas são resultado da interação entre as partes. Neste contexto, as propriedades das partes só podem ser entendidas a partir da organização do todo (Gomes *et al*, 2014).

Ao mesmo tempo que a biologia evoluía na explicação dos fenômenos, as ciências exactas também mostravam avanços, de tal forma que em 1920 Heisenberg Werner contrapôs-se as ideias de Newton que estavam em vigor naquela época, ao argumentar que o mundo não pode ser decomposto em unidades elementares com existência independente. Na perspectiva de Werner, a compreensão do todo deveria ser feita com base na análise da interação das partes do sistema, significando com isso que o todo é que define o comportamento das partes.

Naquela época, havia um alinhamento nas diferentes áreas no que se refere a existência das relações de interação e da sua relevância para a compreensão dos fenômenos. Porém, as divergências no concernente à interpretação dessas relações ainda eram notáveis. Foi neste contexto que ainda em 1920, o filósofo Christian Von Ehrenfels trouxe um novo elemento, ao afirmar que o todo é maior que a soma das partes. Esta constatação se tornou a base para o surgimento do pensamento sistémico (Araujo e Gouveia, 2016).

O pensamento sistémico está assente em três pressupostos, o Expansionismo, o Pensamento Sintético e a Teleologia. O expansionismo está alinhado com a abordagem cartesiana, ao considerar que os sistemas podem ser divididos em unidades mais pequenas e simples. Porém, diferem pelo facto de o pensamento sistémico considerar a existência de uma relação de dependência entre os elementos que compõem o sistema. O pensamento sintético considera os sistemas constituídos por subsistemas que estão em constante interação. Deste modo, o sistema não pode ser visto como uma simples soma das partes, mas, torna-se importante considerar toda complexidade de relações envolvidas. Este pressuposto se opõe a perspectiva cartesiana ao considerar que a análise isolada das partes

não permite compreender o sistema na sua totalidade. O pensamento sintético considera ainda relevante a análise do papel de cada uma das partes para compreender a organização e funcionamento dos sistemas (Araujo e Gouveia, 2016).

A Teleologia analisa as condições para a ocorrência dos eventos. Segundo este pressuposto as causas não são suficientes para determinar a ocorrência de um evento, visto que os sistemas estão em constante interação entre si e com o meio ambiente, fazendo com que não se tenha o controlo sobre a influência externa para com o sistema. Para a Teleologia, o facto de o ambiente ser dinâmico a ocorrência do evento deve ser vista como uma probabilidade e não como a relação causa-efeito como preconiza a abordagem Cartesiana (Araujo e Gouveia 2016; Gomes *et al*, 2014).

### **1.1.2. Teoria Geral dos Sistemas (TGS)**

O desenvolvimento da TGS interessou a vários teóricos de diferentes áreas do saber. Foi neste contexto que Kholer's um teórico alemão que iniciou a sua pesquisa sobre os sistemas em 1924 com enfoque nos sistemas físicos, apresentou em 1927 alguns postulados que contribuíram para a teoria de sistemas, a partir da apresentação das propriedades dos sistemas inorgânicos em comparação com os sistemas orgânicos. Esta abordagem ficou conhecida como sendo a teoria dos sistemas abertos (Bertalanffy, 1969).

Ainda na década 20, concretamente em 1925, Lothaks outro teórico que se dedicou ao estudo dos sistemas, trouxe uma abordagem generalizada dos sistemas e não somente os sistemas físicos como defendia Kholer's. Lothaks, dada sua experiência de trabalho como estatístico, associou o estudo dos sistemas à população, tendo considerado a comunidade como sistema (Bertalanffy, 1969).

Em 1948, Norbert Wiener's Cybernetics, desenvolveu a teoria cibernética, que considera a troca de informação (retroalimentação) como um factor essencial para o funcionamento dos sistemas. De acordo com os defensores desta teoria, a retroalimentação pode gerar resultados positivos, facto que permite a reestruturação e regeneração dos sistemas. Por outro lado, esta teoria considera que a interação das partes dos sistemas confere um estado de coesão ou sinergia ao sistema e, ausência desta sinergia dá origem a entropia (ausência da sinergia). Ainda de acordo com teoria cibernética, as mudanças positivas absorvidas pelos sistemas conduzem à sobrevivência dos sistemas (Gomes, *et al*, 2014).

O estudo dos sistemas foi evoluindo em várias áreas e a matemática foi o ramo da ciência que mais publicações teve. Na perspectiva de evitar duplicação de esforços e permitir a comunicação entre as diferentes correntes de investigação, foi criada em 1954 a sociedade

de pesquisadores da teoria geral dos sistemas. Esta sociedade, pretendia estudar conceitos, teorias e incentivar o desenvolvimento de modelos teóricos adequados para a abordagem dos sistemas. Foi com os pressupostos do pensamento sistémico e nos préstimos da teoria cibernética que o Biólogo austriaco Ludwig Von Bertalanffy elaborou a Teoria Geral dos Sistemas, com o objectivo de definir princípios que permitissem a compreensão dos sistemas no geral, sejam estes de natureza física, biológica ou sociológica (Bertalanffy, 1969).

Bertalanffy, inicia o desenvolvimento da TGS sugerindo a análise do universo como um organismo vivo, cujo funcionamento depende da matéria e da energia proveniente do ambiente, o que resulta numa relação de interação, não podendo deste modo serem analisados com recurso a termodinâmica da teoria clássica. A teoria Geral dos Sistemas (TGS), foi desenvolvida na década 50 do século XIX e tem como base o sistema. Bertalanffy (1969) definiu o sistema como um conjunto de elementos num complexo de relações de interação. A esta ideia, também se alinou Chiavenato (1983) ao definir os sistemas como elementos unidos pela relação de dependência e interação. Stair e Reynolds (2011), trouxeram um elemento novo na definição dos sistemas ao considerar que a interação entre os elementos do sistema tem em vista o alcance dos objectivos do sistema na sua globalidade.

Na asserção de Bertalanffy (1969), a TGS parte do prognóstico da existência de dois tipos de sistemas, os fechados e os abertos, dos quais os sistemas fechados estão isolados do seu meio ambiente, enquanto os sistemas abertos na sua evolução podem importar energias do meio ambiente. Este autor, considera os seres vivos como sistemas abertos e não fechados como considerado pela teoria clássica de René Descartes. A troca da matéria e energia entre os sistemas abertos e o ambiente e/ou vice-versa afecta o equilíbrio dinâmico proposto pela teoria clássica.

Uma outra classificação dos sistemas foi elaborada por Luhmann (1984), tendo considerado a existência de quatro tipos de sistemas, nomeadamente: os sistemas vivos (organismos), não vivos (máquinas), psíquicos (consciência) e os sistemas sociais (sociedade). Os sistemas não vivos dependem na íntegra do ambiente externo para a sua existência, os vivos possuem elementos vitais que mantem o seu funcionamento, os psíquicos se referem à consciência e ao pensamento, ao passo que, os sistemas sociais são compostos pela comunicação e são caracterizados pela interação de uma pluralidade de actores, na qual a acção é orientada por regras. No geral, os sistemas sociais são considerados complexos de expectativas relativas a papéis e sanções. Para Luhmann (1984), estes quatro sistemas estão interligados entre si, no entanto os sistemas não vivos, os vivos e os psíquicos constituem o ambiente dos sistemas sociais ou humanos (Regatieri, 2019; Barrata, 2004).

Na abordagem da TGS, o ambiente tem variáveis desconhecidas e incontroláveis que influenciam o funcionamento dos sistemas, criando coesão entre as partes do sistema, o que torna relevante a compreensão das relações de interação para o estudo dos fenómenos, contrariando a abordagem da teoria clássica que não considera importante o conhecimento do ambiente exterior para o entendimento dos fenómenos (Araujo e Gouveia, 2016).

A Teoria Geral dos Sistemas é norteada por seis principais conceitos: i) a globalidade que defende que todos os sistemas funcionam como um todo coeso e a mudança em uma das partes afecta o todo; ii) não somatividade - o sistema não é a soma das partes, para a sua compreensão deve ser considerado o todo e as suas interações; iii) homeostase - os sistemas tem capacidade de autorregulação que permite a estabilidade e funcionamento do sistema; iv) morfogénese - os sistemas tem capacidade de absorver processos externos ao meio e reestruturar a sua organização; v) circularidade - a relação entre os elementos de um sistema acontece de forma circular e vi) equifinalidade - argumenta que o equilíbrio dos sistemas abertos depende das relações de interação entre as partes do sistema e do sistema com o meio ambiente (Gomes *et al*, 2014; Vasconcellos, 2010).

Chiavenato (1983) com base nos conceitos da TGS apresentou algumas características dos sistemas, recorrendo a função e a estrutura. Para Chiavenato, os sistemas têm objectivos próprios; funcionam de forma coesa e qualquer mudança numa das partes afecta o sistema na sua globalidade (Globalidade). Igualmente, os sistemas podem sofrer desgaste como resultado da mudança (Entropia) e também tem a capacidade de restabelecer o equilíbrio após uma perturbação com uso dos recursos externos para a reorganização da sua estrutura e função (Homeostasia).

Ferreira (2001) também enfatizam a capacidade do restabelecimento do equilíbrio dos sistemas, ao afirmarem que a interação entre as partes de um sistema e do sistema com o seu meio é uma oportunidade para que os sistemas possam reorganizar espontaneamente o seu funcionamento interno, de forma a atingir maior heterogeneidade, complexidade e por conseguinte, um estado de estabilidade.

Com a formulação da Teoria Geral dos Sistemas, Bertalanffy considera ter encontrado princípios universais aplicáveis as várias áreas científicas, falando assim da ciência da globalidade, da integridade e totalitária. Bertalanffy considera a TGS como a teoria da interdisciplinaridade.

### 1.1.2. 1. Modelos de Abordagem da Teoria Geral dos Sistemas

A abordagem da Teoria Geral dos Sistemas é feita com base em determinados modelos, se notabilizando os modelos de Homans (1950); Parsons (1951), Buckley (1971) e Luhmann (1997). Cada um destes teóricos desenvolveu modelos para explicar o comportamento e funcionamento dos sistemas sociais.

Homans, na sua obra *The Human Group, Social Behavior: Its Elementary Forms, Exchange Theory* (1950), traz a sua investigação no estudo dos sistemas sociais, apresentando as variações do ambiente onde o sistema social está inserido. Estas alterações do ambiente de acordo com Homans são resultado das actividades e do tipo de interação de cada uma das partes do sistema. Ao conjunto desta interação externa, Homans designou por sistema externo, o que é formado por sentimentos, actividades e interação. Estes elementos são considerados variáveis dependentes e qualquer modificação sobre estas resulta na transformação das restantes variáveis que caracterizam o sistema externo.

Além do sistema externo, Homans considera a existência de actividades internas do próprio sistema que designou por sistema interno. Neste contexto, Homans considera o sistema social como um complexo que inclui o ambiente físico e social, materiais, sistema externo, sistema interno e as normas. Todos estes elementos do complexo estão em constante interação e interdependência, dando origem ao modelo de equilíbrio de Homans (Motta, 1971).

Talcott Parsons um sociólogo de Harvard, também deu a sua contribuição na elaboração de modelos da TGS, trazendo uma das suas primeiras obras sobre a TGS em 1951 intitulada *The Social System*. Para o desenvolvimento do seu modelo, Parsons estabeleceu uma unidade de análise que designou por acção de um agente ou de uma coletividade numa dada situação. Este teórico identificou seis elementos que caracterizam esta unidade de estudo, designadamente o esforço (vontade, propósito do agente); a situação (o mundo exterior ao agente que comporta os objectos sociais e os não sociais); os meios (condições materiais que não estão sob controlo do agente); as condições (situações que com o esforço próprio do agente não são possíveis de alterar); as normas (orientam o agente) e os fins (normas que regulam o agente) (Regatieri, 2019; Barrata, 2004).

Parsons, alicerçado na sua unidade de análise, identificou três tipos de sistemas de acção: a personalidade, sociedade ou sistema social e o sistema cultural. A personalidade é o sistema de acção do individuo que inclui as necessidades do individuo, o sistema social é o sistema de acção constituído por uma pluralidade de agentes, caracterizado pela interação

entre as diferentes personalidades, senso comum e a interdependência entre as pessoas. O sistema cultural se refere ao conjunto de padrões simbólicos e valores que tem as suas próprias formas e problemas de integração. Apesar da distinção que este teórico faz entre os três sistemas, ele entende que há uma inter-relação entre o sistema social e os outros sistemas, e estas relações de interação se desenvolvem num conjunto de harmonia, equilíbrio e frisões (Regatieri, 2019; Barrata, 2004).

Para Parsons os três sistemas (Personalidade, Sistema Social e Cultural) apresentam quatro funções primárias: a manutenção de modelos culturais associada ao sistema cultural; a integração, realizada através do sistema social; a realização de fins colectivos, definidos pelo sistema de personalidade e a adaptação ao meio ambiente, que é realizada por intermedio do organismo. Tendo como base estas características, Parsons desenvolveu o modelo de intercâmbio (*Interchange model*), também conhecido por AGIL (*Adaptation Goal Attainment Integration Latent Pattern Maintenance*) - Adaptação, obtenção de objectivos, integração e manutenção de padrões latentes. Com este modelo, Parsons pretendia demonstrar as relações de interação entre os vários subsistemas (Regatieri, 2019).

No modelo AGIL, a adaptação está ligada à economia enquanto a obtenção dos objectivos se associa a política. A integração operacionaliza as normas, e a manutenção é vinculada aos valores. Estes elementos são os que no modelo de Parsons compõem o sistema social e cada elemento se relaciona com a estabilidade e a mudança. O grande objectivo do modelo de Parsons era demonstrar a existência de relações de interação nos sistemas e a sua dependência nos insumos e produtos para o alcance do equilíbrio (Regatieri, 2019; Luhmann, 1996).

Uma vez demonstrada a existência das relações de interação nos sistemas pelo modelo AGIL, Parsons, preocupou-se em explicar o funcionamento destas relações de interação entre os elementos do sistema social (que constitui uma lacuna no modelo de Homans), tendo elaborado o seu segundo modelo, que chamou de modelo interpenetração recíproca de sistemas separados analiticamente. Este modelo foi considerado como uma transição do funcionalismo estrutural para o modelo do funcionalismo sistémico Parsoniano. De acordo com este modelo, os sistemas mantêm a sua identidade, desenvolvem uma relação com o meio a volta, e ainda há uma interação interna das partes que o compõem. Estas características do sistema, Parson resumiu em alocação e integração. A alocação está vinculada aos meios que o sistema absorve do meio externo para o seu funcionamento enquanto a integração são os valores e as normas internas (Regatieri, 2019; Bertero, 1975).

Apesar de inúmeros avanços que Parsons trouxe no estudo dos sistemas, o facto de na sua abordagem se concentrar apenas nos sistemas sociais e a limitação dos seus modelos na explicação da mudança, fez com que estes fossem duramente criticados. Neste contexto, Buckley (1967), na sua obra *Sociology and Modern System Theory*, apresentou uma alternativa à inadequabilidade do modelo Parsoniano em explicar a mudança. Para este teórico, o facto de os sistemas serem abertos permite que haja interação entre as partes do sistema tal como entre o sistema e o meio ambiente, contribuindo para a manutenção da capacidade produtiva, viabilidade, continuidade e mudança nos sistemas. Nestas relações de interação, os sistemas além da troca de energia fazem também a troca de informação permitindo a retroalimentação, que é um elemento essencial para re-direcionamento dos objectivos, pelos sistemas sociais após perturbação, conferindo maior facilidade de adaptação.

De acordo com Buckley, a retroalimentação pode ser positiva ou negativa, resultando em propriedades benéficas ou maléficas para os componentes do sistema. As mudanças benéficas são absorvidas e aproveitadas pelo sistema para sua sobrevivência enquanto as mudanças negativas dificultam a sobrevivência dos sistemas, resultando em alguns casos no desaparecimento do sistema.

Para a elaboração do seu modelo sistémico, Buckley aproveitou os fundamentos da teoria estruturalista de Parsons, tendo designado por morfoestase a análise dos processos de trocas entre o sistema e meio ambiente apresentada pela teoria estruturalista, enquanto a parte do sistema que esta teoria não explica (a mudança) denominou por morfogênese, que consiste essencialmente na explicação dos factores que causam mudança num sistema. Buckley combinou a morfoestase e a morfogênese criando uma única abordagem denominada homoestase que é um estado harmónico, caracterizado pelo equilíbrio dinâmico dos sistemas, resultante da interação entre o sistema e o seu meio ambiente. Este estado harmónico é também conhecido por mudança adaptativa, que é considerada como uma tendência natural de todos sistemas (Vasconcellos, 2010; Bertero,1975).

Com base na homoestase, associada aos conceitos do meio, variedade e coerção (caracterizam os processos que influenciam a estrutura ou o estado do sistema), Buckley criou o modelo de sistema adaptativo complexo, cuja essência está na análise do sistema sociocultural como um complexo sistema adaptativo que de forma contínua gera, elabora padrões de significados, acções e interacção. Na perspetiva de Buckley a análise dos atributos dos sistemas sociais: capacidade produtiva, viabilidade, continuidade e a

capacidade adaptativa permite a explicação da mudança, dos conflitos e tensões, que era a principal lacuna do modelo parsoniano (Bertero, 1975; Buckley 1971).

Com o modelo de Buckley a lacuna dos modelos de Parsons estava ultrapassada. Porém, ainda havia necessidade de melhor compreender o comportamento dos sistemas. Foi neste contexto que Luhmann (1997)<sup>10</sup> com base na ideia de Parsons da existência de subsistemas, iniciou a sua contribuição na teoria geral dos sistemas fazendo uma adaptação da teoria de Parsons. Luhmann, fez uma análise da sociedade como um sistema social, onde o homem e o seu meio são reciprocamente meio circundantes um do outro, e ambos possuem uma estrutura que permite a coexistência.

Para explicar o funcionamento do sistema social, Luhmann desenvolveu um modelo que apresenta os sistemas sociais como compostos por uma complexidade de relações entre as partes do sistema assim como com o ambiente. Esta rede complexa de interações pode alterar a estrutura dos sistemas e em resposta a imposição do ambiente, o sistema se transforma criando subsistemas e cada um destes subsistemas tem o seu meio circundante tornando-se assim um sistema complexo (Luhmann, 2016).

Para este teórico, o agente externo não modifica o sistema, pode sim causar alguma perturbação e dependendo da sua capacidade, o sistema pode necessitar de mudar a sua estrutura para responder a essa perturbação, produzindo a sua própria estrutura e se reconstituir após uma perturbação. A esta característica dos sistemas Luhmann designou por autopoiese, e considera cada perturbação ao sistema como um estímulo para a autopoiese. Por outro lado, Luhmann no seu modelo se refere ao facto de os sistemas selecionarem as possibilidades que estão em volta para a sua reconstituição e adaptação ao meio ambiente e/ou a si mesmo (Regatieri, 2019; Luhmann, 2016).

Ainda como parte do funcionamento dos sistemas, Luhmann no seu modelo considera os sistemas Auto-referentes pelo facto de cada sistema possuir identidade e estrutura própria. Para Luhmann, os sistemas são operacionalmente fechados, visto que não permitem que o seu funcionamento seja determinado pelo ambiente externo, absorvendo recursos do ambiente e transformar em produtos que permitem o seu funcionamento. Este fechamento permite que os sistemas criem a sua própria complexidade, permitindo uma melhor adaptação ao ambiente modificado (Regatieri, 2019; Luhmann, 2016).

À semelhança de Buckley, Luhmann apresenta a comunicação como um elemento importante para os sistemas sociais. No seu modelo, a comunicação acontece dentro do

---

<sup>10</sup> Na obra *The evolutionary Differentiation Between Society and Interation*

sistema, não existe comunicação entre o sistema e o seu meio, tudo o que existe no ambiente não é comunicação, mas pode ser usado para a comunicação interna do sistema, e tudo o que não resulta em mudança no sistema não é considerado comunicação. O que o sistema absorve do ambiente é a informação que causa diferença no seio do sistema, resultando numa mudança na estrutura do sistema. Luhmann considera ainda que a informação recebida do ambiente pode ser aceite ou recusada pelo sistema (Kunzler, 2004).

Antes de Luhmann, Katz e Kahn (1987) apresentaram um modelo para a explicação da teoria sistémica no contexto das organizações. Este modelo é considerado abrangente, porém complexo. Parte do pressuposto de que a organização é um sistema aberto, importa energia (recebe insumos do ambiente), processa os insumos, transformando-os em produtos que são importantes para o ambiente. Similarmente, a energia é colocada pelo sistema ao ambiente e retorna a si reiniciando os eventos, podendo levar a ocorrência da entropia negativa (reposição qualitativa da energia evitar a morte do sistema).

O modelo de Katz e Kahn (1987) também considera a informação como insumo para a garantia da ocorrência da retroalimentação e conseqüente alcance do estado estável ou hemóstase dinâmico, caracterizado pela diferenciação de papéis entre as partes do sistema. Numa outra perspectiva, este modelo defende que não existe uma única forma correcta para atingir o estado estável.

Para esta pesquisa, foi adoptado o modelo de Luhmann, pois este além de explicar a interação e a capacidade de adaptação proposto pelos outros modelos, ele considera os sistemas com identidade e estrutura própria, com capacidade de definir as condições para seu funcionamento, e após perturbação, usando os recursos disponíveis no ambiente para a reestruturação e reorganização do seu funcionamento. Portanto, de acordo com o modelo de Luhmann, os sistemas sociais têm a capacidade de serem resilientes, graças à capacidade de usar os recursos disponíveis no seu meio ambiente para a elaboração de estratégias de adaptação que permitem a reestruturação assegurando a continuidade do funcionamento dos sistemas, o que se alinha com os hipóteses desta pesquisa, ao considerar que as comunidades do PNL são resilientes às mudanças resultantes da criação do Parque Nacional de Limpopo.

### **1.3. Conceitos Centrais da Pesquisa e sua operacionalização**

O modelo de Luhmann sobre os sistemas sociais adoptado nesta pesquisa, remete-nos a um fenómeno social que é a Resiliência cuja compreensão passa pelo aprofundamento do seu conceito, permitindo um entendimento comum sobre o mesmo. É neste contexto que apresentamos a evolução histórica e os debates actualizados do conceito de Resiliência,

fazendo interligação entre as várias áreas do saber. E, porque a resiliência não pode ser vista isoladamente, fazemos também a discussão dos sujeitos da resiliência (comunidade, família) e os conceitos a este associados, a mudança e a estrutura social. Igualmente, são aqui discutidos os determinantes da resiliência (factores de risco, factores de protecção e as estratégias de adaptação).

### **1.3.1. Origem e Interdisciplinaridade do Conceito de Resiliência**

A resiliência é uma realidade antiga e multivariada. Já no processo da colonização encontramos traços da resiliência como resultado da distribuição desigual do poder, das relações de exploração, do controlo e supressão da cultura das comunidades colonizadas. Estes eventos da colonização resultaram na perda de identidade, confiança e do sentido de posse da terra por parte das comunidades colonizadas, sujeitando-as a várias adversidades, desde a marginalização, exclusão, racismo e a discriminação. Nessa época, no contexto científico, havia o entendimento de que eventos negativos resultavam no atraso de desenvolvimento e desordem psiquiátrica. Porém, estas comunidades colonizadas que estavam sujeitas a estes eventos extremos mantinham o seu funcionamento normal perante estas situações adversas (Kirmayer *et al*, 2009).

A necessidade de compreender como é que determinadas pessoas ou grupos mesmo no meio de adversidades mantinham o seu funcionamento normal, fez com que pesquisadores americanos e ingleses iniciassem estudos para perceber o impacto da pobreza no desenvolvimento infantil, tendo constatado que algumas crianças mesmo em situação de pobreza extrema mantinham níveis de desenvolvimento normal. Para consubstanciar estes resultados, vários estudos foram feitos submetendo crianças a várias situações de risco como alcoolismo e doenças mentais. No entanto, parte dessas crianças apresentavam um desenvolvimento normal. Individuos que apresentavam esta característica foram designadas por invulneráveis ou invencíveis, termos esses mais tarde qualificados por Resiliência (Anthony e Cohler, 1987).

A discussão da Resiliência constitui ainda um debate inacabado, estando continuamente a despertar interesse de vários pesquisadores e de diversas áreas do saber. No início do século XIX precisamente em 1807 Thomas Young cientista inglês introduziu este conceito nas ciências exactas, concretamente na física e engenharia. Young, observou que determinados materiais (elásticos) mediante a aplicação de uma força sofriam deformação, porém, restabeleciam o equilíbrio inicial. Materiais com essas propriedades foram denominados por resilientes. Esta contribuição de Young foi traduzida no seu livro com o

título a *Course of Lectures on Natural Philosophy and the Mechanical*, 1807 (Yunes, 2001; Young, 1807).

O significado da resiliência nas ciências exactas embora mantenha a base criada por Young, nos dias de hoje, apresenta novos elementos estando a resiliência associada à capacidade de os materiais absorverem energia na região elástica, e é graças a esta energia que estes materiais restabelecem o seu estado inicial. Ainda nas ciências exactas, materiais que se mantiverem intactos após um impacto adverso são também considerados resilientes (Brandão e Nascimento, 2011).

Por volta da década 70 do século XX, o conceito de Resiliência ganha espaço nas áreas sociais, concretamente na Psicologia. Neste período, a Resiliência estava associada ao termo invencibilidade, termo introduzido pelo Psiquiatra Infantil Elwyn James Antony em 1974, para descrever crianças que embora tenham sido expostas a elevados períodos de stress psicológico, mantinham uma saúde mental razoável, demonstrando impermeabilidade a todos eventos desfavoráveis. Este debate da resiliência enquanto invencibilidade, foi mais profundo com a publicação de *The Invulnerable Child* de Antony e Cohler retratando a capacidade de recuperação de determinadas crianças quando expostos a ambientes stressantes. Ainda nesta obra, os autores, trazem a contribuição dos factores de risco e protecção no desenvolvimento de competências especiais no meio de extrema vulnerabilidade. De referir que esta abordagem da resiliência teve igualmente valências significativas de Werner e Smith ao apresentarem a obra *Vulnerable but Invincible : A Longitudinal Study of Resilient Children and Youth* em 1989 (Antony e Cohler, 1987).

A ideia da associação da Resiliência à invencibilidade, foi contestada por vários autores, entre eles Michael Rutter (2012) que considerava a ideia da invencibilidade “errónea”, pois, na sua perspectiva, a invencibilidade não devia ser considerada constante, imutável e absoluta, visto que, a ser assim descrita se estaria perante uma capacidade ilimitada de superação de adversidades.

Ainda no século XX, a Psicologia começa a olhar para a resiliência como a habilidade de um indivíduo superar efeitos nocivos da adversidade, não significando necessariamente sair ileso do choque como foi inicialmente considerado com aplicação do termo invencibilidade (Yunes, 2003; Grotber, 1995). Com esta abordagem, a psicologia passa a compreender a resiliência como uma característica que certas pessoas têm de superarem momentos mais difíceis não excluindo a possibilidade da existência de marcas do choque. Portanto, para a psicologia a resiliência continuava sendo analisada como estando dependente somente dos factores internos do individuo, concretamente da personalidade.

Ainda nas ciências sociais, na década 90 do século XX, a Antropologia inicia seus estudos, vinculando a Resiliência, à flexibilidade e adaptação das comunidades locais em relação a sociedade moderna (Ralha - Simões, 2017).

A necessidade da explicação do funcionamento dos organismos vivos, fez com que a resiliência ganhasse espaço nas ciências naturais, concretamente na Biologia, visto que os organismos para a sua sobrevivência em diferentes ambientes necessitam da capacidade de adaptação. Para a Biologia, a resiliência é vista como sendo a capacidade de adaptação dos organismos vivos mediante alteração do seu meio (Ford e Emery, 2008).

Na ecologia em particular, a Resiliência é associada às dinâmicas, ao ciclo evolutivo e adaptativo dos ecossistemas. À semelhança da Antropologia, a Ecologia considera a adaptabilidade e a flexibilidade como características essenciais para o restabelecimento do equilíbrio dos ecossistemas. Com esta abordagem, a ecologia analisa a Resiliência como capacidade dos ecossistemas de absorverem a mudança e se adaptarem. Por outro lado, na ecologia a resiliência é vista como um fenómeno intrínseco a todas as coisas, a todos os seres e todas manifestações, sendo assim considerado um fenómeno complexo (Silva e Exterckoter, 2016; Andrade, Candido e Sousa, 2011).

O maior destaque da resiliência nas ciências ecológicas observou-se em 1973, com a publicação de Holling da obra *Resilience and stability of ecological systems*, na qual sugere uma abordagem sistémica da resiliência e considera que a compreensão deste fenómeno depende da análise das relações de coexistência entre os sistemas naturais e sociais, que formam os complexos sistemas socioecológicos.

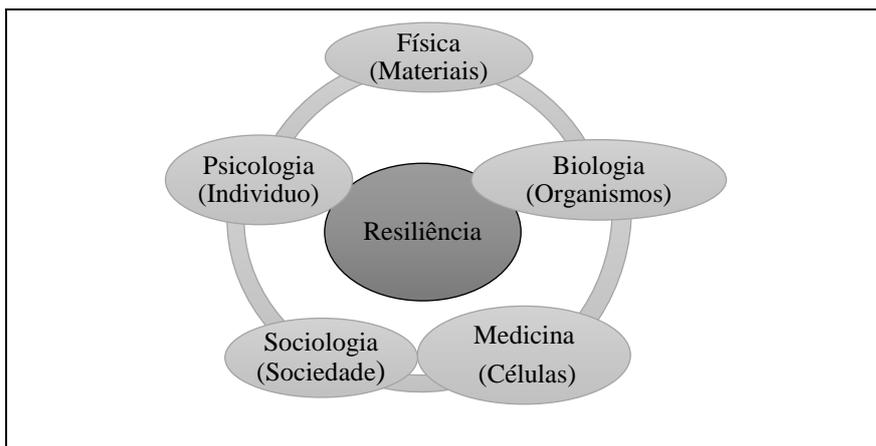
A Sociologia, convergindo com as outras áreas do saber, também se interessa pela compreensão deste complexo fenómeno social - a Resiliência. Entretanto, segundo Bengt (2004), a abordagem da Resiliência na Sociologia é relativamente mais recente quando comparada com outras ciências sociais como a Psicologia. A Sociologia, com base no interesse que o estudo da Resiliência trouxe para as diferentes áreas do saber, sugere que este fenómeno não seja analisado sob ponto de vista de uma ciência, mas sim com base numa abordagem interdisciplinar, recomendando deste modo a combinação entre a Sociologia e a Biologia, concretamente a Ecologia. A Sociologia trouxe o conceito de adaptação usado na Biologia também para a sociedade (Bengt, 2004).

A perspectiva de análise da Resiliência das ciências exactas difere das ciências sociais e naturais pois, a abordagem das ciências exactas considera a resiliência somente como capacidade de alcance do equilíbrio pós - choque, enquanto para as ciências sociais e ciências naturais, em especial a Sociologia e a Ecologia, a resiliência é um fenómeno

complexo caracterizado por múltiplos estados de equilíbrio num mesmo sistema, por conseguinte, a sociologia sugere que a Resiliência seja analisada numa base sistémica (Gunderson, 2000).

Embora seja feita a combinação das várias áreas do saber, para a compreensão da Resiliência, cada uma destas ciências possui a sua unidade de análise, tal como ilustra a figura 1 abaixo:

Figura 1: A Resiliência e a Interdisciplinaridade



Fonte: Adaptado de (Blandtt, 2007)

A abordagem interdisciplinar da Resiliência torna o debate deste conceito dinâmico. Assim, a Resiliência é percebida como um fenómeno de várias facetas: como um fenómeno físico dado facto de estar ligado à natureza dos materiais; psíquico biológico pela focalização no indivíduo; psicossocial pela ligação com a organização e funcionamento do sistema familiar e outros grupos sociais; bio-ecológico pois está na natureza biológica das espécies vivas e nos ecossistemas no geral e como um fenómeno socio-ecológico por estar ligado a organização dos elementos sociais e naturais (Andrade, 2011). Estes múltiplos significados da Resiliência tornam o debate do seu conceito crucial para o seu entendimento. É nesta perspectiva que surgiram algumas correntes que desenvolveram modelos para facilitar a compreensão das várias facetas deste fenómeno social.

### 1.3.2. Abordagens Teóricas da Resiliência

O estudo do conceito de resiliência tem na sua base três grandes correntes: a abordagem norte-americana, a europeia e a latino-americana. A abordagem norte americana da resiliência surgiu entre as décadas 70 e 80 e é considerada geneticista e individualista, dado o facto de ter enfoque na identificação de processos e mecanismos protectores em ambientes diversificados, e que afectam o desenvolvimento humano. Por outro lado, esta abordagem

está centrada no indivíduo, avalia dados observáveis e quantificáveis ligados ao comportamento, daí a designação de *behaviorista*. Para esta corrente, a Resiliência é produto de interação entre o indivíduo e o meio (Fuente, 2012).

Um dos teóricos que representa a abordagem norte americana é Fran Norris (2008) que concentrou a sua investigação no entendimento do stress, da adaptação, do bem - estar e dos recursos dinâmicos (robustez - recursos com baixa probabilidade de deterioração, redundância - abundância de recursos; e rapidez - facilidade de acesso e uso dos recursos). Para este teórico, a resiliência é manifestada pela capacidade do indivíduo de alcançar o bem-estar que significa alto nível de saúde mental e comportamental, funcionamento adequado dos diversos papéis sociais e qualidade de vida. Para esta corrente, a resiliência está centrada nos aspectos de saúde pública e mental do indivíduo.

Norris desenvolveu o modelo de resistência e resiliência, segundo o qual o indivíduo tem três opções diante da exposição a um evento de stress: resistência, disfunção transitória situacional seguida por um processo de Resiliência ou disfunção permanente. Segundo este teórico, o resultado mais provável é a disfunção transitória situacional caracterizada por um período de angústia e sofrimento temporário, que pode ser seguido por um processo de Resiliência. Para este modelo, a Resiliência ocorre quando os recursos dinâmicos são capazes de neutralizar os efeitos dos agentes do stress, permitindo adaptação ao ambiente alterado e retorno ao funcionamento após o período de disfunção transitória (Norris, 2008).

A segunda corrente que aborda a resiliência é a europeia que tem enfoque na psicanálise e na ética, prioriza a coesão, representação e participação que cada indivíduo tem na escolha do tipo de desenvolvimento que pretende. Para esta corrente, contrariamente à abordagem americana, a resiliência ultrapassa os factores do meio, tendo uma maior dependência dos factores internos do indivíduo (Suazo, 2015).

A abordagem mais recente da Resiliência é a latino-americana, esta tem um sentido comunitário ou social e não individual como acontece com as abordagens norte-americana e a europeia, e considera a Resiliência como uma prática social com múltiplas dimensões (física, emocional, mental e espiritual). Para esta corrente, a Resiliência é a lógica para resposta aos problemas do contexto, tem um carácter dinâmico e é uma evidência de esforços colectivos para enfrentar situações de emergência (Fuente, 2012).

A corrente latino americana é representada pelo teórico Argentino Ébio Néstor Suárez Ojeda, que, na sua abordagem considera o momento do trauma como uma oportunidade para mobilizar recursos, capacidades solidárias e promoção da transformação social nas comunidades. Ojeda, diz ainda que numa situação de crise as comunidades contam

com uma força protectora que permite a transformação das condições negativas em oportunidade para a sua reconstrução (Oliveira e Morais, 2018; Arciniega, 2013).

Ojeda, na sua abordagem, considera a existência de cinco pilares para o desenvolvimento da Resiliência comunitária, designadamente: a solidariedade que é caracterizada pela identificação pelos membros da comunidade com os problemas do grupo, por forma a conquistar benefícios colectivos; a honestidade do estado caracterizada pela confiança dos membros da comunidade para com os seus governantes na gestão dos bens públicos; identidade cultural que diz respeito à valorização dos elementos de uma determinada cultura, proporcionando às comunidades, o sentido de pertença; Humor social que é poder das comunidades de encontrar “comédia na tragédia” e aceitação da situação adversa o que facilita o distanciamento do problema, criando condições de melhor busca de solução para o problema. Outro pilar considerado crucial por Ojeda é a autoestima colectiva que é caracterizada pelo orgulho do local onde mora, dos recursos existentes e a identificação com os costumes locais (Oliveira e Morais, 2018).

Para a abordagem latino-americana, a resiliência depende do desenvolvimento económico (Recursos disponíveis e a sua distribuição), do capital social (relações do individuo e as suas redes) da informação e comunicação (informação sobre os riscos, decisões a serem tomadas) e da competência comunitária (capacidade de tomada de decisão, empoderamento, habilidades e confiança (Oliveira e Morais, 2018). Nesta pesquisa, a abordagem da Resiliência é feita com fundamentos da corrente latino-americana, pois esta ultrapassa o enfoque individual, faz uma abordagem abrangente, considera os factores sociais e/ou comunitários que influenciam a capacidade de resiliência não somente individual assim como grupal.

### **1.3.3. Abordagem Comunitária da Resiliência**

Como foi referido acima, a abordagem latino-americana distancia-se do foco individual da Resiliência e considera os aspectos sociais e culturais para a construção da Resiliência, iniciando assim a abordagem da Resiliência Comunitária, que conjuga dois conceitos, nomeadamente, Resiliência e comunidade. Neste contexto, a compreensão do conceito de resiliência comunitária passa também pela discussão do conceito de comunidade.

## **Conceito de Comunidade**

O termo comunidade, tem a sua origem, no latim “Comunitas”, que se referia à qualidade do que é comum. Este termo, já vem sendo usado desde o tempo de Aristóteles como expressão duma totalidade de indivíduos ligados por laços sociais, e no século XIX, começa a despertar interesse de vários autores, iniciando assim o debate em torno do mesmo (Lemos, 2009).

Nas Ciências Sociais, os estudos iniciais deste conceito foram feitos pelo alemão Ferdinand Tonnies, tendo na época definido a comunidade como uma forma de vida antiga que se desenvolveu a partir da agregação de famílias num mesmo espaço, ligados por laços de sangue, amizade, costume e ou fé. Tonnies associa o termo comunidade aos laços de sangue, proximidade espacial e a proximidade espiritual. Depois do Tonnies, vários teóricos se dedicaram na discussão deste conceito, foi o caso de Ander - Egg (1980); Gordon (1994) e Boudon, 1990. Cada um destes teóricos trouxe a sua contribuição, mas todas convergem na sua abordagem ao associar o conceito de comunidade às relações sociais, ao compromisso moral, a coesão social, aos interesses vitais comuns, a proximidade geográfica e continuidade no tempo. No entanto, importa referir que a localização geográfica pode ser considerada característica intrínseca à comunidade, pois mesmo distante pode se sentir parte dela (Peruzzo e Volpato, 2009).

A sociedade contemporânea, fez renascer o debate em volta deste conceito, devido a explosão multicultural resultante das grandes massas populacionais portadoras de diferentes culturas e da alteração da balança do poder decorrente do fim da guerra fria, simbolicamente marcado pela queda do muro de Berlim. Embora inúmeros esforços tenham sido feitos para a definição deste conceito, ainda constitui uma discussão inacabada, pois este termo, assume vários sentidos e carrega consigo várias emoções, tornado - se assim polissêmico.

Para uma compreensão integral do conceito de comunidade no campo da sociologia, Bartle (2007), sugere que este conceito seja analisado em seis dimensões, nomeadamente: a dimensão tecnológica, económica, política, institucional ou social, valores estéticos e a dimensão das crenças e conceitos. A dimensão tecnológica define a comunidade como sendo o conjunto de indivíduos que possuem ferramentas e competências associadas ao modo como este conjunto lida com o ambiente físico. Para esta dimensão, a relação entre a humanidade e a natureza é um factor determinante para a criação de uma verdadeira comunidade (Phil Bartle, 2007; Bottomore, 1996).

A dimensão económica, além da relação entre o homem e a natureza associa o conceito de comunidade às diferentes formas e meios de produção e a distribuição de bens e

serviços considerados úteis. Nesta dimensão as ideias e os comportamentos das pessoas em relação a economia são essenciais para a definição da comunidade. O conceito de comunidade também se estende a política, estando nesta dimensão ligado às diferentes formas e meios de distribuição do poder que influenciam na tomada de decisão. Assim, para a dimensão política, a comunidade é definida como sendo a forma como grupos informais se organizam para tomar decisões na ausência de um líder (Phil Bartle, 2007).

A dimensão institucional valoriza as relações que o homem desenvolve para a definição do conceito de comunidade. Estas relações são caracterizadas pela compreensão da forma como as pessoas agem, interagem e como esperam que os outros reajam, tendo como base os papéis socialmente definidos. Tonnies (1977) notabilizou-se nesta dimensão, ao definir a comunidade como um grupo que partilha livremente e entrelaça as relações sociais primárias, determinadas por laços personalizados de intimidade e emoção, bem como de regras de coerção e controlo social.

Na dimensão de valores estéticos, a comunidade não é somente vista como um grupo mas também se assume a existência da partilha de ideias e comportamentos em relação a noção do bom e do mau e as justificações que as pessoas apresentam para as suas acções enquanto a dimensão dos conceitos e crenças considera a comunidade como grupos pertencentes à mesma área geográfica, que partilham suas ideias em relação a natureza ou universo, bem como o seu papel e comportamento para com a mesma ( Phil Bartle, 2007).

Ainda no âmbito do debate em torno do conceito de comunidade, Ferreira *et al* (2001) fizeram análise da comunidade à luz da teoria sistémica, tendo constatado que esta apresenta três características que permitem que seja entendida como um sistema. A primeira característica é a dependência entre as partes que compõem a comunidade (os agregados familiares, as lideranças, o governo e outras entidades), e esta interdependência pode ser directa ou indirecta; a segunda característica da comunidade enquanto um sistema, está relacionada com a caracterização desta como um todo, significando que qualquer mudança verificada em uma das partes afecta o todo e a terceira característica, incide na sinergia das partes que compõem a comunidade, e o produto final desta sinergia é o benefício do todo, neste caso da comunidade na sua globalidade.

O conceito de comunidade usado na análise da resiliência comunitária nesta pesquisa é resultado da combinação da dimensão económica, dimensão de conceitos e crenças e a dimensão institucional. Deste modo, para esta pesquisa a comunidade é definida como conjunto de pessoas que ocupam o mesmo espaço geográfico, desenvolvem relações entre

elas e com o meio a volta, partilham culturas, ideias, papéis e comportamento em relação a natureza. Nesta definição estão presentes três elementos essenciais da teoria geral dos sistemas que contribuem para o desenvolvimento da Resiliência: os grupos sociais, o território (presença de recursos naturais) e a interação social (redes sociais).

Uma das partes importantes da comunidade enquanto sistema é a família, o que pressupõem que a compressão do funcionamento da comunidade depende da análise das dinâmicas da família e do entendimento do seu conceito.

### **Conceito de família**

O conceito de família apresenta muitas variações podendo ser influenciado dentre vários aspectos pela cultura. Esta grande variação faz com que este conceito seja entendido de múltiplas formas. Porém, todas elas convergem na consideração da família como pilar da sociedade. A família enquanto instituição tradicional era percebida somente como um grupo social composto pela união entre um homem e uma mulher, e os filhos que desta relação resultam (Freitas, 2014).

As dinâmicas da sociedade, associadas a dependência do conceito de família às especificidades de cada sociedade e aos aspectos culturais, fizeram com que a definição deste conceito se tornasse complexa. Neste contexto, a família passou a ser percebida como conjunto de indivíduos que se relacionam entre si de uma forma mais ou menos constante num espaço comum, envolvendo uma teia de relações e significados que fortalecem os valores da socialização, entajuda e solidariedade necessários para o bom funcionamento da família e dos seus membros (Ribeiro,2007; Barros,2002).

A família é percebida como uma unidade indissociável, inseparável, pois os membros de uma família estão relacionados uns com os outros. Determinados autores consideram a família como unidade social básica, dado facto de esta ser a base para a existência da sociedade e, universal por esta fazer parte de todo o tipo de sociedade, independentemente das suas características. Com base nas dinâmicas da sociedade, o sistema familiar assume determinadas características sendo classificada em elementar ou nuclear, quando formado pelo homem, sua esposa e filhos, família extensa, que tem na sua composição duas ou mais famílias nucleares ligadas por laços familiares, família composta, formada por três ou mais conjugues. Além das famílias nuclear e extensa, encontramos também a família conjugada-fraterna, que é composta por irmãos com as respectivas esposas e filhos (Dias, 2010; Giddens, 2009).

A partir da segunda metade do século XX, no âmbito da abordagem sistémica, Bertalanffy (1972) considerou a família também como um sistema aberto, onde as partes interagem entre si e também com o meio exterior. Os padrões de interação entre os diversos membros não são lineares, mas sim circulares e, a estabilidade desta interação é garantida pelas características homeostáticas das famílias. A evolução e as mudanças que ocorrem no seio da família foram consideradas como estando inerentes ao sistema familiar (Minuchin, 1990; Andolfi 1981).

Na sociedade, a família desempenha várias funções desde a biológica<sup>11</sup>, socialização<sup>12</sup>, social<sup>13</sup>, assistencial<sup>14</sup> e económica<sup>15</sup>. Na função económica, a família é uma unidade de produção e de consumo, sendo que nas regiões cuja agricultura é a base de sobrevivência se evidencia a função produtiva da família, e para responder a esta responsabilidade a existência de famílias numerosas é crucial. Foi neste contexto que antes da Revolução Industrial uma estrutura familiar com um elevado número de filhos era considerada prestigiada. Duas ou mais gerações habitavam o mesmo espaço, sendo controladas por uma autoridade máxima que era o homem mais velho da casa, com uma hierarquia rígida, baseada no género e idade, onde as mulheres estavam sempre subordinadas aos homens e os jovens subordinados aos mais velhos, e tanto homens assim como mulheres eram subordinados a autoridade máxima da família (Dias, 2010).

### **1.3.3.1. Modelos Teóricos da Resiliência Comunitária**

A necessidade de compreensão da Resiliência social ou comunitária despertou interesse de vários teóricos convergindo no pressuposto de que este fenómeno surge como resposta à existência de condições adversas que afectam a condição de equilíbrio do sistema, se exigindo deste a criação de condições e/ou habilidades para enfrentar estas adversidades (Coimbra e de Moraes, 2015; Luthar e Cushing, 2000). Todavia, o facto de a Resiliência ser

---

<sup>11</sup> A função Biológica da família está relacionada com a reprodução da espécie humana e satisfação de necessidades sexuais (Fernando e Bambo, 2009; Dias, 2010).

<sup>12</sup> Socialização é uma das mais importantes funções da família, e esta centrada na preparação do individuo para o seu ingresso na sociedade: (Fernando e Bambo, 2009; Dias, 2010).

<sup>13</sup> A função social da família refere-se ao seu papel na definição do status inicial do individuo (Fernando e Bambo, 2009; Dias, 2010).

<sup>14</sup> A função assistencial da família se refere à protecção física, económica e psicológica em relação aos seus membros (Dias, 2010).

<sup>15</sup> A função da família na perspectiva económica cinge-se à capacidade de produção e ou de consumo (Fernando e Bambo, 2009; Dias, 2010).

um fenómeno complexo torna a sua definição também complexa. Como forma de simplificar a discussão deste conceito, autores que se dedicam a análise deste fenómeno sugeriram a orientação do debate em três modelos teóricos, nomeadamente: Resiliência Como Estabilidade, Resiliência Como Recuperação e a Resiliência como um processo de Transformação (Arciniega, 2013).

### **Resiliência como Estabilidade ou Resistência**

Esta perspectiva resultou de estudos ecológicos e considera a resiliência como capacidade da comunidade de resistir à mudança, mesmo com ocorrência de riscos que geram stress e danos materiais. Para esta abordagem, a comunidade perante um choque se ajusta de forma a neutralizar o impacto negativo da adversidade. Numa outra perspectiva, a comunidade tem a capacidade de resistir à mudança imposta pelo ambiente de risco (Arciniega, 2013; Folke *et al*, 2003)

### **Resiliência como Capacidade de Recuperação**

A resiliência enquanto capacidade de recuperação centra-se no restabelecimento do equilíbrio anterior à situação de choque, com base na criação de vínculos afectivos e de confiança com o meio ambiente adverso, permitindo uma superação positiva, graças ao alcance do equilíbrio anterior num ambiente transformado. Sob outra perspectiva, a adaptação às condições adversas passa por produzir uma capacidade de viver com a incerteza e com a mudança, promover a diversidade para reorganizar e renovar, e ainda combinar diferentes tipos de conhecimento deste ambiente transformado para a aprendizagem, resultando em oportunidades de auto-organização para a sustentabilidade (Zolli, 2013; Kirmayer *et al*, 2009; Ralha-Simões, 2001 ).

Atributos como flexibilidade, paciência, compreensão e bom humor são essenciais para adaptação ou superação positiva das adversidades e posterior restabelecimento do equilíbrio inicial. Nesta dimensão as comunidades que alcançam a superação em menos tempo são consideradas mais resilientes (Kirmayer *et al*, 2009).

### **A Resiliência como um processo de Transformação**

Esta é considerada a dimensão mais completa do conceito de Resiliência Comunitária, e baseia-se no pressuposto de que a resposta ao choque é através do processo de adaptação, pois as pessoas e/ou grupos são capazes de se transformar para enfrentar uma situação adversa, usando as oportunidades que o ambiente transformado oferece para converter a ameaça numa situação positiva, conduzindo à regeneração, reconversão e reorganização do

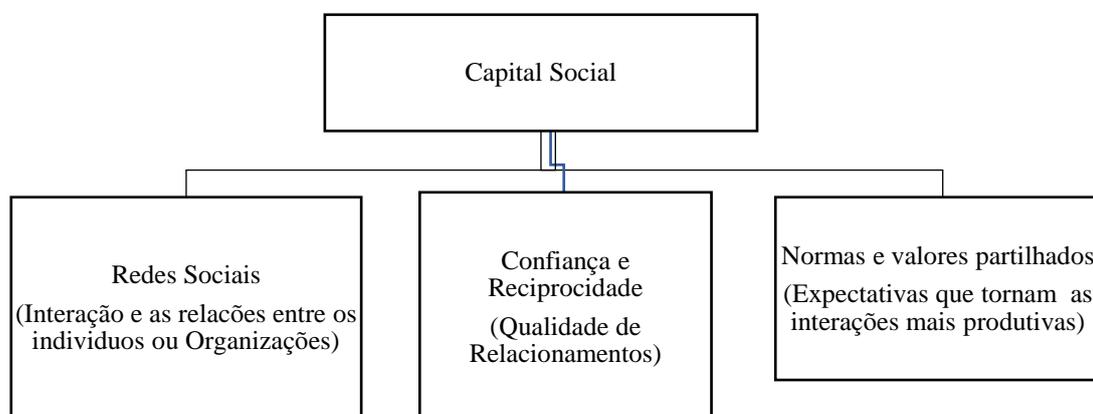
funcionamento do sistema. Neste processo de transformação, o sistema passa por vários estágios, porém mantendo a identidade. Para o sistema humano, a transformação é acompanhada pela reconstrução dos seus significados, renovação da fé, confiança e de esperança (Ladesma, 2014).

Ainda na abordagem transformativa, a Resiliência é considerada como processo, pois está relacionada com a adaptação que leva à comunidade a uma situação de bem-estar, incluindo a sua relação de interdependência com os recursos sociais, culturais, humanos e económicos. Este posicionamento é contrário às abordagens das dimensões de Estabilidade e Recuperação que consideram a Resiliência como um atributo.

A perspectiva transformativa da Resiliência conceitua a existência de activos tangíveis e intangíveis que facilitam o processo de transformação do sistema humano e consequente alcance do estado de Resiliência, designadamente: Capital Social, Capital Humano, Capital físico-Natural ou ambiental e o Capital financeiro. O Capital Social é um activo do sistema humano que ganha maior interesse nas ciências sociais pelo facto de este estar ligado as relações sociais que constituem a base para a compreensão da vida humana. Além das relações sociais, o capital social é caracterizado também pelas obrigações morais, confiança, normas sociais e culturais, percepções culturais e valores sociais, redes sociais e sanções informais que moldam a quantidade e a qualidade cooperativa das interações sociais de uma sociedade (Jackson e Madin, 2009)

De acordo com Field (2003) o capital social pode ser visto em três dimensões, a união, ponte e a rede. A união se refere as relações entre os grupos sociais, a ponte às relações entre diferentes grupos sociais e a rede como sendo as relações que o individuo desenvolve com as pessoas que ocupam diferentes posições na sociedade.

Figura 2: Dimensões do Capital Social



Fonte: Network for Business Sustainability (2015).

O capital social é também um elemento crucial para projectos de desenvolvimento. Para o Banco Mundial, o capital social constitui a principal alternativa para a melhoria dos aspectos económicos, sociais de grupos ou comunidades desfavorecidas ou ainda em situação de vulnerabilidade, o que significa que o resultado positivo ou negativo das intervenções para a melhoria destas condições depende do capital social (Banquero, 2003).

As habilidades de organização das famílias e ou comunidades através de associações ou redes de relações sociais ou ainda outras estruturas sociais, para que possam usufruir dos benefícios também fazem parte do capital social. Nestas formas de organização, as relações de confiança são cruciais e as redes sociais são fundamentais no estabelecimento desta confiança (Kaztman, 2000).

O Capital Humano é considerado um activo intangível, porém de extrema importância. Este se refere as habilidades, conhecimentos e experiências que conduzem à capacidade de tomada de decisão perante uma situação crítica (Kaztman, 2000; DFID, 1999). A instituição educacional seja ela formal ou informal é essencial para o desenvolvimento do capital humano, pois prepara os membros do sistema humano para desempenharem papeis socialmente definidos, preservarem a sua cultura, servirem de elo para passagem da herança cultural de geração para geração (manutenção da identidade do sistema) e ainda criarem uma atitude positiva perante uma situação de choque.

A educação permite ainda que o individuo adquira competência de resolver problemas, estabelecer um sentido de autoestima, aumentar a capacidade de autocontrolo e ainda, elevar as suas expectativas em relação ao seu futuro, criando condições para uma maior capacidade de adaptação no caso de ocorrência de uma situação adversa. Estas características tornam a educação uma instituição importante para a criação dos atributos e ou características que favorecem o processo de Resiliência (Elias, Parker e Rosenblatt 2013; Palma, 2010).

Para compreender as mudanças que possam ocorrer no capital humano há quatro parâmetros que são analisados nomeadamente: a mudança da liderança das famílias, a média do tamanho das famílias, o nível de literacia dos membros dos agregados familiares e os perigos de saúde enfrentados pelas famílias (Malavski, Lima & Costa, 2010).

Capital Físico-Natural - Este termo é usado para descrever os recursos naturais oferecidos pelo ecossistema terrestre, daí a sua designação de “dom da natureza”. Estes recursos estão disponíveis para o homem e contribuem para o seu bem-estar. O capital natural é, na sua essência, dominado pelo ecossistema económico e é caracterizado pelos benefícios tangíveis e intangíveis provenientes de todos os recursos naturais e que são directa

ou indiretamente aproveitados pelo homem. A compreensão deste activo, passa pela análise do acesso, disponibilidade, restrição e capacidade de gestão destes recursos por parte das comunidades. O capital financeiro que igualmente faz parte do sistema humano, consiste em salários, proveitos em geral e acesso a créditos, bens materiais como imóveis e meios próprios de transporte (Groot, 2003; Costanza *et al*,1997).

Para a abordagem transformativa, a Resiliência comunitária resulta da capacidade do homem em usar os recursos disponíveis no ambiente, facto que conduz a uma relação de dependência entre o homem e a natureza. Esta dependência é frequentemente observada em indivíduos e ou comunidades rurais pobres cuja sobrevivência depende do uso dos recursos naturais disponíveis no local, dando origem aos sistemas socioecológicos, que são compostos pelos sistemas sociais e os ecológicos (Oliveira e Morais, 2018; Ungar, 2011).

Os sistemas sociais estão relacionados com o funcionamento de qualquer ambiente humano, da governação bem como da flexibilidade e adaptação, mantendo sempre a identidade do sistema, enquanto os sistemas ecológicos são formados pelo meio físico (biótico) e os seres vivos que com o meio interagem. Nos sistemas socioecológicos há uma dependência dos meios de sobrevivência das comunidades, da economia local, dos recursos naturais disponíveis e de todos ecossistemas, incluindo as redes sociais (Ostrom, 2009; Liu *et al*, 2007).

A dependência do homem em relação aos recursos naturais (sistemas ecológicos) faz com que qualquer mudança nos sistemas ecológicos afecte o funcionamento do sistema humano. Por outro lado, o uso dos recursos naturais pelo homem para a sua sobrevivência afecta o equilíbrio dos sistemas ecológicos, resultando na necessidade do restabelecimento do equilíbrio social e ecológico. Perante este cenário, a Resiliência comunitária assume a vertente socioecológica, podendo ser entendida como sendo Resiliência socio-ecologica, que se desenvolve nesta complexidade de interação entre os sistemas sociais e ecológicos (Machlis *et al*, 1997).

A resiliência socio-ecológica foi inicialmente considerada como uma necessidade de sobrevivência, porém, mais tarde foi observado que era um fenómeno cuja compreensão necessita de análise da capacidade do homem em lidar com as adversidades e também a influência das suas redes sociais. A abordagem da resiliência nos sistemas socioecológicos foi marcada pela publicação da obra *Sustainig ecosystems and people in a changing world* de Walker e Salt (2005), que defende a necessidade de ligar os sistemas sociais e naturais para a compreensão da resiliência. Para estes autores, a Resiliência constitui uma resposta de qualquer sistema à perturbação ou choque e, esta depende do

contexto, redes sociais e do estado do sistema. Assim, a resiliência socio-ecológica pode ser definida como sendo a habilidade do sistema de se recuperar de um evento adverso de forma rápida e eficiente, restaurando e ou melhorando o funcionamento do sistema (Srex, 2012). Numa análise sistémica, a Resiliência é considerada como capacidade intrínseca a um sistema, tornando-o capaz de superar o distúrbio imposto por um fenómeno externo e manter-se organizado em sua essência (Luhmann, 2016; Fernandes e Sampaio, 2008).

Esta pesquisa assume a Resiliência como um processo de transformação e não como um atributo, pois, considerando as dinâmicas a que as comunidades do Parque Nacional de Limpopo foram sujeitas poucas são as possibilidades delas resistirem ou voltar ao seu estado inicial como defendem as abordagens da Resiliência como Recuperação, existindo a possibilidade de usarem as oportunidades que o meio adverso oferece para uma adaptação e reestruturação do seu funcionamento e posterior alcance do bem-estar económico, social e cultural da comunidade.

Em termos de definição da resiliência, é aqui assumida a definição de Walker *et al* (2006) que considera a resiliência como sendo a capacidade dos sistemas de absorverem distúrbios e se organizarem enquanto passam por mudanças de modo a manter a estrutura, função, identidade e retroalimentação. Esta definição está assente na resiliência como um processo de transformação.

#### **1.3.4. Determinantes da Resiliência: Risco, Protecção e Vulnerabilidade**

De acordo com Tunes (2006) a Resiliência é um processo que sempre actua no risco. O conceito de risco está associado a vida humana, foi introduzido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1973, para se referir a probabilidade mórbido e os seus efeitos. A partir desta visão da OMS, diversos autores definiram o risco, tendo Taboada e seus companheiros considerado como risco todos elementos que quando presentes no ambiente económico, psicológico e ou familiar possuem grande probabilidade de causar danos sociais evidentes (Taboada, Legal e Machado, 2006).

Rutter (1993), associa o risco à presença de factores que afectam negativamente a capacidade de adaptação, trata-se dos factores de risco que tem a sua origem nos aspectos internos ou externos do individuo e ou do sistema. O risco está presente no próprio sujeito da Resiliência, podendo este ser individuo, família e ou comunidade. No âmbito familiar, o baixo nível socioeconómico é um dos factores de risco enquanto ao nível comunitário a pobreza e o baixo nível de participação na tomada de decisão sobre a vida da comunidade

constituem alguns dos factores de risco (Davydov *et al*, 2010; Clauss-Ehlers, 2008; Gutman, 2008; Coleman & Hagell, 2007).

Os níveis de risco dependem do impacto directo ou indirecto do evento sobre o individuo, família ou comunidade. O impacto por sua vez é influenciado pelos factores que facilitam a superação da adversidade, significando que a presença de factores de risco não é por si uma condição única e suficiente para ocorrência de um evento adverso, mas sim a combinação do impacto que este risco representa ao sujeito e também a capacidade destes factores de risco se sobreporem aos factores de protecção (Anaut, 2005).

Os factores de protecção reduzem a probabilidade de ocorrência de uma situação adversa. A semelhança dos factores de risco, os de protecção podem ser individuais, familiares e ou comunitários. A nível familiar, o nível de educação escolar do chefe de família, a coesão familiar são alguns dos factores de protecção essenciais para a ocorrência da resiliência (Aisenberg & Herrenkohl, 2008).

De acordo com Deslandes e Junqueira (2003), os factores de protecção, modificam e melhoram a resposta do indivíduo, família e ou comunidade quando exposto a algum perigo, possibilitando a sua adaptação às mudanças. Os factores de protecção são categorizados em individuais, familiares e ou factores de suporte. Os factores individuais estão associados ao temperamento e as capacidades cognitivas do indivíduo, enquanto os factores de protecção familiar estão associados ao calor humano e a coesão familiar (Ralha-Simões, 2017).

Yunes e Szymanski (2001), fizeram uma correlação entre os factores de protecção e os de risco, se referindo a estes como o binómio Risco e Protecção. Garmezy (1991), chama atenção a relatividade dos factores de Protecção e de risco, visto que estes dependendo do contexto e das circunstâncias em que se desenvolvem, podem se traduzir em factores de protecção ou de risco, sendo deste modo percebidos como mecanismos de protecção e de risco. Sob outra perspectiva, os factores de risco e os de protecção são influenciados pelo desenvolvimento psicológico e podem se desenvolver de forma diversificada, não devendo desta forma serem considerados estáticos (Ralha-Simões, 2017; Rutter, 1987).

As mudanças naturais e económicas a que os sistemas humanos estão sujeitos, afectam o acesso a bens e serviços, bem como o funcionamento normal. Por outro lado, factores sociais tais como a pobreza, desigualdade, marginalização, aumentam a possibilidade de ocorrência nestes sistemas de eventos de risco, tornando-os vulneráveis (Lindoso, 2014).

A vulnerabilidade é considerada pelos cientistas sociais como representando a existência de um conjunto de fatores sociais, económicos, políticos e culturais que reduzem a possibilidade do sistema responder de forma positiva aos impactos negativos externos, ou ainda como sendo a probabilidade de os factores de risco terem impacto negativo sobre o sistema (Lindoso, 2014:). A vulnerabilidade limita a possibilidade do envolvimento nos aspectos sociais, institucionais, condiciona a participação comunitária resultando na redução da capacidade de adaptação do individuo, famílias e ou comunidades, a uma situação adversa.

Adger (1999), considera que a vulnerabilidade não é somente influenciada por factores externos pois, esta existe naturalmente nos sistemas mesmo que estes não estejam expostos a riscos externos. Neste contexto, a análise da vulnerabilidade, deve ser feita tendo em conta o nível pessoal, que está estritamente ligado aos aspectos genéticos e o suporte do ambiente em volta, caracterizado pelos factores externos ao individuo e ou sistema (Anaut, 2005)

A vulnerabilidade resulta da interação entre duas variáveis, a estrutura de oportunidades e capacidade dos lugares. A estrutura de oportunidades está relacionada ao mercado, sociedade e o Estado. O mercado é essencialmente caracterizado pelo ensejo de ocupação e ou do emprego, enquanto a sociedade centra-se nas relações interpessoais de apoio mútuo. Estas relações podem ser observadas desde o nível familiar, comunitário, grupos étnicos e ou religião. A estrutura de oportunidades é igualmente influenciada pelo Estado visto que este é responsável pela definição de políticas de bem-estar e das estruturas de representação de demandas e interesses. A capacidade dos lugares se refere aos territórios ou espaços de sobrevivência das comunidades pois, a partir destes as famílias e/ou comunidades tem acesso aos recursos e serviços que garantem o seu bem-estar (Kaztmam, 2000).

A vulnerabilidade pode ser categorizada em dois grupos, vulnerabilidade centrada no sujeito que inclui as predisposições genéticas, recursos da personalidade e recursos cognitivos e vulnerabilidade ligada às insuficiências do ambiente, estando ligada a estrutura familiar inadequada, pobreza e o isolamento social (Anaut, 2005).

No que tange a ligação da vulnerabilidade e a resiliência, a vulnerabilidade é considerada como um dos determinantes da resiliência pois ela indica a predisposição do individuo ou grupo apresentar perturbação perante as adversidades. Uma condição de maior vulnerabilidade reduz a possibilidade da ocorrência da resiliência e propicia a ocorrência de mudanças que afectam o funcionamento do sistema (Ralha-Simões, 2017).

### **1.3.5. Mudança Social**

A resiliência é uma resposta à mudança que possa ocorrer na estrutura ou funcionamento dos sistemas. Neste âmbito, a compreensão da capacidade de resiliência passa pelo entendimento da mudança social. O termo mudança social foi introduzido na Sociologia em 1922 por Ogburn para substituir os termos evolução e progresso, com vista a explicar as alterações da estrutura, das acções e das redes sociais do sistema social num determinado momento e em determinadas condições. Assim, a mudança social pode ser entendida como qualquer mudança no campo económico, político e cultural que afecta a estrutura social, sendo resumidamente percebida a mudança social como passagem de uma estrutura social para outra (Falcão 2013; Dias, 2010; Burke, 1980).

A abordagem da mudança social é feita tendo como base em vários modelos ou teorias, destacamos aqui três teorias: A teoria de Spencer, Marx e Comte. O modelo de Spencer é baseado na teoria evolução do Darwin. Para este teórico, a mudança social pode ser entendida como evolução social, portanto, a evolução é o resultado de cumulativos de mudanças que acontecem num determinado período e numa mesma direcção que induzem de imediato a um processo de mudança. No modelo de Spencer, a mudança social depende de factores endógenos que resultam na diferenciação estrutural dando origem ao processo de transição da homogeneidade incoerente para a heterogeneidade coerente. Este modelo, foi adotado por Durkheim e Weber, porém Durkheim evitou o termo evolução, tendo designado por tendência (Giddens, 2013; Burke, 1980).

O modelo de Marx ficou conhecido como o modelo da sequência de sociedades, resultante do modo de produção e contradições que conduzem à situações de crise, conflitos que levam à mudança. Para Marx, à semelhança de Spencer a mudança é resultado de factores endógenos, porém, Marx traz novos elementos pois acredita na ocorrência de mudanças erradas ou negativas, e ainda considera que a mudança é ligada a dialética, neste caso associa a mudança ao conflito, considerando deste modo a mudança como consequências do conflito com o meio. Embora Marx associe a mudança a factores endógenos, este procura incluir o exógeno ao processo de mudança (Giddens, 2013; Dias, 2010; Burke, 1980).

Comte considera a mudança social como parte do desenvolvimento intelectual do homem, cujo estado mais elevado do mesmo seria a formulação de leis baseada em evidências e experiências. Igualmente, Comte considera a mudança social como uma crescente evolução do espírito. Para este teórico, o desenvolvimento é acompanhado por

mudanças nas instituições sociais e na moral da sociedade. Embora estes teóricos tenham se debruçado sobre a mudança, nenhuma teoria isoladamente explica a mudança social, portanto, há necessidade da combinação das várias teorias para uma abordagem holística da mudança social (Falcão, 2013; Dias, 2010).

De acordo com Giddens (2013), a mudança social pode ter várias causas, podendo ser de natureza geográfica, cultural, socioeconómicas, políticas, epidémica ou tecnológicas. As causas geográficas estão ligadas a factores geológicos e climáticos; (tais como secas, cheias); as causas socioeconómicas afectam ou modificam a organização social; as causas culturais actuam sobre as ideias e valores, e incluem alterações no sistema religioso, sistema de comunicação e na liderança; as causas epidémicas estão relacionadas a ocorrência de grandes epidemias; os factores tecnológicos se associam a invenção tecnológica que afecta o funcionamento da sociedade ao passo que, os factores políticos estão ligados à mudanças governamentais e/ou do sistema político.

Embora a mudança social seja associada a evolução e desenvolvimento, nem sempre resulta na melhoria das condições de vida do sistema social, havendo casos em que as mudanças sociais resultam em problemas sociais, em situações indesejáveis e inaceitáveis que devem ser corrigidas para manter a sociedade integrada e harmonizada de acordo com os seus valores. Neste contexto, para o sistema humano, a mudança social é essencialmente causada pela evolução ou pela ausência da satisfação das necessidades básicas das comunidades. A mudança social é medida pelo grau de transformações que acontecem nas instituições básicas durante um certo período de tempo (Falcão, 2013).

A compreensão da mudança social deve ser feita tendo como base o momento e as condições em que ela ocorre. Neste sentido, no que tange a caracterização temporal, a mudança social pode ser do tipo evolutiva, quando é visível a longo prazo, ocorre naturalmente e está ligada a certos domínios da acção social que evoluíram ao longo do tempo. Ainda no contexto temporal, a mudança pode ser imposta, quando caracterizada por alterações bruscas e rápidas que acentuam transformação do sistema e causam rupturas no tecido social e cultural. As mudanças impostas podem ocorrer em simultâneo com a mudança evolutiva (Marahao, 2017).

A mudança social apresenta três principais características: i) é um fenómeno colectivo pois altera as condições e modo de vida de vários indivíduos ou partes do sistema humano; ii) afecta a estrutura do sistema causando alterações profundas na forma de organização e funcionamento; iii) é identificável no tempo visto que é possível descrever as alterações estruturais a partir de um referencial temporal (Marahão, 2017).

A mudança social afecta a estrutura social do sistema, resultando na sua desorganização, criando incerteza e tensão no seio dos membros, afectando o seu modo de vida. Assim, a compreensão das mudanças ocorridas num sistema, significa mostrar as alterações na estrutura social do sistema social (Marahao, 2017). Estes elementos tornam relevante a discussão do conceito de estrutura social.

### **1.3.6. Conceito de Estrutura Social**

A aplicação do termo estrutura social nas ciências sociais, tem vindo a ser usada desde 1930, sendo que Alexis de Tocqueville foi um dos pioneiros. Este conceito, para a sociologia, é considerado chave. No entanto, há ainda pontos de divergência entre os vários autores, especialmente no que tange a sua definição. Estas divergências, estão centradas na forma como os diferentes sociólogos conceitualizam este tema (Popora, 1989).

Vários autores como Durkheim, Parsons, Levi-Strauss, Marx, Weber, Merton, Coser Blau, Coleman, analisaram o conceito de estrutura social, tendo-o associado ao comportamento humano, a persistência institucional e a mudança, ligando assim a estrutura social a teoria de mudança, ao estruturalismo, funcionalismo e ainda ao Materialismo histórico. De acordo com Popora (1989), as várias ideias em torno da estrutura social podem ser resumidas em quatro eixos temáticos, nomeadamente: Estrutura social como padrão de comportamento, Estrutura social como regularidades legais que orientam o comportamento dos factos sociais, Estrutura Social como sistema de relações humanas reguladas por posições sociais e ainda a Estrutura social como conjunto de regras e recursos que regem o comportamento.

#### **Estrutura Social Como Padrão de Comportamento**

Esta dimensão, considera a estrutura social derivada do estruturalismo e funcionalismo tradicional, se referindo a estrutura social como um conjunto de comportamentos sociais acumulados ao longo do tempo. Collins (1981) é um dos teóricos que mais defendeu esta dimensão, tendo definido a estrutura como conjunto de comportamentos repetidos em determinados locais, sem ter em consideração aspectos como estado, classes sociais, economia e ou cultura. Homans (1975), associou-se a Collins nesta dimensão, no entanto, acrescenta o carácter permanente do comportamento social e também incorporou as relações de interação nas partes que compõem a estrutura social e o seu meio envolvente.

### **Estrutura Social como Instrumento Que Orienta o Comportamento dos Factos Sociais**

Para esta dimensão, a estrutura social é uma forma de regular os factos sociais<sup>16</sup>. Durkheim, é associado a esta dimensão, pois na sua análise dos factos sociais, considera a estrutura social como sendo a combinação dos factos sociais e a relação entre eles. Esta dimensão se assemelha a anterior (Estrutura social como padrão de comportamento) no que diz respeito a necessidade de compreender as relações de interação entre as partes que compõem a estrutura, porém, esta dimensão traz um elemento novo que é a necessidade de compreender as normas legais padrão que regem estas relações de interação (Durkheim, 2010).

A abordagem de Durkheim da estrutura social é considerada quantitativa, positivista e sociologicamente holística. Quantitativa, dado o facto de considerar que as regularidades que regem o comportamento dos factos sociais são construídas pelas relações, ao que este chamou de variações concomitantes. Positivista pelo facto de cobrir a lei do modelo de explanação, que considera que as explicações científicas dos factos sociais dependem das assunções feitas com base nas normas que regem esses factos, finalmente, esta dimensão considera uma abordagem sociologicamente holística, por tratar o comportamento dos factos sociais como fenómenos dominantes e completamente autónomos do nível psicológico, ainda que a estrutura social opere mecanicamente e naturalmente acima dos pensamentos individuais (Porpa,1989).

Além de Durkheim e Porpa, Mayhew (1980) e Turner (1984) também fazem parte dos principais defensores desta abordagem e estes, se concentram na ideia de que a estrutura social é caracterizada pela partilha de responsabilidades entre diferentes grupos ou instituições que compõem a sociedade, e estes diferentes grupos estão em constante interação e são regidos por normas padrão.

### **Estrutura Social Como Sistema de Relações Humanas Reguladas Por Posições Sociais**

Esta perspectiva, à semelhança das descritas anteriormente, associa a estrutura social ao sistema de relações humanas, no entanto, se defere das anteriores pelo facto de considerar a estrutura social como baseada nos modelos de produção e posições sociais, associados às classes sociais, do qual a família e as suas relações são consideradas como unidades principais da estrutura. Neste ponto de vista, a estrutura social funciona como efeito casual no indivíduo, e estes efeitos manifestam-se em certos interesses, recursos, poder e constrangimentos que são construídos em cada posição social. Os indivíduos são motivados

---

<sup>16</sup>Facto social são instrumentos sociais e culturais que determinam a maneira de pensar, agir e sentir perante a sociedade

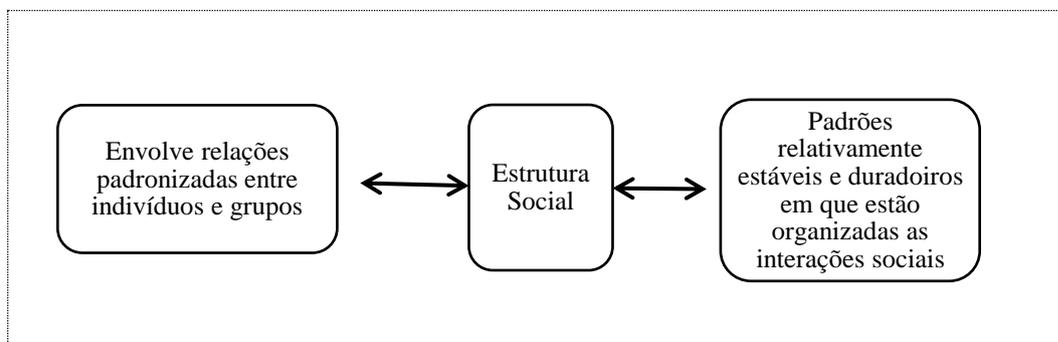
a agir de acordo com a estrutura dos interesses construídos em cada posição social (Porpa,1989).

Esta dimensão é representada por Radcliffe-Brown (1973), que define a estrutura social como conjunto de todas relações desenvolvidas entre as pessoas. Radcliffe-Brown considera que a estrutura social não é estática, dado o facto de as relações humanas estarem sujeitas a alterações, o que faz com que a vida imponha mudanças constantes na estrutura social. Diz ainda Radcliffe-Brown (1973) que para a sua manutenção, a estrutura social necessita que seus elementos estruturais estejam em funcionamento, nomeadamente instituições, organizações, cerimónias e rituais.

### **Estrutura Social como Regras e Recursos**

Esta dimensão traz um elemento novo no conceito de estrutura social, que é a questão dos recursos, portanto, considera a estrutura social como conjunto de relações, regidas por normas, mas incorpora a questão da disponibilidade de recursos como factor que influencia as dinâmicas da estrutura social (Giddens,1991). Para esta abordagem, a definição da estrutura social pode ser resumida no esquema abaixo:

*Figura 3: Dimensões da Estrutura Social*



Fonte (Dias 2010: 149)

Para esta Pesquisa, a estrutura social será assumida como sistema de relações humanas reguladas por posições sociais, isto porque para esta dimensão a estrutura social não é estática, a sua variação pode ocorrer, sempre que mudanças ocorrerem na vida das pessoas. Citando Radcliffe-Brown (1973), “a vida social, renova constantemente a estrutura social”. Esta caracterização da estrutura social constitui uma das hipóteses de pesquisa, ao referir que as dinâmicas do PNL resultaram em mudanças que afectaram a estrutura social das comunidades.

### **1.3.6.1. Elementos da Estrutura Social e as Interações Sociais**

Como referido na definição da estrutura social assumida nesta pesquisa, a estrutura social é influenciada pela interação social, o que pressupõe que a sua análise é dependente da compreensão da interação social associada aos elementos de base da estrutura social, nomeadamente o status, papel social, grupos sociais e as instituições sociais.

O Status também chamado por alguns autores como a teia de posições existentes nos grupos e na sociedade, confere aos indivíduos deveres e direitos dentro da sociedade ou ainda os papéis que estes indivíduos devem desempenhar dentro da sociedade. O status tem a sua origem nos primeiros grupos de seres humanos, onde determinadas funções eram definidas de acordo com prestígio, direitos e deveres. O Status pode ser visto em duas vertentes, a legal e a social. Porém, a dimensão legal é caracterizada por direitos e obrigações enquanto a vertente social se refere a capacidade ou incapacidade definidos socialmente, ou seja, por normas da sociedade na qual o indivíduo está inserido (Dias, 2010)

O Status social pode ser atribuído ou adquirido, e o status atribuído acontece sempre independentemente da vontade dos envolvidos, enquanto o adquirido está ligado a características que o indivíduo possa apresentar e a sociedade considerar apropriadas para assumir determinadas posições. O status atribuído é influenciado por determinados factores, tal é o caso do sexo, idade, raça, parentesco, classes sociais. De referir que o indivíduo pode em simultâneo apresentar vários status, porém há um que mais se destaca e este é o chamado status principal do indivíduo (Dias, 2010; Marconi e Lakatos, 1990).

A definição e ou atribuição de papéis contribuem para a criação de determinados grupos sociais<sup>17</sup> e estes apresentam a sua própria identidade, permitindo uma fácil identificação pelos seus membros assim como pelos agentes externos ao grupo, que devem também possuir uma estrutura, pois cada um dos membros do grupo tem uma certa responsabilidade no seio do grupo. A clareza de papéis entre os membros do grupo, as normas, a interação entre os membros do grupo, valores comuns, a finalidade social e a permanência constituem elementos essenciais para o sucesso do grupo (Marconi e Lokatos, 1990).

---

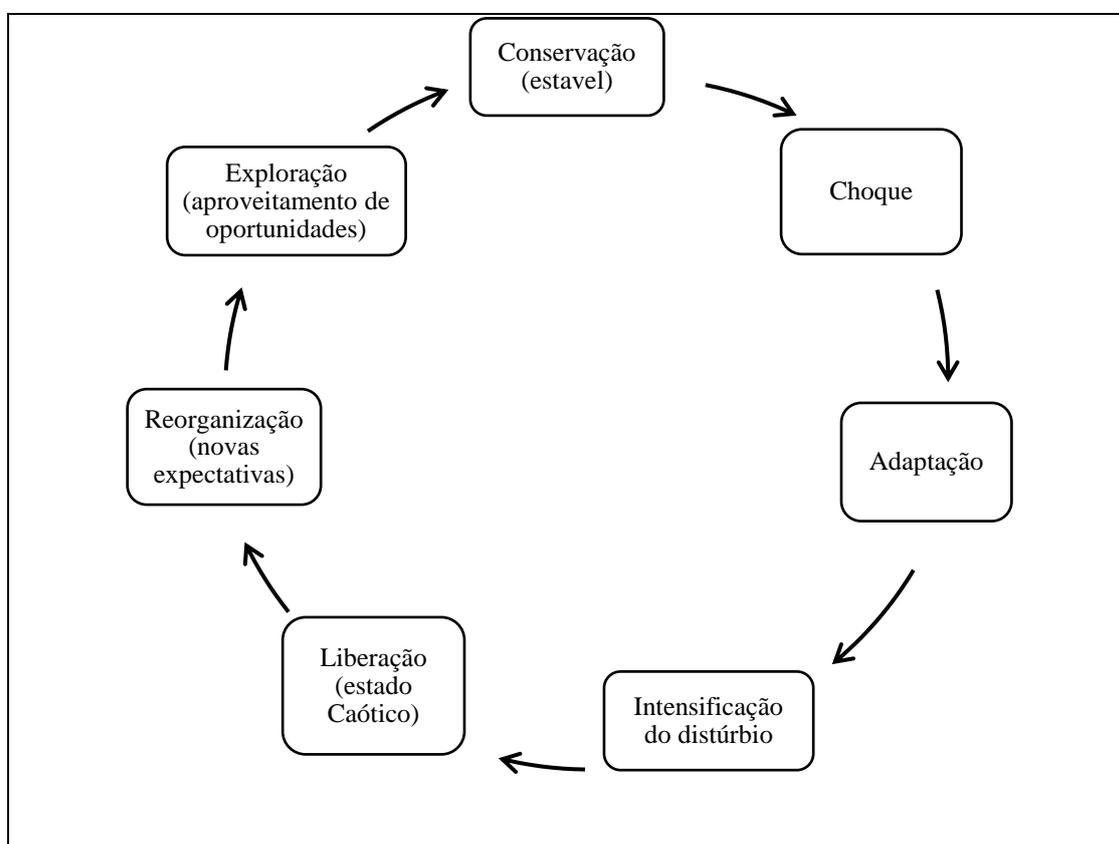
<sup>17</sup> Grupos sociais são conjuntos de pessoas que partilham algumas características semelhantes, tal é o caso de valores, normas, expectativas e interagem entre si e apresentam sentimento de unidade (Dias, 2010)

### 1.3.7. Processo de adaptação dos sistemas sociais pós-mudança

Luhmann no seu modelo sobre a teoria sistémica, considera os sistemas dinâmicos, dada interação constante que mantém com o meio ambiente, e esta interação pode causar alguma perturbação na estrutura e funcionamento dos sistemas se exigindo uma reconstituição ou adaptação do sistema ao meio ambiente e/ou a si mesmo (Regatieri, 2019; Luhmann, 2016).

Esta constante exposição dos sistemas às perturbações impõe ao sistema também a necessidade do estabelecimento de um processo cíclico de adaptação com vista a responder positivamente às constantes mudanças impostas pelo ambiente (Colapinto e Minuchin;1998).

Figura 4: Ciclo de Adaptação dos Sistemas



Fonte: (Figueiredo *et al*, 2017; Corner,1995).

Este ciclo de adaptação mostra as dinâmicas de um sistema que conduzem ao estado de equilíbrio temporário, estando os sistemas sujeitos à novas mudanças, sendo necessária uma constante reorganização, resultando num equilíbrio igualmente transitório (Holling e Gunderson, 2002).

Existem quatro níveis de adaptação do sistema social, nomeadamente a adaptação rígida; adaptação estruturada; adaptação flexível e a adaptação caótica. A adaptação rígida ou baixa é caracterizada por normas, regras e papéis regidos enquanto estruturada ou

moderada permite negociação entre os membros do sistema social, os papéis e as regras são estáveis, mas não rígidos, ou seja, passíveis de alteração (Olson, 2000).

A adaptação flexível ou alta se identifica pela liderança partilhada na tomada de decisão, há partilha de papéis e, a adaptação caótica ou alta é caracterizada pela ausência ou limitação da liderança e pouca clareza de papeis entre as partes do sistema. Sistemas com adaptação estruturada ou flexível possuem maior capacidade de ajustamento perante situação adversa.

Ao nível do sistema familiar, McCubbin & Paterson (1993) desenvolveram o modelo de adaptação da família, que é caracterizado por cinco pressupostos: i) ao longo do ciclo de vida as famílias experimentam situações de dificuldades; ii) as famílias possuem forças e desenvolvem competências para se ajustar a nova realidade; iii) as famílias possuem redes de apoio e ou suporte social na sua comunidade; iv) as famílias estabelecem objectivos comuns para funcionar como grupo; e v) as famílias procuram restabelecer o equilíbrio familiar sempre que ocorre um evento adverso.

#### **1.3.7.1. Estratégias de Adaptação (Coping)**

O processo de adaptação passa pela identificação de um conjunto de estratégias com vista a reduzir ou minimizar as necessidades internas ou externas que surgem da interação com o ambiente adverso. Este processo é denominado por *Coping*, podendo ser observado a nível individual ou de grupo (família, comunidades, organizações). Existem dois tipos de estratégias, as focalizadas na emoção ou estratégias paliativas e as estratégias centradas nos problemas. Importa referir que não existe uma única estratégia de adaptação, o tipo de estratégias por usar perante uma situação adversa depende da demanda ao longo do processo de adaptação (Duran, 2018; Gadanho, 2014).

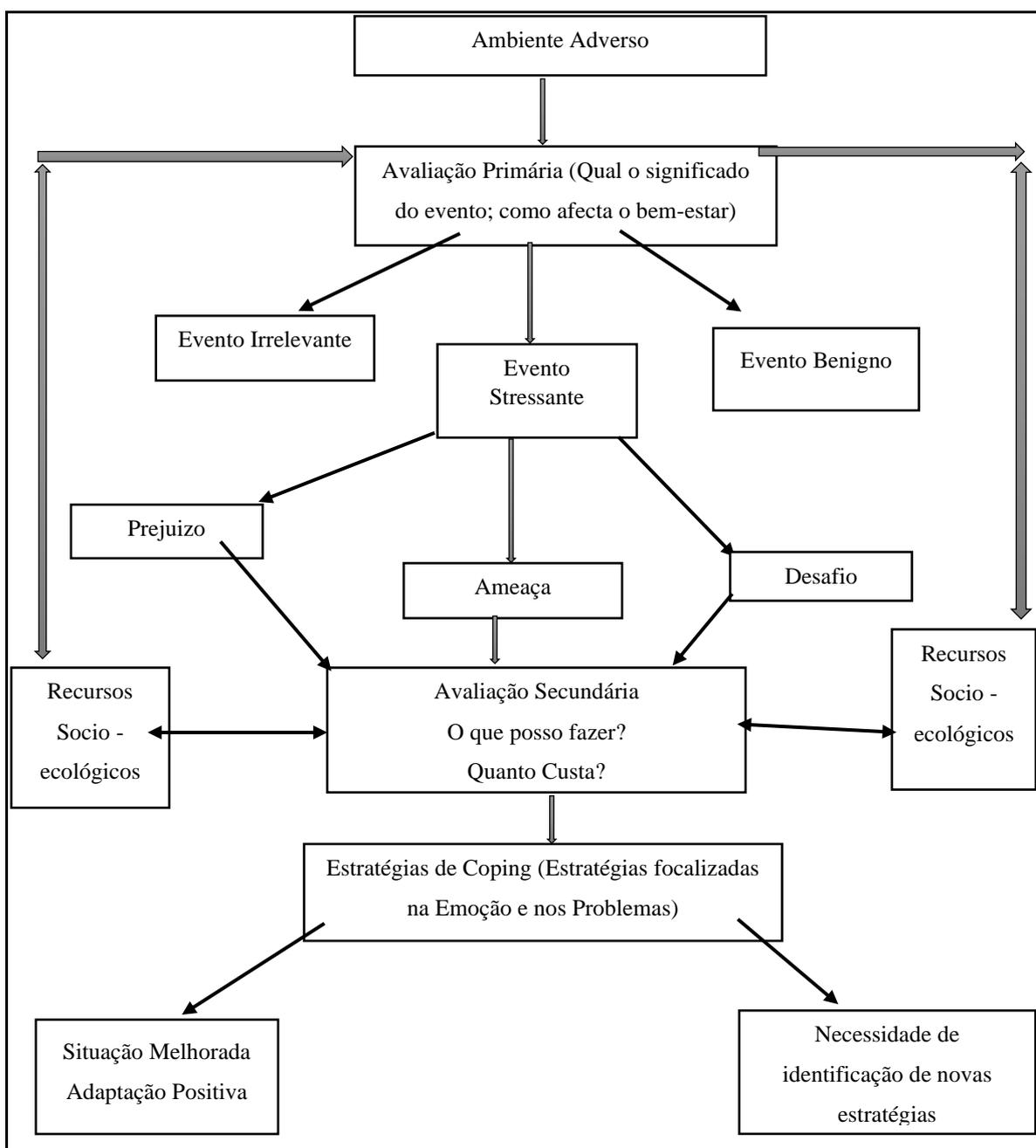
O *coping* emocional é caracterizado por um conjunto de esforço cognitivos e comportamentais, usados por indivíduos para regular a perturbação emocional e está focalizada nos sentimentos. Este tipo de *coping* pode ser evitante quando determinado pela passividade do sujeito (fuga, recusa da situação) para evitar pensar na causa do sofrimento e nas consequências que deste poderem advir. Por outro lado, as estratégias de *coping* emocional tendem a encontrar significado à situação que não pode ser resolvida a partir do *coping* focalizado nos problemas. A participação em cultos religiosos e em rituais tradicionais fazem parte das estratégias emocionais (Maia, *et al*, 2016; Anaut, 2005).

O *coping* centrado nos problemas é um conjunto de esforços para actuar sobre o problema que deu origem à situação adversa. As estratégias focalizadas no problema têm em

vista modificar a relação entre o sujeito e o ambiente que resultou na situação adversa. Estas estratégias focalizadas no problema podem ser dirigidas aos agentes internos e/ou externos. A identificação de redes de apoio é um dos exemplos da estratégia focalizada no problema (Maia *et al*, 2016).

Folkman e Lazarus (1984) no seu modelo de abordagem das estratégias de *coping* identificam quatro conceitos essenciais i) o *coping* ocorre entre o sujeito e o seu ambiente; ii) o *coping* tem a função de gerir a situação adversa e não controlo e domínio da mesma; iii) as estratégias de *coping* passam por um processo de avaliação da situação ou seja como é que o sujeito percebe o problema, como interpreta e como é que o problema se apresenta na sua mente; iv) o *coping* é uma administração de esforços com vista a mitigar o impacto negativo da situação adversa. Estes elementos estão sumarizados no modelo de processamento do *stress* e do *coping* de Lazarus e Folkman (1984).

Figura 5: Processo de Elaboração de Estratégias de Coping/Adaptação



Adaptado do modelo de Stress e Coping de Lazarus e Folkman (1984)

Rudolph *et al* (1995) consideram que a identificação de estratégias de *coping* depende da existência de recursos pessoais (saúde física, moral, crenças, experiências prévias de *coping*, inteligência e habilidades - em suma o capital humano) e recursos socio-ecológicos que incluem contexto social do indivíduo, redes sociais e os recursos financeiros.

Para o *coping* ou adaptação, o resultado das estratégias adoptadas não é importante sendo apenas consideradas as acções. A eficácia das estratégias de *coping* deve ser analisada tendo em consideração a flexibilidade e a mudança. Uma estratégia não é eficaz para todas

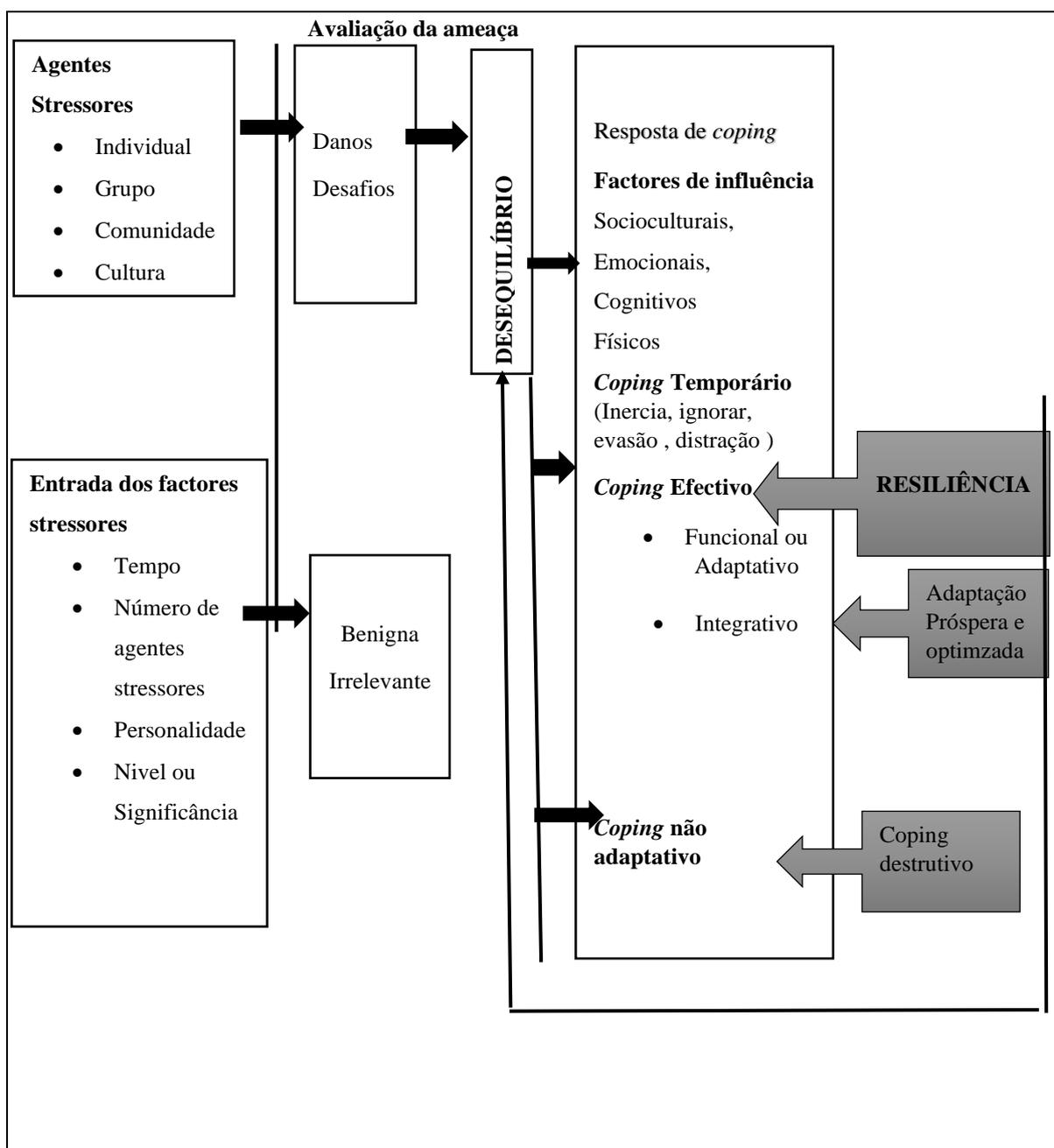
situações adversas, daí que o resultado pode variar em função do tempo. Sob outra perspectiva, as estratégias de *coping* são influenciadas pelo contexto situacional, temporal, padrões culturais, necessidades sociais e pela natureza do agente stressor. Portanto, uma estratégia de *coping* pode ter resultados diferentes em ambientes diferentes (Igreja, 2012)

As estratégias de *coping* podem ser bem-sucedidas ou não, resultando num *coping* adaptativo ou não adaptativo. O *coping* adaptativo é uma forma positiva e construtiva de responder ao ambiente adverso, este processo tem uma grande contribuição para o alcance da resiliência. O *coping* adaptativo é considerado como um sistema complexo de interação e interdependência entre os factores sociais, culturais, emocionais, cognitivos e físicos. O uso das lições aprendidas durante o processo de adaptação para lidar com situações adversas idênticas é considerado um nível elevado do sucesso das estratégias de adaptação (Satller, Boyd e Kirsch, 2014; Penningroth e Scoth, 2012).

Por sua vez, o *coping* não adaptativo é resultado da disfunção ou não adaptação às respostas do agente stressor, este tipo de *coping* afecta o bem-estar físico e psicológico, quando esta inadaptabilidade ocorre, há necessidade de reiniciar o processo, analisando o agente stressor para melhor orientar a resposta (Sullivan *et al*, 2015).

As estratégias de adaptação por si só, não garantem a resiliência pois para além destas, a resiliência requer também a capacidade de aumentar as competências perante uma situação adversa. Por outro lado, como referido acima, somente o *coping* adaptativo conduz a uma situação de resiliência, como descrito no modelo complexo de *coping* de Hudson (Hudson, 2016; Shumba *et al*, 2012; Anaut, 2005).

Figura 6: Estratégias de Coping e Resiliência



Fonte: Adaptado do modelo complexo de coping de Hudson, 2016

As estratégias de adaptação às situações adversas nem sempre estão acessíveis nos locais de residência permanente ou se elas existem se mostram inviáveis. Nestes casos, o homem recorre a uma das dinâmicas demográficas, concretamente a migração, para busca de soluções. Neste contexto, a migração é vista como uma estratégia de adaptação (Maia *et al*, 2016).

### **1.3.7.1.1. Migração como uma estratégia de adaptação**

King (2010), define a migração como sendo a movimentação de pessoas de um lugar ou país para outro onde permanecem o tempo suficiente para serem consideradas migrantes. Esta definição, esteve orientada a questão dos refugiados, porém actualmente este fenómeno é mais complexo, estando também associado aos desastres ambientais, aos estados frágeis e também a ausência ou redução de meios de subsistência. Neste contexto, começa-se a abordagem da migração entanto uma estratégia de sobrevivência.

Alexander Betts (2010) considera a migração no contexto de sobrevivência, caracterizando como a movimentação de pessoas de um país ou zona de origem como resultado da privação dos seus direitos (liberdade básica, segurança básica e subsistência básica) sem, no entanto, existirem perspectivas internas de solução. Este tipo de migração é classificado em ecológica quando enfocada na busca de comida, terra cultivável, pastagem, água e outros recursos básicos; pioneira quando focalizada na perspectiva de busca de novas terras para expansão da capacidade produtiva e migração Marxista (na perspectiva de Marx) quando motivada pela busca de trabalho para a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência (King, 2010).

De acordo com a abordagem Marxista, o trabalhador deixa sua família, casa, amigos e cidade natal, para vender sua força de trabalho onde houver procura, e esta movimentação pode ser caracterizada com base no tempo e lugar. Para Menezes (2007), as migrações quanto ao tempo, podem ser temporárias ou definitivas, das quais a migração temporária é caracterizada como sendo o estar fora de casa, fora do lugar, ausente, mesmo quando está, fora das suas relações sociais de origem, porém não dissociado. A migração temporária permite a criação de novas relações sociais no novo local, ficando com uma dupla socialização em virtude das duas estruturas de relações sociais (origem e as adoptadas).

O local de partida do migrante não pode ser visto como o lugar de onde provêm os migrantes, mas sim como o local onde se deram transformações socioeconómicas que obrigaram a migração e o local de chegada como espaço que possui factores de atracção, tal é o caso da demanda da força de trabalho. No que tange à remuneração, o trabalhador temporário migrante, possui baixa remuneração, especialmente na agricultura porque a sua produção não é mediada pelo capital, mas sim pela expansão da pobreza (Singer, 1976).

A migração como qualquer outro fenómeno social tem efeitos sociais sobre o emigrante, pois este ao migrar leva consigo sua própria cultura, hábitos, costumes, religião,

crenças e estados de saúde e, no local de chegada o migrante irá encontrar um ambiente social e cultural diferentes, que pode influenciar o seu sistema de valores (Grondin, 2004).

Na perspectiva sociológica, a migração é um processo social que envolve grupo e não somente o indivíduo que migra, pois esta tem causas estruturais que afectam o grupo que compõem a estrutura social do local de origem. Portanto, a resposta às situações adversas exige mudanças profundas no sistema familiar, incluindo a alteração da sua estrutura social, que envolvem os papéis sociais, padrões de funcionamento, estrutura de poder (Lechner, 2016; Olson, Portner & Bell, 1982; Maynard & Olson, 1987). Na perspectiva familiar, a migração é entendida como uma estratégia de diversificação dos meios de subsistência e aumento da renda familiar (Nawrotzki and Dewaard, 2016).

As estratégias de adaptação são influenciadas por vários elementos, desde os estereótipos sociais e culturais, os factores do agente stressor, da personalidade dos indivíduos e dos recursos internos e externos. As relações de género fazem parte dos elementos que influenciam a identificação ou desenvolvimento das estratégias de adaptação.

Alguns autores como Endler e Parker (1990); Biling e Moons (1984); Ptacek, *et al* (1992) analisaram a influência dos aspectos de género na identificação das estratégias de adaptação. Esta análise foi baseada em dois modelos: abordagem da socialização do *coping*, papel de género e os estereótipos do sexo e a abordagem estrutural. Abordagem da socialização do *coping*, papel de género e os estereótipos do sexo, considera que as mulheres usam frequentemente as estratégias emocionais enquanto o homem recorre as estratégias focalizadas no problema. Este cenário é resultado do processo de socialização, incluindo a definição de papéis, que difere entre homens e mulheres.

A abordagem estrutural considera que a influência da diferença do género no desenvolvimento das estratégias de *coping*, depende do tipo de situação adversa a que o homem e a mulher estão sujeitos. Pois, tanto para o homem assim como para a mulher, para situações adversas que não podem mudar ambos não recorrem ao uso de estratégia focalizada no problema como um resultado (Schwartz e Stone, 1993).

### **1.3.8. Elementos Essenciais para o desenvolvimento da Resiliência**

A Resiliência comunitária é estimulada por quatro elementos principais a saber: As redes sociais, a coesão social, o sistema de cultura e crenças e a disponibilidade dos recursos. As redes sociais constituem um elemento essencial para o alcance da Resiliência. De acordo com Oliveira e Moraes (2018), as redes sociais podem ser categorizadas em três grupos o *Bonding* que se refere às redes criadas em indivíduos com uma ligação emocional próxima,

tal é o caso de amigos, vizinhos; o *Bridging*, que é caracterizado pelas relações sociais mais distantes, porém dentro do mesmo grupo (grupos religiosos, associações) e o *Linking* faz a ligação da comunidade ao governo ou autoridades locais, nestas redes, as relações de confiança são cruciais para a sua manutenção.

Segundo a teoria das redes sociais, estas são caracterizadas: i) pela interdependência entre os diferentes intervenientes ii) pelos laços de relacionamentos entre actores e, estes laços são caracterizados pelo fluxo de recursos materiais e não materiais iii) pelos modelos de redes, centrados nos indivíduos e concebem as estruturas das relações como meios que configuram oportunidades ou constrangimentos a acção individual e, iv) as redes podem ser tipificados por modelos de redes que definem a estrutura como padrão constante das relações entre actores (Lampis, 2010; Coleman Portugal, 2007 *apud* Wasserman e Faust, 1999).

A coesão Social é também um elemento importante para o desenvolvimento da Resiliência, alias ela resulta das redes sociais. O grau de coesão da comunidade pode ser classificado em quatro níveis: A coesão desligada (muito baixa), coesão separada (moderadamente baixa), coesão ligada (moderada a elevada) e a coesão emaranhada (coesão muito alta). A coesão muito baixa é observada nos sistemas sociais desligados onde os seus membros tendem a apresentar uma independência muito elevada em relação ao sistema no seu todo, há pouco apego entre os membros e nota-se falta de compromisso o que culmina com a separação emocional (Olson & Gorall, 2003; Alves, 2003; Barker, 2000; Tribuna, 2000).

A coesão emaranhada tem níveis de ligação muito altos, há demasiado consenso entre os membros da comunidade, os laços emocionais são fortes, resultando numa relação de grande dependência entre os membros. Na coesão separada, há uma desarmonia emocional sem, no entanto, afectar o funcionamento da comunidade. Cada membro valoriza o tempo passado em grupo, em contraposição, a coesão ligada é caracterizada por uma maior proximidade emocional entre os membros do sistema. A coesão separada e a ligada são considerados ideais para suportar situações de adversidade, significando com isto que comunidades que apresentam estes níveis de coesão tem maior capacidade de se tornarem resilientes (Olson & Gorall, 2003; Alves, 2003; Barker, 2000; Tribuna, 2000).

O Sistema de Crenças faz parte dos elementos catalisadores da Resiliência e é considerado por determinados autores como sendo o coração e alma da Resiliência, visto que assegura a valorização das redes sociais e faz com que o sujeito da Resiliência aceite a mudança como parte do seu ciclo de vida. Por outro lado, o sistema de crenças permite um olhar positivo, iniciativa e perseverança, coragem e o aceitar o que não pode ser mudado.

Eva Maria (2005), considera o sistema de crenças como ajustamento do homem ao seu meio natural, imaginário, um mundo de espírito e de seres super-humanos. O sistema de crenças inclui a religião e a espiritualidade.

A religião é considerada como um sistema cultural de crenças e rituais que confere um sentido final e um propósito à vida, cria a ideia de uma realidade sagrada, abrangente e sobrenatural, por conseguinte, a religião é uma forma de cultura que consiste num conjunto de crenças, valores e normas que criam uma identidade comum no seio do grupo. Sob outra perspectiva, a religião é caracterizada por práticas rituais específicas de um grupo e ainda dá sentido a vida, explicando de forma coerente o que o sistema educativo não consegue explicar (Guiddens, 2013).

A religião assume funções psicológica, e ou social, sendo que a psicológica está relacionada com a explicação que os seres humanos dão as coisas que não podem ser verificadas experimentalmente ou seja cuja explicação depende da fé do indivíduo. A religião desempenha também uma função social, dado facto de estar centrada no processo de socialização, na sua capacidade decisiva em outras instituições sociais, funcionando como um factor de controlo social. Para o homem com fé a religião resolve as angústias, os medos e a insegurança (Giddens, 2013; Dias, 2010; Boudon, 1995).

Em África em particular, a religião tem as suas particularidades envolvendo manifestações culturais e espirituais. Esta se associa à existência do mundo invisível composto pelos seres sobrenaturais que tem a capacidade de ajudar ou prejudicar a vida do homem vivo, daí que o homem africano vivo deve estar ligado ao mundo invisível para que seja protegido no seu quotidiano. Esses seres sobrenaturais são os antepassados que ocupam um lugar especial, pois são os guardiões extra - mundanos que cuidam dos assuntos do mundo dos vivos e ainda são responsáveis pela explicação do destino (Domingos, 2011).

A comunicação do homem e o seu mundo invisível é feita em espaços considerados sagrados, que incluem a vegetação. De acordo com esta crença, a vegetação constitui o princípio da árvore da vida, da fecundidade e da protecção. É nestes locais que os homens da religião tradicional africana realizam as cerimónias tradicionais, desde os ritos de passagem, de iniciação, sendo deste modo as árvores consideradas como locais de encontro entre o homem e o seu mundo invisível (Domingos, 2011).

A terra é considerada o local onde o africano se encontra espiritualmente, pois é na terra onde o homem nasce e é para esta terra que deve voltar através da morte. Esta ligação do homem com a terra que habita, faz com que a separação do homem da sua terra seja comparada à destruição da existência do homem vivo. Nas palavras de Domingos (2011:8)

A separação do homem da natureza que o rodeia, causa desequilíbrio do próprio homem, da natureza e todo o Universo. Destruir ou remover uma destas categorias é destruir toda a existência incluindo a destruição do criador. A soma desses elementos constitui uma força, poder, energia que penetra em todo o Universo.

A relação entre o homem vivo e o seu mundo invisível é estabelecida pelos ancestrais criadores da comunidade, denominado por “chefes da terra”, estes, são pertencentes as famílias consideradas fundadoras da comunidade, e esta função é transmitida de uma maneira hereditária. Para o africano, o chefe de terras possui poderes sobre os outros homens e também sobre o solo.

A espiritualidade, à semelhança da religião é vista como um sistema de crenças, no entanto, esta difere da religião pelo facto de ser considerada uma vivência nata do homem enquanto a religião é uma instituição. Whokol (1980) define a espiritualidade como um conjunto de convicções e emoções de natureza não material que levam a crer que há mais na vida do que o que é percebido e plenamente compreendido, a espiritualidade é formada pela fé e pelo sentido.

A espiritualidade é a busca da essência individual e da ligação do interior individual e ambiente à volta e transcende o mundo visível no sentido de busca de algo maior. No caso de necessidade, a espiritualidade mobiliza energia positiva, traz alegria, esperança, fé contribuindo para a melhoria da qualidade de vida (Silva, 2014).

Em África, a espiritualidade é muito importante na vida do ser humano, pois o universo no qual vive e morre é considerado como sendo formado por dois espaços, o espaço invisível, que reflete o mundo de todos os seres invisíveis e espirituais ao passo que o espaço visível e observável é formado pelos homens, animais, vegetais e de todo reino mineral. O homem se vê em harmonia com aqueles que são vivos e com aqueles que partiram (Domingos, 2011).

Tanto a religião assim como a espiritualidade são considerados terapêuticos poderosos para recuperação perante uma situação adversa e conseqüentemente para a criação da Resiliência. A religião constitui um factor de protecção e ajuda a aceitar as adversidades enquanto a espiritualidade é importante na superação do trauma visto que tem enfoque na crença da presença divina, como força invisível para a superação das adversidades, portanto, a espiritualidade e a religião são recursos essenciais para o alcance da Resiliência (Walsh, 2005; Vanistandael, 1995). No entanto, Grunspum (2003), recomenda prudência em relação a esta abordagem pois, no seu entender quando a fé é sectária, pode induzir a situações de

violência contra si ou contra outros, esse tipo de espiritualidade ou crença religiosa não pode ser considerada como promotora da resiliência.

**Disponibilidade de Recursos:** As abordagens da resiliência comunitária consideram a disponibilidade dos recursos como um elemento essencial. Adger (2000), refere que a Resiliência só é possível com a disponibilização de recursos em quantidade e qualidade, e da existência de capacidade para o uso destes recursos na resposta aos problemas impostos. Breton (2001), embora concorde com Adger acrescenta que a resiliência social ou comunitária não depende somente dos recursos materiais mas também dos recursos humanos e sociais disponíveis na comunidade. Para este teórico, o capital social desempenha um papel preponderante na mobilização das pessoas para a acção, assim como na disponibilização das infraestruturas físicas que contribuem para o fácil acesso aos serviços básicos como a saúde, educação, transporte e suporte social de qualidade.

A dependência da resiliência em relação a disponibilidade dos recursos materiais e sociais, faz com que para a sua compreensão se torne relevante a análise da capacidade de mobilização destes recursos por parte dos sujeitos da resiliência por forma a permitir adaptação as adversidades impostas. Importa referir que a disponibilidade de recursos é influenciada por factores sociais e culturais que caracterizam a comunidade. As consequências da dependência em relação a disponibilidade dos recursos podem ser observadas através da estabilidade da renda, estabilidade social e da migração (Adger, 2014; Kirmayer *et al*, 2009).

### **1.3.8. A Resiliência como um fenómeno mensurável**

Para os teóricos que abordam a resiliência é consensual que esta é mensurável, porém, não são ainda consensuais os instrumentos para a sua medição, dividindo os teóricos em dois grupos, os que defendem a medição numérica e os que consideram a Resiliência um fenómeno qualitativo. Autores como Yunes (2001); Rodrigues (2005), Sabbag *et al* (2010), defendem que a Resiliência é uma medida numérica em oposição, Ruter (2006) critica a tendência de medir a resiliência como um traço observável, pois para este autor, a resiliência não é uma qualidade única, ela varia em função do tipo de adversidade a que o individuo está exposto, não devendo deste modo ser considerada numérica.

Na perspectiva da operacionalização da Resiliência como um processo quantitativo, foram desenvolvidos vários instrumentos de medição, nomeadamente a escala de Resiliência de Wagnild e Young (1993), que tem em vista identificar o grau individual de resiliência e considera a personalidade como um elemento fundamental no processo de

adaptação positiva; a escala de resiliência para adultos e adolescentes de Oshio, Kaneko, Nagamine e Nakaya (2003) que mede as características psicológicas e a capacidade de manter a saúde mental após experimentar um evento traumático e o Questionário de resiliência pessoal de Conner Low e Davidson (2003), que se baseia no estabelecimento de um valor padrão para a determinação da resiliência. Para este instrumento, quando maior for o valor padrão maior será a resiliência (Silva, 2018). Estes instrumentos têm enfoque nas características individuais que podem estar relacionadas com a maior probabilidade de ocorrência da Resiliência.

Alguns destes instrumentos de medição numérica da resiliência, se baseiam na administração de um questionário que avalia os atributos qualitativos, nomeadamente Optimismo, Proatividade, Autoestima, Autoeficácia, Flexibilidade, Controle de Emoções, Controle de Impulsos, Empatia, Tenacidade, Improviso, Autonomia (Pesce *et al*, 2005; Connor e Davison, 2003).

Em relação a abordagem qualitativa da resiliência, Rutter (2006) refere que o facto de a resiliência ser dependente do contexto, do tempo e do lugar, faz com que o individuo, família ou grupo apresente esta capacidade de resiliência num determinado período e noutro não. Perante a dinâmica deste fenómeno social, o autor chama atenção a não consideração de pessoas resilientes ou não resilientes em função das pontuações resultantes de cálculos matemáticos, mas sim ter em conta a interação dos vários factores que condicionam ou contribuem para a ocorrência da Resiliência. Portanto, na perspectiva qualitativa a medição da resiliência deve ser feita com base em indicadores que qualificam a complexidade das redes de interação que caracterizam a resiliência, bem como as suas dinâmicas.

Esta pesquisa, aborda a resiliência como um fenómeno qualitativo, pois, como foi referido na discussão deste conceito, a Resiliência é analisada tendo como base as experiências vividas, comportamentos, atitudes e sentimentos. E a sua análise é feita com recurso a critérios que caracterizam os principais activos do sistema humano (o Capital Social, Capital Humano, Capital Natural ou ambiental, Financeiro). Por forma a reduzir a ambiguidade da Resiliência, foram considerados indicadores que caracterizam cada um dos activos do sistema humano.

Quadro 1: Indicadores da Resiliência Comunitária

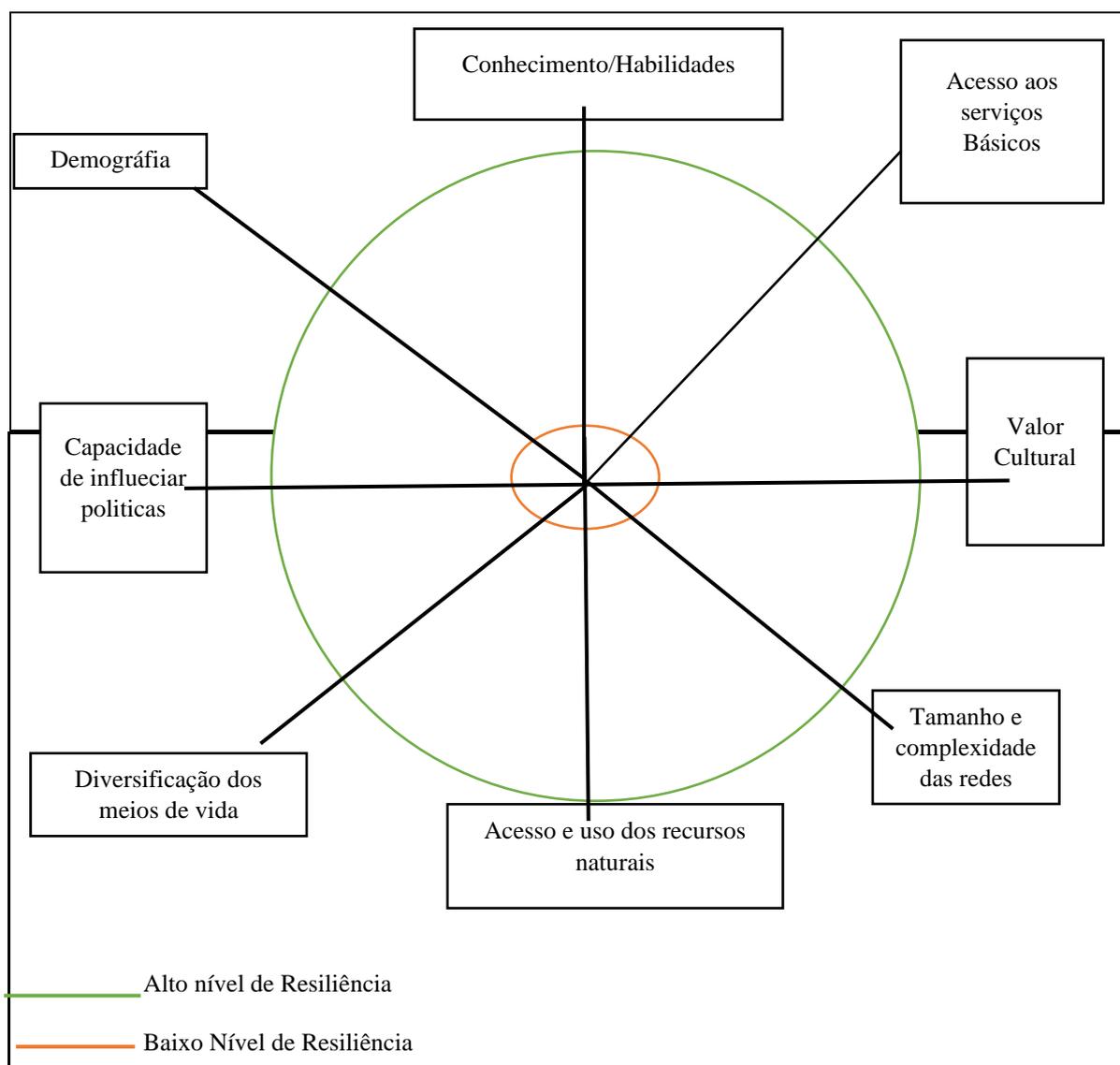
<b>Activos do sistema Humano</b>	<b>Indicadores/Critérios</b>
Capital Natural ou Ambiental	Acesso aos recursos; Múltiplo uso da terra e das plantas e; Conservação dos recursos.
Capital Físico	Acesso aos serviços socais básicos (água, hospital, escola, estradas)
Capital Económico	Meios de vida diversificados e; Alternativas de Rendimento familiar.
Capital Humano e Cultural	Conhecimento; Habilidades; Identidade própria; Símbolos culturais e Sistema de crenças.
Capital Social	Tamanho e durabilidade das Redes; Nível de confiança das comunidades para com os seus Governantes/Lideres; Participação em organizações comunitárias; Acesso a informação para tomada de decisão.
Capital Político	Capacidade de influenciar decisões, influenciar

Com base nos indicadores discritos na tabela acima, uma comunidade é considerada resiliente quando apresenta nove principais características: 1) Relações fortes entre as pessoas e com o lugar onde vivem; 2) valores e crenças 3) conhecimento, competência e aprendizado; 4) Redes sociais, 5) Governança, 6) Inovação; 7) Infraestruturas comunitárias; 8) Liderança e 9) perspectiva positiva para aceitar a mudança (Bekes e Ross, 2012).

A dependência da resiliência ao contexto, faz como que seja descrita como uma característica permanente, que está relacionada com a habilidade de enfrentar uma situação específica num determinado contexto (tempo e espaço), permitindo que no futuro o indivíduo consiga lidar com situações adversas semelhantes. A existência de estruturas disponíveis e a reestruturação interna da personalidade tornam o sujeito resiliente permanente às adversidades da mesma natureza, enquanto a resiliência como circunstancial se refere ao carácter pontual da resiliência, situado no tempo, podendo ocorrer num determinado momento, não sendo absoluta e/ou adquirida de uma vez para sempre, variando consoante as circunstâncias da vida e os contextos ambientais (Ralha - Simões, 2017; Anaut, 2005).

A dependência da Resiliência à disponibilidade dos activos do sistema humano faz com que se possa falar de níveis baixos ou altos da resiliência.

Figura 7: Níveis de Resiliência Comunitária



Fonte: Adaptado de Eyazaguie, *et al* (2014).

De acordo com Eyazaguie a capacidade de resiliência está directamente relacionada com o acesso aos recursos naturais, ao tamanho e a flexibilidade das redes sociais, a capacidade de diversificação dos meios de sobrevivência, a capacidade de influenciar políticas, ao valor cultural e ao acesso aos serviços básicos, portanto, a existência destes elementos conduz a um elevado nível de resiliência.

Como se pode depreender na figura 7, a ocorrência da resiliência é condicionada pela interação entre vários factores, o que torna o estudo deste fenómeno social complexo. Deste modo, na perspectiva de facilitar a compreensão da resiliência comunitária no PNL, esta pesquisa faz uma abordagem metodológica que capta as várias dimensões dos determinantes da resiliência comunitária.

### **1.3.9. Modelo Empírico para Operacionalização de Conceitos e Teóricas**

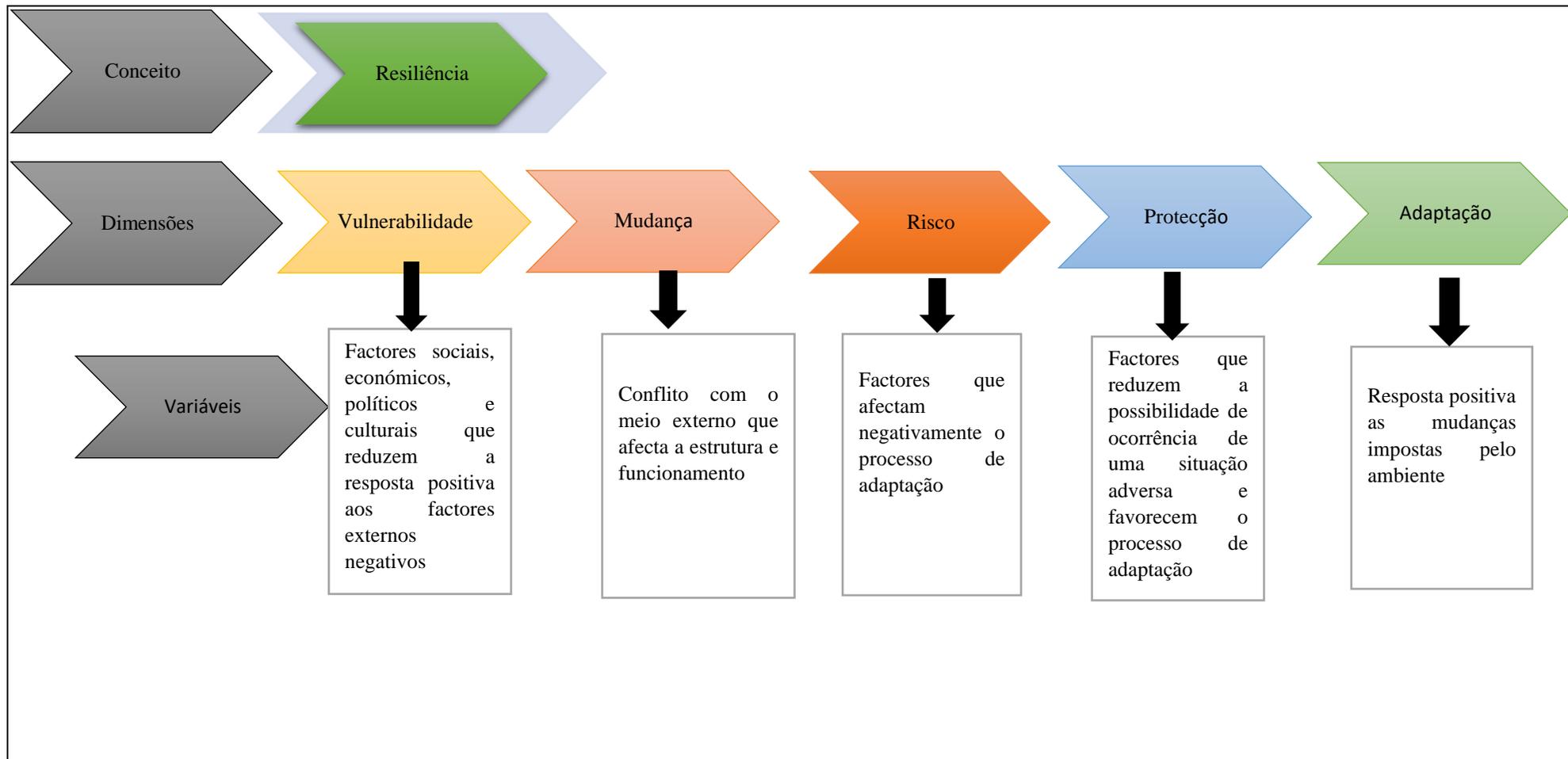
A operacionalização dos conceitos é uma das componentes essenciais das pesquisas nas ciências sociais, pois, permite uma correlação de conceitos e teóricas de pesquisa empírica (Alvarez e Martinez-Olmo, 2014). Para este estudo, o conceito central é a Resiliência, porém, a sua complexidade faz com que a sua definição seja alicerçada a várias dimensões, desde a vulnerabilidade, a mudança, risco, proteção e a adaptação, vide figura 8.

A vulnerabilidade é caracterizada pela fragilidade dos factores sociais, económicos, políticos e culturais, aumentando a possibilidade da ocorrência de uma situação adversa ao sistema social. Parson (1956) no seu modelo de intercâmbio (AGIL), refere que a vulnerabilidade é resultado das constantes relações de interação e interdependência dos sistemas com o seu meio. Ainda de acordo com Parsons, estas relações resultam sempre em mudanças na estrutura e funcionamento dos sistemas sociais. Estas mudanças, de acordo com Buckley (1971), podem afectar negativamente a capacidade produtiva, a viabilidade e continuidade, o que resulta em conflitos ou tensões ou até desaparecimento dos sistemas sociais.

Em resposta as mudanças, Homans (1950), Parsons (1951), Buckley assim como Luhmann (1997), consideram que os sistemas após uma perturbação tendem a restabelecer o seu funcionamento, ao que Homans designou de estado de equilíbrio enquanto que, Parsons, Buckley e Luhmann designam de processo de adaptação. Este estado de equilíbrio ou adaptação é produto das relações de interação dos sistemas com o seu entorno. Para Luhmann (1997) no seu modelo sistémico, o processo de adaptação dos sistemas é condicionado pela existência de recursos no ambiente (factores de protecção e os de risco) que o sistema pode absorver favorecendo ou inibindo a sua capacidade de ajustamento ao ambiente modificado. O equilíbrio entre os factores de protecção e os de risco associado à existência de capacidade dos sistemas sociais de usar os recursos disponíveis no ambiente, na identificação de estratégia de adaptação conduz o sistema ao alcance da resiliência.



Figura 8: Esquema de Operacionalização de Conceitos



## CAPÍTULO II: PROBLEMATIZAÇÃO E METODOLOGIA DO ESTUDO

### 2.1. Problematização

A transformação da Coutada 16 em Parque Nacional de Limpopo (PNL) teve impacto económico, social e político sobre a vida das comunidades (Normann, 2004). No período em que esta área era Coutada 16, o acesso à terra para a prática da agricultura e pastagem era ilimitado, a caça era permitida, desde que fosse feita de forma sustentável (Lei 16/2014, 20 de Junho). Porém, em 2001 com a criação do PNL, o uso da terra para a prática da agricultura e pastagem passou a ser muito limitado e, a caça tornou-se uma actividade ilegal, para uma população que dependia quase que na totalidade da agricultura e da caça para a sua sobrevivência (Programa de Pesquisa para Refugiados, 2002; Norman, 2004).

Ao mesmo tempo que as comunidades tentavam encontrar estratégias de mitigação do impacto das transformações socioeconómicas e culturais resultantes da criação do PNL, uma nova situação adversa afectou a estas comunidades. Em Abril de 2003, foi removida a vedação que separava o limite oriental entre o Parque Nacional do Kruger e o PNL, processo este acompanhado pelo repovoamento animal do PNL, no âmbito da criação do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo (PTGL). Isto resultou no aumento da população faunística e consequente intensificação do conflito homem - fauna bravia, principalmente ao longo do rio Shigwedzi (MINAG, 2010; Normann, 2004).

Com vista a redução do conflito homem - fauna bravia, o Governo de Moçambique em coordenação com seus parceiros de cooperação, decidiu em 2004 retirar as oito comunidades que residiam ao longo do rio Shigwedze, zona considerada de maior conflito. O mecanismo encontrado para a operacionalização desta decisão foi o reassentamento<sup>18</sup>. Assim, em 2008 iniciou o processo de reassentamento destas comunidades, porém, até à data, apenas quatro comunidades foram reassentadas, e as restantes quatro permanecem ainda em zona considerada de maior conflito. À semelhança da criação do PNL, o processo de reassentamento é caracterizado por uma série de mudanças na vida das comunidades, desde a limitação do acesso aos recursos naturais, desarticulação social, perda de locais de valor cultural, privação do contacto com os ancestrais e perda do sentido de pertença da terra onde por anos habitaram (Milgrom, 2012).

---

<sup>18</sup> Reassentamento são todas formas de perdas económicas e sociais, resultantes da expropriação ou restrição de acções, podendo ser acompanhados pelo deslocamento físico (Banco Mundial, 2004)

A desarticulação social é caracterizada pela quebra das redes sociais das comunidades, desestabilização do sistema de liderança e perda de identidade cultural das comunidades reassentadas (Bennett e McDowell, 2012). Para o caso do PNL, devido a limitação dos espaços para o reassentamento, em alguns casos, famílias da mesma comunidade tiveram de ser reassentadas em diferentes locais, facto que contribuiu para a perda das redes sociais construídas ao longo do tempo. Por exemplo, a comunidade de Macavene foi dividida pelas comunidades de Tihovene (55 famílias) e Banga (110 famílias), resultando na separação de famílias que por anos ocuparam os mesmos espaços e com fortes redes de interação (CEDES, 2017).

Ainda como parte da desarticulação social, o reassentamento afectou igualmente a liderança das comunidades reassentadas, isto porque algumas comunidades movimentadas, foram reassentadas em zonas já habitadas por outras comunidades. Nestes espaços encontraram as comunidades hospedeiras com uma estrutura de liderança, tornando assim nulo o poder dos líderes das comunidades reassentadas, que passaram a ser chefiadas pelos líderes das comunidades hospedeiras. Esta perda de poder afectou especialmente aos chefes da terra (Machel, 2014).

No que se refere a perda de valores culturais, o reassentamento teve impacto sobre as práticas culturais destas comunidades, por exemplo, as comunidades usam as árvores de canhoiros para a produção do canhu e para a realização de cerimónias tradicionais, tornando-se assim espaços sagrados. Contudo, nos locais de reassentamento, as comunidades receberam espaços sem árvores, pois, foram retiradas durante o processo de limpeza dos espaços antes da entrega às comunidades, retirando-lhes a possibilidade de realização das suas cerimónias nos espaços habituais (Witter, 2013; Normann, 2004).

Como parte das práticas culturais, as comunidades do PNL tem nos seus ancestrais a sua maior protecção e, como forma de assegurar a continuidade deste contacto, durante o reassentamento foi dada a possibilidade de movimentação das campas para as áreas hospedeiras, no entanto, algumas famílias não aceitaram alegando que seus antepassados devem permanecer na sua terra, neste caso, no interior do PNL, visto que mesmo que sejam movimentados para as novas zonas, não mais poderão ser invocados durante as cerimónias, pois, cada aldeia invoca os seus antepassados. A falta de movimentação de parte das campas para as áreas de reassentamento, fez com que parte das comunidades residentes no PNL, perdessem o contacto permanente com os seus ancestrais, colocando lhes numa situação de insegurança, pois para estas, os seus ancestrais constituem a força sobrenatural para a

protecção contra todos desafios e dão lhes força para tomada de decisão em relação a vida da comunidade (Witter, 2013).

Não obstante as dinâmicas desta área de conservação estarem a afectar negativamente o modo de vida destas comunidades, elas ainda continuam com o sentido de pertença da terra, não vendo possibilidade da sua dissociação com estes espaços. Como Luhmann (2016) observa, perante uma perturbação os sistemas têm uma tendência natural de se adaptarem à mudança. É nesta perspectiva que para sua permanência, as comunidades do PNL tiveram de desenvolver estratégias de adaptação para lidarem com as adversidades resultantes das transformações económicas, sociais e culturais impostas pelo PNL.

As mudanças resultantes das dinâmicas do PNL e as estratégias de adaptação das comunidades, tem merecido atenção de alguns pesquisadores dentre eles Norman (2004), Muando (2004), Milgrom (2012) e Givá (2016). Norman (2004) apresenta as mudanças que aconteceram na vida das comunidades, sobretudo no que tange aos meios de sobrevivência e fala igualmente do fraco envolvimento das comunidades durante o processo de criação do parque.

Norman também apresenta as alternativas de sobrevivência das comunidades prometidas pelo governo aquando da criação do PNL, como forma de compensar o défice criado pelo estabelecimento do PNL. Estas estratégias incluem a oportunidade de emprego como resultante do ecoturismo. Este Pesquisador concluiu no seu estudo que as promessas feitas às comunidades, não estão a ser cumpridas especialmente no que se refere aos meios alternativos de sobrevivência. A análise de Norman elucida as alternativas prometidas às comunidades, sem, no entanto, explorar as opções que as comunidades estão a desenhar e usar para lidar de forma positiva com os diversos impactos da criação do Parque Nacional de Limpopo.

Muando (2004), apresenta no seu estudo as actividades desenvolvidas pelas comunidades como forma de sobrevivência nas épocas de estiagem. Esta autora, à semelhança do Norman apresenta a possibilidade de criação de oportunidades de emprego como resultado da criação de infraestruturas e serviços ligados ao parque. Em vista disso, Muando não aborda as estratégias adoptadas pelas comunidades para lidar com as dinâmicas do PNL, somente traz uma das possibilidades apresentadas pela entidade criadora do PNL.

Milgrom (2012), aborda as mudanças que aconteceram na vida das comunidades durante o processo de reassentamento, principalmente no que tange a limitação do acesso a terra para a prática da agricultura, que é a principal actividade de sobrevivência das comunidades do PNL. Esta pesquisadora, concentra a sua análise na identificação de

estratégias de sobrevivência no período pós-reassentamento, apresentando opções de maximização do uso da terra com vista a mitigação da limitação do acesso da terra observado nas zonas de reassentamento. Milgrom, apresenta algumas técnicas de maximização da produção do milho que é a principal cultura alimentar das comunidades do PNL.

Apesar de Milgrom trazer na sua pesquisa as mudanças que ocorreram na vida das comunidades, ela centra-se nas áreas de reassentamento, e também a pesquisadora traz somente estratégias para compensar o déficit da limitação do acesso à terra para a prática da agricultura, porém o processo de reassentamento não somente afectou a prática da agricultura como também outras actividades, e ainda outros aspectos socioculturais.

Givá (2016), na sua pesquisa procura perceber como é que a implementação do parque acomodou a questão dos meios de sobrevivência das comunidades, considerando a vulnerabilidade desta área às mudanças climáticas. Esta investigadora associa os desafios de sobrevivência à questão das mudanças climáticas, principalmente o impacto destas sobre a prática da agricultura. Neste contexto, Givá à semelhança de Muando 2004, apresenta na sua pesquisa estratégias de “*coping*” adoptadas pelas comunidades principalmente no período seco para suprir os impactos da estiagem sobre a prática da agricultura que é a principal actividade de sobrevivência destas comunidades.

Embora Givá aborde estratégias de sobrevivência e ou de adaptação das comunidades, a sua análise está centrada na adaptação às mudanças climáticas e não as mudanças resultantes da criação do PNL, também, Givá tem o seu enfoque somente na zona tampão do Parque e em estratégias ligadas a prática da agricultura. Porém, a criação do PNL e a sua transformação em Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo não afectou somente a prática da agricultura e muito menos unicamente as comunidades da zona tampão.

### **Problema de Pesquisa**

Os estudos sobre o impacto da criação do PNL e a sua integração no PTGL na vida das comunidades, têm maior enfoque na análise dos efeitos sobre os meios de sobrevivência com particular destaque para a agricultura. No entanto, o estabelecimento do PNL afecta várias esferas que caracterizam o sistema humano (social, cultural, económica e política). Esta lacuna resulta da ausência de uma abordagem holística das mudanças que ocorreram na vida das comunidades (comunidades reassentadas, as por reassentar e as comunidades da zona tampão), como resultado do estabelecimento do PNL e suas dinâmicas.

No que tange às estratégias para mitigar os efeitos da criação do PNL, da revisão de literatura feita, não foram encontrados estudos que evidenciam as estratégias usadas pelas

comunidades para fazer face aos efeitos da criação desta área de conservação. A literatura encontrada cinge-se na apresentação de alternativas que a criação do PNL oferece ou ainda aborda estratégias que seriam adequadas tendo em conta as condições do local, a título de exemplo, como sugere Milgrom, a adopção de técnicas de cultivo do milho que permitem uma maior produção em áreas menores. Portanto, não foram encontrados estudos que identifiquem e analisem as estratégias adoptadas ou desenvolvidas pelas comunidades para lidar com as mudanças na sua estrutura social como consequência do estabelecimento do PNL, e por conseguinte, não há estudos que analisem em que medida estas estratégias terão contribuído para a criação da resiliência das comunidades perante os obstáculos impostos pelo PNL.

Assim, com intuito de complementar os estudos anteriores, esta pesquisa estuda a Resiliência das comunidades do PNL, abordando as mudanças sociais, culturais e económicas ocorridas na estrutura social das comunidades do PNL, verificando a tendência da sua ocorrência tendo em conta as comunidades reassentadas, por reassentar e as comunidades da zona tampão. Do mesmo modo, a pesquisa apresenta as estratégias adoptadas pelas comunidades para fazer face às mudanças impostas pela criação desta área de protecção e a sua contribuição para o alcance da Resiliência. Ainda no âmbito desta pesquisa, são explorados os factores que influenciam a capacidade de resiliência e a maneira como estes afectam as estratégias de adaptação desenvolvidas pelas comunidades.

## **2.2. Pergunta de Partida, Hipóteses, Variáveis e Objectivos da Pesquisa**

### **Pergunta de Partida**

Esta pesquisa se desenvolve a partir da seguinte questão: Que estratégias as comunidades adoptaram para serem resilientes às dinâmicas da transformação da sua área de residência em área protegida (Parque Nacional de Limpopo)?

### **Objectivos da Pesquisa**

#### **Objectivo Geral**

- Estudar a Resiliência das Comunidades residentes no PNL em relação as transformações sociais, culturais, económicas, resultantes da criação PNL e a sua integração no Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo.

## **Objectivos Específicos**

- Identificar as transformações sociais, culturais e económicas que ocorreram na estrutura social das comunidades, como resultado da criação do PNL e a sua integração no PTGL;
- Caracterizar as estratégias de adaptação adoptadas pelas comunidades para fazer face as mudanças ocorridas na sua estrutura social como resultado do estabelecimento do PNL e suas dinâmicas e;
- Explicar os factores que influenciaram a capacidade de resiliência das comunidades às transformações ocorridas na sua estrutura social.

## **Hipóteses da Pesquisa**

Esta pesquisa teve como base três principais hipóteses, nomeadamente:

Hipótese 1: A transformação da Coutada 16 em PNL e a sua integração no Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo, resultou em transformações sociais, económicas e culturais que afectaram a estrutura social das comunidades;

Hipótese 2: As famílias residentes no PNL, identificaram estratégias de adaptação que garantem a continuidade da sua estrutura social, como resposta às mudanças resultantes das dinâmicas desta área de conservação, e;

Hipótese 3: A capacidade de resiliência das comunidades do PNL é influenciada por factores, sociais, económicos e culturais que dependendo do quadro de condições existente estes funcionam como catalisadores ou inibidores da capacidade de resiliência das comunidades.

## **Variáveis da Pesquisa**

As Variáveis representam uma característica observada em cada elemento da amostra. Esta pesquisa, para a análise da resiliência tem em conta três dimensões centrais, o sistema de crenças, sistema produtivo e o sistema de governação, que são as variáveis dependentes<sup>19</sup>, cuja caracterização é feita por um conjunto de variáveis independentes<sup>20</sup> descritas na tabela A escolha destas dimensões deve-se ao facto de estas serem as que caracterizam a resiliência comunitária na sua dimensão socio-ecológica.

Para a dimensão do sistema de crenças foram consideradas as seguintes variáveis: Participação, memória social, protecção, respeito a diversidade, integração familiar,

---

<sup>19</sup> Variáveis dependentes são fenómenos, factores cuja explicação é influenciada por outros factores (Marconi e Lokatos, 2003).

<sup>20</sup> Variáveis independentes são os factores manipuláveis que caracterizam as variáveis dependentes (Marconi e Lokatos, 2003)

religiosidade e conservação de valores. A operacionalização destas variáveis do sistema de crenças foi feita com recurso a análise de determinados critérios, designadamente a i) participação em rituais; ii) uso de símbolos indicativos da protecção (imagens, plantas); iii) respeito pela diversidade religiosa e a iv) diversificação dos espaços sagrados.

A Dimensão produtiva é caracterizada por um conjunto de variáveis, destacando-se para esta pesquisa as seguintes: Conservação do saber local, participação colectiva, solidariedade, equidade, enfrentamento às adversidades, flexibilidade, identidade local, adaptabilidade, conhecimento local e confiança. A operacionalização destas variáveis foi feita com base na definição de determinados critérios, como descrito na tabela 2.

*Tabela 1: Critérios de análise das variáveis Dependentes da Resiliência*

<b>Dimensão</b>	<b>Critérios de análise</b>
Sistema Produtivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de alternativas de prática da agricultura</li> <li>• Disponibilidade de água para a prática da agricultura</li> <li>• Disponibilidade de campos de pastagem;</li> <li>• Disponibilidade de água para abeberamento dos animais</li> <li>• Alternativas ao uso das plantas medicinais</li> <li>• Acesso aos serviços básicos</li> <li>• Alternativas de rendimento familiar</li> <li>• Existência de redes de apoio</li> <li>• Confiança das comunidades para com os seus Governantes/Líderes</li> <li>• Participação colectiva da família</li> <li>• Existência de habilidades para o uso dos recursos disponíveis</li> <li>• Relações de género e a capacidade de adaptação</li> <li>• Liderança das famílias e a capacidade de adaptação</li> </ul>
Sistema de Crenças	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de espaços sagrados</li> <li>• Participação em rituais</li> <li>• Participação em festividades culturais locais</li> <li>• Uso de símbolos como indicativo de protecção</li> <li>• Inclusão de lendas para expressão de valores e ensinamentos</li> <li>• Respeito pela diversidade religiosa</li> <li>• Maior respeito a colectividade</li> </ul>
Sistema de Governacao	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecimento do protagonismo comunitario</li> <li>• Maior acesso a informação</li> </ul>

Fonte: Adaptado do modelo de Adger (2010)

A semelhança da dimensão de crenças e do sistema produtivo, a dimensão do sistema de governação foi analisada com base em determinadas variáveis que englobam não só os processos participativos, políticas públicas, redes institucionais, acesso a informação e a participação na tomada de decisão. Esta dimensão é caracterizada por um conjunto de normas e regras que definem as relações de poder. A operacionalização destas variáveis foi possível com recurso a determinados critérios nomeadamente: a participação na elaboração de políticas, capacidade de influenciar decisões, acesso a informação e as relações de confiança entre as estruturas governamentais e a comunidade.

A análise destas variáveis que caracterizam as três dimensões da resiliência permite entender as condições de adaptabilidade das comunidades do PNL, e quanto maior for a intensidade dos critérios de análise das variáveis, as dimensões da resiliência se tornam mais robustas, conferindo assim uma maior capacidade de resiliência.

### **2.3. Metodologia da Pesquisa**

A produção do conhecimento científico vem conhecendo progressiva evolução no que diz respeito ao desenvolvimento de abordagens para a explicação dos fenómenos. Esta mudança de abordagem esteve sempre associada aos interesses da sociedade e da comunidade científica em particular. Neste contexto, foram desenvolvidos e debatidos alguns métodos e modos de buscar um conhecimento científico, tendo estes métodos trazido reflexões para as diferentes áreas do saber em particular para a filosofia e a sociologia (Corazza e Ramos, 2009).

A idade média foi caracterizada pelo uso do Objectivismo para a explicação dos fenómenos, tendo este sido usada pelas ciências naturais. Esta abordagem, considera que a explicação da natureza deve ser feita com base na observação rigorosa dos fenómenos (Kuhn;2011). Por volta do século XVII uma nova forma de produção do conhecimento emergiu, o positivismo, que considera facto científico, o objecto de estudo ou investigação somente o que é possível quantificar, generalizar e prever os fenómenos (Coutinho, 2016).

O positivismo teve no mundo científico várias críticas, especialmente no que diz respeito a previsibilidade dos fenómenos, visto que existem vários factores que condicionam a ocorrência dos fenómenos e também pelo facto de o positivismo admitir a existência de apenas uma única forma de ver do mundo. Em resposta às lacunas do positivismo, surgiu o pós-positivismo (Coutinho, 2016). De acordo com Guba (1990), o pós - positivismo está baseado no realismo crítico, admite a existência do conhecimento não totalmente objectivo,

devido às limitações humanas que podem ser de natureza sensorial ou intelectual, se exigindo ao investigador um olhar crítico aos dados resultantes da observação.

O pós-positivismo permite a interação entre o investigador e o objecto de estudo e traz também a possibilidade de investigar de uma forma neutra. Em termos metodológicos, o pós -positivismo, permite o uso de múltiplas fontes (Dados, teorias, métodos, técnicas) e esta combinação é a base usada para o confronto crítico da observação, tornando os resultados mais objectivos (Coutinho, 2016). Esta pesquisa é um estudo de caso cuja abordagem é baseada no pós - positivismo. O estudo de caso permite explorar, explicar e/ou descrever fenómenos tendo em conta o contexto em que este ocorre. Numa outra perspectiva, o estudo de caso possibilita uma análise aprofundada de um ou alguns casos, e a partir desta explicar os outros casos semelhantes, facto que reduz os custos das pesquisas (Yin, 2009).

### **2.3.1. Tipo de Pesquisa**

Para Yunes (2001), há três abordagens principais para a avaliação da resiliência: a primeira se refere ao estudo do individuo, no âmbito de pesquisas científicas quantitativas; a segunda abordagem dá ênfase ao estudo de processos, percepções a partir de um estudo qualitativo de experiências de vida, numa visão sistémica, e o terceiro modelo consiste numa abordagem critica que levanta a necessidade de repensar e reconstruir o conceito de resiliência. Para esta pesquisa é seguida a segunda abordagem que considera a análise da resiliência a partir de experiências de vida numa visão sistémica.

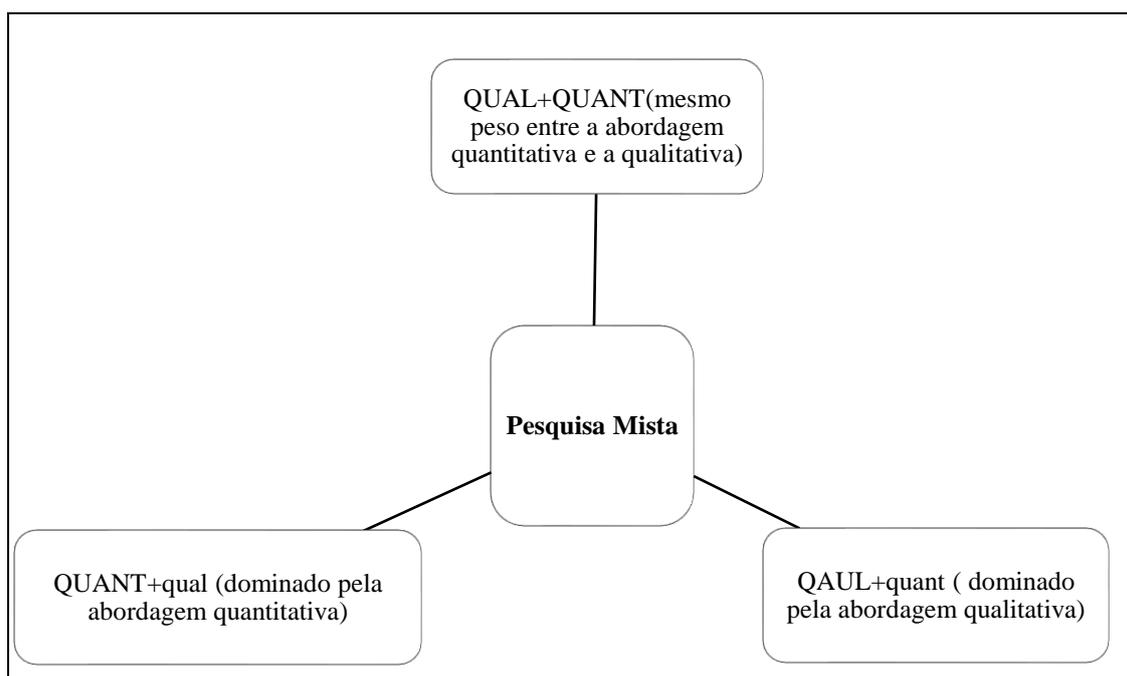
A compreensão das experiências de vida envolve análise de variáveis com uma interdependência complexa, tal é o caso de comportamentos, atitudes, expectativas e percepções, o que torna os fenómenos sociais caracterizados por estas variáveis também complexos. De acordo com Salomon (1991) a explicação de fenómenos sociais complexos (que juntam variáveis interdependentes complexas) necessita de uma combinação da abordagem precisa (quantitativa) e as abordagens sistémicas com carácter interpretativo (qualitativo).

Sendo a resiliência um fenómeno social cuja compreensão depende da análise da interação do sujeito da resiliência com o seu meio e vice-versa, associado ao facto de este fenómeno aglutinar sentimentos, emoções, percepções e expectativas e ainda devido as relação de conflitos entre as comunidades e a gestão desta área de conservação que caracterizam o Parque Nacional de Limpopo (que podem influenciar as respostas dos envolvidos na pesquisa), tornou relevante a necessidade de triangulação e complementaridade de métodos. Em virtude disso, foi feita a combinação entre o método

qualitativo e o quantitativo, se afigurando deste modo a pesquisa em mista<sup>21</sup> (Paranhos, *et al.*, 2016).

A pesquisa mista é vista por determinados autores como sendo uma sobreposição de vários métodos mistos que dão origem a três tipos de pesquisas mistas, a chamada pesquisa mista “pura”, onde a abordagem quantitativa e qualitativa tem o mesmo peso, a mista qualitativa que é dominada pela abordagem qualitativa e a mista quantitativa cujo domínio é da abordagem quantitativa (Johnson and Tuner, 2007).

Figura 8: Tipos de Pesquisas Mistas



Fonte: Adaptado do gráfico paradigmas de pesquisas incluindo métodos mistos de Johnson e Tuner, 2007

No que se refere ao peso de cada abordagem, (a qualitativa e a quantitativa), para esta pesquisa é atribuído o mesmo peso, sendo que a sobreposição acontece nas várias fases da pesquisa, desde o desenho da questão de partida, na definição da unidade de análise, definição da amostra e na recolha e análise de dados. A questão de partida foi definida de tal forma que a mesma seja possível de analisar com recurso a técnicas quantitativas e qualitativas.

A recolha de dados qualitativos e quantitativos foi feita em simultâneo e a análise da informação está assente na triangulação dos dados das duas abordagens, permitindo a determinação de convergências, diferenças e combinações, tendo resultado na produção de

---

<sup>21</sup> Onwuebuze (2004) define métodos mistos como sendo uma classe de pesquisa onde o investigador combina técnicas qualitativas e quantitativas, métodos, abordagens, conceitos ou linguagem num único estudo.

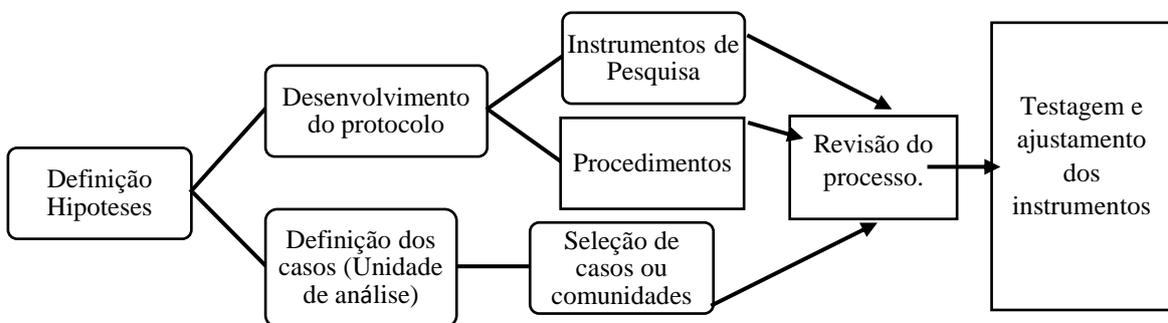
informação qualitativa e quantitativa, que se apoia mutuamente para caracterização da resiliência comunitária no PNL.

### 2.3.2. Etapas da Pesquisa

O desenvolvimento deste estudo de caso, obedeceu cinco etapas, designadamente: delineamento, preparação e recolha de dados, análise da informação e elaboração do relatório. O delineamento da pesquisa consistiu na definição do fenómeno a ser estudado, na definição da área de pesquisa, na definição do objecto de estudo e dos tópicos que facilitam a identificação da bibliografia relevante para a pesquisa. Uma das principais actividades na fase do delineamento é o desenho da pesquisa. De acordo com McDermott (2010), o desenho da pesquisa deve apresentar quatro aspectos principais: Validade externa (assegurar que os resultados da pesquisa representem de facto o fenómeno); confiabilidade (possibilidade de réplica por outros investigadores), validade do constructo (Avaliação correcta do fenómeno em estudo) e a validade interna que consiste em adequar as inferências aos dados obtidos.

O desenho da pesquisa num estudo de caso, inicia com a definição de hipóteses que norteiam o estudo de caso. Estas hipóteses foram formuladas com base na revisão da bibliográfica disponível em relação a resiliência e ao Parque Nacional de Limpopo, com particular enfoque na vida das comunidades residentes nesta unidade de conservação e também no conhecimento prévio que a pesquisadora possuía da área. A definição dos casos ou categorias de comunidades que permitissem uma compreensão profunda da resiliência no PNL foi também parte do desenho do projecto. As etapas do desenho da pesquisa estão resumidas na figura 9, abaixo.

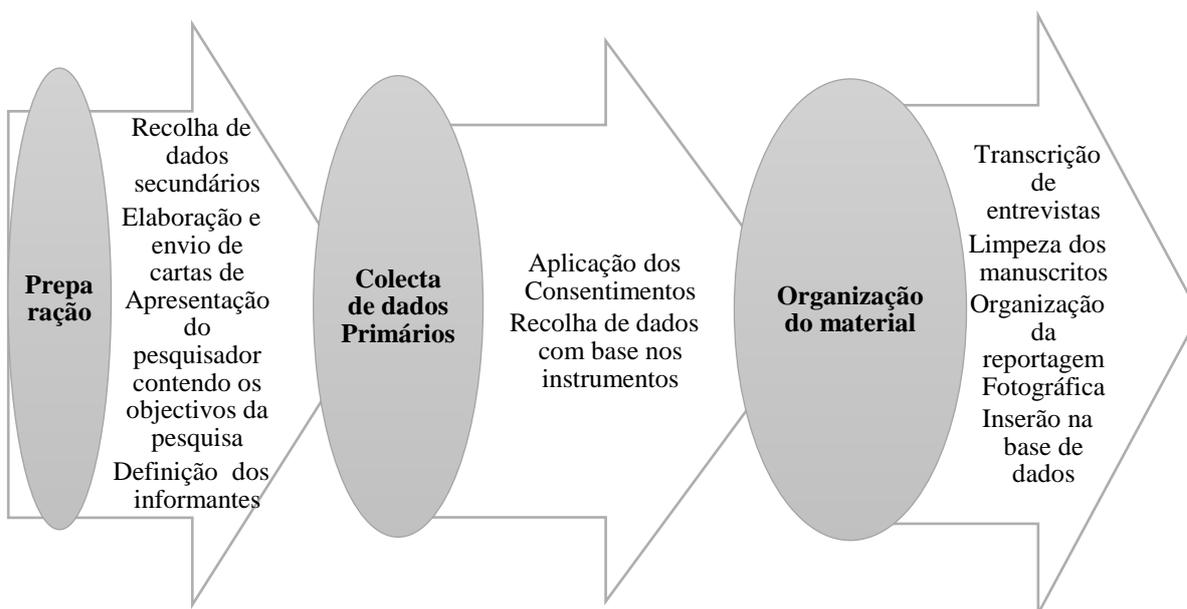
Figura 9: Actividades da Etapa do Desenho da Pesquisa



Fonte: adaptado de Yin (2009)

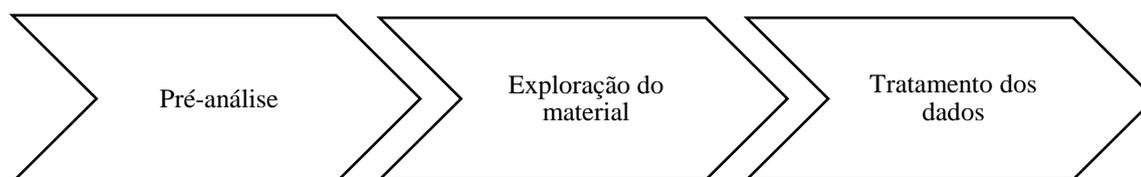
Preparação e recolha de dados primários - A fase de preparação foi caracterizada pelo contacto com os seleccionados para a pesquisa, tendo sido enviadas cartas de pedido de colaboração, e nestas estavam descritos os objectivos da pesquisa, no anexo 3 o exemplo da comunicação feita. A fase de preparação foi seguida de imediato pela recolha de dados primários com recurso aos instrumentos elaboradas na fase do desenho da pesquisa. Importa referir que antes do envolvimento na pesquisa, os entrevistados assinaram o consentimento informado. As acções da fase de preparação e recolha de dados estão resumidas na figura 9.

Figura 10: Actividades na fase de Preparação e Recolha de Dados



Análise de dados e a elaboração do relatório da pesquisa resultou da combinação do Statistical Package for The Social Sciences (SPSS) para os dados quantitativos e análise por conteúdo para os dados qualitativos. Análise de conteúdo foi essencialmente caracterizada por três momentos

Figura 11: Processo de Análise de Dados Qualitativos



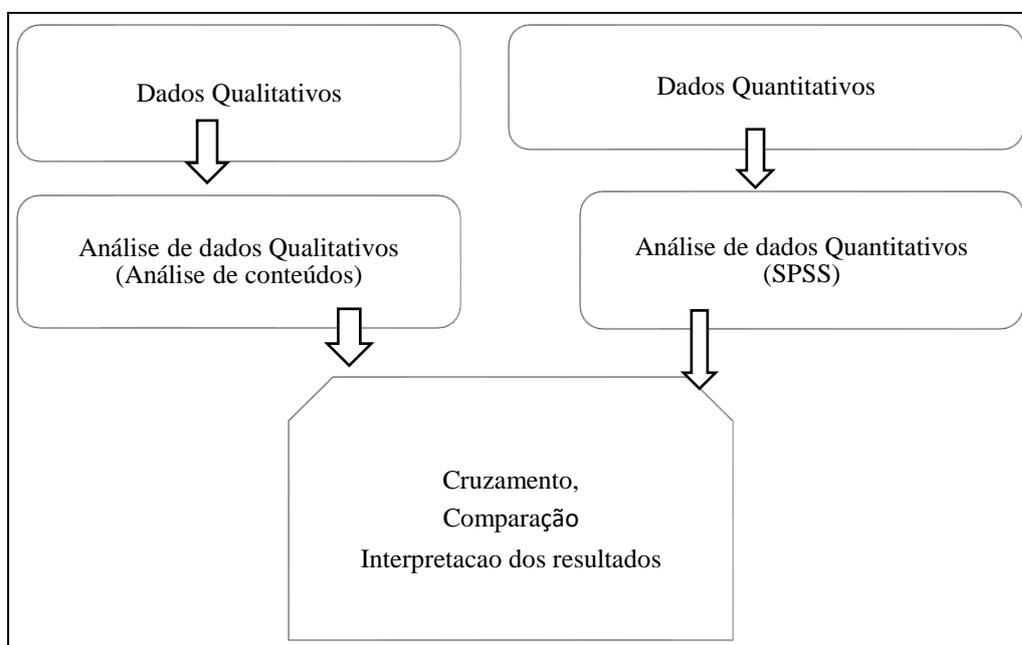
A pré-análise consistiu na organização do material tendo como base as variáveis de operacionalização das hipóteses da pesquisa; a fase de exploração na leitura e codificação<sup>22</sup>

<sup>22</sup> Codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em

da informação em função das variáveis e terceira no tratamento de dados sendo traduzidos em percentagens ou diagramas, onde aplicável.

A última etapa do processo de análise de dados foi a integração dos resultados quantitativos e qualitativos, com base na triangulação para a identificação dos pontos de convergência e divergência. A estes resultados, foi verificada a consistência com os dados recolhidos das discussões focais e nas entrevistas adicionais com o Administração do Parque, as Organizações da Sociedade Civil, as Lideranças locais e os dados da observação directa. A comparação dos resultados da pesquisa com alguns estudos similares também fez parte da abordagem usada.

Figura 12: Processo de Triangulação de Dados



Fonte: Adaptado de Cresswell, 2007

#### 2.3.4. Métodos e amostra

##### Métodos da pesquisa

De acordo com Charles (1998), os métodos de seleção da amostra consistem de duas formas, a amostragem<sup>23</sup> probabilística e a não probabilística. Nesta pesquisa foi usada amostragem não-probabilística, concretamente o método itinerário aleatório ou serpentina (*Random Route*), considerado por alguns autores como não probabilístico (dado o facto permitir a

---

unidades que permitem a descrição exacta das características pertinentes do conteúdo (Bardin, 2016).

<sup>23</sup> Amostragem processo de seleção dos sujeitos que participam de um estudo (Coutinho, 2016)

substituição dos envolvidos na pesquisa) e quase probabilística visto que é conhecida a probabilidade dos sujeitos da população fazerem parte da amostra e esta é diferente de zero (Viera, 2009; Ferligoj e Marvar, 2003; Schutt, 1999). A escolha deste método se deve ao facto de a área de estudo ser caracterizada pela dispersão dos agregados familiares, associado a inexistência do mapa de identificação exacta dos agregados familiares.

A amostragem com base no método serpentina é de três tipos, a amostragem controlada, a não controlada e a combinação entre a amostragem por quotas e o método serpentina. Estes modelos diferem em algumas características o que resulta na falta de consenso entre os teóricos no que se refere a classificação deste método em probabilístico ou não probabilístico.

Tabela 2: Modelos do Método Serpentina (Random Route)

Amostra Controlada	Amostra não controlada
Identificação do ponto para amostragem	Identificação do ponto para amostragem
É necessária a lista dos entrevistados	Não obrigatório a lista de entrevistados
É obrigatório o ter os endereços dos entrevistados	Não obrigatório o acesso prévio aos endereços dos entrevistados
Não há substituição na amostra	Pode ser feita a substituição

Nesta pesquisa foi considerada a amostragem não controlada pois não houve uma identificação prévia dos entrevistados não sendo deste modo conhecida a sua localização. Por outro lado, o facto de a área de estudo ser caracterizado por alta mobilidade, o uso deste método permitiu a substituição do entrevistado no caso de não ser localizado ou por indisponibilidade deste em participar da pesquisa.

### **Cálculo da amostra<sup>24</sup>**

Nesta pesquisa foi considerado uma população de 639 agregados familiares que compõem as 3 comunidades em pesquisa (Massingir velho com 302 agregados familiares, Bingo com 225 e 112 Machaule. Tratando se de uma amostra finita<sup>25</sup>, esta foi calculada com recurso a seguinte formula:

<sup>24</sup> Amostra é o conjunto de sujeitos selecionados para representar a população da pesquisa (Charles,1998)

<sup>25</sup> Amostra finita o número de elementos não excede a 100000 (Gil, 2008)

$$n = \frac{N * p * q * (Z_{\alpha/2})^2}{p * q * (Z_{\alpha/2})^2 + (N-1) * E^2}$$

Onde n é o tamanho da amostra;  $Z_{\alpha/2}$  = Valor crítico; p = Proporção populacional de indivíduos que pertence a categoria de interesse para o estudo; q = Proporção populacional de indivíduos que não pertence à categoria de interesse ( $q = 1 - p$ ); E = Grau de confiança e N: tamanho da população = 639 agregados familiares. De acordo com Levine (2000), quando o p e q não são conhecidos, estes podem ser substituídos por 0,25.

Para esta pesquisa é considerado um nível de confiança de 95%, que corresponde a um valor crítico de 1.96 (Levine, 2000).

$$p=0.25$$

$$q=1-0.25$$

$$q=0.75$$

Assim amostra será:

$$n = \frac{N * p * q * (Z_{\alpha/2})^2}{p * q * (Z_{\alpha/2})^2 + (N-1) * E^2}$$

$$n = \frac{639 * 0.25 * 0.75 * (1.96)^2}{0.25 * 0.75 * (1.96)^2 + (639-1) * (0.05)^2}$$

$$n = 138.78 \approx 139$$

Agregados familiares a serem envolvidos na pesquisa.

### **Distribuição da amostra por comunidade**

Considerando o nível de contribuição de cada comunidade para a população, esta amostra foi dividida da seguinte forma:

Quadro 2: Total de AgF envolvidos por Comunidade/Amostra quantitativa

Comunidade	Total de agregados (N1)	Peso de cada comunidade no Universo (N1/N)	Distribuição da amostra (n*N1/N) n=139
Massingir-velho	302	0.47	65
Bingo	225	0.35	49
Machaule	112	0.176	25
Total	N=639		139

Embora o peso das duas abordagens (Quantitativa e Qualitativa) seja igual para esta pesquisa, no que tange à proporção da amostra é considerada uma contribuição de cerca de 28% (39 agregados familiares) da abordagem qualitativa, pois, vários autores que abordam a triangulação destas duas abordagens referem que dado facto de a abordagem quantitativa requerer representatividade estatística, e a qualitativa requerer apenas a saturação, esta não necessita de uma amostra elevada. Neste contexto, a cobertura da abordagem qualitativa não deve ultrapassar os 30% do total da amostra (Onwuegbuzie, 2007; Crosswell, 2007). Portanto, nesta pesquisa a parte quantitativa cobriu 139 agregados familiares e destes 39 foram igualmente cobertas pela abordagem qualitativa.

### **Seleção dos agregados familiares envolvidos na pesquisa**

No método adoptado para esta pesquisa o *Random Route* não controlado, não há obrigatoriedade do uso de uma abordagem para a identificação dos entrevistados, porém, embora seja aleatória a escolha dos entrevistados, recomenda-se a adopção de um passo sistemático de forma a permitir que os contactos sejam feitos de forma intercalada por exemplo de x em x agregados, garantindo maior dispersão das entrevistas realizadas. Neste contexto, foi definido um valor inicial escolhido com recurso ao método de datas, por exemplo a recolha de dados iniciou no dia 14, então  $1+4=5$ , nesta base foram seleccionados os agregados familiares que correspondiam aos múltiplos do valor inicial, neste caso o 5 (Vieira, 2008). No que tange ao ponto de partida, foi convencionado como sendo a casa do líder comunitário de cada comunidade envolvida na pesquisa. Para o caso das famílias abrangidas pelas entrevistas, a residência no distrito de Massingir antes da criação do Parque foi o critério usado para a selecção, dado facto de estes terem vivenciado as diferentes de transformações sociais e económicas ocorridas.

### **2.3.5. Técnicas de Recolha de Dados**

Para esta pesquisa foram usadas essencialmente quatro técnicas, o inquérito, para os dados quantitativos, as entrevistas semiestruturadas, grupos focais e observação não estruturada para a recolha da informação quantitativa.

Inquérito: A escolha do inquérito, se deve ao facto desta técnica permitir maior quantidade de informação num período de tempo relativamente curto. Esta técnica foi implementada com recurso a um questionário de perguntas padronizadas com respostas previamente definidas. Portanto, a população envolvida na pesquisa respondeu às questões colocadas pela investigadora, conforme ilustrado no anexo 1.

#### **Entrevistas semiestruturadas**

A entrevista semiestruturada permitiu compreender a forma como os sujeitos da pesquisa interpretam as suas vivências, seus sentimentos, suas experiências e crenças em relação a criação do parque e suas dinâmicas. Por outro lado, esta técnica foi baseada num guião de entrevista com perguntas abertas (vide anexo 2) o que permitiu explorar com detalhe os tópicos pesquisados. A nível dos agregados familiares das comunidades abrangidas pela pesquisa, foram entrevistados 39 agregados familiares, como mostra a tabela 5. Importa referir que estes 39 agregados familiares também foram envolvidos na pesquisa qualitativa através do inquérito.

A análise da capacidade de resiliência passa pela compreensão da interação da unidade da análise (a família) e o seu meio. Neste sentido, além dos agregados familiares foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a Administração do Distrito de Massingir, representada pelo Administrador do Distrito, a Administração do PNL (cinco representantes incluindo o Administrador do Parque), representantes de organizações da sociedade civil (CEDES - duas pessoas, KUWUKA - uma pessoa, a plataforma da sociedade civil baseado em Massingir - duas pessoas) totalizando cinco representantes, estruturas locais três (3) chefes de terra, e três (3) líderes comunitários, sendo um líder comunitário e um chefe de terras por comunidade. Ainda nas lideranças comunitárias foram envolvidos três líderes religiosos um em cada comunidade.

#### **Grupos Focais**

Em adição às entrevistas semiestruturadas, por forma a permitir uma maior triangulação da informação, foram realizados nove (9) grupos focais sendo três em cada comunidade. Um total de 72 pessoas foram abrangidas por esta técnica, 27 em Machaule, 22 em Bingo e 23

Massingir-velho. De referir que nestes grupos a maior participação foi de mulheres, dado o facto de a maioria dos homens ter tido a necessidade de busca de oportunidades de trabalho fora do Parque.

Tanto para o inquérito assim como para as entrevistas semiestruturadas, os agregados familiares foram representados pelos seus responsáveis. Na ausência deste, um outro membro da família representou a família na pesquisa, desde que este fosse residente permanente desse agregado familiar.

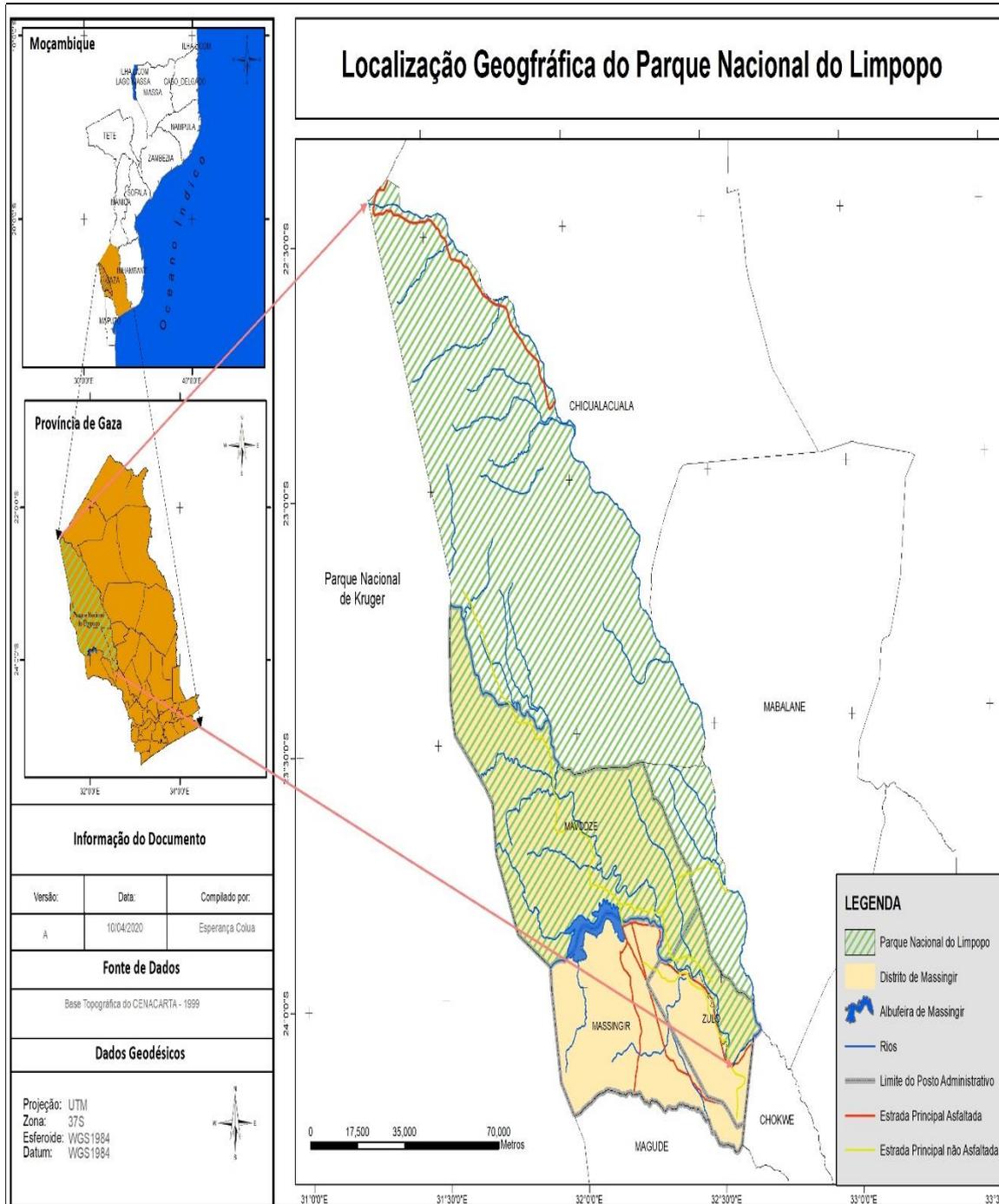
As entrevistas e os inquéritos tiveram lugar nas residências dos agregados familiares, enquanto os grupos de discussões focais, foram realizados num local e horário escolhido pela comunidade. Importa referir que dada dinâmica destas comunidades especialmente no que se refere a busca de meios de sobrevivência, o processo de recolha de dados só iniciava a meio da manhã e com uma duração máxima de 60 minutos. Houve casos excepcionais de entrevistas que levaram mais tempo pelo facto de alguns entrevistados terem considerado a presença da pesquisadora como uma oportunidade para “desabafar” os seus sentimentos/frustrações em relação ao processo do estabelecimento do parque e o seu impacto para as suas vidas. A observação não estruturada foi uma técnica transversal, pois a cada visita feita eram anotados todos aspectos que poderiam apoiar na compreensão do fenómeno em estudo, como um simples observador.

### **2.3.6. Área de Estudo**

A área de estudo é o Parque Nacional de Limpopo (PNL). A escolha desta área para o estudo é resultado do contacto que a pesquisadora tem com esta área de conservação desde 2010, no âmbito da pesquisa para a dissertação do mestrado. Desde então, a pesquisadora tem contacto contínuo com as comunidades do PNL, com administração do parque e também com as organizações da sociedade civil com intervenções no parque. Como resultado desta colaboração, a pesquisadora já participou de vários momentos (avaliação de projectos de meios de vida, negociação com a comunidade de Mavodze no âmbito do processo de reassentamento) do Parque Nacional de Limpopo.

O PNL está localizado na região sul de Moçambique, concretamente na Província de Gaza, cobrindo os distritos de Massingir, Mapai e Chicualacua com uma área aproximada de 1,123 hectares (ha). Faz fronteira a oeste com a República da África do Sul, numa distância de cerca de 200 km Norte-sul e, a nordeste faz fronteira com o Zimbábue, a aproximadamente 600 km e, a este o PNL é limitado pelo rio Limpopo (Jose, 2017).

Figura 13: Localização Geográfica da área de estudo



Fonte: Adaptado com base na topografia da CENACARTA, 1999

O parque Nacional de Limpopo possui um total de 52 comunidades, sendo 44 pertencentes a zona tampão, Quatro (4) comunidades reassentadas e Quatro (4) ainda por reassentar. Para a compreensão da resiliência das comunidades do PNL, foi necessária a integração das três categorias de comunidades que existem no PNL (Comunidades Reassentadas, por reassentar e as da zona Tampão). Neste contexto, foram selecionadas as

comunidades de Bingo, (por reassentar), Massingir-velho (Reassentada) e Machaule (Zona tampão), todas situadas no distrito de Massingir. A escolha do Distrito de Massingir deveu-se ao facto de dos três distritos que compõem o PNL, este ser o que possui as três categorias de comunidades.

No que tange a escolha das comunidades, foram obedecidos dois critérios designadamente o fácil acesso e pouco envolvimento em pesquisas anteriores. Quanto a população, no momento da preparação da pesquisa, Massingir Velho possuía 302 agregados familiares, Bingo com 225 agregados familiares e Machaule com 112 agregados familiares. Como foi referido anteriormente Massingir-velho faz parte das três comunidades já reassentadas, tendo sido tirada do interior do parque e reassentada em 2015 na comunidade de Mucatine, que dista a cerca de 80 km da anterior localização da comunidade de Massingir-velho no interior do parque.

A comunidade de Bingo faz parte das quatro comunidades que ainda permanecem no interior do parque, a espera do seu reassentamento. Esta comunidade tem o local para o seu reassentamento definido, que é a localidade de Chitar, situada a aproximadamente 60 km da actual localização da comunidade de Bingo (interior do parque). O processo de construção de casas para as famílias de Bingo iniciou há pouco mais de dois anos, no entanto ainda não foi finalizado, o que condiciona o reassentamento desta comunidade. No que concerne à comunidade de Machaule esta faz parte das 44 comunidades da zona tampão do PNL, localizada a cerca de 10 km da vila sede do Distrito de Massingir sendo que esta não será reassentada pois este processo abrange somente comunidades localizadas na zona considerada de conflito que se situa no interior do parque (Administração do distrito de Massingir, 2018; Hluvuka, 2017).



A recolha de dados foi feita entre 2018 e 2020, como detalhado no quadro 3 baixo

Quadro 3: Cronograma do trabalho de campo

<b>Accão</b>	<b>Método</b>	<b>Data</b>	<b>Local</b>
Apresentação dos objectivos da Pesquisa e pedido de permissão para a realização da pesquisa	Entrevistas informais e observação	Marco 2018	Administração do distrito de Massingir
Apresentação dos objectivos da Pesquisa e pedido de permissão para a realização da pesquisa	Entrevistas informais e observação	Marco, 2018	Administração do PNL
Apresentação dos objectivos da Pesquisa e pedido de permissão para a realização da pesquisa	Entrevistas informais e observação	Março 2018	Liderança Comunitária de Machaule, Bingo e Massingir-velho
Entrevistas com administração do distrito	Entrevista semiestruturada	Mai 2018	Administração do distrito de Massingir
Entrevistas com administração do distrito de Massingir	Entrevista semiestruturada	Mai 2018	Administração do PNL
Líderes Comunitários	Entrevista semiestruturada	Mai 2018	Machaule
Agregados familiares	Inquérito Entrevista semiestruturada Observação	Mai e setembro 2018 e Junho de 2019 e Abril 2020	Machaule
Agregados familiares	Grupos Focais	Julho 2020	Machaule
Agregados familiares	Inquérito Entrevista semiestruturada Observação	Mai e Novembro 2018 e Junho de 2019 e Junho 2020	Bingo
Agregados familiares	Grupos Focais	Julho 2020	Bingo
Agregados familiares	Inquérito e Entrevista semiestruturada Observação	Mai, 2018; Junho 2019 e Maio 2020	Massingir-velho
Agregados familiares	Grupos Focais	Julho 2022	
Técnicos do PNL	Entrevista semiestruturada	Mai 2018	

---

## 2.4. Ética de Pesquisa

A pesquisa aborda a Resiliência Comunitária no Parque Nacional de Limpopo, a prior, trata - se de uma pesquisa que envolve seres humanos e, de acordo com o código de Nuremberg (1947), todas as pesquisas que envolvem seres humanos, devem ser acompanhadas pelo uso de um consentimento informado para todos os participantes da pesquisa. Assim sendo, o Consentimento Informado foi parte integrante desta pesquisa, vide anexo 5. Por forma a permitir que os envolvidos na pesquisa compreendam melhor o propósito do estudo, o consentimento foi traduzido na língua local xichangana.

Antes do início da pesquisa, os participantes foram explicados os objectivos da pesquisa e, depois da compreensão do propósito os participantes assinaram o consentimento tendo cada participante ficado com uma cópia. A cópia do consentimento tem o contacto do investigador principal para qualquer interação caso necessário.

A participação nesta pesquisa, foi voluntária, os participantes tinham a liberdade de decidir sobre a sua participação ou não, observando o princípio da autonomia, que de acordo com Gooldim (2003), significa que o indivíduo é soberano sobre o seu corpo e sua mente ou seja, tem o direito de decidir em fazer parte ou não da pesquisa. Menores de 18 anos ou pessoas que sofram doença que afecte a sua capacidade de decisão não foram elegíveis a participarem da pesquisa como respondentes.

Dado o facto de a transformação da Coutada 16 em PNL e a movimentação das comunidades do interior para as zonas de reassentamento, ser um processo bastante sensível (visto que foram acompanhados de falta de consenso entre o governo e as comunidades), esta pesquisa evitou no máximo causar danos aos participantes por isso, nos instrumentos de recolha de dados não foram colocadas perguntas cujas respostas possam colocar em risco aos participantes. Igualmente, foi também evitado no máximo a mistura de pessoas com interesses antagónicos, que pela história dos acontecimentos no PNL, já estão em conflito, assegurando o cumprimento do princípio da Beneficência, que recomenda maximização dos benefícios e a redução do risco para os participantes das pesquisas. Ainda como parte da protecção dos participantes da pesquisa, nesta tese não são colocados os nomes nas citações usadas, sendo apenas indicada a comunidade onde a informação citada foi obtida (Goldim, 2002).

## **2.5. Constrangimentos durante a pesquisa**

Durante o desenho da pesquisa, foi selecionada a comunidade de Mavodze, dado facto de esta ser a maior comunidade do PNL, com um pouco mais de 700 agregados familiares. Porém, no decorrer da fase de recolha de dados, esta comunidade bloqueou o acesso, impedindo qualquer entrada de pessoas não residentes. Este cenário foi originado pelos conflitos existentes entre a Administração do PNL e comunidade de Mavodze, devido ao processo do reassentamento em curso. Para colmatar este desafio, foi selecionada a comunidade de Bingo (Comunidade por reassentar) em substituição de Mavodze.

O abandono de algumas casas em Massingir - velho (migração para a África do Sul devido a falta de meios de sobrevivência), fez com que em algumas famílias selecionadas na amostra não fossem localizados os proprietários, o que resultou na necessidade de reposição das famílias a serem envolvidas no estudo.



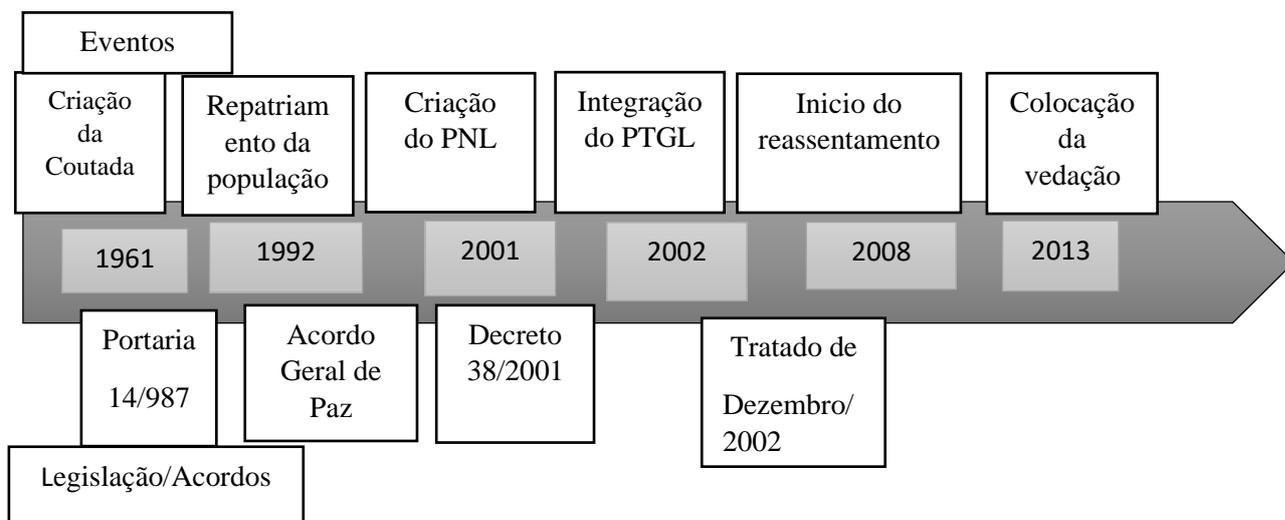
## CAPÍTULO III: EFEITO SOCIO-CULTURAL E ECONÓMICO DA CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DE LIMPOPO.

### 3.1. Contexto

Em África, os Parques Nacionais são considerados locais de implementação de estratégias de desenvolvimento económico que menor ênfase dão as comunidades locais, embora, os bens tradicionais, culturais e meios de sobrevivência destas comunidades estejam baseados no uso dos recursos faunísticos e florestais existentes nestes parques (King, 2009). Por esta razão, a criação das áreas de conservação tem resultado em riscos naturais, económicos e sociais para os agregados familiares residentes nas áreas de conservação (Westra *et al*, 2013). Neste contexto, este capítulo parte do pressuposto de que a criação do Parque Nacional de Limpopo em 2001, resultou em mudanças sociais, culturais e económicas que afectaram a forma de organização e funcionamento destas comunidades.

A compreensão dos efeitos da criação do PNL na vida das comunidades passa por analisar alguns eventos que caracterizam a situação antes e depois da criação do parque, se destacando a transformação de uma zona de caça livre em coutada 16, a migração para a África do Sul, a guerra dos 16 anos entre o Governo moçambicano e Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), a transformação do PNL em Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo (PTGL) e consequentemente o processo de reassentamento das comunidades em zonas localizadas fora do parque. Portanto, os eventos que contribuíram para a ocorrência de mudanças no PNL podem ser resumidas na figura 15 abaixo:

Figura 15: Eventos que impulsionam mudanças no PNL



## **A transformação da Coutada 16 em Parque Nacional de Limpopo e em Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo**

A Coutada 16, faz parte do processo de criação de áreas de caça na zona sul de Moçambique, na época denominada por reserva de Shigwedzi. Nesta área a caça era limitada somente para a população branca e em determinadas épocas do ano. Portanto, o actual Parque Nacional de Limpopo foi desde sempre considerado como zona de caça, e em 1968, a zona foi definida como Coutada 16, continuando as comunidades com acesso aos recursos faunísticos e florestais, desde que o uso fosse de forma sustentável (Jose, 2017; MITUR, 2003).

Em 1996, após o Acordo Geral de paz, a gestão da Coutada 16 foi passada para Gaza Safaris (uma concessão privada dentro do Parque Nacional de Limpopo, com cerca de 13,000 hectares), nesta época, a caça continuava permitida, sem, no entanto, pôr em causa a conservação da biodiversidade (MITUR, 2003). Com este acontecimento, (a criação da Coutada 16) embora de acordo com as comunidades envolvidas na pesquisa, não tivesse muito impacto sobre as suas vidas (pois ainda tinham a possibilidade de caçar para a sua alimentação), iniciava uma época de restrições, passando de uma caça completamente livre, para uma caça com algumas restrições, no âmbito das políticas de conservação. A transformação da coutada em parque nacional em 2001, como discutido na introdução desta tese, limitou ainda mais o acesso aos recursos florestais e faunísticos por parte das comunidades, passando algumas destas actividades a serem consideradas ilegais, o caso da caça.

### **Migração e a Guerra Civil**

Segundo Raimundo (2011), o movimento migratório faz parte da história de Moçambique pois o território moçambicano é resultado das migrações dos povos bantu, vindos da África Central. A migração em Moçambique, foi caracterizada pela contratação de moçambicanos para as minas e plantações da África do Sul e também as plantações da Ex-Rodésia do Sul (Zimbabwe) (Covane, 1996; Wetimane, 2012). Na zona sul de Moçambique, a precipitação irregular, associada a mosca tsé-tsé afectaram a capacidade produtiva das populações que habitavam esta região, tendo em 1820 iniciado a migração a busca de trabalho para fazer face às necessidades básicas das suas famílias (Normann, 2004).

O regime colonial português, passou a ter o domínio de uma boa parte do sul de Moçambique e, a migração para trabalho que caracterizava esta zona passou a ser uma importante fonte de rendimento para o estado português, sendo que a África do Sul era o principal destino. Nesta altura, o trabalho migratório estava direccionado às plantações de

cana- de-açúcar na cidade sul-africana do Natal e também nos campos de diamante em Kimberly. Trinta anos depois, em 1886, com a descoberta de ouro a migração foi também direcionada às minas de ouro em Witwatersrand (Norman, 2004).

Dada a relevante importância que a migração laboral representava para o estado colonial português, foram firmados em 1909 e 1928 acordos de contratação de mão de obra moçambicana para as minas da África do Sul. Estes acordos tinham como essência o envio da mão-de-obra moçambicana às minas sul-africanas. Com estes acordos, os portugueses previam o envio de cerca de 100,000 trabalhadores/ano a partir da zona sul de Moçambique. Estes níveis de recrutamento se mantiveram até 1975, ano da independência de Moçambique (Patrício, 2016; Normann, 2004).

Logo após a independência, a contratação da mão-de-obra moçambicana pela África do Sul, conheceu grandes subidas, tendo passado dos 100,000 trabalhadores/ano para cerca de 120,000/ano. Esteve na origem deste aumento, a impossibilidade de o Malawi continuar a contribuir em mão de obra para as minas da África do Sul, devido ao acidente ocorrido nas minas sul-africanas onde mineiros malawianos foram vítimas. Depois de 1977, o processo de recrutamento da mão de obra moçambicana reduziu dos cerca de 120,000 trabalhadores/ano para 40,000/ano, tendo estado na origem deste decréscimo o facto de as relações diplomáticas entre Moçambique e África do Sul terem se tornado tensas (Patrício, 2016; Hermele, 1998).

Embora em níveis relativamente mais baixos, o acordo de 1928 ainda é válido pois se observa ainda a migração para a África do Sul, como mostra o quadro abaixo. De referir que o ano 2020 foi o que registou menos moçambicanos empregues na Africa do Sul, com um total de 8,337 a nível nacional, sendo que o COVID 19 constituiu uma das razões desta redução.

*Quadro 3: Total de Migrantes Laborais na RSA (2015-20190) – Provincia de Gaza*

<b>Ano</b>	<b>Total de Mineiros Admitidos ao trabalho na RSA</b>
2015	14,095
2016	14,853
2017	21,811
2018	27,061
2019	35,075

Fonte: Departamento do Trabalho Migratórios 2016, 2019, 2021 Ministério do Trabalho

De acordo com o departamento de Trabalho Migratório, a zona sul de Moçambique tem sido a que mais alimenta o processo migratório para este país. Estando o Distrito de Massingir localizado na zona sul de Moçambique, onde a migração tem sido uma das estratégias de busca de oportunidade de emprego para a garantia do sustento das famílias, o movimento migratório para a África do Sul é visto como uma forma de viver social, cultural e económico das comunidades de Massingir (Normann, 2004).

A migração para a África do Sul foi igualmente influenciada pela guerra civil dos 16 anos entre o governo moçambicano e a RENAMO, como resultado de interesses externos, associados a diferenças ideológicas entre a FRELIMO e a RENAMO. Em 1976 surgiram os primeiros sinais da guerra civil que durou 16 anos, e a década 80 foi caracterizada pela massificação e intensificação da guerra civil, tendo resultado na necessidade de migração das populações moçambicanas para zonas mais seguras (Patrício, 2015; Mubai, 2015).

Foi com esta necessidade de locais mais seguros que cerca de 1.7 milhões de pessoas migraram para os países vizinhos, como o Zimbabwe, Swazilândia, Malawi, Tanzânia, Zâmbia e África do Sul, tornando Moçambique um País com maior população refugiada em África. Como resultado desta migração algumas zonas do País ficaram pouco habitadas, tal é o caso do Parque Nacional de Limpopo. Na África do Sul, o bantustão de Gazankulo foi um dos maiores destinos para os refugiados moçambicanos (Patrício, 2015).

Com a assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992, a população que tinha migrado foi repatriada para as zonas de origem, o que conduziu a duplicação da população do PNL. Entre 1980 e 1996, esta população se concentrou ao longo dos rios Limpopo e Shingwedzi para facilitar a prática da agricultura. O processo de repatriamento iniciou com o registo de refugiados pelo Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), tendo em 1993 retornado ao país cerca de 580.000 pessoas. Já em 1994 regressavam por semana uma média de 17.000 pessoas totalizando cerca de 880.000 indivíduos por ano (ACNUR, 1995).

A África do Sul, repatriou para a Província de Gaza, onde está localizado o Parque Nacional de Limpopo, 42,000 pessoas durante este processo. De referir que a África do Sul, iniciou este processo mesmo antes da intervenção do ACNUR. As autoridades sul-africanas providenciaram transporte para cerca de 9,255 refugiados, sendo que parte do repatriamento foi feito via Parque Nacional do Kruger que por sinal faz parte do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo (PTGL). O processo de repatriamento teve seu fim oficial em 1995, altura em que um total de 31,589 moçambicanos tinha regressado principalmente para as Províncias de Gaza e Maputo na região Sul de Moçambique (ACNUR, 1995).

Até ao final do processo do repatriamento, esta zona ainda era designada por coutada 16, com alguma limitação no que se refere ao acesso dos recursos naturais. Porém, em 2001 com a transformação da Coutada 16 em Parque Nacional de Limpopo e, em 2003 com a criação do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo, uma série de mudanças sociais, culturais e económicas ocorrem na vida das comunidades, afectando a sua forma de organização e funcionamento.

### **3.2. Mudanças Socioeconómicas e Culturais na vida das comunidades**

Como referido no capítulo 1 desta tese, a comunidade é um sistema, e este está em constante interação com o seu meio, e qualquer mudança neste resulta em alterações no sistema no seu todo. Estas mudanças podem ser de natureza social, económica e ou cultural. A mudança social tem a sua origem em factores geográficos (relacionados a factores naturais) e em factores socioeconómicos (processos sociais e económicos que afectam a organização social). Por outro lado, a mudança social envolve alteração da estrutura familiar e das redes de relacionamentos, ao passo que, a mudança cultural está centrada na alteração dos valores ou padrões sociais (Dias, 2010). Deste modo, a compreensão da mudança social que ocorreu na vida das comunidades do PNL passa pela análise socioeconómica e cultural destas comunidades.

#### **3.2.1 Tempo de Permanência das famílias na área de estudo**

O PNL é habitado na sua maioria pela etnia Changana e Tsonga, que pela história foram os primeiros habitantes desta zona. A aproximação destas comunidades com a África do Sul e Zimbabwe, contribuiu para a alteração da forma tradicional de organização das comunidades devido a migração, pois, esta tem efeitos sociais tanto no local de partida assim como no de chegada. O migrante leva do seu local de origem a sua própria cultura, hábitos, costumes, religião e crenças e, no local de chegada encontra um ambiente social e cultural diferentes, o que resulta num sistema de influência sobre os valores culturais tanto no local de chegada, assim como no local de partida (MITADER, 2017; Grondin, 2004).

As famílias das comunidades em estudo são originárias do Parque Nacional de Limpopo. No entanto, como referido anteriormente, a guerra civil bem como as dinâmicas desta área de conservação, resultaram na movimentação das comunidades para dentro e fora do Parque. A movimentação interna (interior e na zona tampão) foi resultado da operacionalização de uma medida do Governo de Moçambique, logo após a independência, que defendia que o desenvolvimento das zonas rurais só seria possível com a organização

das comunidades em aldeias comunais. Acreditava-se que com as comunidades organizadas desta forma, facilitaria a provisão dos serviços básicos como educação, saúde e água para o consumo (Araújo, 1997). Outro fenómeno que levou a migração interna foram as cheias de 2000, que obrigaram a movimentação de famílias das zonas baixas (próximo aos rios) para a zona alta, onde actualmente se encontram a residir.

O movimento das comunidades para fora do Parque inicia com o processo de reassentamento, que foi adoptado como uma medida para a redução do conflito homem fauna-bravia, como referido no primeiro capítulo desta tese, com a criação do PTGL, viu-se a necessidade de movimentar oito comunidades (Makandazulo A e B, Chimangue, Machamba, Bingo, Mavodze, Macavene e Massingir-velho) como demonstra a figura 15.

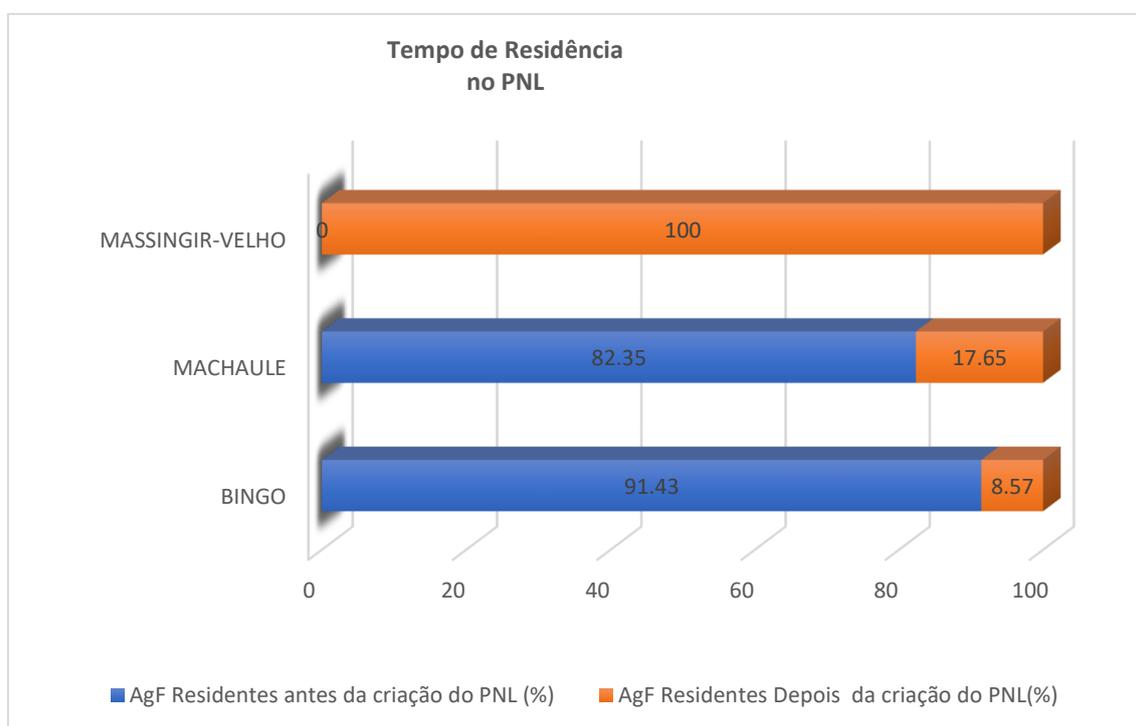
Figura 15: Origem e destino das comunidades no âmbito do Reassentamento no PNL



Fonte: Plano de Maneio para a Zona Tampão do PNL, 2012

As dinâmicas do PNL têm influência no tempo e local de residência destas comunidades, facto que tornou relevante para esta pesquisa perceber o tempo em que as famílias habitam esta zona. Dados do estudo confirmam a ocupação por estas comunidades destas áreas por longos anos, pois a maioria dos entrevistados está nesta zona desde o tempo da Coutada 16 com excepção da comunidade de Massingir - velho que devido ao processo de reassentamento está a menos tempo na sua actual zona de residência, porém habitaram o interior do PNL até 2015, ano em que esta comunidade foi movimentada para Mucatine, uma zona localizada a cerca de 80 km da vila sede do distrito de Massingir.

Gráfico 1: Tempo de Residência das famílias nas comunidades



O gráfico acima mostra que a comunidade de Massingir-velho é a que menos tempo se encontra a residir na actual zona, o que é explicado pelo facto desta comunidade ter sido movimentada do interior do PNL para a zona de reassentamento em 2015. No entanto, as comunidades de Bingo e Machaule embora não tenham sido reassentadas também possuem agregados familiares cuja fixação ocorreu após a criação do PNL, sendo que estas são resultado da movimentação interna de uma comunidade para outra, de dentro para a zona tampão ou vice-versa, devido ao casamento ou pela busca de terras nas zonas baixas para a prática da agricultura.

O local de residência apresenta características especiais que incluem sentimentos, familiaridade, vizinhança e identidade histórica. Para estas famílias, estes locais fazem parte da sua história, foram herdados dos seus antepassados e, como referem Perruzzo e Volpato

(2009) os locais herdados, representam o passado e tem um grande peso sobre o presente e o futuro. Por outro lado, o local é um espaço privilegiado para a manifestação dos mitos, tradições e ritos, portanto, para as comunidades do PNL estes locais representam a sua história, a sua vida, e sua identidade, de tal forma que mesmo separados fisicamente o sentimento de pertença continua presente, é o caso da comunidade de Massingir que apesar de estar fora do parque a sua história continua estritamente ligada ao parque.

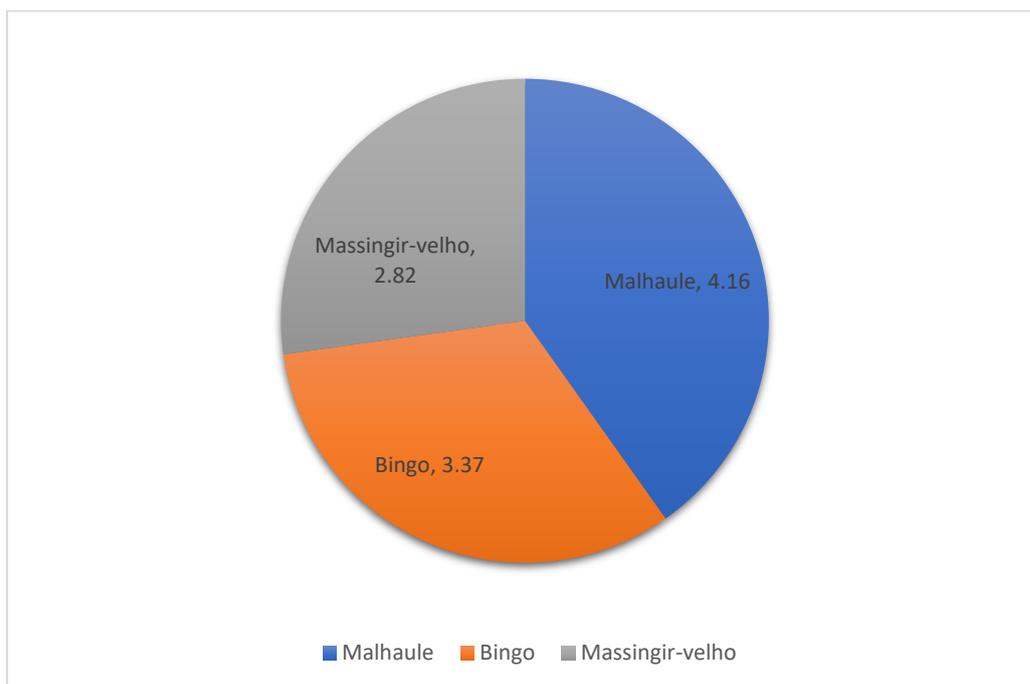
Os longos anos de residência das comunidades nesta área aumentam o sentido de pertença da terra, dos recursos existentes e também a dependência dos meios de sobrevivência em relação aos recursos disponíveis nestes locais, facto que faz com que qualquer alteração de acesso a estes recursos tenha implicação imediata no modo de vida das comunidades. Portanto, há uma relação de concomitância entre os sistemas naturais e o social ao nível do PNL (Redclift,1984, Holling,1973).

### **3.2.2. Tamanho e Composição dos Agregados Familiares**

#### **Tamanho dos Agregados familiares**

No que se refere ao tamanho dos agregados, as comunidades envolvidas na pesquisa têm em média quatro membros, com excepção da comunidade de Massingir-velho, cuja média é de aproximadamente três membros por família, o que é explicado pelo facto de durante o processo de reassentamento desta comunidade, as famílias “originais” terem sido subdivididas em várias outras sub-famílias, por exemplo um filho homem que tenha esposa e filho ainda a residir na casa dos seus pais, foram registados como uma outra família, houveram também casos de idosos que viviam com os seus filhos ou netos que foram considerados como parte de outra família, portanto uma família deu origem a duas ou mais famílias. De acordo com o Censo populacional de 2017, 13% dos agregados familiares de Massingir tem uma média de 4 membros, estando apenas abaixo de famílias com dois membros que representam 14% .

Gráfico 2: Média de membros por agregado familiar na área de estudo



De salientar que o conceito de família adoptado nesta pesquisa é o de Ribeiro (2007) e Barros (2002), que consideram a família como conjunto de indivíduos que se relacionam entre si de uma forma mais ou menos constante num espaço comum, envolvendo uma teia de relações e significados que fortalecem os valores da socialização, entreajuda e solidariedade necessários para o bom funcionamento da família e dos seus membros. No entanto, com o processo de reassentamento, nota-se uma separação de espaço, deixando de ser comum e ainda, embora as relações de interação sejam mantidas estas se tornaram menos constantes dado facto de não ocuparem o mesmo espaço. Portanto, o que era considerado família antes do reassentamento deixa de o ser, dando origem a novas famílias.

### **Composição dos agregados**

No que se refere a composição das famílias, embora o quadro 5 demonstre que a maioria dos membros nos agregados familiares são filhos, nota-se uma presença significativa de filhos adultos (já casados), sobrinhos, avós, primos. Portanto, estas famílias estão inseridas em redes de parentesco mais amplos, pois além do casal e filhos nota-se uma coabitação na mesma casa de outros parentes, o que categoriza estas famílias em alargadas ou extensas (Abrantes e Katúmua, 2014; Giddens, 2013)

Quadro 4: Composição dos Agregados familiares

Comunidade	Total de famílias (n)	Total de Membros (Filhos e outros membros)	Proporção em %	
			Filhos (%)	Outros membros (filhos casados, sobrinhos, irmão, avós, netos, primos, etc) (%)
			Machaule	25
Bingo	49	168	72.80	27.2
Massingir -velho	65	183	68.31	31.69
Total	139	455		

Esta composição das famílias das comunidades de Bingo, Machaule e Massingir-velho se alinha com a observação de Garcia (2001) segundo a qual parte significativa das famílias moçambicanas é do tipo alargado e seus membros desenvolvem funções com importância colectiva para benefício geral. De facto, no Distrito de Massingir (onde estão localizadas as três comunidades estudadas), de acordo com Censo Populacional de 2017, cerca de 39% das famílias são classificadas como sendo do tipo alargado.

Esta forma de organização em famílias alargadas é vista por estas comunidades como sendo vantajosa, especialmente pelas mulheres chefes de família e pelos idosos. Para as mulheres, as famílias alargadas permitem uma boa divisão de trabalho, especialmente para o uso da charrua nas machambas e na pastorícia, visto que os trabalhos domésticos ocupam maior parte do seu tempo, reduzindo a sua disponibilidade para cuidar da pastorícia e cultivo dos campos, que são actividades essenciais para a sobrevivência das suas famílias. Para os idosos, as famílias do tipo alargada facilitam a assistência, pois eles já não têm capacidade produtiva para o seu sustento.

Embora as famílias do tipo alargada sejam de relevante importância para o funcionamento da estrutura familiar no PNL, na comunidade de Massingir-velho o reassentamento afectou esta forma de organização, pois, como referido na análise do tamanho dos agregados familiares, algumas famílias do tipo alargado foram transformadas em famílias nucleares, reduzindo deste modo a possibilidade da divisão de tarefas no seio da

família e também a capacidade produtiva, em particular para as famílias compostas por idosos.

A mudança do conceito de família como resultado do reassentamento (alargada para nuclear), está a criar algum descontentamento principalmente por parte dos idosos, existindo casos de idosos que abandonaram as casas atribuídas no âmbito do reassentamento e com o apoio dos filhos e/ou netos construíram novas casas com recurso ao material local no mesmo espaço da residência dos familiares cuidadores. Citando uma das anciãs que se sente lesada por essa mudança: “eu não tenho mais força, preciso dos meus filhos e netos para buscar sustento, e lá longe deles onde eu tenho a casa não facilita o apoio, por isso tranquei a casa e estou aqui na casa da minha filha.” (Carla Ngovene, Massinr-velho).

Ainda no âmbito do processo de reassentamento, para o caso dos jovens do sexo masculino chefes de família, observa-se outro fenómeno, pois, apesar destes possuírem suas residências (atribuídas no âmbito do reassentamento), para sua sobrevivência ainda dependem de seus pais (mesmo com esposa e filhos), o que faz com que passem maior parte do tempo na residência dos seus progenitores, usando as casas recebidas apenas para pernoitar. Há casos extremos de abandono das casas, como resultado desta dependência. Esta falta de capacidade de garantia dos meios de subsistência destas novas famílias nucleares para os seus membros, faz com que estas não desempenhem uma das funções essenciais do sistema familiar que é a função económica, na qual a família é entendida como uma unidade de produção e de consumo (Dias, 2010).

Os benefícios das famílias alargadas arrolados pelos participantes da pesquisa são igualmente analisados por Dias (2010), ao abordar as vantagens deste tipo de famílias na sobrevivência do grupo. De acordo com este autor, famílias cuja sobrevivência depende da agricultura, que é o caso de Massingir, a existência de famílias extensas é um factor importante para o bem-estar pois contribui para o aumento da produção, pelo facto de o trabalho da terra ser feito em conjunto.

Para Martins (2014), as famílias alargadas tem mais opções de apoio para os seus membros, seja de natureza financeira, saúde ou amparo psicológico, o que se alinha com o que foi referido acima, onde as pessoas mais velhas vêm neste tipo de organização a possibilidade de amparo seja financeiro assim como psicológico e ainda de acordo com este autor, em momentos de crise as famílias do tipo alargada são um factor importante de protecção, visto que tem maior possibilidade de oferecer apoio emocional e ligação com várias redes de apoio social, promovendo a Resiliência.

Na perspectiva de Durkheim, citado por Freire (2019), a divisão social de trabalho nas famílias do tipo alargado não somente tem importância no aumento do rendimento familiar e garantia de melhores condições, como também tem um papel crucial na produção da coesão social. E, como foi referido no capítulo II desta tese, a coesão é um elemento essencial para o alcance da resiliência.

### 3.2.3. Idade dos membros das famílias

A população da área de estudo é na sua maioria constituída por crianças, como mostra o quadro abaixo e, os dados nela contidos refletem a imagem do Censo Populacional de 2017, onde o Distrito de Massingir, possuía 47,78% da população na faixa etária dos 0 a 14 anos de idade. Ainda de acordo com os dados do campo, pouco mais de 10% dos membros dos agregados familiares possuem mais de 60 anos. De acordo com este CENSO 2017, no distrito de Massingir além das crianças, as famílias contam com a presença de idosos que representam cerca de 6% da população ao nível do distrito de Massingir.

A dependência é vista como a fragilidade que o individuo apresenta em relação a prática de acções indispensáveis para a satisfação de necessidades básicas da vida cotidiana, necessitando de apoio de outrem (Nogueira, 2009). Deste modo, o elevado número de pessoas dependentes nas famílias do PNL, coloca maior pressão social sobre os cuidadores ou responsáveis por estes agregados familiares, o que resulta numa sobrecarga física e emocional dos mesmos. Este cenário poderá alterar a dinâmicas destas famílias, colocando-as numa situação de maior fragilidade e vulnerabilidade (Caldas, 2003).

*Quadro 5: Distribuição dos membros da família por faixa etária*

Comunidade	n	Idade (Anos)										Total	
		0-5		6-17		18-59		60+		Não Sabe		M	F
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Bingo	165	7	12	19	28	22	27	8	11	16	15	72	93
Machaule	104	7	4	11	18	7	18	8	5	15	11	48	56
Massingir-Velho	183	15	17	25	21	18	29	10	11	13	24	81	102
Total	452	29	33	55	67	47	74	26	27	44	50	180	232

Apesar de as crianças com menor idade fazerem parte dos grupos economicamente dependentes, para o caso das comunidades do PNL as crianças desempenham um papel crucial na pastagem, sobretudo os rapazes, enquanto as raparigas se dedicam mais as

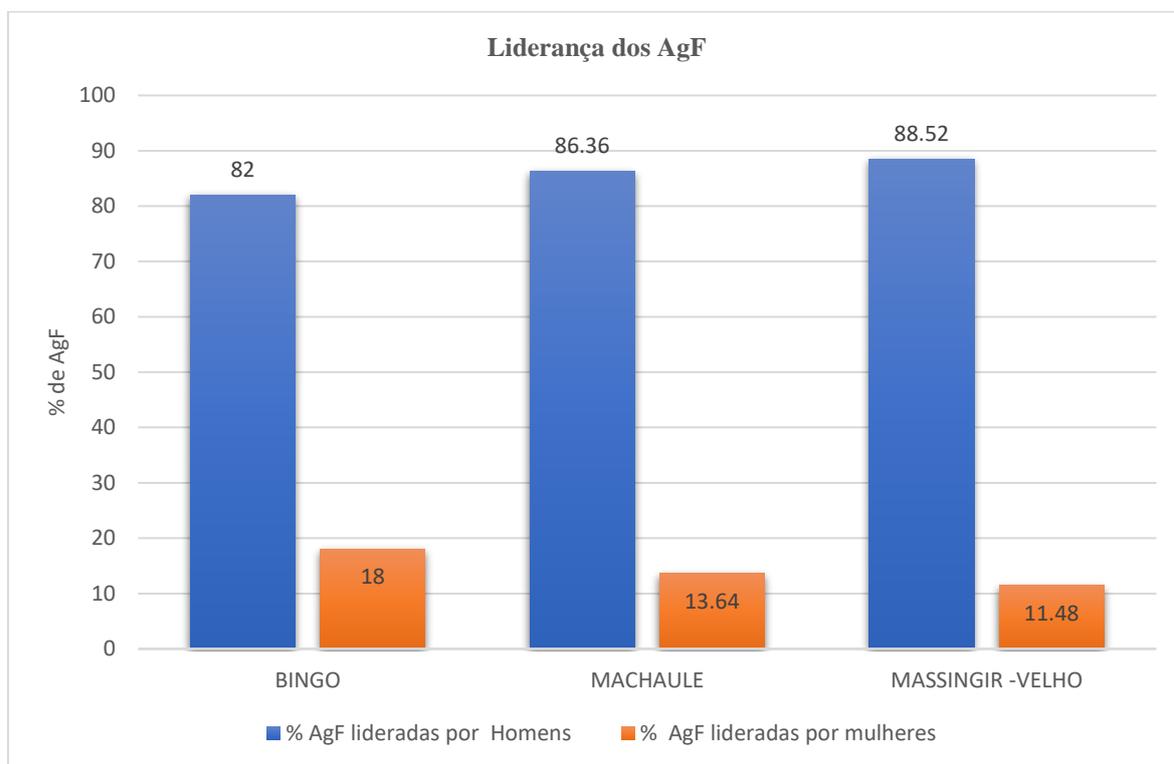
actividades domésticas que são essenciais para o funcionamento do sistema familiar. Os idosos, embora sem grande capacidade física tem um papel crucial como guardiões das tradições e culturas que representam estas comunidades, alias, como refere Durkheim (2004), a divisão social do trabalho resulta na dependência uns dos outros, neste caso, uns desenvolvem determinadas actividades enquanto os outros desenvolvem outras actividades, por forma a evitar o que Durkheim chama de anomia que é a ausência de respeito às normas sociais devido a contradições ou divergências.

### **3.2.4 Liderança das Famílias na Área de Estudo**

A liderança das famílias na área de estudo é percebida como sendo o acto de cuidar dos membros da família. Na história de Moçambique, a maioria das famílias são lideradas pelos homens, e as áreas de estudo não fogem a esta realidade, onde nos dois momentos que orientam a análise (antes e depois da criação do parque) a liderança das famílias é dominada pelos homens. Estes dados confirmam os resultados do Censo Populacional de 2017, onde o Distrito de Massingir possuía cerca de 62% das famílias lideradas por homens e cerca de 38% liderados por mulheres. Porém, apesar desta maior liderança das famílias pelos homens, a Província de Gaza é uma das que apresenta um elevado número de famílias lideradas por mulheres, quando comparado com as restantes Províncias, atingindo cerca de 25% (Agy, 2019).

Na área de estudo observa-se um aumento considerável da porção de famílias lideradas por mulheres, comparando a situação na época da Coutada 16 e depois da criação do PNL. Este aumento varia de 12 a 16%, sendo cerca de 16% para Bingo, Machaule, 12% e para Massingir - velho cerca de 14%. A viuvez, o divórcio, as mães solteiras tem sido alguns dos principais factores para este cenário. Estas razões, estão também patentes nos dados do CENSO 2017, onde no distrito de Massingir a viuvez tem uma contribuição de cerca e 15% nas causas da liderança das famílias pelas mulheres enquanto 8% é liderado por mães solteiras.

Gráfico 3: Liderança das Famílias



As comunidades de Bingo e Machaule são as que tem maior número de famílias lideradas por mulheres. Para ambas comunidades, de acordo com os nossos entrevistados a sua localização no interior do Parque, associada a existência de muita população jovem, propicia o envolvimento destes na prática da caça furtiva, como forma de alavancar a economia das suas famílias, resultando em alguns casos, em mortes, deixando deste modo suas famílias na liderança das esposas. Citando o líder da comunidade de Machaule:

.....os furtivos são jovens locais pobres a mando de desconhecidos. Choramos muito por causa da caça furtiva, perdemos os nossos filhos. É o problema do dinheiro, as pessoas querem ser ricas, é isso. Não há emprego, não cai chuva, a conversa é sobre caçar para ter dinheiro, comprar carro e mais nada. Porque se houvesse emprego iam ficar lá para diminuir essas coisas (Elvis Machaule líder comunitário da localidade de Machamba em entrevista ao jornal DW de Maio 2018).

Outro fenómeno observado na comunidade de Bingo, que também contribuiu para a liderança das famílias por mulheres, é a existência de um número considerável de mulheres divorciadas (quadro 7) que regressaram a casa dos seus progenitores e, no mesmo espaço

físico da residência dos progenitores construíram suas habitações, no entanto, como agregado independente, assumindo responsabilidade do sustento de seus filhos.

No que tange a relação entre o tipo de família e a liderança, os dados revelam que as famílias lideradas por mulheres são as que apresentam maior número de membros que não são filhos (outros membros) comparativamente as famílias lideradas pelos homens, com exceção da comunidade de Machaule onde a percentagem decresce ligeiramente estando na ordem dos 35%, comparativamente a 57.52% observados em Bingo e 43.18 % em Massingir - velho. Sob outra perspectiva, as famílias lideradas por mulheres são as que mais membros dependentes apresentam, principalmente idosos. Este cenário de maior número de membros dependentes em famílias lideradas pelas mulheres coloca-as numa situação de maior vulnerabilidade.

A liderança das famílias na área de estudo não é estática, isto porque o Distrito de Massingir tem a maior taxa de emigração ao nível da Província de Gaza (cerca de 5%), de acordo com o Censo Populacional de 2007, e na sua maioria são os homens que emigram. Durante a ausência dos maridos as esposas assumem a liderança das famílias. No caso de relações poligâmicas<sup>26</sup>, com a morte do marido a primeira esposa assume a liderança da família. Importa referir que dado facto de as mulheres em Moçambique apresentarem desvantagens socioculturais, económicos e políticos, influenciado pelas relações de género que são altamente patriarcais, principalmente na zona sul de Moçambique, as famílias lideradas por mulheres estão numa situação de maior vulnerabilidade a pobreza (MGCAS, 2016). Esta condição de vulnerabilidade de acordo com Lindoso (2014) pode reduzir a possibilidade destes sistemas familiares responderem de forma positiva aos impactos negativos externos, afectando a sua capacidade de adaptação.

### **3.2.5. Estado Civil dos Chefes dos Agregados Familiares**

A união marital é o estado civil mais comum na área de pesquisa, porém, há um fenómeno bastante expressivo que é a condição de viúvo/viúva, que é mais observado nas mulheres. De acordo com os dados do CENSO 2017, 90% dos casos de viuvez no distrito de Massingir são de mulheres. Das três comunidades envolvidas na pesquisa, a comunidade de Massingir-velho é a que apresenta maior número de viúvas (vide o quadro 7), e conforme referido anteriormente a caça furtiva tem uma contribuição para estes casos de viuvez, visto que, de

---

<sup>26</sup> Relações poligâmicas são relacionamentos caracterizados pelo estabelecimento de mais de uma relação amorosa com a concordância dos seus envolvidos (Santiago, 2018).

acordo com os envolvidos na pesquisa, as comunidades do interior do parque (que é onde Massingir-velho estava localizado antes do reassentamento) são as que mais casos de mortes tem como resultado da prática da caça furtiva.

Outro factor que contribui para a questão da viuvez nas comunidades do PNL é o HIV/SIDA, visto que a Província de Gaza, apresenta a mais alta taxa de infecção pelo HIV ao nível nacional, com cerca de 24,4%. Na população jovem entre os 15 a 24 anos, a Província de Gaza apresenta também uma das taxas mais altas de prevalência com cerca de 10%, estando apenas abaixo da província de Zambézia que tem uma taxa de 10.7% (IMASIDA, 2015). Por outro lado, a Província de Gaza tem a taxa mais alta de mortalidade devido ao HIV a nível nacional estando na ordem dos 56%. Ainda de acordo com o relatório do MISAU sobre as causas da mortalidade em Moçambique, os óbitos devido ao SIDA são na sua maioria do sexo masculino (MISAU, 2015)

A emigração tem a sua contribuição no aumento da vulnerabilidade em relação a infecção pelo HIV, pois, parte da mobilidade observada no PNL é caracterizada por uma ausência num período de cerca de 12 meses, o que propicia a adoção de práticas sexuais menos seguras, o que coloca a Província de Gaza com uma taxa de positividade em mineiros de cerca de 14%, contra uma média nacional de 15% (MISAU, 2020; Raimundo, 2011).

*Quadro 6: Estado Civil dos Chefes dos agregados familiares*

Comunidades	n	Solteiros		Casados		Separados/Divorciados		Viuvos/a	
		H	M	H	M	H	M	H	M
Bingo	49	3	3	29	3	0	3	0	8
Machaule	25	0	1	17	3	0	1	0	3
Massingir -velho	65	5	0	39	7	4	1	1	8
Total	139	8	4	85	13	4	5	1	19

De realçar que no PNL as viúvas após a morte do marido continuam a residir na casa do marido (já falecido), visto que a sua saída implica devolução das cabeças de gado entregues às suas famílias durante o lobolo<sup>27</sup>. No entanto, estas viúvas, caso desejem, podem desenvolver uma relação com outros homens, podem ter filhos, porém registados com o apelido do falecido marido.

As relações poligâmicas têm também uma contribuição significativa nas taxas de prevalência do HIV pois, de acordo com o IMASIDA (2015), os homens em relações

<sup>27</sup> Cerimónia entendida como casamento tradicional na zona sul de Moçambique na qual a família do noivo oferece bens para a família da noiva em troca do casamento (FURQUIM, Sem ano).

poligâmicas apresentam uma prevalência de cerca de 15% comparativamente a 12% das relações monogâmicas, em contrapartida, para as mulheres que vivem numa união poligâmica a prevalência é de 14% contra cerca de 12% para as mulheres nas relações monogâmicas.

### **Poligamia na área de estudo**

Na sociedade no geral a poligamia tende a apresentar várias motivações que se concentram nos factores sociais e económicos. Para as famílias extensas cuja sobrevivência depende do uso da terra, a poligamia é considerada como uma forma de aumento da mão de obra para trabalhar a terra e assegurar o aumento da produção. Por outro lado, esta prática social é também vista como uma forma de criação do “status”<sup>28</sup>, demonstração da riqueza e de poder. Em algumas sociedades a poligamia é usada para ter muitos filhos, representando riqueza para os pais (Marey-Sarwan *et al*, 2016).

Na zona sul de Moçambique, de acordo com Tiago (2014), a origem da poligamia está assente em duas principais causas: i) a redução do número de homens como resultado das guerras e ii) a existência de leis costumeiras de sucessão, onde o irmão herda a viúva do seu irmão. Estas causas evoluíram e são observadas outras motivações para a prática da poligamia, por exemplo casos em que a mulher por qualquer motivo seja estéril ou ainda a necessidade do aumento da capacidade produtiva da família.

Embora a poligamia (concretamente a poliginia) seja uma prática mais frequente na zona sul de Moçambique, na área de estudo esta tende a estar associada ao status e a demonstração de poder financeiro resultante da prática da caça furtiva principalmente pela camada jovem. De acordo com os entrevistados, a caça furtiva vulgarmente conhecida por “Xibedjane” (Rinoceronte) contribuiu para uma tendência frequente da ocorrência deste fenómeno no PNL. Das três comunidades envolvidas no estudo, Massingir-velho é a comunidade onde é mais notável a poligamia, com cerca de 21% dos agregados familiares liderados por homens com mais de uma esposa, seguido pela comunidade de Bingo com cerca de 6% e Machaule com 4%. Importa referir que a maioria dos chefes de família que adoptam estas práticas possuem idade inferior a 40 anos, que é a mesma faixa etária que mais se envolve na caça furtiva.

Durante o processo de recolha de dados, os líderes locais e os representantes da sociedade civil se referiram a um ligeiro abrandamento da prática da caça furtiva por conta

---

<sup>28</sup> Status se refere ao prestígio ou posição social que o individuo ocupa na sociedade (Dias, 2010)

da medida tomada pela fiscalização do Parque Nacional do Kruger, na África do Sul (que é parte do PTGL). Esta medida, consiste no abate dos caçadores furtivos quando interpelados pela fiscalização, e não os prender, como acontecia há alguns anos. Esta prática da fiscalização do parque nacional do Kruger gera algum pânico e medo por parte dos furtivos, incluindo os provenientes do PNL, o que faz com que alguns jovens, abandonem esta actividade por conta do risco que representava para a sua vida.

A redução do poder financeiro dos praticantes da caça furtiva, associado as reduzidas oportunidades de fontes alternativas de sobrevivência, está a resultar no aumento de casos de furto no PNL, como referido pelos nossos entrevistados. Alias, durante o processo de recolha de dados ocorreu um furto numa pequena “barraca” que tem como actividade a venda de refeições, por sinal onde eu própria passava as refeições, que resultou no roubo de toda receita do dia. Para os moradores de Massingir, este é um fenómeno novo e é proporcionando pelos jovens que antes se dedicavam a caça furtiva, os vulgarmente conhecidos por FF (Furtivo Falido).

### **3.2.6. Tomada de decisão nas famílias**

Para as comunidades da área de estudo, há uma diferença clara entre ser chefe da família e ser responsável pela tomada de decisão sobre a vida da família. Ser chefe de família é ser responsável pela garantia do sustento da família e pela gestão do dia a dia da família. Ser responsável pela tomada de decisão é mais complexo, exige experiência de vida e muita responsabilidade e não necessariamente a capacidade de prover recurso para o sustento da família. Por estas razões, nem sempre quem toma decisão é o chefe da família e nem sempre é parte do agregado nuclear, geralmente tem sido pessoa mais velha da família alargada. Portanto, na perspectiva de Kellerhals e Lazega, (1994), o poder de tomada de decisão nestas comunidades está associado a visão culturalista onde a detenção de poder provém de uma atribuição normativa dos modelos culturais.

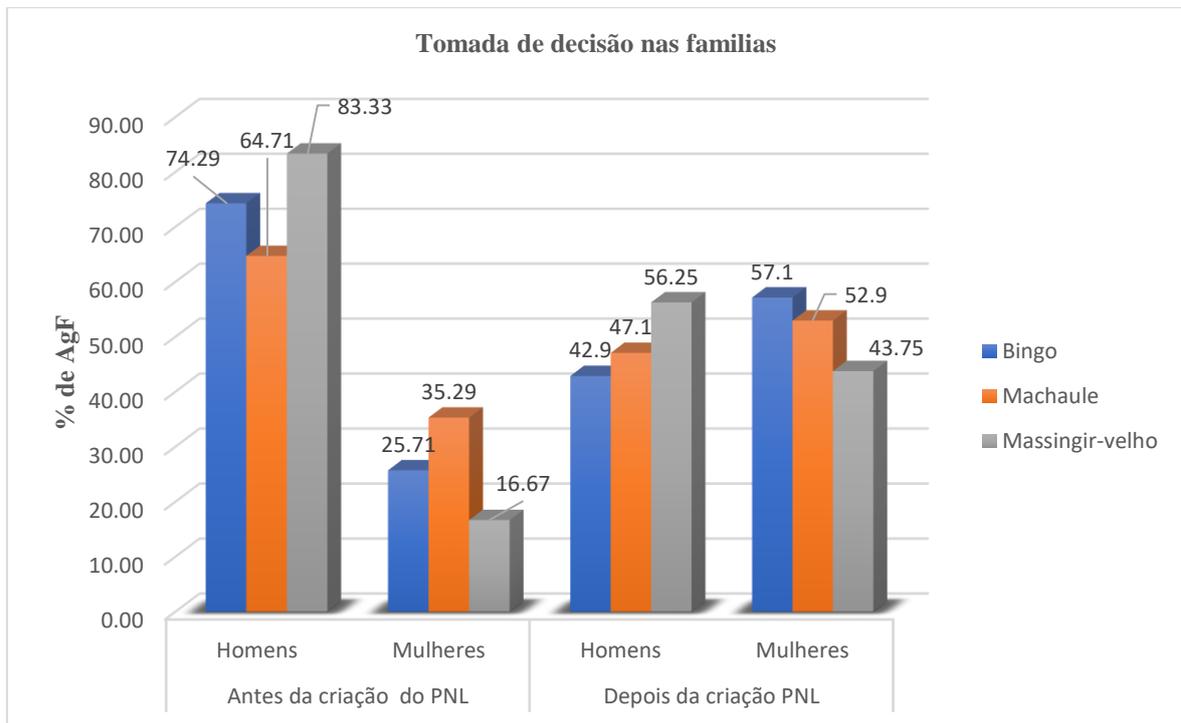
Embora a experiência de vida seja um factor determinante para a atribuição da liderança, em alguns casos, há uma tendência de falta de alinhamento com visão culturalista do poder de tomada de decisão. Nas palavras de uma das mulheres que participou dos grupos focais:

.... aqui na minha casa quando o meu marido não está eu decido tudo, não aceito ninguém interferir, isso era há muito tempo que tínhamos que ir ter com as nossas sogras ou tias dos nossos maridos para decidirem os

assuntos da nossa família, agora nós decidimos também, e só informamos aos mais velhos (Participante do grupo focal em Machaule).

Os pronunciamentos desta mulher no grupo focal silenciou os participantes. As mulheres trocavam olhares entre elas, e os homens olhavam para baixo. Portanto, para estas pessoas esta mulher estava a desafiar uma prática cultural que faz parte da identidade das comunidades. O gráfico abaixo mostra como este fenómeno de tomada de decisão acontece nas áreas de estudo e como este se insere nas dinâmicas desta área de conservação.

Gráfico 4: Tomada de Decisão nas famílias entrevistadas



A situação de tomada de decisão na área de estudo mostra-se dinâmica, antes da criação do PNL a tomada de decisão esteve dominada por homens, no entanto, com a criação do parque há uma tendência de mudança deste cenário, estando na origem desta situação a migração dos homens para a África do Sul a busca de trabalho (cerca de 56%), a morte de quem tomava decisão (27%), e também a falta de tempo dos que eram responsáveis pela tomada de decisão (17%).

Apesar dos dados mostrarem um aumento de mulheres na tomada de decisão, este só acontece muitas vezes quando o homem está ausente. A vista disso, a tomada de decisão é ainda guiada pelas crenças, tradições, convergindo com Dias (2010) ao afirmar que a autoridade ou o poder para tomada de decisão nas famílias é do tipo tradicional, pois está baseada em crenças, normas e tradições sagradas, este poder não é legislado, portanto, a

obediência depende da vontade individual de cumprir a tradição e os costumes vinculados ao processo de tomada de decisão.

### **3.2.7. Tradições e Crenças das Comunidades do PNL**

O sistema de cultura e crenças em África é caracterizada pela devoção aos antepassados, pela magia e outros rituais. A veneração dos ancestrais é o mecanismo encontrado para a ligação entre o homem vivo e o seu mundo invisível (antepassados), e acredita-se que esta ligação assegura o bem-estar do homem vivo. A intermediação da relação entre o homem vivo e os seus antepassados é feita pelo curandeiro ou pelo chefe das terras (Blanco e Suana, 2013; Domingos, 2011; Pereira, 1971).

Nas comunidades do PNL, também se observa a prática de rituais associados à cultura e crenças que caracterizam esta zona, se destacando a realização de cerimónia de pedido de chuvas, pedido para entrar e ou atravessar determinados locais, bênçãos para uma boa produção, protecção familiar, agradecimento pela colheita, eliminação de pragas e bênção para construção de infraestruturas. Estas cerimónias são realizadas em locais específicos, como resume a quadro 8.

A comunicação com os antepassados é feita na sua maioria pelos chefes de terras, em particular para necessidades consideradas comuns da comunidade. No que concerne aos casos particulares, cada família identifica o seu interlocutor. Neste contexto, para as comunidades do PNL há quatro principais cerimónias realizadas pelo chefe das terras, o pedido da chuva, agradecimento pela colheita, a eliminação de pragas e a bênção para construção de infraestruturas, enquanto outras cerimónias são classificadas como sendo de carácter individual, e cada família realiza no local que considera mais adequado para o que pretende e no momento que lhe for conveniente.

A crença de protecção dos antepassados ao homem vivo é fortemente defendida pelas lideranças locais do PNL, citando o chefe das terras da comunidade de Massingir - Velho: “a nossa vida aqui é guiada pelos nossos antepassados mesmo eu como líder, o meu poder depende deles e é a eles que consulto para poder guiar esta minha comunidade, portanto eles são a razão da nossa existência”.

As práticas tradicionais são consideradas actos sagrados, o que torna os locais onde estas práticas se realizam também sagrados (Eva Maria, 2005). Para os que consideram os seus ancestrais como a razão suprema da sua vida, identificam espaços de interação com os mesmos. Importa referir que de modo geral as árvores e as campos dos antepassados têm sido os locais preferencialmente escolhidos para estas cerimónias. Porém, a criação do PNL

afectou a realização destas cerimónias tradicionais, especialmente no que concerne aos locais onde estas são realizadas. O quadro 8, traz uma visão sobre as principais cerimónias realizadas nas comunidades do PNL e as suas dinâmicas tendo em conta o antes e depois da criação do Parque Nacional de Limpopo.

Quadro 7: Locais de Realização de cerimónias tradicionais

Comunidade	Tipo de cerimónia	n	Antes da criação do PNL				Depois da criação do PNL			
			Locais específicos da casa	Campas	Casa do chefe das Terras	Não realizam cerimónias	Locais específicos da casa	Campas	Casa do chefe das Terras	Não realizam cerimónias
Bingo	Pedido de chuva	49	1	7	19	8	1	5	14	15
	Agradecimento pela colheita		2	2	23		1	6	13	
	Pedido de bênção aos antepassados		0	24	3		2	16	2	
	Pedido de protecção aos antepassados		1	26	10		4	15	1	
	Eliminação de pragas		0	2	25		2	2	16	
Machaul e	Pedido de chuva	25	0	4	10	5	2	1	5	9
	Agradecimento pela colheita		3	1	8		6	1	1	
	Pedido de Bênção aos antepassados		1	16	1		5	3	0	
	Pedido de Protecção aos antepassados		0	18	3		6	2	0	
	Eliminação de pragas		0	2	16		2	0	6	
Massingir --velho	Pedido de chuva	65	1	13	25	9	19	2	10	17
	Agradecimento pela colheita		5	8	26		14	15	2	
	Pedido de Bênção aos antepassados		4	32	3		24	1	6	
	Pedido de Protecção aos antepassados		7	28	11		28	1	2	
	Eliminação de pragas de pragas		0	5	26		7	2	22	

A criação do PNL influenciou a realização de cerimónias, desde os locais de realização, bem como o interlocutor. Maior parte das cerimónias classificadas como particulares, antes da criação do parque eram realizadas nas campas pois para as comunidades este é o local onde a comunicação com os seus antepassados acontece de forma efectiva. Com a criação do parque, o cenário mudou estando na origem desta situação a dificuldade de acesso às campas.

Para o caso da comunidade de Machaule (Zona tampão), com a criação do PNL foi colocada uma vedação pela gestão do parque, na perspectiva de redução do conflito homem-fauna bravia, o que fez com que parte das campas dos antepassados destas comunidades estivessem do lado da vedação, onde o acesso para as comunidades é restrito. Caso a gestão do parque encontre membros da comunidade na zona vedada (onde estão localizadas parte das campas), estes são sujeitos a castigo, principalmente os homens, citando o líder comunitário da comunidade de Machaule, 2019:

Com a vedação perdemos nossas terras, e as campas dos nossos antepassados estão do outro lado da vedação, onde não temos acesso. O dono desta terra de Machaule a sua campas está do outro lado da vedação. Quando vamos visitar as campas que estão do outro lado da vedação, somos presos pelos fiscais principalmente os homens, pois são confundidos com caçadores furtivos, então já não temos acesso aos nossos protectores estamos de qualquer maneira.

Esta restrição do acesso as campas, também se observa nas comunidades reassentadas, das quais Massingir-velho faz parte, dado facto de esta comunidade ter sido movimentada do interior do parque para a zona de reassentamento (Mucatine). De acordo com o Plano de Acção para o Reassentamento (PAR) desta comunidade, foram apresentadas duas alternativas para que a comunidade continuasse a ter acesso aos seus antepassados: i) a manutenção de campas no local de origem e ii) A possibilidade de transladação das campas para o local de reassentamento. Segundo o PAR apenas 18% das famílias aceitaram a transladação dos seus antepassados para o local de reassentamento. A restante cifra 82%, representa o grupo de famílias que não aceitou, pois no seu entender os seus antepassados se sentirão como imigrantes na terra dos outros (local de reassentamento), e não mais poderão ser evocados pois o poder é dos donos da terra.

Para as famílias que aceitaram a transladação dos seus antepassados, estes se sentem “frustrados”, visto que no local de reassentamento seus antepassados foram todos colocados numa cripta construída na residência do chefe das terras, e na opinião dos membros das

comunidades essa junção de vários espíritos, reduz a força dos seus antepassados. Outro aspecto é o facto de a colocação naquela cripta não permitir que as famílias individualmente possam fazer a devoção dos seus antepassados a qualquer momento, pois a cripta está na casa do chefe das terras. Ainda como parte da limitação das práticas tradicionais das comunidades reassentadas, está o facto de as famílias terem recebido espaços sem árvores e, como discutido no capítulo 1, as árvores são consideradas locais apropriados para a realização de cerimónias tradicionais.

A separação das comunidades do PNL dos seus ancestrais pelas razões acima descritas tem um impacto negativo sobre a vida das comunidades, pois elas sentem-se desprotegidas e desorientadas, por conseguinte, com a sua vida prejudicada. Este sentimento de abandono é reforçado por Domingos (2011), ao afirmar que para o Homem africano a sua separação com os seres sobrenaturais (antepassados) prejudica a vida do Homem vivo, deste modo, para as comunidades do PNL a criação do parque e as suas dinâmicas tirou-lhes o que eles consideram de mais sagrado, a interação com os seus antepassados.

### **3.2.8. Redes de Apoio Social**

A família como um sistema social, está em constante interação com diversos elementos dos sistemas de que faz parte, podendo estes serem indivíduos, grupos, instituições e outros. Esta interação pode ter como base, parentesco, afeto, amizade, autoridade, ou qualquer outro aspecto que sirva de base de uma relação, e estas redes funcionam também como de apoio. Para analisar as redes sociais, há necessidade de perceber as relações de interdependência Homem - Sistemas e vice-versa. As comunidades da área de estudo fazem parte de um sistema social, o que pressupõe a priori a existência de redes sociais (da Silva *at al*, 2013; Nohria e Eccles, 1992; Burt, 1992).

As comunidades do PNL contam com três principais redes de apoio: a família, vizinhos e amigos, sendo que a família se apresenta como a rede mais importante. Dos agregados familiares envolvidos na pesquisa, 71.42% na comunidade de Bingo se referiram à família como a principal rede de apoio; Machaule (64.71%) e Massingir-velho (58.33%) antes da criação do PNL. Embora em níveis mais baixos, algumas famílias da comunidade de Bingo além da própria família contavam também com apoio de amigos enquanto para Massingir-velho e Machaule os vizinhos constituem uma rede de relevante importância, a seguir a família.

Com a criação do PNL, as redes de apoio das comunidades do PNL sofreram alguma mudança, porém, a família continua sendo a rede privilegiada, sendo que na comunidade de

Bingo (70.42%) recorrem à família como primeira opção de apoio no caso de necessidade; Machaule (52.94%) e Massingir-velho (45.83%). Os dados da pesquisa mostram um decréscimo do recurso à família como principal rede de apoio, principalmente nas comunidades de Machaule e Massingir-velho, enquanto o apoio dos vizinhos sofreu uma redução na comunidade de Machaule em cerca de 12% e um aumento em 4% para Massingir-velho.

Para Massingir-Velho, o reassentamento é a principal razão para a redução do apoio da família, pois esta comunidade ficou distante das outras comunidades do interior do parque. Isto acontece porque as famílias foram reassentadas a cerca de 80 km da anterior zona de residência (interior do parque). O acesso ao interior do parque para a comunidade de Massingir-velho, ficou mais complicado, a distância e a escassez de transporte são alguns dos factores que condicionam este acesso. Por outro lado, a entrada ao parque é mediante uma autorização, o que significa que as comunidades devem ter uma guia das suas lideranças locais justificando a necessidade de acesso ao parque, tornando assim o processo burocrático.

Além do apoio da família, amigos e vizinhos, alguns agregados familiares referiram que no caso de necessidade recorrem também a grupos religiosos e/ou associações. Na comunidade de Bingo, 16% dos entrevistados se referiram a estes grupos ao passo que, Machaule foram 15% e Massingir-velho é onde menos foram reportadas estas redes de apoio, estando na ordem 3.4% dos entrevistados. Fazem parte destas associações, os grupos de interesse, os grupos de poupança, núcleos religiosos cujo desenvolvimento é apresentado no capítulo 5 desta tese.

De acordo com a classificação de Oliveira e Morais (2018), as redes de apoio existentes no PNL são do tipo *Bonding* visto que tem ligação emocional próxima (família, amigos e vizinhos). Observa-se igualmente a ocorrência de redes do tipo *Bridging*, com relações emocionais mais distantes tal é o caso do apoio dos grupos religiosos e associações das quais alguns agregados familiares fazem parte.

As redes sociais têm uma grande contribuição no processo de adaptação, e estas são caracterizadas por relações de confiança que são contruídas ao longo do tempo. Portanto, a destruição ou interrupção de uma rede social pode comprometer a capacidade de adaptação perante situações adversas, e o seu restabelecimento é um processo lento (Giddens, 2013).

### **3.2.9. Relações de confiança<sup>29</sup> entre comunidade, Líderes Comunitários e Administração do Parque**

As relações de confiança constituem um dos pilares do capital social, que é um dos activos do sistema humano importante para a criação da Resiliência. Estas relações são consideradas como variáveis de difícil mensuração, porém determinantes para o desenvolvimento humano. Para Roseau *et al* (1998) a confiança é um conjunto de expectativas positivas que um individuo tem para com o outro.

Para o caso das comunidades do PNL as relações de confiança entre as comunidades e seus líderes foram grandemente afectadas, pois durante o processo de criação do PNL, houve um maior envolvimento dos líderes comparativamente a comunidade no geral. A comunidade recebeu parte da informação referente a criação do parque através dos seus líderes. Considerando que a criação do PNL afectou os meios de sobrevivência, o fraco envolvimento de toda comunidade na transmissão de informação com impacto significativo na vida das comunidades criou alguma desconfiança por parte destas para com os seus líderes, havendo casos em que a comunidade considera que os seus líderes venderam a sua terra para o parque. Estes depoimentos mostram como o processo de criação do PNL defraudou as expectativas positivas que as comunidades tinham com seus líderes.

A falta de confiança das comunidades também se alastra para com Administração do Parque, estando na origem desta situação a falta do cumprimento dos aspectos acordados aquando da criação do PNL (por exemplo a criação de oportunidades de emprego) e durante o processo de reassentamento. Conforme o depoimento de um dos membros da comunidade de Massingir-velho:

Quando viemos para esta zona, disseram que iríamos receber um subsídio para conseguirmos viver, mas, desde que estamos aqui nunca recebemos nada e não nos dão outras alternativas de sobrevivência, cada um tem que se virar por si, nada vale do que sai da boca do parque só prometem e nada fazem (Comunidade de Massingir-velho, 2019).

As relações de confiança podem assumir três dimensões, a subjectiva quando se baseiam na necessidade de ter confiança e acreditar nessa confiança. A segunda dimensão da confiança se relaciona com a existência de expectativas compartilhadas e a terceira dimensão é a confiança sistémica que tem como base as expectativas generalizadas dos

---

<sup>29</sup> Confiança é uma crença ou crédito em alguma qualidade ou atributo de uma pessoa ou coisas ou verdade de uma afirmação (Giddens, 1991).

sistemas e das organizações e, esta dimensão ultrapassa as relações individuais e os aspectos psíquicos (Giddens, 1991).

As relações de confiança são dependentes da identificação dos principais actores com os interesses comuns e também com o ambiente em volta. Porém, para o caso do PNL na perspectiva da comunidade, tanto as expectativas dos líderes locais assim como a administração do PNL não estão alinhados com as expectativas da comunidade no geral, originando deste modo estas situações de falta de confiança. Este cenário reduz a confiança da comunidade em relação ao compromisso e a identificação dos seus líderes assim como da administração pelas causas conjuntas. Como refere Giddens (1991) a quebra ou destruição de uma relação de confiança reduz a segurança e a criação de um ambiente necessário para enfrentar adversidades e situações de risco.

### **3.2.10. Poder dos Chefes das Terras nos Locais de Reassentamento**

Como referido no capítulo 1 desta tese, o chefe de terras é considerado o principal interlocutor entre o mundo dos vivos e os seus antepassados. Este poder é transmitido de geração em geração (Domingos, 2011). No entanto, para o caso PNL, as comunidades reassentadas consideram que o facto de o chefe de terras que lhes representa não estar na sua terra nativa fez com que perdesse a capacidade de interação com os antepassados, por conseguinte, as cerimónias tradicionais por si orientadas não surtem os resultados desejados, pois ele é um “estrangeiro” no local de reassentamento. Argumentam ainda que por esta razão as cerimónias não têm os resultados desejados, visto que estas devem ser orientadas pelo dono da terra que é parte da comunidade hospedeira. Importa referir que a comunidade de Massingir-velho foi reassentada numa parcela ainda não habitada, mas a zona no geral já era habitada por outras famílias.

Perante esta concepção da perda de poder do chefe de terras por parte das comunidades, este torna-se uma figura pouco importante para o funcionamento da comunidade pois não mais desempenha com sucesso o papel de intermediação entre o Homem vivo e o seu mundo invisível. Alguns agregados familiares envolvidos na pesquisa se referiram ao facto de estarem a cumprir as orientações do chefe das terras somente como dever moral e não pelo respeito ou o acreditar no poder do chefe de terras, pois este perdeu o poder que tinha antes do reassentamento.

Esta perda do poder do chefe das terras está também a influenciar as relações entre estes e os outros líderes comunitários. Durante a pesquisa, o chefe de terras da comunidade de Massingir-velho partilhou a sua frustração em relação ao comportamento do líder

comunitário, tendo se referido a situações por si consideradas como falta de respeito para consigo e mesmo pela sua idade. Por conta desta situação, não foi possível entrevistar o chefe das terras na data inicialmente marcada, pois este se encontrava “indisposto” por conta das discussões que tinha tido com o líder comunitário em torno das questões de liderança da comunidade.

### **3.2.11. Acesso aos Recursos Naturais**

A fraca rede das infraestruturas socioeconómicas no Parque, associada à vulnerabilidade desta zona às mudanças climáticas contribui para o fraco desenvolvimento económico da região, colocando as comunidades numa situação de vulnerabilidade. A agricultura, a caça, pastorícia e os trabalhos sazonais na vizinha África do Sul constituem as principais actividades para as comunidades do PNL (Plano de Maneio e Desenvolvimento do PNL, 2003).

#### **3.2.11.1. Impacto sobre a Prática da Agricultura**

##### **Limitação do acesso à terra para a prática da Agricultura**

De acordo com a Wits Refugee Research Programme (2002), o maior recurso natural que as comunidades da então Coutada 16 possuem é a terra, e é deste recurso que depende a sua sobrevivência. Nesta área, a agricultura é, na sua maioria, de sequeiro, praticada nas zonas altas, havendo também a agricultura nas zonas baixas ao longo dos rios (Elefantes, Shigwedzi e Limpopo) e também na albufeira da barragem de Massingir. Em termos de culturas, a zona alta é caracterizada pela produção de milho, feijão nhemba, amendoim e abóbora. Enquanto as zonas baixas são caracterizadas pela batata-doce, e hortícolas (Perfil do Distrito Massingir, 2005).

A agricultura no PNL, é influenciada pelas mudanças climáticas e pelo fraco acesso a terra. Antes da criação do PNL a capacidade de trabalhar a terra era o factor que limitava as áreas para a prática da agricultura, havendo famílias que possuíam mais de 20 hectares. Porém, este cenário mudou com a criação do PNL, que agudizou o conflito homem - fauna-bravia obrigando as pessoas a abandonarem algumas zonas produtivas. Este fenómeno foi mais frequente com a transformação do PNL em PTGL, pois, este processo foi acompanhado pelo repovoamento animal do lado do PNL.

Como referido na introdução desta tese, o conflito homem-animal resultou na necessidade do reassentamento das comunidades residentes no interior do PNL. Para estas comunidades, o acesso a terra foi ainda muito mais limitado, pois, contrariamente as comunidades que ainda permanecem no interior do parque ou estão na zona tampão, que tem

acesso a zona baixa dos rios e/ou a albufeira da barragem de Massingir, algumas comunidades como Massingir-velho (Mucatine), pela distância que separa esta comunidade das zonas baixas, não se torna viável o acesso. Como forma de compensar este défice, durante o processo de reassentamento lhes foi prometida a instalação de uma motobomba, e cada família recebeu ½ hectare na zona prevista para a colocação da motobomba.

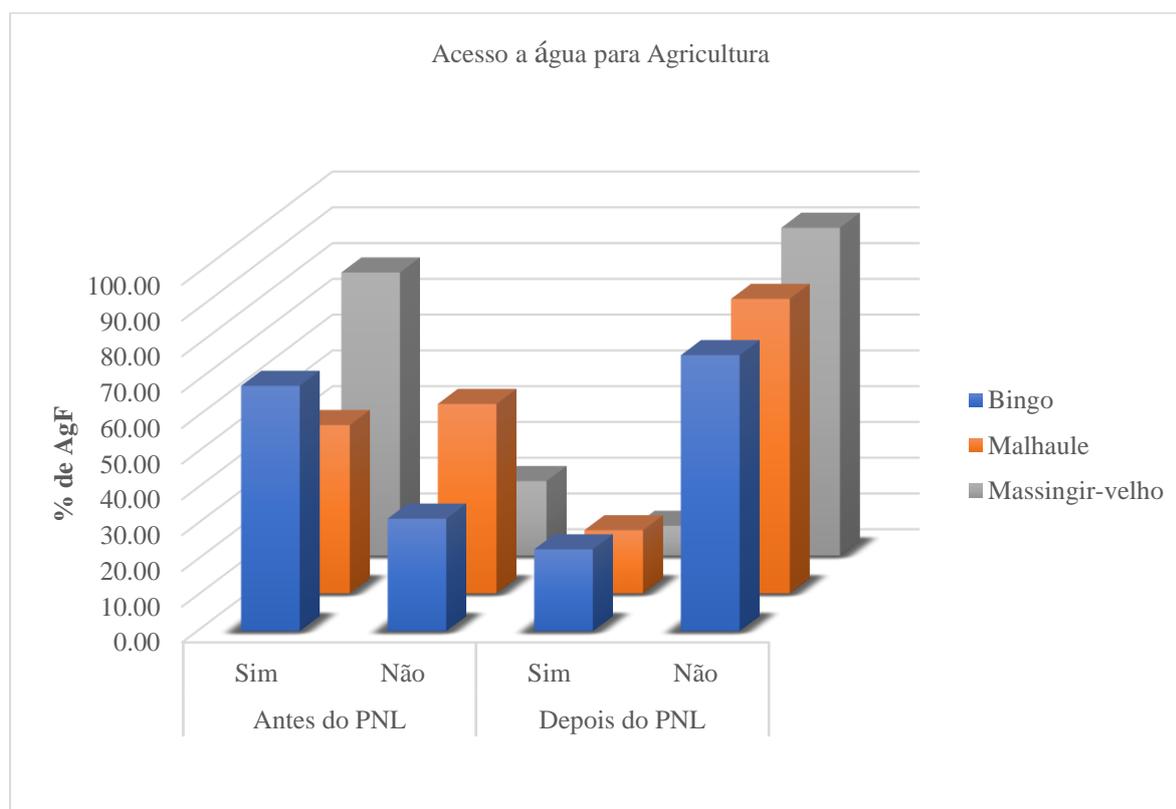
Na zona de sequeiro cada família reassentada recebeu um hectare em substituição a terra perdida em virtude da sua movimentação para a zona de reassentamento. Para famílias que tinham mais de um hectare a outra parcela foi paga em dinheiro. O custo de reposição da terra perdida foi calculado com base no custo de mão-de-obra para a limpeza de um hectare de terra virgem, multiplicado pelo número de hectares perdidos. Esta limitação de acesso à terra, seja pelo conflito homem-fauna bravia ou pelo reassentamento, influencia a capacidade produtiva das famílias.

### **Limitação do Acesso a Água para a prática da agricultura**

O sistema hidrográfico do PNL é composto pelos rios Limpopo, Elefante e Shingwedzi. O Rio Limpopo limita o PNL a Este, enquanto o Rio dos elefantes limita o parque na zona sul. O curso do Rio Limpopo também determina o limite noroeste e a entrada na zona tampão. O clima é subtropical árido com verões húmidos e quentes e os invernos secos. A temperatura média anual é de 30° c, a precipitação média anual varia entre 360 mm a 500 mm. A precipitação é variável ao longo do ano provocando alternância de períodos secos e de inundações, o que torna a região pouco apropriada para a prática da agricultura (Ministério de Turismo, 2003; Perfil do distrito Massingir, 2005).

Embora o PNL tenha algum potencial hidrográfico, nem todas comunidades têm acesso fácil as zonas baixas, sendo que somente as comunidades de Cubo, Mavodze e Macavene se beneficiam mais das zonas baixas para a prática da agricultura, ao passo que as restantes para aceder as zonas baixas percorrem longas distâncias. Em alguns casos, estas comunidades erguem pequenas habitações precárias próximo dessas zonas baixas para estar próximos da fonte de água, colocando as suas vidas em risco por conta da exposição à animais ferozes que recorrem às mesmas zonas para ter acesso a água.

Gráfico 5: Acesso dos agregados a água para a prática da agricultura



O Distrito de Massingir é vulnerável a estiagem, e por conta deste cenário, as comunidades têm na prática da agricultura na zona baixa com a sua principal alternativa. Para as comunidades residentes no interior do parque e na zona tampão, a zona baixa da albufeira de Massingir tem sido usada para a prática da agricultura, principalmente nos momentos de reduzida ou ausência de precipitação. Porém, estes locais devido a disponibilidade de água tem se mostrado prediletos para a população faunística tornando estas zonas passíveis a “guerra da água” entre o Homem e a fauna - bravia.

Para o caso da comunidade de Massingir-velho na zona de reassentamento não há cursos de água por perto, tendo sido previsto a colocação de uma motobomba, no entanto, mais de três anos após o reassentamento ainda não foi instalada<sup>30</sup>. De acordo com alguns participantes do estudo, a falta de colocação da motobomba deve se ao facto de não existirem fundos para a instalação do sistema de regadio, tendo sido somente adquirida a motobomba.

A não instalação da motobomba para a irrigação faz com que a comunidade de Massingir-velho tenha acesso limitado a água para a prática da agricultura. As famílias que possuem algum acesso são as que apesar da distância longa a que se situam em relação aos cursos de água, conseguiram pequenos espaços. Estas condições de acesso a água se

<sup>30</sup> Existem, no entanto, tubos de instalação da motobomba armazenados na casa do líder comunitário

deterioraram quando comparado com a sua localização antes do reassentamento, onde a comunidade de Massingir-velho, estava localizada a menos de 1km da albufeira, local onde esta comunidade recorria para a prática da agricultura em momentos de estiagem.

### **Destruição de Culturas pela Fauna-Bravia**

O impacto da criação do PNL sobre a agricultura não somente afectou o acesso a terra como também aumentou a perda de culturas devido a accção da fauna-bravia. Esta destrói as culturas tanto na zona alta assim como na zona baixa. De acordo com os entrevistados, as técnicas que eram usadas antes da criação do PNL incluíam fazer armadilha para os animais e, com a abordagem da conservação da biodiversidade estas técnicas já não são mais aplicáveis. A maior preocupação das comunidades é a passividade da administração do parque na resposta à situação de destruição de culturas. Nas palavras de um dos moradores da comunidade de Bingo:

os elefantes deles destroem nossa produção, nós agora não valemos nada só os elefantes é que são importantes, já não sabemos o que fazer, quando os elefantes destroem nossas machambas comunicamos a administração do parque, mas estes não aparecem, no entanto, quando nós matamos um rato deles, somos castigados (Comunidade de Bingo, 2018).

Dado facto de estas comunidades terem a sua sobrevivência completamente virada para a prática da agricultura, a limitação do acesso a terra e a água, a destruição das culturas, associada ao empobrecimento dos solos por conta das mudanças climáticas, colocam as comunidades numa situação de maior vulnerabilidade à insegurança alimentar.

#### **3.2.11.2. Impacto sobre a Pecuária**

Esta actividade é caracterizada pela criação do gado bovino, caprino, suíno, alguns ruminantes e aves, e é praticada basicamente pelo sector familiar (Distrito de Massingir, Plano Local de Adaptação às Mudanças Climáticas, 2014). A Província de Gaza, onde se localiza o Parque Nacional de Limpopo é considerada uma área importante de criação de gado. A área de estudo, o Distrito de Massingir possui um efectivo pecuário de pouco mais de 80,000 cabeças de gado, distribuído em Bovino, Ovino, Caprino e Suíno.

Quadro 8: População Animal por Comunidade

Espécies	2019	2020
Bovino	35,098	37,337
Ovino	4,507	4,678
Caprino	15,992	17,920
Suíno	2,636	6,431
Total	58,233	66,366

Fonte: SDAE Massingir, 2020

Apesar da tabela mostrar um crescimento anual do total do gado, os entrevistados consideram ter sido baixo comparativamente aos anos anteriores, tendo referido que a seca e a morte do gado pela fauna como resultado da competição pela água, contribuíram para este crescimento lento.

### **Limitação do acesso a terra para a prática a pastagem**

A pastorícia foi também afectada pela restrição do acesso a terra, as comunidades perderam espaço para a pastagem do gado, sendo que para as comunidades do interior do parque e da zona tampão, o aumento da população faunística no âmbito da criação do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo intensificou a competição do espaço entre o gado bovino e os animais ferozes do PNL. Esta competição resulta em alguns casos na perda do gado bovino.

A limitação do espaço de pastagem se faz sentir igualmente nas comunidades reassentadas. De acordo com o PAR para a comunidade de Massingir, não foi previsto um espaço específico para a pastagem, mas sim foram estimados cerca de 24,341 hectares para expansão da actividade agrícola, pastagem e esquemas de fomento de produção de cana-de-açúcar. Esta não especificação fez com que toda extensão fosse alocada na produção de cana, deixando as comunidades sem terra para a pastagem. Esta situação levou a que algumas cabeças de gado na tentativa de busca de alimentos regressassem as zonas de origem (interior do parque) que dista a cerca de 80 km, e neste processo algumas cabeças de gado foram perdidas.

### **Limitação do acesso a água para o abeberamento dos animais**

A área de estudo é caracterizada por um período de chuvas muito curto, facto que faz com que o abeberamento do gado esteja estritamente dependente das baixas dos rios, que são locais onde também a fauna bravia recorre para ter acesso a este recurso, e por conta desta

competição várias cabeças de gado já foram mortas. O aumento da população animal no PNL fez crescer a competição pela água entre o Homem e a fauna - bravia. Para o caso das comunidades residentes na zona tampão, a instalação da vedação condicionou o acesso aos locais outrora usados para o abeberamento dos animais, pois estes locais ficaram do lado da vedação onde o acesso para as comunidades é restrito.

A Administração do parque mais uma vez à semelhança do que acontece com a destruição das culturas, pouco faz em relação aos casos de morte do gado por animais bravios reportados pelas comunidades. Citando o chefe do comité de aldeia na comunidade de Machaule “perdi em uma semana cinco cabeças de gado, apresentei a minha preocupação à administração do parque, vieram ver os animais mortos, mas até hoje nada fizeram.” A morte do gado bovino pela fauna-bravia, observa-se um pouco por todas comunidades. Durante o processo de recolha de dados desta pesquisa, tive acesso (a partir da plataforma da sociedade civil) a imagens que retravam a perda de cerca de 60 cabeças de gado pertencentes a um criador da comunidade de Mavodze cuja morte ocorreu no seu curral, localizado no quintal da sua residência.

Outro fenómeno que afecta a criação do gado bovino no PNL é roubo. Esta prática tende a aumentar, dado valor comercial desde gado. O roubo do gado de acordo com os residentes do parque é efectuado por grupos provenientes do Distrito de Chokwé e de outros locais fora do PNL. Para as comunidades, a criação do PNL deu mais visibilidade a esta zona e por conseguinte também atraiu pessoas com interesses não benéficos, tal é o caso de ladrões que actuam nas comunidades do interior do parque assim como na zona tampão.

Para o caso das comunidades reassentadas, concretamente Massingir-velho, no local de reassentamento a comunidade não tem acesso a água para o abeberamento dos animais, precisando estes de percorrer longas distâncias para usufruir deste recurso. Nas zonas de reassentamento, aspectos particulares são observados. Durante o processo de mudança para a zona de reassentamento, alguns animais morreram ao longo do percurso, e as cabeças que chegaram no local, devido a falta de espaço para a pastagem, associada a falta de água, também morreram na tentativa de regressar a zona de origem.

O gado bovino além do seu uso para a satisfação das necessidades básicas das famílias, na zona do sul de Moçambique, a criação do gado é considerada como um símbolo cultural, destinando-se também para a realização de algumas cerimónias tradicionais como é o caso do lobolo (Distrito de Massingir, 2014). Pelo grande valor que se dá ao gado nas cerimónias de lobolo, caso a mulher por alguma razão termine o casamento e regresse a casa, a sua família é obrigada a devolver todas cabeças de gado entregues à família no acto do

lobolo. Note-se que não há limitação de idade, nem influência do número de anos que o casamento durou. Para o lobolo, de acordo com os envolvidos na pesquisa, são normalmente requeridas oito cabeças de gado, sendo também aceite um mínimo de três cabeças e as outras cinco podem ser convertidas em dinheiro.

### **3.2.11.3. Limitação da prática da caça**

Antes da constituição da Coutada 16, esta região era simplesmente denominada como uma zona de caça, e os seus habitantes eram designados por caçadores. Com a transformação desta zona em área de conservação pela lei 16/2014 de 16 de 20 Junho, passou a ser proibida a prática da caça havendo autorização somente para razões de investigação científica ou por necessidade de manejo. A caça além de servir de base para a alimentação, servia também como fonte de rendimento familiar pois, as famílias dos caçadores efectuavam a venda da carne, contribuindo para a economia da família.

Com a transformação da Coutada 16 em PNL a caça tornou-se ilegal e a equipa de fiscalização tem sido muito rigorosa em assegurar o cumprimento desta medida, havendo casos principalmente nos primeiros anos da criação do PNL em que os fiscais destapavam as panelas onde as mulheres confeccionavam seus alimentos, para verificar se não estariam a preparar carne proveniente de algum animal do parque. Ainda como parte da proibição da caça, os homens residentes no interior ou na zona tampão do PNL, quando encontrados nas matas (por vezes a busca de lenha ou de alguma planta medicinal) são agredidos fisicamente pelos fiscais do parque. A título de exemplo, em 2020 membro da comunidade de Machamba foi agredido e levado à esquadra de Massngir pelos fiscais do PNL, como resultado da sua movimentação no interior do parque em posse de uma arma branca. Por conta desta situação, as comunidades de Machamba a Chimangue bloquearam a via que permite o acesso a estas, para impedir que as viaturas da Administração do Parque e do Governo do Distrito pudessem lá chegar.

Como consequência da proibição da caça, as comunidades desenvolveram sentimentos de perda, de desapropriação e ao mesmo tempo de insatisfação e revolta. Ao perder a sua ligação à natureza a população mais jovem das comunidades do PNL assim como de fora do PNL descobriu que a caça furtiva do elefante e rinoceronte permitia a melhoria da economia das suas famílias (Conceição e Tedim, 2017).

#### **3.2.11.4. Acesso limitado aos locais para a prática da pesca**

A pesca é uma das actividades desenvolvida pelas comunidades do PNL, principalmente para a comunidades de Massingir-Velho (antes do reassentamento) e Cubo que residiam nas proximidades da albufeira de Massingir. Como referido anteriormente, a comunidade foi tirada do interior do parque para uma zona de reassentamento que dista a mais de 80 km da zona da albufeira, dificultando deste modo a continuidade da prática da pesca. Para a comunidade de Massingir-velho a pesca era de capital importância, pois, havia produção em grandes quantidades de peixe, que para além do consumo também era vendido, contribuindo para o aumento da renda familiar.

Dada a elevada quantidade de peixe que estas comunidades conseguiam na albufeira, houve necessidade de se organizarem em associações de pescadores para permitir a conservação e venda estruturada das elevadas quantidades de pescado. No entanto, com a movimentação para a zona de reassentamento esta actividade deixou de ser desenvolvida pelas famílias da comunidade de Massingir-velho, pois, para aceder ao local de pesca é necessário usar um meio de transporte que além de acarretar custos cerca de (100 meticais por viagem, excluindo qualquer carga que o passageiro possa ter), o transporte é também bastante escasso. Portanto, o reassentamento contribuiu para a retirada desta actividade na lista das principais actividades de sobrevivência para as famílias de Massingir-velho. Na outra perspectiva, com o reassentamento, estas comunidades perderam parte das suas redes, neste caso deixaram de ser parte da associação de pescadores, visto que não mais desenvolvem esta actividade.

#### **3.2.11.5 Limitação do Acesso as Plantas Medicinaias e recursos florestais**

Os recursos florestais são de grande importância para a aplicação do saber tradicional, definido por Reyes-García (2014) como sendo o corpo de conhecimento, tradições, práticas, saberes, instituições e visões do mundo, desenvolvidas e sustentadas por comunidades locais. Para o caso das comunidades do PNL, é na floresta onde encontram plantas medicinais com valor terapêutico contribuindo para a cura ou tratamento de algumas doenças. Com a limitação dos serviços de saúde nas comunidades do interior e na zona tampão do PNL, o uso das plantas medicinais foi sempre uma alternativa para os problemas de saúde da comunidade bem como para a prevenção dos ataques de determinados animais. Importa mencionar que os médicos tradicionais (Curandeiros) são os principais usuários das plantas medicinais, e é destas plantas que este grupo obtém parte dos seus rendimentos.

Com a criação do PNL, os membros das comunidades do interior do parque e da zona tampão com conhecimento de plantas medicinais, viram o acesso a estas limitado, principalmente para os homens, pois, a sua presença no parque para a busca destas plantas é sempre associada a prática da caça furtiva pela fiscalização do parque. Para o caso das comunidades reassentadas, de acordo com os praticantes da medicina tradicional, existem algumas plantas que só são encontradas no interior do parque, o que significa que não mais tem acesso a essas plantas, não podendo deste modo recorrer às mesmas para a cura ou tratamento de doenças, para protecção dos ataques de animais ou ainda para uso durante a realização de algumas cerimónias tradicionais. Portanto, a criação do parque pode estar a pôr em causa a transmissão do saber tradicional de grande utilidade para estas comunidades.

Além das plantas medicinais, a comunidade tem limitação de todos outros recursos florestais para efeito de geração de renda. O Parque Nacional de Limpopo tem a categoria de área de conservação total, fazendo deste modo parte das áreas com limitação da exploração dos recursos florestais (lei 16/2014, no seu artigo 14). Contudo, para zonas de conservação habitadas pelas comunidades locais é permitida a exploração dos recursos florestais para consumo, desde que seja feita de forma sustentável. Para o caso concreto das comunidades que residem no interior do parque e na zona tampão, é permitido o acesso a lenha e/ou estacas para seu uso, não sendo permitido a exploração destes recursos para fins comerciais. Porém, antes da transformação desta zona em parque, as comunidades usavam a lenha, estacas não só para o consumo bem como para a venda, contribuindo deste modo para a melhoria da renda familiar.

#### **3.2.11.6. Limitação do acesso a terra para habitação**

O sentimento de perda de terra também se faz sentir na área disponibilizada para a construção das habitações. Para a comunidade de Machaule, localizada na zona tampão, a colocação da vedação que separa a zona habitacional da fauna fez com que as famílias desta comunidade ficassem sem acesso à parte das suas terras. Citando o líder de Machaule “dividiram a nossa terra e levaram a outra parte, assim já não temos terra para nossas actividades”.

A redução do espaço habitacional também se observa nas zonas de reassentamento. Para o caso de Massingir-velho, cada família recebeu uma parcela de 50x40m<sup>2</sup> que é considerado menor em comparação com os espaços que as comunidades possuíam antes do reassentamento. Nas áreas de reassentamento, o maior espaço é ocupado pela infraestrutura habitacional, restando pouco espaço no quintal para que as famílias possam usar para outros fins, tais como colocação de algumas hortas/machambas e criação de animais domésticos

que eram práticas destas comunidades antes do reassentamento. Embora a perda da área habitacional seja um facto para as comunidades reassentadas, de acordo com a legislação moçambicana a terra é propriedade do estado, portanto os planos de reassentamento não preveem nenhuma compensação para situações de redução ou perda de espaço.

A limitação do espaço para habitação tem várias implicações para a comunidade, especialmente no que se refere ao saneamento do meio. As comunidades têm como prática o tratamento dos resíduos sólidos com recurso a abertura de covas nos seus quintais. Outro aspecto está relacionado com a construção de latrinas, onde quando estas estão saturadas as famílias devem proceder à construção de uma nova passando pela identificação de um novo espaço dentro do quintal. Portanto, a redução de espaço condiciona o uso destas práticas podendo resultar na deposição a céu aberto dos resíduos sólidos e também no fecalismo a céu aberto (na mata mais próxima) que são práticas prejudiciais à saúde pública.

### **3.2.12. Impacto do PNL sobre o Trabalho Sazonal ou Permanente na África do Sul**

As oportunidades de emprego no PNL são no geral muito limitadas, portanto, a migração permanente ou sazonal especialmente dos homens, com intenção de obterem emprego na África do Sul tem sido uma alternativa. De acordo com os resultados da pesquisa, a comunidade de Massingir-velho é a que mais chefes de família se dedicam a emigração para África do Sul, com cerca de 50%, Machaule com 41,17% e Bingo com cerca de 32% de chefes de família. Das famílias que integram a amostra, nenhuma família liderada por mulher tem o seu chefe de família a desenvolver trabalhos seja de carácter temporário ou permanente na África do Sul. Contudo, as esposas dos mineiros têm se deslocado com alguma regularidade a África do Sul para visitar seus maridos, chegando a sua estadia a ser de um ou mais meses.

O trabalho na África do Sul na sua história é feito na sua maioria por homens. Porém, a partir da década 90 a mulher começou a ter alguma representação neste mercado de trabalho. A característica patriarcal dominante na zona sul de Moçambique faz com que a história da migração esteja mais direccionada para o homem (Allah, 2010). Esta alternativa de trabalho também foi afectada pela criação do PNL e a sua transformação em PTGL. De acordo com os entrevistados, antes do Parque Nacional de Limpopo, o trajecto PNL - África do Sul era feito a pé, ou seja, sem recurso a nenhum meio de transporte, sendo que a caminhada era feita na sua maioria dentro do parque. No entanto, com a criação do parque este movimento dentro do parque foi restringido, com vista ao combate à caça furtiva, o que resulta na necessidade do uso de meios de transporte.

O custo de transporte de Massingir a África do Sul é de cerca 5,000.00 Meticais por pessoa. Este valor não é comportável para aquilo que é a capacidade financeira destas comunidades, o que faz com que muitos que regressam de férias não consigam voltar ao trabalho no tempo acordado com as companhias empregadoras. Durante a pesquisa foram entrevistados alguns trabalhadores sazonais na África do Sul que devido ao custo do transporte não conseguem voltar ao trabalho pois não dispunham do valor para o transporte. De acordo com estes, as baixas remunerações, associadas as elevadas necessidades que as suas famílias possuem, fazem com que não consigam fazer reserva do valor para o seu regresso.

Importa referir que o custo do transporte do PNL para a África do Sul, não somente afecta os mineiros como também tem implicação para as famílias cujos familiares migraram para a África do Sul, devido a guerra dos 16 anos, visto que estas famílias necessitam de movimentação quase que frequente à África do Sul, com objectivo de visitar os seus familiares que lá fixaram residência definitiva.

### **3.2.13. Turismo**

O turismo é considerado como um dos sectores transversais que alberga vários outros sectores desde o sector económico, transporte, agricultura, alimentação, construção e artesanato. É por conta desta relevância que a criação do PNL bem como a sua transformação em PTGL, tem no seu plano estratégico a transformação do PNL em ponto de referência turística e com benefícios para a comunidade, através da criação de oportunidade de emprego, crescimento económico (Plano Estratégico para Turismo no PNL, 2003).

Embora o turismo carregue consigo esta considerável importância na melhoria das condições de vida das comunidades, volvidos cerca de 20 anos após a criação do PNL, o turismo não é mencionado como parte das fontes de rendimento/sobrevivência, seja pela prestação de serviço ou pelo trabalho directo em estâncias turísticas. Uma das principais razões do fraco impacto do turismo para o benefício das comunidades é mesmo o reduzido fluxo de turistas. Segundo os envolvidos na pesquisa o reduzido número de turistas deve-se essencialmente ao facto de ser difícil ver animais no PNL por conta da presença das comunidades e também pelo facto de o PNL estar ligado ao Kruger que possui mais infraestruturas ligadas ao turismo, fazendo com que os turistas optem mais pelo Kruger e não pelo PNL.

## Resumo do impacto da criação do PNL sobre as actividades de sobrevivência das comunidades

No geral há uma mudança nas actividades desenvolvidas pelas comunidades para a sua sobrevivência. Com a criação do parque a prática de algumas actividades reduziu e outras aumentou, como mostra o quadro 10 que se segue. Os números positivos se referem ao aumento da prática da actividade enquanto, os negativos a redução da prática destas actividades.

Quadro 9: Resumo das mudanças na prática de actividades de sobrevivência das comunidades

Comunidades	Actividade	n	Antes do Parque (# de famílias que praticavam a actividade)	Depois do Parque (# de famílias que praticavam a actividade)	Proporção de aumento ou redução da prática da actividade
Bingo	Agricultura	49	49	33	-16
	Criação de animais		43	15	-28
	Caça		34	1	-33
	Comercio informal		7	12	5
	Trabalho sazonal na Africa do Sul		16	21	5
	Pesca		1	8	7
	Venda de animais		2	11	9
Machaule	Agricultura	25	25	16	-9
	Criação de animais		25	6	-19
	Caça		14	0	-14
	Comercio informal		5	7	2
	Trabalho sazonal na Africa do Sul		6	8	2
	Venda de animais		0	5	5
Massingir-velho	Agricultura	65	65	39	-26
	Criação de animais		57	15	-42
	Caça		36	1	-35
	Comercio informal		13	24	11
	Trabalho sazonal na Africa do Sul		12	33	21
	Queima e venda de carvão		0	10	10
	Pesca		17	0	-17
	Venda de animais		0	15	15

A agricultura e a caça são actividades que identificam as comunidades do PNL. Porém, a sua prática sofreu um decréscimo no que se refere ao número de famílias que desenvolvem estas actividades. Por outro lado, na perspectiva de suprir o défice destas actividades, novas actividades foram desenvolvidas (mais detalhe no capítulo 4 desta tese).

Algumas das actividades acima descritas, além de servirem para o consumo das famílias, também são ou eram importante fonte de renda familiar e dado o facto de a sua prática ter sido afectada pelas dinâmicas do PNL, tem também consequência no rendimento que destas advém.

### **3.2.14. Impacto sobre o Rendimento<sup>31</sup> dos agregados familiares**

O rendimento para a maioria das famílias do PNL resulta dos trabalhos sazonais na África do Sul e de algumas actividades desenvolvidas localmente, tal é o caso do comércio informal e a venda de produtos resultantes da prática da agricultura (vide o quadro 10). Estas actividades como foi referido acima, foram afectadas pelas dinâmicas do PNL, facto que contribuiu para inexistência ou baixos níveis de rendimentos nas famílias. Importa referir que a maioria das famílias da área de estudo desenvolve actividades de sobrevivência e não necessariamente para algum rendimento, pois a Província de Gaza é a que mais níveis de desemprego possui, com mais de 53% da população, o que justifica a existência de poucas famílias com rendimento (INE, 2013).

O baixo nível de escolaridade dos chefes dos agregados familiares, associado à falta de oportunidade de trabalho no PNL limita a possibilidade de os chefes de família terem acesso as poucas oportunidades de trabalho que surgem no PNL, afectando a capacidade das famílias de usufruir de rendimentos, sejam eles temporários ou permanentes.

A existência de famílias com um número considerável de dependentes, especialmente as lideradas por mulheres que pela conjuntura sociocultural e económica já são vulneráveis, a ausência ou redução do rendimento familiar coloca-as numa situação de maior vulnerabilidade à pobreza.

---

<sup>31</sup> Rendimento familiar é o conjunto de remunerações dos membros do agregado familiar

Quadro 10: Actividades que geram rendimento nas famílias envolvidas na pesquisa

Comunidades	Tipo de actividade	Rendimento por actividade antes do PNL (em meticais)						Rendimento por actividade depois da criação do PNL					
		Menos de 4,200		Entre 4,200 e 8,400		8,400		Menos de 4,200		Entre 4,200 e 8,400		Mais de 8,400	
		Famílias Lideradas por homens	Famílias Lideradas por Mulheres	Famílias Lideradas por homens	Famílias Lideradas por Mulheres	Famílias Lideradas por homens	Famílias Lideradas por Mulheres	Famílias Lideradas por homens	Famílias Lideradas por Mulheres	Famílias Lideradas por homens	Famílias Lideradas por Mulheres	Famílias Lideradas por homens	Famílias Lideradas por Mulheres
Bingo	Agricultura	8	3	4	2	1	0	6	0	1	0	0	0
	Caça	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0
	Comércio Informal	5	1	0	1	0	0	1	3	9	3	0	0
	Venda de animais	1	0	0		1	0	3	3	3	1	7	0
	Trabalhos sazonais fora do parque	6	0	9	0	1	0	0	0	8	0	13	0
Machaule	Agricultura	7	4	2	0	0	0	4	0	0	0	1	0
	Caça	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
	Comércio Informal	3	1	1	0	0	0	2	1	2	0	2	
	Venda de animais	0	0	0	0	0	0	1	1	2	1	0	0
	Trabalhos sazonais fora do parque	1	0	3	0	2	0	5	0	0	0	3	0
Massingir-velho	Agricultura	9	5	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0
	Caça	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Comércio Informal	7	1	4	1	0	0	8	16	0	0	0	0
	Pecuária	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Venda de animais	0	0	0	0	0	0	6	4	2	0	2	0
	Trabalhos sazonais fora do parque	1	0	0	0	10	0	3	1	2	1	26	0

Os dados demonstram que nem todas famílias possuem rendimento. Nota-se ainda que a agricultura, principalmente para as famílias lideradas por mulheres é a actividade que mais rendimento trazia (antes da criação do PNL) para a família, com a venda dos produtos da machamba, tais como milho, considerado por estas comunidades como sendo a cultura que mais rendimento tem. Para os homens, a caça antes da criação do PNL, além da sua contribuição na melhoria da dieta alimentar contribuía em grande medida para a melhoria da renda familiar. Porém, como descrito anteriormente estas actividades estão condicionadas e/ou proibidas com a transformação da coutada 16 em Parque Nacional.

### 3.2.15. Acesso aos Serviços Sociais Básicos

Os serviços básicos fazem parte do capital económico do homem, que é caracterizado pela existência de serviços essenciais para o funcionamento do sistema comunitário. O acesso a educação, saúde, saneamento, informação e transporte, constitui um destes elementos-chave do capital económico.

No geral, o acesso aos serviços sociais básicos não sofreu grandes mudanças com a criação do PNL, porém, comunidades como Machaule não possui unidade sanitária, a comunidade de Bingo tem um agente polivalente de saúde. Em relação as comunidades reassentadas nenhuma possui unidade sanitária. Para o caso da comunidade de Massingir-velho o Plano de Acção do Reassentamento (PAR) não prevê a construção de nenhuma unidade sanitária, se esperando que a comunidade continue a usar o Centro de Saúde de Tihovene que dista a aproximadamente 37 km de Mucatine, local onde a comunidade de Massingir-velho foi reassentada.

Quadro 11: Disponibilidade de serviços sociais básicos na área de pesquisa

Comunidade	Antes do PNL						Depois do PNL					
	Acesso a escola		Acesso a saúde		Acesso a água		Acesso a escola		Acesso a saúde		Acesso a água	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Bingo (n=49)	49	0	49	0	49	0	49	0	49	0	49	0
Machaule (n=25)	24	1	0	25	25	0	25	0	0	25	20	5**
Massingir-velho (n=65)	65	0	0	65	65	0	62	3	65*	0	65	0

\*dista a 37 km

\*\* usavam os rios como fonte de água e devidos a intensificação do conflito homem-fauna bravia tem acesso limitado.

No que se refere ao abastecimento de água, embora estes serviços estejam disponíveis nas comunidades do PNL, há aqui dois cenários: as comunidades que permanecem no parque e na zona tampão recorrem aos rios para a busca de água, em contrapartida, as comunidades reassentadas beneficiaram-se de fontes seguras de abastecimento de água. Contudo, mesmo as comunidades com fontes seguras, caso de Massingir-velho, devido a fragilidade da capacidade local para a manutenção das fontes, consorciado a falta de recursos para a compra de peças sobressalentes, tem havido casos de interrupção do fornecimento de água por períodos longos. Para o caso das comunidades que recorrem às margens dos rios para a busca de água com a intensificação do conflito homem fauna-bravia as mulheres que são as principais responsáveis pela busca de água se mostram com medo devido ao risco que correm pela presença dos animais ferozes nesta zona.

O acesso à educação até ao nível primário é garantido em todas comunidades, o que já não se observa com o nível secundário, onde os alunos para a frequência deste nível necessitam de se deslocar à sede distrital, e dadas longas distâncias que separam as comunidades da sede do Distrito, associado ao estado das vias e a falta de transporte, a maioria dos alunos tendem a terminar somente o nível primário. Este cenário reduz a possibilidade de a curto prazo as comunidades do PNL estejam preparadas para assumir tarefas que exijam um nível de instrução mais elevado. Este cenário se reflete nos dados de campo onde cerca de 66% dos chefes dos agregados familiares possuem apenas o nível primário, somente 2% é que possui o nível secundário, enquanto os restantes 32% dos chefes dos agregados familiares envolvidos na pesquisa nunca frequentaram a escola.

Outro parâmetro analisado durante a pesquisa é a influência da criação do PNL no que se refere ao tempo gasto para aceder aos serviços básicos, notando-se que esta variável sofreu pouca mudança tanto para as comunidades do interior do Parque, zona tampão assim como das zonas de reassentamento, estando numa média de 5 a 15 minutos para a maioria dos agregados familiares, para o caso dos serviços disponíveis.

Quadro 12: Tempo gasto para aceder aos serviços básicos antes e depois da criação do PNL

Comunidades	Antes da criação do PNL (por sexo do chefe da AgF)		Depois da criação do PNL (por sexo do chefe da AgF)							
	Tipo de Serviço	n	Tempo gasto para aceder ao serviço				Tempo gasto para aceder ao serviço			
			menos de 5 min	5 a 15min	15 a 30min	mais de 30min	menos de 5 min	5 a 15min	15 a 30min	mais de 30min
Bingo	Escolas	49	1	13	35	0	1	13	35	0
	Saúde		12*	37*	0	0	12*	37*	0	0
	Fontes de Água		0	32	17	0	32	17	0	0
Machaule	Escolas	25	1	19	5	0	1	19	5	
	Saúde		N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Fontes de Água		0	7	11	7	7	11	7	
Massingir-velho	Escolas	65	9	38	17	1	9	47	9	
	Saúde		N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Fontes de Água		6	46	12	1	2	53	9	1
Total		139	17	155	97	9	52	160	65	1

N/A: Serviço não disponível na comunidade

\* Agente Polivalente de Saúde

As mudanças ocorridas nas comunidades do PNL são caracterizadas por alterações bruscas e rápidas que afectaram os activos do sistema humano. Deste modo, para uma melhor compreensão das mudanças ocorridas na estrutura social destas comunidades, o quadro 13 faz um resumo destas mudanças tendo em conta os principais activos do sistema humano.

Quadro 13: Resumo das mudanças resultantes da criação do PNL

Capital Natural	Capital Sociocultural	Capital Humano	Capital Económico	Capital Físico
<ul style="list-style-type: none"> <li>•Limitação do acesso à terra para Agricultura e pastagem;</li> <li>•Limitação do acesso a água para agricultura e abeberamento dos animais;</li> <li>•Proibição da caça para o consumo;</li> <li>•Limitação do acesso as plantas medicinais;</li> <li>•Limitação do acesso aos recursos florestais para a construção de infraestruturas habitacionais e/ou de uso doméstico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Limitação do acesso aos locais sagrados;</li> <li>•Mudança de conceito tradicional de família;</li> <li>•Mudança na tomada de decisão;</li> <li>•Conflito de liderança;</li> <li>•Perda/limitação de redes de apoio;</li> <li>•Aparecimento de conflitos;</li> <li>•Perda de confiança das comunidades para com os seus líderes;</li> <li>•Aumento da vulnerabilidade a pobreza</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Baixo Nível de instrução;</li> <li>•Oportunidade de criação de habilidades para a vida (Mudança positiva)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Limitação do acesso a informação, em relação a criação do PNL e todas suas dinâmicas;</li> <li>•Limitação do transporte para aceder a oportunidades de trabalho;</li> <li>•Disponibilização de serviços de saúde nas zonas de reassentamento (mudança positiva)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Falta de Serviços Básicos</li> </ul>

### **3.3. Magnitude do Impacto das Mudanças sobre a vida das comunidades**

De acordo com Bernard McCaul *et al* (2019) a magnitude da mudança social pode ser medida em cinco níveis, e estes diferem no impacto que a mudança causa no sistema social. Neste contexto, o autor apresenta cinco níveis. O Nível 1 é caracterizado por um impacto não significativo, não afecta a estrutura nem o funcionamento do sistema social. A mudança do nível 2 afecta as funções do sistema bem como o seu funcionamento. No entanto, o impacto é a curto prazo, e o sistema tem a capacidade de se recompor sem intervenção de actores externos. O nível 3 limita a organização e o funcionamento do sistema, o impacto é para um maior grupo dentro do sistema social. Neste nível, o sistema pode se recompor com uma pequena intervenção de actores externos, não havendo danos significativos sobre o sistema.

A magnitude do nível 4 influencia drasticamente a capacidade do sistema social, afecta a maioria das componentes do sistema, há um dano premente sobre o sistema, a sua recuperação necessita de maior nível de intervenção e o impacto é por um período longo, enquanto o nível 5 resulta num colapso total, afecta todo grupo, existe a possibilidade de recuperação, no entanto há uma grande necessidade de intervenção externa. Com base nos critérios destes autores o quadro 14 faz uma classificação da magnitude das mudanças na vida das comunidades, como resultado da criação do PNL e a sua transformação em PTGL.

Quadro 14: Magnitude da mudança social na vida das comunidades

<b>Tipo de Mudança</b>	<b>Magnitude da Mudança</b>
Limitação do acesso à terra para Agricultura	3
Limitação do acesso à terra para Pastagem	3
Limitação do acesso à terra para habitação	1
Limitação do acesso a água para agricultura e abeberamento dos animais	3
Limitação da prática da caça	4
Limitação do acesso as plantas medicinais	3
Limitação do acesso aos recursos florestais para a construção de infraestruturas	3
Limitação do acesso aos locais sagrados	3
Mudança de conceito tradicional de família	2
Mudança na tomada de decisão	2
Conflitos de liderança	2
Perda/Redução de redes de apoio	2
Aparecimento de conflitos de poder	2
Perda de confiança entre comunidades, líderes e administração do PNL	4
Aumento da vulnerabilidade a pobreza	3
Limitação do acesso a informação, em relação a criação do PNL e todas suas dinâmicas	3
Limitação do transporte para aceder a oportunidades de trabalho	2
Falta de Serviços Básicos	3

Com base na escala de Bernard McCaul *et al* (2019) a criação do PNL resultou em mudanças cuja magnitude tem uma maior predominância nos níveis 2 e 3 o que significa que estas afectaram a organização e o funcionamento do sistema social, pois, alteraram o modo de vida das comunidades, provocaram alterações na estrutura e no funcionamento do sistema familiar. Estas características das mudanças observáveis no PNL estão alinhadas com as três principais características da mudança descritas por Marahao (2017), ao mencionar que a mudança social altera as condições e o modo de vida dos indivíduos, causa alterações na forma de organização e funcionamento e ainda as mudanças são observáveis pois é possível descrever as alterações tendo como base um referencial temporal. Por outro lado, as mudanças observadas na estrutura social das comunidades como resultado da criação do

PNL e a sua transformação em PTGL são originadas por factores socioeconómicos e culturais visto que modificaram a organização social, alteraram o sistema religioso, a liderança e o mecanismo de comunicação. No entanto, ainda de acordo com Bernard McCaul *et al* (2019), com mudanças na magnitude 1, 2 ou 3 o sistema tem a possibilidade de se recompor usando os recursos disponíveis no seu meio ou fora, para a identificação de estratégias para mitigação dos efeitos negativos da mudança.



## **CAPÍTULO IV: ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO DAS COMUNIDADES ÀS DINÂMICAS DO PNL**

Os sistemas sociais são caracterizados por uma complexidade de relações de interação com o meio ambiente à volta e também entre as partes que compõem o sistema. Estas relações, tornam os sistemas sujeitos a mudanças constantes, afectando a estrutura e funcionamento dos mesmos. No entanto, como refere Luhmann no seu modelo sobre os sistemas sociais, perante uma perturbação estes tendem a restabelecer o seu funcionamento, usando as oportunidades que o meio ambiente oferece para responder de forma positiva ao ambiente modificado (Regatieri, 2019; Luhmann, 2016). No capítulo 3, estão descritas as mudanças ocorridas na estrutura social das comunidades do PNL que afectaram os meios de sobrevivência, a forma de organização, os hábitos e costumes culturais. Considerando que as comunidades do PNL são sistemas sociais, naturalmente estas tendem a encontrar estratégias para lidar de forma positiva com os impactos destas mudanças.

Este capítulo, parte do pressuposto de que as comunidades do PNL desenvolveram estratégias que garantem o funcionamento da sua estrutura social, portanto são resilientes às dinâmicas do PNL. Assim, o capítulo descreve as estratégias encontradas pelas comunidades do PNL, para o restabelecimento da estrutura e funcionamento modificados pelo ambiente adverso e a sua contribuição no alcance da resiliência destas comunidades.

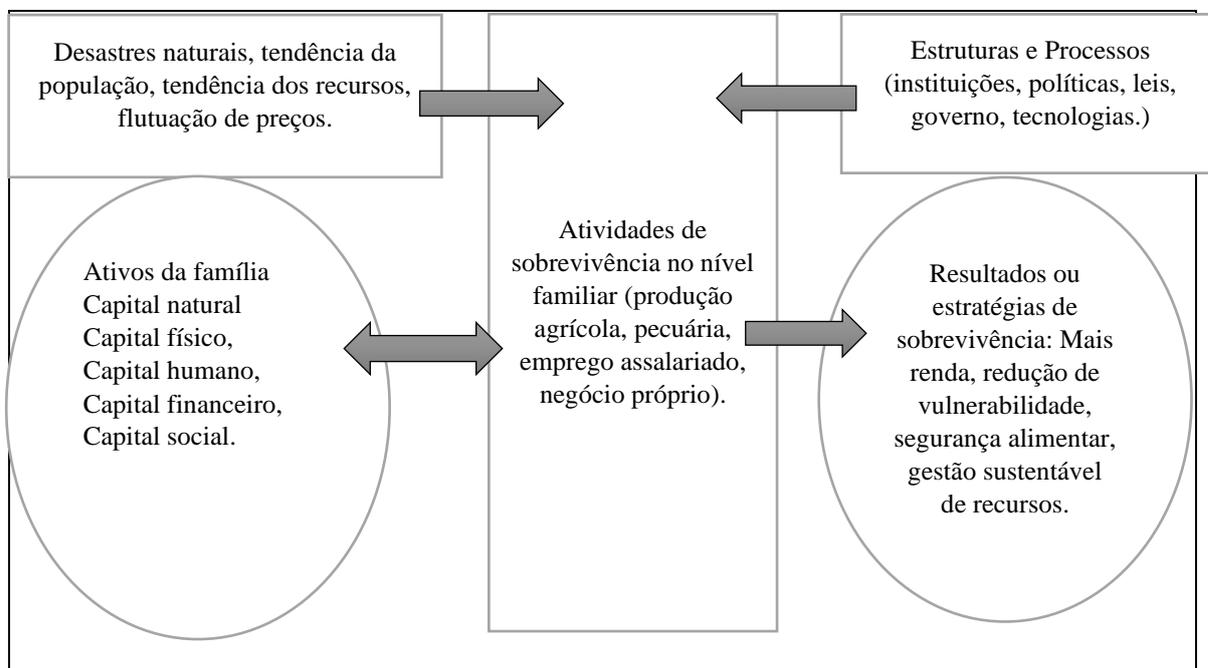
### **4.1. Estratégias de Adaptação adoptadas pelas comunidades**

A resposta ao ambiente adverso passa pela identificação de estratégias de adaptação ou *coping*, podendo estas estarem focalizadas na emoção ou na resposta aos problemas resultantes das mudanças ocorridas no sistema. Tanto as estratégias de “*coping*” focalizado nos problemas assim como o *coping* emocional são caracterizadas pela identificação de estratégias de sobrevivência, que constituem uma combinação de actividades e escolhas que as pessoas fazem para atingir os seus objectivos de sobrevivência (Gadanhó, 2014; DFID, 2000).

O sucesso das estratégias de sobrevivência no sistema social, depende do empenho dos membros da família, sendo que cada membro deve ter responsabilidades claramente definidas e deve explorar o máximo das suas capacidades para a concretização das responsabilidades que lhe são atribuídas. O estabelecimento de estratégias de sobrevivência passa também pela melhoria da produção familiar, pela capacidade de gerar negócio ou de busca de oportunidade de emprego. Contudo, esta capacidade é influenciada pela melhoria dos activos familiares, pois, o fraco acesso aos activos limita a habilidade dos indivíduos de

tirar benefícios das oportunidades que se lhes apresentam, e conseqüentemente afecta a capacidade de elaboração de estratégias de sobrevivência (Barrett, 2001; Krantz, 2001; Ellis, 2000; Winters *et al*; 2009).

Figura 16: Esquema de estratégias de sobrevivência



Quadro conceitual de análise dos modos de vida (Sitoe, 2011)

De acordo com o DFID (1999), os meios de subsistência não incluem somente iniciativas de geração de rendimento, mas também qualquer actividade que tenha um impacto positivo no bem-estar individual e colectivo. As estratégias de sobrevivência focalizadas no problema em áreas de conservação podem ser alinhadas em sete principais pilares: O Turismo; a Gestão de Recursos Naturais baseada na comunidade; Agricultura; a Pastorícia, Comércio do gado e de outros animais de pequeno porte; o desenvolvimento de pequenos negócios e o investimento no capital humano. De referir que os meios de subsistência são dinâmicos pois qualquer alteração do ambiente impacta sobre os mesmos, significando que dependendo do contexto as estratégias podem ser eficazes ou não.

#### 4.1.1 Mitigação dos efeitos da criação do PNL sobre a prática da Agricultura

Para a agricultura, há três grandes mudanças que afectaram a vida das comunidades: a limitação do acesso a terra para a prática da agricultura, a destruição das culturas pela fauna bravia e a limitação do acesso a água para a prática da agricultura. Estes três factores resultaram na redução da produção, colocando as famílias numa situação de vulnerabilidade

à segurança alimentar, necessitando de encontrar alternativas que possam reduzir este impacto sobre o bem-estar das famílias.

No que se refere à limitação do acesso a terra para a prática da agricultura, nas comunidades reassentadas (onde o impacto é mais intenso), há duas modalidades usadas como alternativa para obtenção da terra: a compra do espaço nas comunidades hospedeiras, onde o pagamento é feito através da venda de cabeças de gado e ou do valor da compensação recebido no âmbito do processo de reassentamento e o aluguer das machambas nas comunidades hospedeiras. Para esta modalidade (aluguer das machambas), as famílias recebem a terra e em cada época de colheita devem pagar um tributo aos donos das machambas, através dos produtos produzidos nestes campos agrícolas em aluguer.

A modalidade de aluguer da terra é para um número limitado de famílias, pois, geralmente as comunidades hospedeiras fazem este “negócio” somente com seus familiares ou conhecidos, visto que a qualquer momento podem necessitar das suas terras e na perspectiva destas comunidades é mais fácil reaver as machambas com familiares comparativamente as outras pessoas. Nas palavras de um dos membros da comunidade que recebeu a terra emprestada:

Aqui só dão machambas as pessoas da família ou amigos, porque é mais fácil terem a terra de volta sempre que precisarem e sem nenhuma confusão. Já assistimos muitos conflitos de terra aqui, pois algumas pessoas quando recebem as machambas emprestadas já não querem devolver porque não tem outra machamba para produzir, mas o problema é que essas machambas são emprestadas a qualquer momento o dono pode querer de volta (Comunidade de Massingir-velho, 2018).

A venda ou aluguer de terra das comunidades hospedeiras para as reassentadas, transformou-se num negócio apetecível para as comunidades hospedeiras, havendo casos de membros de comunidades hospedeiras que tinham as suas terras emprestadas a algumas associações agrícolas antes do reassentamento, sem nenhum pagamento. No entanto, a chegada dos reassentados contribuiu para o aumento da demanda da compra da terra para a prática da agricultura, fazendo com que estas associações fossem despojadas das terras que exploravam por longos anos, pois os proprietários venderam ou alugaram os espaços para as famílias reassentadas.

Em relação as comunidades que ainda residem no interior do parque, onde o conflito fauna-bravia é mais intenso, algumas famílias recorrem à zona tampão para a identificação

de espaços para a prática da agricultura. Porém, a cedência do espaço pelos nativos depende das relações de amizade ou familiaridade. Diferentemente da zona de reassentamento, aqui as famílias que recebem os espaços para a prática da agricultura não fazem nenhum pagamento seja monetário ou por espécie. No entanto, dado o facto de as comunidades da zona também terem perdido parte das suas terras com a colocação da vedação, há pouca terra disponível para ceder as outras comunidades.

Em relação a destruição de culturas pela fauna-bravia, as famílias recorrem a construção de casas precárias (feitas de plástico e ou outro material) e passam as noites nas machambas afugentando os animais. Este processo é feito de várias formas, desde a colocação no limite das machambas de fios amarrando latas por forma aqui com o vento ou com o toque dos animais estas possam causar ruído, forçando deste modo os animais selvagens a abandonarem o local. Ainda com o intuito de causar algum ruído, são também usados apitos e ou “*vuvuzelas*”, para criar pânico nos animais.

Outra estratégia usada para afugentar os animais é a colocação de lanternas e ou fogueira (criar zonas iluminadas) em volta das machambas, para dar indicação de presença humana aos animais, visto que a presença humana de acordo com os entrevistados constitui um incómodo para estes. Ainda com objectivo de marcar a presença humana, as comunidades recorrem também à colocação de espantalhos nas machambas.

A medicina tradicional tem sido também uma das estratégias para afugentamento dos animais. Algumas famílias dizem recorrer ao saber tradicional (alguns remédios ou peças tratadas) para proteger as suas machambas. Este processo é conhecido localmente como sendo “blindar” os espaços evitando que mesmo que os animais se aproximem das machambas não façam nenhuma destruição. Os curandeiros são os que preparam estas plantas com determinados aromas e procedem com o tratamento de algumas peças que posteriormente são espalhadas pelas machambas, vedando a aproximação dos animais selvagens.

As estratégias usadas para afugentar os animais selvagens tem suas limitações especialmente para as famílias lideradas por mulheres solteiras, idosas e ou viúvas, isto porque cada família fica na sua machamba. Embora as machambas fiquem próximas umas das outras, esta situação faz com que estes grupos (mulheres solteiras e viúvas sem filhos maiores de idade, e idosos) muitas vezes não consigam proteger as suas machambas temendo o perigo dos animais, visto que estarão sozinhos, resultando num sentimento de medo para estes grupos. Citando uma das mulheres chefe de família entrevistada durante a pesquisa: “... para os que têm marido ou filhos maiores de idade, estes ficam lá nas machambas a afugentar os

animais, mas eu assim não posso porque tenho medo dos animais e como resultado, perco toda a minha produção e os meus filhos ficam sem comida” (Comunidade de Bingo, 2019). A impossibilidade de as mulheres chefes de família, mães solteiras e viúvas poderem pernoitar nas machambas, faz com que este grupo recorra essencialmente à colocação de espantalhos e ao saber tradicional para o afugentamento dos animais.

Importa referir que apesar de estas estratégias contribuírem para redução da destruição das culturas, trazem consigo algumas consequências sobre os hábitos culturais destas comunidades. Alguns membros das comunidades envolvidas na pesquisa mencionaram que com a criação do PNL já não praticam algumas danças tradicionais, que eram feitas nos momentos de descanso após o trabalho, pela noite, pois, actualmente este momento de descanso é usado pelas famílias para afugentar os animais que destroem as culturas nas machambas. Este processo afecta a passagem da identidade cultural, do saber tradicional destas comunidades para as gerações futuras e, como Abrantes e Kaútuma (2014) referem, a cultura faz parte da natureza humana, e esta deve ser preservada e transmitida de geração em geração, pode até sofrer mudanças ou transformações mediante influências externas, mas não pode ser perdida.

Em relação ao acesso a água para a prática da agricultura, apesar do risco que correm nas zonas baixas, as comunidades continuam a recorrer a estas zonas para a prática da agricultura, principalmente nos momentos de estiagem. Para o caso de algumas comunidades reassentadas e hospedeiras, por forma a aumentar o número de famílias com acesso a água nas zonas baixas, a Administração do Parque Nacional de Limpopo, apoiou as comunidades de Macavene - Tihovene, Macavene - Banga, Maringuele e Chitar a criarem associações agrícolas, e a cada uma destas foi atribuído uma motobomba. A Administração do PNL é responsável pela garantia do funcionamento destas motobombas, com excepção de Macavene-Tihovene que tem apoio técnico de uma organização da sociedade civil que tem intervenções nas comunidades do PNL que é o CEDES.

Como parte do processo de identificação de estratégias para colmatar o impacto da criação do PNL sobre a agricultura, foi elaborada pela administração do parque, governo distrital, organizações da sociedade civil e parceiros de cooperação uma estratégia de integração e diversificação dos meios de subsistência para as comunidades (2016-2030). Nesta estratégia, para a componente de agricultura, coloca-se como prioridade o fortalecimento da irrigação, a diversificação e a adopção de outras formas de agricultura consideradas eficientes do ponto de vista hídrico. Também se fala do estabelecimento de mercado para a colocação da produção. Passados pouco mais de três anos, já é notável a

operacionalização de parte desta estratégia através da criação das associações agrícolas no âmbito do processo de reassentamento, como referido acima.

Embora esta estratégia de diversificação dos meios de subsistência para as comunidades (2016-2030), seja crucial para a melhoria das condições de vida destas, esta possui algumas limitações pois não prevê medidas para mitigação de algumas razões que tornam a agricultura pouco produtiva, como é o caso da destruição das culturas por animais selvagens, o que significa que mesmo com a implementação deste plano estratégico, alguns desafios continuarão a apoquentar a sobrevivência das comunidades, e conseqüente não alcance dos objectivos previstos no âmbito deste plano que é a criação de meios de sobrevivência alternativos para estas comunidades.

#### **4.1.2. Estratégias sobre o impacto na Pecuária**

A falta de terra para a pastagem, a limitação do acesso a água para o abeberamento dos animais e o conflito homem-fauna bravia são alguns dos desafios da prática da pastorícia pelas comunidades. A falta ou limitação da terra para a pastagem tem maior impacto em algumas comunidades reassentadas, visto que os seus planos de reassentamento não preveem espaços específicos para a pastagem. Assim, as comunidades têm recorrido aos espaços de pastagem disponíveis nas comunidades vizinhas, porém, alguns destes espaços estão localizados em zonas distantes, portanto, para o gado ter acesso a estes campos deve sair muito cedo e só retorna no final do dia, dada a longa distância que tem a percorrer. Neste processo, famílias dizem ter perdido algumas cabeças gado. Para o caso de comunidades que ainda permanecem no interior do parque e as da zona tampão continuam a usar os campos de pastagem disponíveis, mantendo-se o gado exposto a situação de risco perante os animais bravios.

A disponibilidade de água para o abeberamento do gado, constitui também um grande desafio. Para as comunidades por reassentar e as da zona tampão, o recurso aos riachos e ou lagos principalmente na época chuvosa tem sido a principal alternativa. Fora do período chuvoso, as famílias continuam usando as margens dos rios, havendo como referido no capítulo 3, o risco de os seus animais serem atacados por animais selvagens. Para o caso das comunidades reassentadas, o abeberamento é feito nas comunidades vizinhas, algumas destas distantes das áreas de residência das famílias. Há ainda para o caso de criadores de pequena escala, famílias que tiram água das fontes de água para o consumo para o abeberamento dos seus animais.

O facto de os campos para a pastagem assim como os locais para o abeberamento dos animais estarem situados em pontos distantes, em algumas comunidades reassentadas, propicia a perda do gado, e como forma de redução da ocorrência destas situações as famílias recorrem a dois mecanismos: a colocação de uma tatuagem no animal com letras ou símbolos que auxiliam na identificação no caso de mistura com outras cabeças de gado e também a colocação no pescoço do animal uma espécie de cino, que o animal ao se mover provoca algum ruído servindo de sinal para o pastor identificar a localização do animal.

*Figura 17: Gado Bovino com cino no pescoço para fácil localização*



Fonte: Autora (Comunidade de Massingir-velho, Junho, 2019)

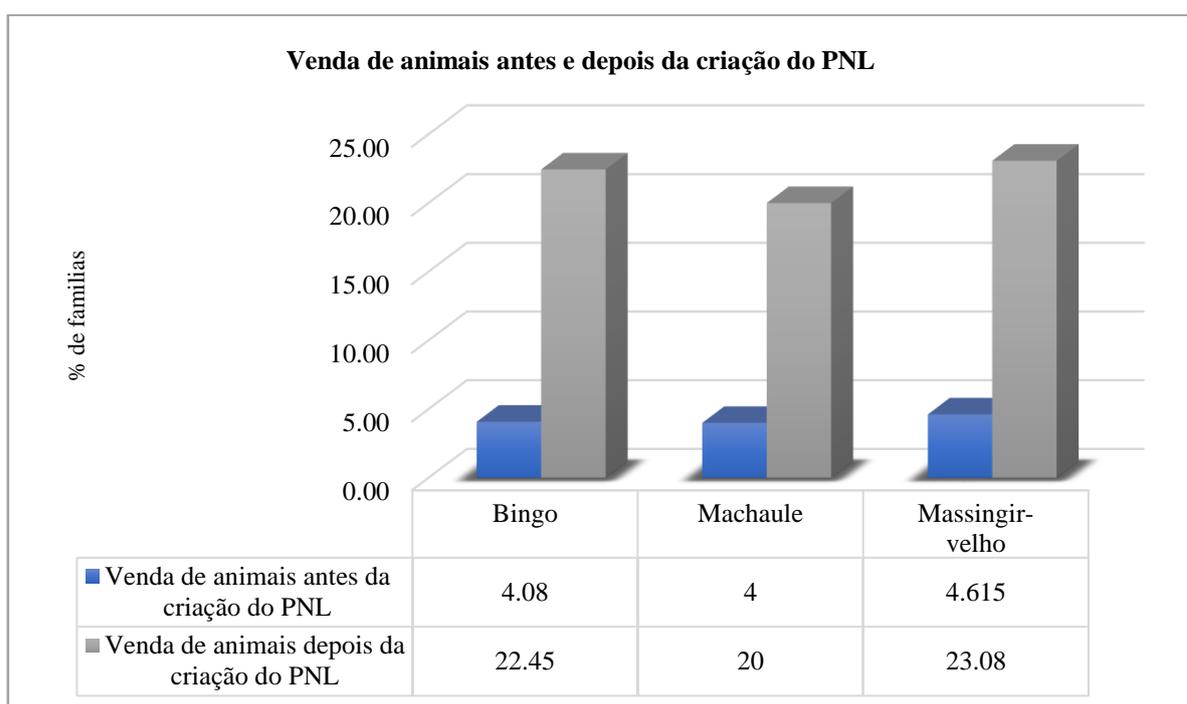
A localização distante dos campos de pastagem e dos locais de abeberamento dos animais faz com que esta actividade seja realizada em muito mais tempo, limitando a possibilidade de os pastores (que são na sua maioria crianças) poderem participar de outras actividades incluindo a ida as escolas. Este cenário, contribui para a elevada taxa de analfabetismo que se observa na área de estudo.

#### **4.1.2.1. Venda de Animais domésticos**

Nos modelos dos meios de sobrevivência, a pastorícia inclui também a venda dos animais, e é neste pilar que está assente a alternativa usada pelas comunidades do PNL para compensar o défice resultante da limitação da prática das principais actividades de

sobrevivência. A venda do gado bovino, caprino, patos e galinhas constitui uma das principais alternativas de sobrevivência. Importa destacar que por razões culturais o gado era somente para cerimónias tradicionais, mas actualmente, dadas necessidades que as famílias enfrentam há uma “transgressão” deste valor cultural atribuída ao gado bovino, estando a ser vendido entre 10,000 e 22,000 meticais por cabeça. O gado caprino é vendido a cabeça por cerca de 2,500 meticais, enquanto para os casos de animais de pequeno porte como galinhas e patos, os preços variam entre 150 e 350 meticais.

Gráfico 6: Venda de animais domésticos como estratégia de sobrevivência



Os dados do gráfico acima demonstram um aumento de famílias que efectuam a venda de animais domésticos quando comparado o período antes e depois da criação do parque. Para estas comunidades, a criação dos animais domésticos deixou de ser apenas algo da sua cultura, mas sim como parte das estratégias de sobrevivência, pois, é a partir dos valores provenientes da venda destes animais que satisfazem as necessidades básicas das suas famílias. Nas três comunidades envolvidas na pesquisa há um aumento de famílias que efectuam a venda de animais, variando este aumento em cerca de 16% para Machaule, 18% para Bingo e em aproximadamente 19% para a comunidade de Massingir-velho.

Ainda com base nos resultados da pesquisa foi observada uma tendência de associar a venda dos animais aos aspectos de género, sendo que a venda de animais de pequeno porte (patos e galinhas) é dominada pelas mulheres enquanto a venda do gado bovino é liderada pelos homens. Este cenário está relacionado com o facto de a venda do gado bovino e caprino

envolver montantes mais elevados, e os homens envolvidos na venda do gado consideram que as mulheres têm pouca capacidade de negociação, podendo vender os animais a valores mais baixos ou ainda serem enganadas, principalmente na conferência do valor entregue pelos compradores, dado o facto de no geral as mulheres apresentarem baixo nível de escolaridade.

Esta diferenciação de papéis entre a mulher e o homem no processo de venda, define as suas posições sociais na prática desta actividade. Tendo em conta que as posições sociais são importantes na organização e funcionamento do sistema, por constituírem um conjunto de direitos e deveres dos indivíduos dentro da sua estrutura social. Este conjunto de posições pode resultar numa hierarquia onde alguns tem mais poder que os outros, dando origem a uma estrutura vertical (Abrantes e Katúma, 2014). Por outro lado, como Frydenberg (1991) refere, há uma relação entre os diferentes tipos de resposta ao stress com os processos de socialização e que estes por sua vez estão ligados aos estereótipos de género.

A venda de animais além dos ganhos monetários para a satisfação das necessidades básicas das famílias, tem também uma contribuição significativa nas estratégias de mitigação do défice alimentar principalmente em épocas de muita escassez. Para o caso de venda de animais já esfolados, as famílias aproveitam a pele do animal, pondo a secar e, nos momentos difíceis esta é fervida até que a água tome o sabor da carne, usando o molho como caril. Esta mesma pele pode ser usada várias vezes, até que esta não mais consiga passar o sabor para água durante a fervura.

Pela elevada importância que a venda de animais tem demonstrado na sobrevivência das comunidades do PNL, a Administração do PNL, através do seu sector de meios de vida fez saber durante a pesquisa que no âmbito da sua estratégia de melhoramento e ampliação dos meios de vida, será feito o melhoramento e aumento da espécie de gado com recurso a inseminação artificial e, este processo irá abranger todas comunidades. Estas alternativas foram apresentadas num estudo realizado há mais de três anos, mas até ao fim desta pesquisa, pouco tinha sido feito no que se refere a melhoria da qualidade da espécie de gado.

Importa referir que apesar da venda dos animais ser uma alternativa de sobrevivência, o significado cultural atribuído ao gado bovino tem influenciado na implementação desta estratégia havendo casos de famílias que estão em situação de necessidades básicas extremas, mas com quantias significativas de cabeças de gado em seus curais. O gado bovino tem um simbolismo cultural criado ao longo do tempo, e que se mantém nas diversas condições sociais, portanto, a venda do gado bovino é vista ainda por algumas famílias como sendo destruição da sua cultura.

Outro aspecto observado em relação a venda de animais é o facto de esta actividade estar a impulsionar o aumento da criação, particularmente dos animais de pequeno porte. De acordo com os envolvidos na pesquisa em particular mulheres, a aposta nos animais de pequeno porte se deve ao facto de estes serem de fácil gestão contrariamente ao gado bovino e também pelo facto de a sua aquisição ser relativamente mais fácil pois envolve valores monetários mais baixos.

#### 4.1.3. Prática do Comércio Informal

O comércio informal é aquele cuja realização é feita à margem das normas estatais que regulam a actividade comercial, e até mesmo quando é realizada em oposição as normas estabelecidas (Soto,1994). Há essencialmente dois tipos de comércio informal: O comércio realizado na rua (ambulante) e o comércio que se efectua nos mercados. A venda ambulante é a que mais se observa nas comunidades do PNL. Antes da criação do PNL o comércio informal era praticado nas vilas, no entanto, com a criação do PNL, embora não em grande escala já é observada a prática desta actividade fora das sedes distritais.

A prática do comércio informal, mostra-se crescente na área de estudo, aparecendo como uma forma de compensar a limitação da prática de outras actividades económicas. A comunidade de Bingo teve um crescimento de cerca de 10%, Machaule cerca de 8% e Massingir-velho em 17%, comparando o antes e depois da criação do PNL.

*Quadro 15: Famílias que desenvolvem o comércio informal*

Comunidades	n	% Famílias envolvidas no comércio informal Antes do PNL	% Famílias envolvidas no comércio informal depois do PNL
Bingo	49	14,29	24,49
Machaule	25	20	28
Massingir-velho	65	20	36,92

Estes resultados, demonstram que a prática desta actividade é mais frequente na zona de reassentamento, o que é explicado pelo facto de a limitação dos meios de sobrevivência ser mais acentuada nas comunidades reassentadas. Por outro lado, o facto de nas zonas de reassentamento as famílias estarem mais próximas umas das outras, facilita o acesso pelos vendedores ambulantes. Importa referir que há dois grupos de ambulantes os residentes nas comunidades em estudo e outros provenientes da vila sede do distrito de Massingir.

Uma das actividades que se notabiliza no comércio informal em Massingir-velho é a produção e venda do carvão que é praticada quase que na integra pelas mulheres, isto se explica pelo facto de o comércio informal para os homens ser uma alternativa à falta de um trabalho formal, resultando no maior domínio deste mercado pelas mulheres das quais a maioria são solteiras, viúvas e ou divorciadas (Maposse, 2011).

A produção do carvão é feita depois de todos afazeres domésticos, normalmente na segunda metade do dia, e as mulheres só regressam à casa pela noite. Logo nas primeiras horas devem se dedicar a outros deveres domésticos e não só que incluem, machamba, confeccionamento dos alimentos e cuidar dos filhos menores. Este cenário afecta a rotina diária das mulheres, colocando-as numa situação de maior esforço e menos tempo para o descanso.

Depois da produção, o carvão é vendido localmente, e em casos de maior produção é levado para a estrada principal que dá acesso a vila-sede do distrito de Massingir. Cada saco de pouco mais de 50 quilos, custa entre 300 e 350 meticais. De acordo com as mulheres que praticam esta actividade, é um trabalho bastante pesado, mas tem algum rendimento que ajuda na melhoria das condições de vida das suas famílias. Diferentemente dos outros produtos do comercio informal em Massingir-velho, a venda do carvão não é ambulante, esta acontece nas residências dos produtores do carvão.

Além do carvão, as mulheres também se dedicam a venda de produtos alimentares e roupas. Há casos de algumas mulheres que desenvolvem a venda informal fora do parque, sendo que a África do Sul tem se mostrado o mercado preferencial, dada a sua aproximação com o PNL (Província Limpopo), bem como pela isenção de taxas ao comercio informal, contrariamente ao que acontece em Moçambique. Há também a referir o facto de geralmente o Rand (moeda sul-africana) ser uma moeda com mais valor económico (mais apreciável) comparativamente ao metical (moeda moçambicana), mesmo com pagamento de transporte para a sua movimentação do PNL para a África do Sul, e em alguns casos hospedagem, continua sendo uma actividade rentável.

Nas palavras de uma das mulheres que desenvolve o comércio informal na África do Sul: “eu compro capulanas em Maputo e Chokwé a 150 meticais e vendo na África do Sul a 130 Randes que corresponde a pouco mais de 580 meticais. No entanto, quando faço a venda aqui em Massingir consigo no máximo 250 meticais por capulana” (membro da plataforma da sociedade civil de Massingir).

A prática do comércio informal está a contribuir para uma modificação na estrutura e funções das famílias do PNL, pois a mulher não somente se dedica ao cuidado dos filhos

e das obrigações domésticas, como também contribui para o rendimento familiar, permitindo que a família como uma unidade de consumo disponha de mais uma fonte de rendimento, aumentando a capacidade de resposta às necessidades básicas das famílias.

Apesar de o comércio informal no PNL ser dominado por mulheres, também encontramos jovens do sexo masculino que se dedicam a esta actividade. Para este grupo, os discos de música e telemóveis são os principais produtos de negócio.

#### **4.1.4. Trabalho Sazonal fora do Parque**

A migração no contexto da Resiliência aparece como resultado do insucesso das medidas de adaptação que permitem a permanência no local (Silva, 2014). Para o caso do PNL, de acordo com os entrevistados, a migração é feita em busca de meios de sobrevivência, dadas as reduzidas condições de adaptabilidade disponíveis no local de residência. A procura de oportunidades de emprego fora do parque tem sido uma das alternativas das comunidades na garantia das condições básicas de sobrevivência, devido a limitação do acesso aos recursos, como resultado das dinâmicas do parque. Neste contexto, a África do Sul, tem sido um dos principais destinos, dada sua proximidade com o PNL. De referir que o surgimento do COVID 19, afectou significativamente a possibilidade de trabalho na África do Sul, seja sazonal ou permanente, como visto no quadro 4, onde 2020 foi o ano que menos moçambicanos trabalhadores das minas registou.

A emigração para o PNL é caracterizada por trabalhos sazonais com a duração de 3 a 6 meses e também por contratos mais longos. A Província de Limpopo (África do Sul) tem sido o maior destino das comunidades do PNL para o trabalho sazonal enquanto para os contratos mais longos os destinos são diversificados, sendo essencialmente as zonas mineiras. Para os trabalhadores sazonais, dentre as actividades desenvolvidas o destaque vai para a plantação e colheita de laranjas, limão, tomate e banana ao passo que os contratos longos são na sua maioria caracterizados pelo trabalho nas minas. A adaptação dos emigrantes a estes trabalhos é relativamente fácil pois a agricultura constitui uma das principais actividades para as famílias residentes no PNL, deferindo na tecnologia usada. Por outro lado, a língua e as tradições parecidas, entre o PNL e a Província de Limpopo, igualmente facilitam a inserção dos emigrantes moçambicanos na África do Sul.

A oportunidade de trabalho sazonal e/ou desenvolvimento do comércio informal na África do Sul, embora seja temporária, tem muita contribuição na capacidade das famílias de responderem positivamente aos desafios impostos pela criação do PNL, entretanto, não se mostra uma alternativa sustentável pois em termos de criação de novas capacidades ou

habilidades é quase que inexistente. De acordo com os nossos entrevistados apenas uma minoria adquire novas habilidades como por exemplo condutor de máquinas usadas na prática da agricultura. No entanto, para que isto aconteça a pessoa deve possuir uma carta de condução, condição esta que não é facilmente satisfeita pela maioria dos jovens oriundos dos distritos do Parque Nacional de Limpopo, dadas limitadas oportunidades de geração de renda que esta zona apresenta. Para o caso dos que adquirem alguma habilidade nova, a sua operacionalização nas suas zonas de origem acarreta custos elevados.

Embora o trabalho sazonal disponível na Província do Limpopo seja precário, o reduzido nível de escolaridade, associado a falta de oportunidades nos distritos do PNL, faz com que os homens do PNL continuem buscando este tipo de trabalho, por forma a satisfazer o papel da família enquanto uma instituição económica, que tem a responsabilidade de assegurar a sobrevivência dos seus membros.

No contexto da migração, o PNL funciona como um factor de repulsa, pois devido a falta de condições de permanência, obriga os seus habitantes em particular os homens a migrarem. A África do Sul é um factor de atracção dadas oportunidades de trabalho que este país oferece. Este modelo de migração observado no PNL é de acordo com a classificação de Giddens (2013), o modelo de trabalhadores convidados, onde os trabalhadores são aceites no País de destino por um período de tempo limitado, para suprir as necessidades do mercado no país de origem, sem direito a cidadania mesmo em casos de períodos longos de permanência.

Em termos salariais, com base na teoria do mercado dual, os trabalhadores menos qualificados fazem parte do mercado secundário que é caracterizado por baixos salários. A contratação da mão de obra estrangeira menos qualificada é uma estratégia do empreendedorismo capitalista para a maximização do lucro (Wetimane, 2012). Nesta senda, os trabalhadores provenientes do PNL, embora alguns apresentem competências profissionais, o facto de possuírem baixo nível de escolaridade faz com que estes auferam baixos salários.

#### **4.1.5. Consumo de Frutas Silvestres**

De acordo com os dados do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN, 2015) a Província de Gaza em determinadas épocas do ano chega a ser a Província com maior número de pessoas numa situação de insegurança alimentar e nutricional aguda. Por exemplo no primeiro trimestre de 2015 esta Província tinha pouco mais de 71,000 pessoas em insegurança alimentar e nutricional (taxa mais alta a nível

nacional) por conta da escassez da chuva. Ainda de acordo com o SETSAN (2015) como estratégia de mitigação do impacto do déficit alimentar resultante da estiagem, a Província de Gaza, onde se situa o PNL é a que mais consumo de frutas silvestres apresenta.

A fraca produção agrícola devido a irregularidade da precipitação, associada a destruição das culturas faz com que as comunidades tenham de encontrar algumas alternativas para sua alimentação, tal é o caso do consumo de frutas silvestres. No entanto, o acesso a estes produtos silvestres é também bastante limitado, dado facto de estes estarem localizados na mata, onde o acesso não é livre, estando sob controlo da fiscalização do parque. Mais uma vez as questões de género aparecem aqui como uma limitação, pois os homens têm mais dificuldades em aceder a estes produtos visto que a sua circulação na mata é associada a prática da caça furtiva.

*Figura 18: Frutas silvestres consumidos no PNL (Vuhlarhu)*



Fonte: Autora, 2019, comunidade de Bingo

#### **4.1.6. Estratégias de mitigação da limitação do acesso as Plantas Medicinais no Parque**

As plantas medicinais têm grande valor para a vida das comunidades do PNL. Porém, como referido anteriormente a transformação desta área em zona de protecção limitou o acesso

pelas comunidades a estas plantas, afectando os diferentes usos que vão desde o tratamento de doenças, proteção ao perigo dos animais selvagens através de um processo denominado “vacinação”, identificação de locais considerados perigosos e ainda na realização de cerimónias de purificação e protecção do Homem vivo. Por forma a mitigar os efeitos desta limitação do acesso às plantas medicinais, algumas famílias recorrem ao plantio nos quintais de algumas plantas que consideram de uso múltiplo como visualizado na figura 16.

*Figura 19: Plantio de Plantas medicinais nos quintais*



Fonte: Autora, Setembro 2019

Para o caso das comunidades residentes no interior do parque, o recurso a comunidades da zona tampão tem sido uma das estratégias, porém esta representa custos monetários elevados para os praticantes da medicina tradicional. Citando uma das usuárias da medicina tradicional da comunidade de Bingo (Curandeira) “para tirar raízes de uma planta que eu precisava em Ngulele, disseram me que devia pagar 2,500.00 MT e eu não tinha esse dinheiro, por isso não tive acesso a planta que necessitava”.

Alguns médicos tradicionais dizem recorrer a África do Sul para a obtenção de algumas plantas, no entanto, esta opção é mais cara pois necessitam de transporte o que torna esta alternativa pouco viável sendo apenas usada quando combinada com outros propósitos

tal é o caso de visita à familiares que fixaram residência na África do Sul como resultado da guerra civil entre a RENAMO e o Governo de Moçambique.

Uma outra estratégia usada pelas comunidades do interior assim como as da zona tampão, principalmente mulheres é buscar as plantas no interior do parque, mesmo, com receio dos animais e também aos vários questionamentos da fiscalização do parque. O acesso as plantas medicinais no interior do parque, para o caso dos homens é autorizado mediante a apresentação à fiscalização do PNL de algum documento que autoriza e certifica que apenas necessita de plantas medicinais. Porém, as comunidades não têm clareza de quem deve passar esta autorização, alguns se referem ao facto de ser um processo bastante burocrático e moroso quando estes estão com necessidades urgentes por resolver, não permitindo o seguimento de todos passos necessários para a devida aprovação.

As comunidades do PNL tinham na medicina tradicional a sua fonte para o tratamento de várias doenças. No entanto, com limitado acesso das plantas medicinais os custos dos serviços dos médicos tradicionais ficaram insustentáveis e como estratégia, algumas famílias recorrem à medicina moderna para o tratamento das enfermidades. Porém se referem à existência de determinadas doenças que na sua perspectiva a medicina moderna não cura somente “adormece” é o caso da chamada doença da lua.

#### **4.1.7. Alternativa à limitação do acesso aos locais sagrados**

A grande limitação em relação a prática tradicional refere-se a redução da possibilidade de interação das comunidades com os seu mundo espiritual, devido a falta ou restrição do acesso aos locais considerados sagrados (campas). Esta separação resulta num desequilíbrio do sistema humano. Para o restabelecimento do equilíbrio as famílias recorrem a identificação dentro do quintal, de uma zona que passa a ser designada por “local sagrado”, de preferência por baixo de uma árvore, pois como refere Domingos (2011), para o Homem africano o local de devoção dos antepassados deve incluir vegetação, visto que esta simboliza o princípio da vida. Uma vez identificado o local, com ajuda de um curandeiro é feita a cerimónia de transferência dos espíritos dos antepassados para este local, e é restabelecida a harmonia entre o mundo dos vivos e dos que partiram, restituindo o sentimento de proteção por parte das famílias.

Importa referir que esta estratégia de criação de locais sagrados nos locais de residência é pouco observada em Massingir-velho, por duas razões a crença de que os antepassados não têm poder nesta zona, visto que não é a terra de origem e também o facto de nesta zona de reassentamento a maioria das famílias não terem árvores nos seus quintais,

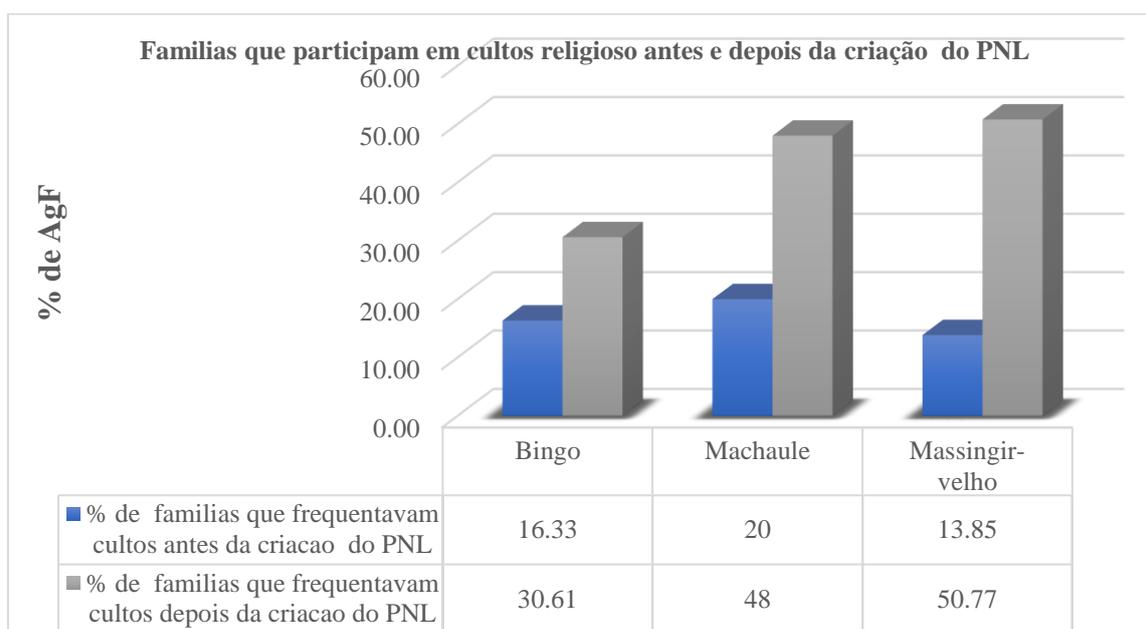
que são os locais preferenciais para a devoção dos antepassados. Por conta desta limitação, a maioria das famílias da comunidade de Massingir recorre aos cultos religiosos, tendo sido transformadas algumas casas em locais de culto. Observa-se ainda em Massingir algumas famílias que apesar dos desafios de acesso ao interior do parque continuam fazendo as suas cerimónias nas campas deixadas no interior do parque.

#### 4.1.8. Os Cultos religiosos como uma estratégia de adaptação emocional

A dificuldade das famílias em interagir com os seus antepassados fez com que o número de famílias que recorre à devoção dos antepassados para a sua protecção e pedido de bênção reduzisse e encontrasse na fé em DEUS a sua protecção, se juntando deste modo a uma Religião que é caracterizada por ritos, rituais, regras e regulações que permitem ao individuo relacional a sua existência com Deus ou Deuses.

A religião é uma componente fundamental da cultura e funciona como um regulador social, desempenhando um papel social e psicológico. No seu papel psicológico, auxilia o Homem na explicação dos fenómenos que não podem ser verificados experimentalmente enquanto no seu papel social é responsável pela socialização e funciona como regulador social (Dias, 2010). É nesta busca de conforto social e psicológico que se observa um aumento de famílias que aderiram a religião após a criação do PNL (dada a limitação do acesso aos locais para a devoção dos seus antepassados e também na busca de conforto espiritual) acreditando que a sua protecção passa a ser baseada na fé em Deus.

Gráfico 7: Participação em cultos religiosos antes e depois do PNL



No geral, observa-se um aumento de famílias que recorrem aos cultos religiosos com a criação do PNL. Na comunidade de Bingo, o número de agregados familiares que participa dos cultos religiosos aumentou em cerca de 14%, Machaule em 28% e Massingir velho em cerca de 37%. Outro fenómeno também observado nestas comunidades é a existência de famílias que participam em cultos religioso e também realizam cerimónias tradicionais de devoção dos seus antepassados, para estas a explicação é que tanto em Deus assim como nos seus antepassados estão a busca de protecção na voz de uma das entrevistadas no meio de risos ela disse “..Deus e os antepassados devem se ajudar, por isso eu faço as cerimonias tradicionais e também vou a igreja pois lá tenho a protecção de Deus, o que eu quero é que a vida corra bem e para que isso aconteça não posso me dissociar das nossas práticas tradicionais.”(Comunidade de Bingo, 2019).

Apesar dos dados mostrarem uma tendência de aderência à seitas religiosas, nota - se ainda por parte de algumas famílias o receio de se dissociar daquilo que são as suas práticas culturais, continuando a se expor ao risco dos animais selvagens no interior do parque para aceder as campas dos seus antepassados.

As igrejas Zione, 12 Apóstolos e Assembleia de Deus são as mais frequentadas na área de estudo. Esta constatação está alinhada com os dados do Censo 2017 que demonstram um aumento de crentes para a igreja Zione em cerca de 21%, comparando os dados do Censo 2007 e 2017 (quadro 14). Ainda de acordo com os dados do Censo, a igreja Zione é a que mais crentes absorve, com aproximadamente 40% de todos crentes existentes ao nível da Província de Gaza.

*Quadro 16: Crentes por tipo de seita religiosa*

Tipo de religião	% da população que frequenta Censo 2007	% da população que frequenta Censo 2017
Zione	30.9	39.5
Evangélica (inclui Assembleia e 12 Apostolo)	3.7	15.3

Fonte: Censo, 2007 e 2017

A preferência pela igreja Zione, deve-se ao carácter profético e de exorcização, de espíritos malignos e ainda pelo facto de a sua actuação não ser muito diferente da medicina tradicional (prática habitual destas comunidades). Tal como os curandeiros, a igreja Zione também recorre a ervas, óleos para o tratamento de várias enfermidades e ainda pelo facto de ter a capacidade de curar as consideradas doenças espirituais. Estes elementos

consubstanciam as palavras Yinger (1970) ao afirmar que a religião é representada por um sistema de crenças e práticas pelos quais as pessoas lutam com os problemas da vida.

A religião, serve também como uma alternativa para o uso da medicina tradicional, dado facto de como referido anteriormente, este serviço ter se tornando muito caro como resultado do reduzido acesso às plantas medicinais (usadas para o tratamento de doenças e realização de cerimónias tradicionais) os praticantes da medicina tradicional terem aumentado os custos pelos seus serviços, chegando a atingir 2,500 meticais, tornando o uso destes serviços insustentável para as comunidades.

A religiosidade aparece para as comunidades do PNL como uma estratégia emocional, onde elas buscam o seu amparo, e é graças a crença em Deus que elas se sentem mais fortes para lidar com a adversidade, portanto, para estas comunidades Deus é o ópio necessário para que consigam enfrentar os seus problemas, pois, no entender destas os cultos religiosos tornam o espírito mais forte para lidar com as adversidades. Este sentimento das comunidades em relação aos cultos religiosos está alinhado com a ideia de Ferreira (2012) ao afirmar que a religião funciona como uma estratégia cognitiva, comportamental e espiritual, onde se atribui a Deus o aparecimento e a solução dos problemas. Sendo a religião parte do sistema de crenças ela se torna uma poderosa força na construção da Resiliência, como abordou Wash (2005).

#### **4.1.9. Criação de Novas Redes Sociais**

Como referido na discussão do conceito de resiliência no capítulo 1, a sua ocorrência é condicionada pelas redes de interação entre o sujeito e o ambiente em volta. No entanto, como parte das mudanças ocorridas na estrutura social das comunidades do PNL, a movimentação das comunidades do interior do parque para os locais de reassentamentos fez com que as comunidades reassentadas perdessem ou enfraquecessem parte das suas redes de apoio.

Como forma de mitigar este défice de redes, as famílias desenvolveram novas redes, que são na sua maioria organizações<sup>32</sup>, referimo-nos aos núcleos religiosos e aos grupos de interesse, tal é o caso de grupos de poupança, grupos de corte e costura, grupos de processamento de produtos locais para a produção de jam, mel e óleos cosméticos, criados com apoio de organizações da sociedade civil. Estes dados são visíveis no quadro 15, onde

---

<sup>32</sup> Organizações são grupos de pessoas que participam em acções concertadas para alcançar um objectivo comum (Abrantes e Katumua, 2014)

nota-se um aumento do número de chefes de família que se juntou a estas formas de organização.

Quadro 17: Total de chefes de família que fazem parte de alguma organização ou associação

Comunidades	n	Faz parte de alguma organização (Associação, grupo de poupança, grupos da igreja)			
		Antes do PNL		Depois do PNL	
		Sim	Não	Sim	Não
Bingo	49	14	35	33	16
Mahaule	25	8	17	15	20
Massingir-velho	65	24	41	43	22

Estes dados demonstram que com a criação do PNL há um aumento de famílias que aderiram a alguma organização ou associação, como parte de busca de suporte seja ele económico, social e ou emocional. Na comunidade de Bingo, há um aumento na ordem dos 39%; Machaule em cerca de 28% e Massingir-velho em aproximadamente 29%.

As redes criadas pelas comunidades fazem parte das categorias *Bonding e Bridging*, visto que estas se desenvolvem tanto com pessoas com uma ligação emocional próxima bem como redes resultantes de relações mais distantes. Nota-se nestas comunidades que a ligação entre a comunidade e as estruturas governamentais é muito fraca dada falta de confiança entre estas comunidades e governo.

A confiança e as redes sociais têm em vista aumentar a capacidade de influência do grupo para a concretização dos objectivos comuns. Esta força colectiva faz parte da estrutura social que é um dos activos mais importantes para a criação da capacidade de lidar com o ambiente transformado.

A resposta das comunidades do PNL às mudanças impostas por esta área de conservação vem a confirmar os modelos sistémicos de Homans (1950), Buckley (1971) e Luhman (1997) segundo os quais, após perturbação, os sistemas tendem a restabelecer a sua estrutura e funcionamento. E, como Colapinto e Minuchi (1998) referem, este restabelecimento dos sistemas passa pela identificação de estratégias de mitigação dos efeitos adversos da perturbação externa. No entanto, as estratégias de *coping* não podem ser consideradas boas ou más, pois a sua eficácia depende do resultado obtido na operacionalização da estratégia. Portanto, as estratégias de adaptação por si não constituem um pressuposto para a ocorrência da Resiliência, mas sim estas participam do processo da Resiliência, que é complexo e cuja concretização depende do resultado da estratégia

adoptada para fazer face às mudanças ou alterações adversas na estrutura e funcionamento dos sistemas (Shumba, 2012; Igreja, 2012).

Neste contexto, as estratégias de *coping* ou de ajustamento estão vinculadas às respostas a uma determinada situação, caracterizando a forma como o indivíduo ou grupo vai agir ou agiu para enfrentar a situação adversa num determinado momento, enquanto a Resiliência é caracterizada pelo uso destas estratégias para uma adaptação positiva ao meio ambiente adverso (Anaut, 2005).

As estratégias de adaptação desenvolvidas pelas comunidades do PNL são mais de confronto directo dos problemas resultantes da alteração do meio, e como Pesce *et al* (2004) referem, as pessoas resilientes tendem a usar estratégias de afrontamento do problema e pouco as estratégias evitantes, sendo que o suporte social desempenha um papel importante para o desenvolvimento deste tipo de estratégias.

#### **4.2. Análise dos Indicadores da Resiliência Comunitária no PNL**

A partir das observações do campo, associado a revisão teórica feita foram definidos padrões ou parâmetros que ajudam a definição da ocorrência da Resiliência no PNL. O sistema de crenças, a capacidade produtiva (autossustento, e a disponibilidade de recursos), as Redes de Apoio, Coesão Social e o Sistema de Governação são as dimensões consideradas. Cada um destes padrões é caracterizado por atributos que desenvolvem relações positivas ou negativas com as dimensões que caracterizam a Resiliência. A tabela 9 faz uma análise com base nos dados do campo, da tendência de cada um dos atributos no concernente à sua contribuição para a ocorrência da Resiliência.

Quadro 18: Análise dos parâmetros de Resiliência das comunidades do PNL

Dimensão/variáveis	Atributos	Avaliação dos parâmetros	
		Positivo	Negativo
Sistema de crenças	Participação em rituais	✓	
	Uso de símbolos de proteção	✓	
	Uso da religiosidade	✓	
	Comunicação com o mundo invisível/ancestrais	✓	
	Existência de espaços sagrados	✓	
Produtiva (Disponibilidade de Recursos)	Existência de alternativas de sobrevivência	✓	
	Aceitação do uso de meios de sobrevivência alternativos	✓	
	Habilidade no uso de recurso disponíveis para a definição de estratégias	✓	
	Disponibilidade de serviços básicos	✓	
	Uso do conhecimento local	✓	
	Relação de confiança com os diferentes actores		✓
Sistema de Governança	Participação na elaboração de políticas locais		✓
	Envolvimento das comunidades na tomada de decisão		✓
	Habilidades da comunidade na apresentação das suas reclamações	✓	
Coesão Social	Participação colectiva da família na identificação de estratégias de sobrevivência	✓	
	Presença de redes de apoio	✓	

A dimensão do sistema de crenças, a dimensão produtiva e a coesão social apresentam uma relação positiva, pois os seus critérios favorecem à ocorrência da resiliência. Apesar das inúmeras mudanças havidas nestas dimensões com a criação do PNL, as comunidades encontraram alternativas para garantir a continuidade do funcionamento da sua estrutura. A dimensão do sistema de governança tem uma contribuição negativa dado facto de a maioria dos atributos desta dimensão analisados não favorecerem a ocorrência da resiliência. Nota-se ainda um fraco envolvimento e participação das comunidades, principalmente no que se refere à tomada de decisão. O único atributo que tem uma relação positiva nesta dimensão é a capacidade das comunidades de apresentação das suas preocupações, porém, esta capacidade foi desenvolvida com apoio das organizações da sociedade civil, como detalhado no capítulo 5 desta tese.

Apesar de atributos negativos no sistema de Governação, no geral a análise das quatro dimensões demonstra uma coexistência dos factores que caracterizam cada uma das dimensões, permitindo a ocorrência de um equilíbrio entre as várias dimensões, favorecendo deste modo a ocorrência da Resiliência comunitária no Parque Nacional de Limpopo. De facto, as comunidades do Parque Nacional de Limpopo identificaram estratégias que asseguram o funcionamento da sua estrutura social, confirmando o pressuposto da teoria geral dos sistemas ao se referir a capacidade dos sistemas de restabelecerem o seu funcionamento após uma ocorrência adversa.



## **CAPÍTULO V: FACTORES QUE INFLUÊNCIAM A RESILIÊNCIA DAS COMUNIDADES NO PARQUE NACIONAL DE LIMPOPO**

### **5.1. Contexto**

Este capítulo analisa os factores de risco e de protecção que afectam a capacidade de adaptação das comunidades às mudanças resultantes da criação do Parque Nacional de Limpopo e a sua transformação em Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo. O capítulo parte da conjectura de que a capacidade de Resiliência do individuo e/ou grupo é influenciada por determinados factores, sendo que dependendo do quadro de condições existentes, estes podem servir de catalisadores ou inibidores da capacidade de Resiliência das comunidades.

### **5.2. Factores que Influenciam a Capacidade de Resiliência das Comunidades do PNL**

A capacidade de Resiliência das comunidades do PNL é influenciada por factores, de natureza interna tais como o género, características da personalidade e outros condicionalismos genéticos. Os factores de natureza externa incluem as interações socioeconómica e cultural e as redes sociais. Neste contexto, a análise da Resiliência das comunidades do PNL passa pela compreensão da influência destes factores sobre a capacidade de adaptação destas comunidades.

Fazem parte dos factores de protecção à Resiliência das comunidades do PNL quatro principais factores: i) o apoio das organizações da sociedade civil às comunidades do PNL, ii) a oportunidade de trabalho na África do Sul, iii) a flexibilidade da estrutura social das famílias e, iv) a existência de alguns benefícios para as comunidades resultantes dos ganhos do parque.

Em paralelo aos factores de protecção, existem factores de risco que afectam a Resiliência comunitária no PNL, designadamente: iv) o baixo nível de escolaridade dos membros da comunidade, v) questões de género; vi) a falta de oportunidades de emprego dentro do Parque, vii) a fraca colaboração da administração do parque na resolução dos problemas da comunidade, viii) o arrastamento do processo de reassentamento, viv) a existência de fenómenos naturais extremos como a seca, cheias; x) existência de pragas e a fraca comunicação entre a gestão do PNL e as comunidades.

## **5.2.1. Factores de Protecção à Resiliência Comunitária no Parque Nacional de Limpopo**

Os factores de protecção modificam a reacção dos factores considerados de risco à capacidade de Resiliência. Estes podem ser agrupados em três categorias, nomeadamente: os atributos pessoais (autoestima e fé), a Coesão familiar; e as Redes de apoio social existentes.

### **5.2.1.1. Atributos Pessoais**

No que tange aos atributos pessoais, nota-se a influência da autoestima e da fé. Com base na análise destes dois atributos foi percebida a existência nas comunidades do PNL de dois grupos, nomeadamente os que apesar dos desafios se mostram perseverantes e com força de encontrar estratégias para a sua sobrevivência. Este grupo é caracterizado por um sentido de humor e boa disposição. Nas palavras de uma das mulheres residentes na comunidade de Massingir-velho:

..... a situação está difícil, mas ficar de braços cruzados é pior, estamos a lutar. Eu por exemplo tenho que queimar carvão e levar à vila para vender e garantir o sustento da minha família, é uma tarefa pesada, mas tenho que fazer, o meu marido já não aguenta, eu e os meus filhos temos que garantir o sustento da família. Outras mulheres daqui também fazem a mesma coisa (Massingir-velho, 2019).

Em paralelo a este grupo, existem outras pessoas da comunidade que se mostram mais resignadas em relação a capacidade do restabelecimento do equilíbrio das suas famílias, se referindo a falta de alternativas para se reerguerem, “não faço nada dependendo da ajuda da minha família” Comunidade de Massingir-velho, 2019.

Outro atributo que caracteriza as comunidades do PNL é a fé em Deus e aos antepassados principalmente em relação a queda da chuva para a melhoria da produção e protecção. Esta fé está presente nas conversas com os nossos entrevistados “Agora está tudo seco, mas estamos a limpar os campos, pois acreditamos que Deus vai escutar as nossas orações e vai mandar a chuva, vamos produzir e também nos vai proteger destes animais do parque”, referiu um membro do Comité de aldeia, na comunidade de Bingo”. Com estes depoimentos, nota-se o impacto da função psicológica da religião, que para o caso das comunidades do PNL está a ter uma grande contribuição na continuidade, mesmo perante vários desafios, facto que é crucial para a criação da Resiliência.

Além dos atributos pessoais, a Resiliência é caracterizada pelo equilíbrio no seio das famílias, que de acordo com o modelo de Olson, Portner e Laeve (1979) é composto por três dimensões, nomeadamente, a coesão, a adaptabilidade e a comunicação (Olson, 2000; Olson & Gorall, 2003). Neste modelo, a coesão é vista como sendo o conjunto de laços emocionais que os membros da família desenvolvem entre si enquanto a flexibilidade é definida como sendo a capacidade da família de mudar a sua estrutura de poder, regras e papéis quando confrontada com uma situação de stresse. A comunicação, desempenha um papel de mediador entre as duas primeiras dimensões (Olson e Gorall, 2003).

#### **5.2.1.2. Coesão Familiar nas Comunidades do PNL**

Nesta pesquisa, a família é vista como um sistema social coeso, onde cada membro tem a sua responsabilidade para a restabelecimento do equilíbrio familiar. Assim, as famílias do PNL apresentam alguma independência no desenvolvimento das tarefas que cabem a cada um dos membros, no entanto, para cada membro o principal propósito é dar a sua contribuição para o restabelecimento do equilíbrio familiar. Temos exemplos de situações em que como resultado do reassentamento alguns idosos ficaram separados das suas famílias. Entretanto, mesmo com a distância que lhes separa, os familiares encontraram mecanismos de assegurar o bem-estar destes idosos, facto que revela uma maior proximidade emocional entre os membros das famílias.

Este tipo de coesão é considerado *ligada*, caracterizada por uma maior proximidade emocional entre os membros da família e sustenta a ideia da família como um sistema, pois a perturbação de um dos membros, causa desequilíbrio na família no seu todo e, o restabelecimento deste equilíbrio passa pela contribuição de cada um dos membros. Portanto, cada uma das partes que compõe a família é independente, no entanto, cada um dos membros dá a sua contribuição, como parte do sistema familiar.

#### **5.2.1.3 Flexibilidade e Adaptabilidade da Estrutura Social das Famílias**

A criação do PNL e a sua transformação em PTGL foi acompanhada por mudanças económicas, culturais e sociais no seio das famílias que afectaram os meios de sobrevivência das comunidades. Como forma de responder ao agente stressor<sup>33</sup> (criação do PNL e sua transformação em PTGL), as famílias se viram na necessidade de desenvolver novas

---

<sup>33</sup> Os elementos stressores referem-se às exigências ou ameaças com as quais a família se depara, e que podem provocar mudanças no sistema familiar (Ferreira, 2013)

actividades por forma a garantir o seu sustento, como descrito no capítulo 4. Porém, a criação de novas actividades aumentou a sobreposição de tarefas especialmente para as mulheres, cuja rotina diária já cobria quase que a totalidade do seu tempo disponível. Como forma de minimizar esta sobrecarga, as famílias necessitaram de fazer uma revisão na distribuição de papéis pelos membros dos agregados familiares, onde cada membro assume a sua responsabilidade tendo em conta o objectivo do sistema familiar que é a garantia dos meios de sobrevivência e restabelecimento do equilíbrio familiar das pessoas afectadas pelas dinâmicas do parque.

Para a nova redistribuição de papéis, as mulheres além das actividades que já desenvolviam assumiram novas tarefas, se destacando dentre várias a queima e venda de carvão, fabrico e venda de esteiras e o comércio informal na África do Sul. As crianças do sexo masculino que anteriormente se ocupavam na sua maioria somente pela pastagem, passaram a assumir novas responsabilidades que incluem a busca da água e o confeccionamento dos alimentos em contrapartida, os filhos homens adultos realizam trabalhos sazonais na África do Sul.

A mulher no parque sempre se ocupou pelo cuidado das crianças e pelas actividades domésticas e na prática da agricultura para o consumo. No entanto, actualmente ela tem uma grande contribuição na economia familiar, tarefa outrora assumida pelo homem. Porém, embora a mulher tenha esta nova responsabilidade na economia familiar, o homem continua sendo o principal líder da família, observa-se uma maior flexibilidade nos papéis definidos para os membros das famílias. Para Olson (2000), esta capacidade de flexibilidade e adaptação da estrutura social das famílias pode ser considerada como estruturada, pois o homem continua sendo o principal líder da família, existindo apenas a possibilidade de negociação entre os membros da família no que se refere as suas responsabilidades, os papéis são estáveis, mas não rígidos e as regras firmes, mas passíveis de alteração sempre que se justificar. Para Yunes (2003), esta flexibilidade de ajustamento da estrutura familiar confere uma melhor capacidade de adaptação perante situações adversas.

#### **5.2.4.1. Apoio das Organizações da Sociedade Civil (OSC)**

A presença de organizações da sociedade civil teve o seu início antes da criação do PNL. Um dos marcos da presença das OSC é a introdução do Programa de Repatriamento, Reassentamento e Reintegração de Refugiados Regressados dos países vizinhos (RRR), logo após assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) em 1992. Nessa altura, esta região actualmente designada por PNL contava com a presença Conselho Cristão de Moçambique

(CCM), Federação Mundial Luterana (LWF) e Cáritas Moçambicana, organizações responsáveis pela implementação deste programa. O RRR tinha um mandato de quatro (4) anos e atendia pessoas que haviam se refugiado nos países vizinhos, sobretudo a África do Sul e o Zimbábwe.

Para além do repatriamento dos refugiados de guerra, este programa tinha a componente de reconstrução das infraestruturas destruídas pela guerra, com particular enfoque na rede escolar. Com as cheias do ano 2000, as OSC viraram as suas atenções para a reconstrução e manutenção das infraestruturas destruídas por aquele desastre natural. Em 2001, com a criação do PNL as ONGs que estavam no processo de emergência pós cheias, foram convidadas a fazerem parte do processo de consultas comunitárias para estabelecimento do Parque Nacional de Limpopo. Durante as consultas comunitárias havia uma preocupação por parte das OSC em assegurar o bem-estar das comunidades.

Como referido nos capítulos anteriores, a criação do Santuário em Massingir-velho em 2003 e a retirada de parte da rede de vedação que separava as comunidades da zona de maior influência da fauna bravia aumentou o conflito homem-fauna bravia. Esta situação criou revolta por parte das comunidades, dado o facto de esta medida não ter sido abordada durante as consultas comunitárias. Embora insatisfeitas com a retirada da vedação, as comunidades não estavam preparadas para exigir os seus direitos e/ou apresentar as suas inquietações à administração do Parque Nacional de Limpopo.

Na perspectiva de dar resposta às limitações das comunidades em reivindicar seus direitos, as OSC presentes no parque, viraram as suas acções para um apoio permanente às comunidades na defesa dos seus direitos. Neste contexto, o Fórum das Organizações da Sociedade Civil na Província de Gaza (FONGA), passou a incorporar dentro do parque equipas de apoio permanente às comunidades. Em 2014, o FONGA criou uma representação no parque com apoio do Mecanismo de Apoio a Sociedade Civil (MASC) e da Actionaid.

A representação da plataforma da sociedade civil no interior do parque tinha como objectivo acompanhar de perto os desafios enfrentados pelas comunidades e partilhar com o fórum das ONGs ao nível da província de Gaza e outras redes da sociedade civil com intervenção no PNL, para posterior intervenção. O caso recente de intervenção desta representação da sociedade civil no PNL, foi a divulgação das fotos de 60 cabeças de gado mortas pelos leões na comunidade de Mavodze, localizada no interior do parque, facto que despertou interesse a vários intervenientes da sociedade civil, redes de comunicação social, obrigando o Governo representado pela Administração do Parque, a negociar com as comunidades para a devida compensação por estas perdas.

O interesse da sociedade civil moçambicana em preparar as comunidades para a defesa de seus direitos, motivou também a comunidade internacional, tendo desta forma a Catholic Agency For Overseas Development (CAFOD), o Pão para o Mundo e MISEREOR (German Catholic Bishops Organization for Development Cooperation) financiado um consórcio de organizações da sociedade civil Moçambicana, composto pela Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM), Comité Ecuménico Para o Desenvolvimento Social (CEDES) e Conselho Cristão de Moçambique (CCM), para dar continuidade ao apoio das comunidades locais. Este consórcio iniciou as suas intervenções em 2005 com maior enfoque no “Lobby” e Advocacia para que as comunidades fizessem parte dos Conselhos Consultivos onde várias decisões eram tomadas em relação ao futuro das comunidades residentes no parque.

Este consórcio definiu também como prioridade a criação da capacidade ao nível das comunidades para garantia da defesa de seus direitos. O empoderamento das comunidades foi feito com base na capacitação das estruturas locais de representação da comunidade – os comités. Na época, o consórcio iniciou o apoio às comunidades na apresentação das suas inquietações através de cartas abertas à Administração do Parque. Algum impacto desta capacitação já é observado, visto que algumas comunidades elaboraram cartas de protesto às acções da Administração do Parque e/ou violação dos seus direitos, como se resume no quadro abaixo.

Quadro 19: Reclamações apresentadas pelas comunidades à Administração do Parque

Comunidade	Direito exigido a Administração do PNL	Ano	Resultado
Naguene	Exigência da ampliação de casas do tipo 1 atribuídas a comunidade de Nanguene no âmbito do reassentamento	2008	Para todas famílias com casas T1 foi construído um quarto adicional, separado da casa principal. Este Melhoramento foi feito em 2015
Macavene	Reconhecimento de novas aldeias que surgiram devido ao processo de reassentamento.	2015	Macavene foi dividido em duas aldeias, Macavene Tihovene e Macavene Banga
Bingo	Exigência da mudança do local de reassentamento, pois a zona alocada ficava alagada na época chuvosa	2016	Colocação de solos para reduzir o alagamento
Nanguene	Instalação de um sistema de abastecimento de água na comunidade a partir da comunidade hospedeira (Chinhangane)	2018	Foi feita uma extensão da rede de abastecimento de água a partir da comunidade hospedeira para um fontanário público, na zona de reassentamento da comunidade de Naguene

Fonte: CEDES, 2018

Embora seja notável alguma evolução na capacidade de apresentação das reclamações por parte das comunidades, ainda são observadas algumas lacunas, resultantes em parte da constante movimentação dos membros dos comités para fora do parque, principalmente dos que apresentam alguma experiência na redação de cartas, que é o mecanismo usado para a apresentação das reclamações, facto que fragiliza a organização dos comités. Importa referir que esta mobilidade é resultado da busca de oportunidade de emprego fora do parque, dada a limitação que a área do parque apresenta.

Por outro lado, a reacção da Administração do Parque às preocupações das comunidades tem sido lenta, exigindo uma constante pressão destas, requerendo uma melhor capacidade por parte dos comités. Como forma de suprir as lacunas resultantes da imigração dos membros dos comités, as organizações da sociedade civil têm providenciado capacitações contínuas para os novos membros dos comités.

A transformação do Parque Nacional de Limpopo em Parque transfronteiriço do Grande Limpopo, exigiu igualmente a intervenção das OSC, pois este processo foi acompanhado pelo aumento da população animal para potenciar o turismo nesta zona, resultando no aumento da competição pelos recursos entre homem e a fauna - bravia. Para

colmatar esta situação, o Governo e seus parceiros optaram em reassentar as comunidades que residiam no interior do parque, num total de oito (8).

O processo de reassentamento iniciou em 2001 com a mobilização das comunidades. O programa previa reassentar todas comunidades residentes no interior parque, sendo que a primeira comunidade foi reassentada em 2008 e, passados 11 anos somente quatro (4) comunidades foram reassentadas. A demora no processo de reassentamento resulta da dependência de fundos externos para a sua implementação, e das dificuldades enfrentadas nas negociações com as comunidades, por conta da falta de confiança destas para com a Administração do Parque, entidade que representa o Governo na gestão do parque.

As quatro comunidades reassentadas perderam uma boa parte dos seus meios de sobrevivência, ficando numa situação de maior vulnerabilidade em relação a satisfação de necessidades básicas. Na perspectiva de mitigar a vulnerabilidade das comunidades, a sociedade civil apoiou na capacitação de membros das comunidades em habilidades para a vida. Neste contexto, foram criados grupos de interesse nos distritos que fazem parte do PNL (Massingir, Mabalane, Mapai e Chicualacuala), que incluem agroprocessamento, artesanato, apicultura, corte e costura, cerâmica, associações agrícolas, e grupos de crédito e poupança.

Por forma a aproveitar o conhecimento local, as organizações da sociedade civil identificaram e capacitaram algumas pessoas com habilidades para desenvolver determinadas actividades, por exemplo cestaria, corte e costura, e estas por sua vez capacitavam os membros dos grupos de interesse. Para o caso de habilidades não existentes ao nível da comunidade, foram convidados formadores de fora do parque e/ou em alguns casos seleccionados membros da comunidade para se deslocarem a outros distritos para aprenderem com outras comunidades. Para esta componente, as OSC disponibilizaram todo material necessário para o arranque das actividades e fizeram o pagamento de formadores contratados.

Os produtos resultantes das actividades dos grupos de interesse são vendidos no local de produção e também nas feiras promovidas pelos Serviços Distritais das Actividades Económicas. O lucro da venda dos produtos é distribuído pelos membros dos grupos de interesse. Ainda como parte de apoio às comunidades na venda dos seus produtos, as organizações da sociedade civil apoiam as comunidades na assinatura de memorandos com o sector privado para a colocação da sua produção nos estabelecimentos comerciais disponíveis nestes Distritos.

Figura 20: Alguns Produtos dos grupos de interesse no PNL



Tijolo Grupo de Cerâmica Manhiça

Mel dos apicultores do PNL

Grupo de artesanato de Tchove

Fonte: CEDES, 2019

A criação de habilidades para a vida, através dos grupos de interesse contribuiu para a melhoria das condições de vida das comunidades. Na voz de uma das participantes dos grupos de interesse, da comunidade de Bingo e beneficiária destas formações em actividades de geração de renda “consigo vender esteiras, e o valor obtido dessa venda ajuda nas despesas da casa e ainda com estes valores consegui comprar porcos para criação”. De acordo com os membros da comunidade do PNL envolvidas na pesquisa, a criação de animais faz parte da cultura, para estas comunidades, possuir animais dá lhes uma posição de prestígio ao nível da comunidade pois é sinónimo de riqueza, por outro lado, como referido no capítulo 4 desta tese, a venda de animais domésticos constitui uma actividade alternativa para a garantia da sobrevivência das comunidades em virtude da limitação de acesso aos recursos naturais.

Ainda como parte da mitigação da vulnerabilidade das famílias, as organizações da sociedade civil incentivaram a comunidade a criar grupos de crédito e poupança. Estes grupos são na sua maioria compostos por mulheres, com um máximo de 30 participantes. Numa regularidade mensal os grupos se encontram para proceder a poupança, cada grupo define o valor mínimo a poupar e, para maior segurança, os valores são colocados num cofre que possui entre dois a três cadeados, sendo que as chaves são distribuídas por 2 ou 3 membros do grupo. O membro do grupo que tem na posse o cofre não possui acesso as chaves. Estes grupos chegam a acumular num único encontro cerca de 30,000.00 Meticais. Estes montantes trouxeram consigo uma nova necessidade, a abertura de conta bancária e uma vez mais as organizações da sociedade civil apoiaram nesse processo.

Nos grupos de crédito e poupança, os participantes têm a possibilidade de fazer empréstimos, usando os valores para a realização de pequenos negócios, com a perspectiva de melhorar as condições das suas famílias. Citando uma das participantes do grupo de poupança: “eu abri um pequeno negócio, compro capulanas em Maputo e vou vender na África do Sul e também no fim do ano nós dividimos os juros dos empréstimos feitos pelos membros ao longo do ciclo de poupança e aí cada um faz o que pretende”. As poupanças também ajudam na realização de alguns sonhos. Citando uma outra participante do mesmo grupo de poupança “eu quando chegar o final de ano vou usar o meu valor para conhecer Maputo pois nunca tive oportunidade de lá ir”.

*Figura 21: Mulheres num grupo de Crédito e Poupança Rotativa*



Fonte: Autora, Setembro, 2019.

### 5.2.4.1. Benefícios de Comunidades Residentes em Áreas de Conservação (20%)

Conforme o estipulado no Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia (Decreto n.º 12/2002, de 6 de junho) no seu artigo 102, 20% das receitas obtidas de exploração dos recursos florestais e faunísticos deve ser canalizado à comunidade local. Os distritos do PNL começaram a usufruir dos 20% desde 2006, como mostra o quadro 16.

Quadro 20: Benefícios recebidos pelas comunidades dos distritos do PNL (20%)

Ano	Massingir	Mabalane	Chicualacuala	Mapai*
2006	230,000.00	230,000.00	230,000.00	
2007	241,000.00	241,000.00	241,000.00	
2008	200,000.00	200,000.00	200,000.00	
2009	312,000.00	312,000.00	312,000.00	
2010	300,000.00	300,000.00	300,000.00	
2011	330,000.00	330,000.00	330,000.00	
2012	330,000.00	330,000.00	330,000.00	
2013	439,312.68	439,312.68	439,312.68	
2014	326,266.00	326,266.00	326,266.00	
2015	380,000.00	380,000.00	380,000.00	
2016	314,000.00	314,000.00	314,000.00	
2017	232,586.70	232,586.70	232,586.70	232,586.70
2018	360,030.00	360,030.00	360,030.00	360,030.00
2019	284,154.26	284,154.26	284,154.26	284,154.26
Total	4,279,349.64	4,279,349.64	4,279,349.64	876,770.96

Fonte CEDES, 2020

\* somente em 2016, através da lei 3/2016 de 6 de Maio é que Mapai, então Posto Administrativo de Chicualacuala foi elevado a categoria de Distrito.

O objectivo dos 20% é o financiamento de projectos comunitários que possam contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades. Porém, ao nível das comunidades a capacidade do desenho destes projectos era ainda muito limitada. As organizações da sociedade civil assumiram a responsabilidade de capacitar os membros dos comités (estruturas que representam os interesses das comunidades na gestão do PNL) no desenho, implementação e monitoria de projectos comunitários. Esta capacitação resultou na elaboração e financiamento de 55 projectos sob a liderança dos comités comunitários.

A comunidade para usufruir deste benefício (20%), se organiza em grupos compostos por 10 elementos e com apoio dos comités locais e ou de professores, elaboram os projectos. Estes são submetidos ao comité distrital para a primeira avaliação e subsequente aprovação pela assembleia geral que conta com a participação dos comités de aldeia, líderes locais e estruturas administrativas locais tal é o caso do chefe do posto e da localidade.

A abordagem usada na implementação dos projectos financiados pelos 20% varia de Distrito para Distrito. Para o caso do Distrito de Massingir o valor alocado a cada projecto é dividido pelos membros do grupo, enquanto Mabalane tem priorizado projectos de implementação conjunta. Estes valores são atribuídos a título de empréstimo, devendo ser devolvidos ao comité local depois de 3 a 5 anos por forma a que outros membros da comunidade se possam beneficiar.

Em relação aos critérios usados para a composição dos grupos e a sequência da atribuição do valor, também não são rígidos, variam de comunidade a comunidade ou de Distrito a Distrito e na sua maioria a decisão é feita pelos líderes locais. A vulnerabilidade à pobreza e a limitada capacidade de busca de trabalho fora do parque tem sido alguns dos critérios usados para os projectos de implementação individual. Relativamente à selecção das pessoas que compõem os grupos, esta é feita com base nas relações de confiança entre os elementos dos grupos.

No Distrito de Massingir os projectos desenhados e aprovados estavam orientados para a compra de cabeças de gado bovino. Estes projectos não se efectivaram pois cada membro recebeu apenas 10,000.00 meticais, valor insuficiente para a compra de uma cabeça de gado. A exiguidade do valor disponibilizado, associado aos elevados níveis de pobreza das comunidades, fizeram com que os beneficiários deste fundo aplicassem estes fundos em outros fins diferentes dos plasmados nos projectos aprovados pela assembleia geral local. Citando uma das beneficiárias dos 20%: “como o dinheiro não chegava para comprar a cabeça de gado, eu liguei energia na minha casa e depois comprei uma cabra que neste momento já tem duas crias”. Alguns membros da comunidade, com recurso a fundos próprios, aumentaram o valor atribuído e conseguiram comprar uma cabeça de gado. Entretanto, devido a estiagem que caracteriza a área de estudo, as cabeças acabaram morrendo.

Este cenário revela não só a limitação do valor como também a não adequação dos projectos à realidade das comunidades, pois as condições actuais existentes no PNL (anos consecutivos de estiagem) não eram favoráveis à projectos relacionados com a criação de gado. É importante observar que apesar de exemplos de fracasso na criação do gado bovino, muitos membros da comunidade continuam considerando a criação de gado como sendo o melhor projecto. Esta situação resulta do facto de historicamente o Distrito de Massingir ter a tradição de criação de gado, havendo por conseguinte experiência acumulada nesta actividade. Por outro lado, isto pode ser interpretado como resistência à mudança, caracterizada essencialmente pelo receio do futuro (Moura, 2002).

Os Distritos de Chicualacuala e Mabalane que também fazem parte do PNL, aplicam os benefícios dos 20% em projectos diferentes da criação de gado. O Distrito de Chicualacuala, investiu os benefícios na área de turismo, mobilando uma estância turística que tinha sido construída por uma organização internacional e cedida à comunidade local. Actualmente, a comunidade representada por uma comissão faz a gestão deste empreendimento turístico, tendo já iniciado o processo de devolução do valor do empréstimo feito. Terminada a devolução, espera-se que possa fazer igualmente contribuição em 20% dos seus rendimentos para o benefício dos outros membros da comunidade.

Estes benefícios poderiam ter uma melhor contribuição para a mitigação do nível de pobreza das comunidades do PNL. No entanto, o tipo de projectos desenhados (na sua maioria criação de gado), só começam a trazer resultados depois de um mínimo de 5 anos, facto que não permite que a curto espaço de tempo possam estes projectos serem uma alternativa para estas comunidades. Contudo, mesmo sem resultados palpáveis, nota-se alguma satisfação por parte dos beneficiários destes projectos pelo facto de estarem a desenvolver uma actividade que faz parte da sua identidade cultural, o que contribui para o bem-estar emocional que é um elemento essencial para o alcance da resiliência.

O cálculo do valor atribuído a cada distrito depende na totalidade da Administração do Parque. Esta entidade apresenta à comunidade aquilo que foram os ganhos anuais e com base nestes (após a dedução dos impostos) são calculados os 20% dos benefícios para a comunidade. A comunidade deveria fazer parte do grupo de gestão e monitoria dos 20% ao nível da Administração do Parque, porém isto não acontece dado facto de os membros da comunidade não reunirem os requisitos exigidos para fazer parte do grupo de gestão. Por outro lado, esta responsabilidade exige maior disponibilidade de tempo, sem no entanto poder usufruir de qualquer subsidio, visto que não são trabalhadores do parque mas sim representantes da comunidade.

A comunidade tem informação sobre os procedimentos seguidos para o cálculo desta percentagem, porém o processo não é monitorado pelas motivações acima descritas. Para esta questão específica, o mandato das organizações da sociedade civil têm o seu enfoque na capacitação das comunidades no uso dos 20% e não necessariamente na participação directa do processo do cálculo dos valores a serem entregues às comunidades, pois somente representantes da comunidade é que são elegíveis a fazer parte deste processo.

As intervenções das OSC no PNL estão alinhadas ao previsto no arranjo institucional para o maneio comunitário dos recursos naturais que consiste no empoderamento das comunidades, assistência às comunidades locais no desenho e implementação dos programas

e projectos de desenvolvimento local. Para Le Bosse e Levalée (1993) o processo de empoderamento é o pilar essencial para a construção da Resiliência.

Quanto à capacidade de devolução dos valores de empréstimo, o período estabelecido para a devolução dos valores é de 3 a 5 anos. No entanto, analisando os cenários encontrados não parece existirem condições para a devolução dos valores por parte dos beneficiários. De acordo com os envolvidos na pesquisa há poucos casos de sucesso que possam conduzir à almejada restituição dos valores, o que põe em causa o carácter rotativo deste benefício.

### **5.2.6. Turismo Comunitário**

A nível global, as áreas de conservação têm sido uma grande atracção turística. O turismo também é considerado um pilar crucial para o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência, porque pode catapultar outros sectores. Por conta disto é considerado catalisador do desenvolvimento socioeconómico, visto que este impulsiona a procura dos bens produzidos localmente resultando na criação de oportunidades de emprego ao nível local (Cistac e Chiziane; 2007).

No PNL, a zona turística é a zona limítrofe com o Parque Nacional do Kruger, com cerca de 350,000 hectares. Nesta área, o turismo é caracterizado pelo passeio no interior do parque para a observação dos animais, serviço de acomodação, passagem para a vizinha África do Sul através da fronteira de Giriyyondo, campos de descanso, acampamentos e retiro (Plano estratégico do PNL, 2003).

O desenvolvimento do turismo no PNL tem em vista compensar as limitações resultantes da transformação da Coutada 16 em Parque Nacional. Como descrito no plano estratégico do turismo, este deve ser um instrumento para o empoderamento, criação de benefícios financeiros para as comunidades locais através da partilha de receitas, criação de emprego, desenvolvimento de aptidões, competências e oportunidades de negócio. Neste momento, a fonte de maior colecta directa para a administração do parque é o pagamento de taxas de entrada ao parque pelos turistas que usam a fronteira de Giriyyondo para entrada a África do Sul.

Quadro 21: Taxas de Acesso ao Parque

Pessoas		Viaturas	
Descrição	Valor (Mtn)	Designação	Valor (Mtn)
Idoso com mais de 60 anos	0	Viaturas para Estrangeiros	900
Menores de 0-12 anos	0	Viaturas para Nacionais	400
Jovens 13 a 20 anos	25	Atrelado	50
Adulto de 21-59 anos	100	Barco de 6 lugares ou menos	100
		Barco de 7 ou mais lugares	200
		Caravana	50

Fonte Administração do PNL, 2019

De acordo com a Administração do Parque, as maiores coletas têm sido observadas nas épocas consideradas altas, como por exemplo durante a páscoa e festas do Natal e de final de ano. Nestes momentos, o parque chega a registar movimentos diários de cerca de 1000 viaturas, para entrada ou saída através da fronteira de Giriyyondo. Abaixo está inserida a imagem da fronteira de Giriyyondo.

Figura 22: Fronteira de Giriyyondo



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/niksmismee/5132904810/>

A outra componente do turismo é a construção de *Lodges* comunitários, através de parceria entre a comunidade e o sector privado, onde a comunidade entra com a terra e o

parceiro faz o investimento e a devida exploração. Estas estâncias turísticas constituem uma oportunidade para a comunidade desenvolver actividades culturais (criação de grupos culturais), venda de produtos de produção local para os turistas.

O desenvolvimento do turismo no PNL, principalmente a criação de *Lodges* Comunitários tem sido uma oportunidade para a criação de oportunidade de emprego, através da contratação da mão-de-obra local para determinadas posições criadas pelo empreendimento. Os rendimentos provenientes do funcionamento dos *Lodges* também contribuem para os benefícios da comunidade, e à semelhança do rendimento da Administração do Parque, estes *Lodges* também fazem o pagamento dos 20% na base anual. No entanto, há casos específicos de uma estância turística, o Covane *Lodge*, localizado no distrito de Massingir, cujo gestor adoptou dois modelos de pagamento. Para o caso da ocupação das camas que fazem parte das infraestruturas que já existiam (a comunidade construiu a estância com apoio de organizações internacionais), o pagamento é trimestral, ao passo que, para as restantes infraestruturas o pagamento é anual.

No âmbito da criação do PNL foi previsto atrair por ano cerca de 350,000 turistas. Porém, de acordo com os dados facultados pela Administração do Parque Nacional de Limpopo, o número de turistas que visita ou usa as facilidades desta área de conservação, é muito baixo comparativamente ao que se esperava aquando do estabelecimento do PNL, mesmo nos primeiros anos da sua criação.

*Quadro 22: Total de Turistas no PNL nos últimos 5 anos e nos primeiros 3 anos após a criação do parque*

Ano	Total de Turistas
Primeiros 3 anos	
2006	17,344
2007	22,878
2008	26,695
Total	66,917
Últimos 5 anos	
2017	4,979
2018	9,000
2019	6,153
2020	1,058
2021*	52
Total	21,241

\*São dados até Junho de 2021

Fonte: Administração do Parque Nacional de Limpopo, 2021

Os dados demonstram uma tendência de redução do número de turistas, a título de exemplo, o total de turistas dos primeiros três anos é muito superior ao total de turistas que visitaram o parque nos últimos 5 anos. Alguns factores estão na origem deste cenário, designadamente o mau estado das vias, a falta de alguns serviços básicos nas estâncias turísticas como por exemplo restaurantes e também para os anos 2020 e 2021 a pandemia do Coronavírus influenciou, pois, a fronteira de Giriyondo foi encerrada não permitindo a entrada de turistas provenientes da África do Sul que tem sido os maiores usuários deste parque.

*Figura 23: Vias de acesso no interior do Parque Nacional de Limpopo*



Fonte Autora, Junho, 2018

Portanto, a reduzida quantidade de turistas que frequenta o parque faz com que esta alternativa de turismo não tenha um grande impacto para a melhoria das condições de vida das comunidades, pois os valores colectados pela administração do parque são reduzidos e consequentemente mais baixos os benefícios para as comunidades.

### **5.2.7. Oportunidade de Emprego no Interior do Parque**

A criação de oportunidades de emprego para as comunidades especialmente para os jovens é um dos benefícios prometidos à comunidade aquando do estabelecimento do parque, podendo ser directamente do parque ou de outras possibilidades que poderiam advir devido

a existência do parque. Durante o processo de criação do PNL, estava previsto a criação de cerca de 2000 postos de trabalho para as comunidades residentes no PNL. De acordo com o Administrador do Parque Nacional de Limpopo 89% dos fiscais do parque pertencem ao distrito de Massingir, 10% são da província de Inhambane e cerca de 1% é da província de Manica. Estes dados demonstram o maior benefício das comunidades do distrito de Massingir que é parte do PNL.

Apesar de a criação do PNL trazer consigo estas oportunidades de trabalho, em particular para o distrito de Massingir, estas estão ainda muito longe das expectativas das comunidades. Por outro lado, de acordo com os entrevistados, poucas ou quase nenhuma oportunidade é dada às comunidades residentes no interior do parque. A título de exemplo, nenhum fiscal pertence as comunidades residentes no interior do parque, como referiu a representante da plataforma da sociedade civil, porém estas são as comunidades que mais são afectadas pela criação do PNL. Em relação a esta questão, a Administração do PNL referiu que a oportunidade foi dada a todos, pois foi um concurso aberto sem ter em conta a comunidade a que os candidatos pertencem, desde que reúnam os requisitos exigidos para a posição.

As reduzidas oportunidades de emprego para as comunidades do parque, em particular as que ainda permanecem no interior deste criam um sentimento de revolta e de perda por parte das comunidades, resultando em comportamentos agressivos. Em consequência disto, em 2018 a comunidade de Mavodze chegou a bloquear o acesso da Administração do Parque a sua comunidade, pondo em causa a sua participação activa na busca de soluções dos problemas que lhes afectam.

### **5.3. Factores de Risco à Resiliência**

As comunidades do PNL ao mesmo tempo que tentam se erguer há outros elementos que afectam negativamente a sua capacidade de Resiliência, como o baixo nível de escolaridade dos chefes dos agregados familiares, limitadas oportunidades de emprego dentro do Parque, a fraca colaboração da Administração do Parque na resolução dos problemas da comunidade, o arrastamento do processo de reassentamento, os elevados níveis de pobreza e a existência de fenómenos naturais extremos como a seca, cheias e a salinidade dos solos.

### 5.3.1. Baixo Nível de Escolaridade e Habilidades para a Vida dos Membros da Comunidade

A educação é considerada como um instrumento que possibilita o aproveitamento em igualdade de circunstâncias das oportunidades e de redistribuição de bens e serviços, pelo que sua ausência retira por completo este direito. Por outro lado, a educação tem um papel fundamental na socialização e na transmissão dos valores e regras morais da sociedade. A educação é responsável pela transmissão de competências necessárias para as diferentes ocupações e profissões, permitindo deste modo, uma melhor adaptação do indivíduo no caso de ocorrência de uma situação adversa (Giddens, 2013; Dias, 2010; Ferreira, 2006).

Na área de pesquisa, no que tange a escolaridade, a maioria dos chefes de agregados familiares não possui nenhuma escolarização. De acordo com o censo 2007, os postos administrativos de Mavodze, e Massingir velho, possuíam 42,7% e 29,2% de população não alfabetizada respectivamente. Ainda de acordo com o Censo de 2007, as mulheres são as menos escolarizadas. Esta tendência se manteve no Censo de 2017, onde cerca de 32,63% da população da Província de Gaza não tem nenhuma escolarização. Na actual pesquisa, este cenário foi observado pois, 32% dos chefes de agregados envolvidos na pesquisa não sabem ler nem escrever, sendo que as mulheres chefes de família são as que apresentam mais casos da falta de escolarização, em cerca de 18%.

Quadro 23: Nível de escolaridade dos chefes dos agregados familiares

Comunidade	n	Nível de escolaridade dos chefes de agregados familiares					
		Nunca frequentaram escola		Primaria		Secundário	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Bingo	49	12	9	17	10	1	0
Machaule	25	9	2	8	6	0	0
Massingir-velho	65	19	13	23	10	0	0
Total	139	40	24	48	26	1	0

O nível de escolaridade dos chefes dos agregados familiares é baixo, e em alguns casos sem nenhuma instrução. Esta situação limita a possibilidade de acesso a oportunidades de emprego mesmo quando esta existe no parque. No processo de construção das casas do reassentamento, as comunidades apenas ocupam posições de auxiliar por falta de habilidades

exigidas para os postos mais elevados, exigindo as empresas responsáveis pela construção trazerem pessoal qualificado de fora do parque, reduzindo deste modo a possibilidade de as comunidades locais se beneficiarem destas oportunidades. A impossibilidade de ocupação de posições mais bem remuneradas por parte das comunidades do PNL por conta do baixo nível de escolaridade afecta negativamente a capacidade económica das famílias.

### **5.3.2. Associação das relações de Género às estratégias de Adaptação**

De acordo com Schonfeld e Spector (2011), as estratégias de adaptação apresentam variações em função do género. Para o caso do PNL, as questões de género têm influenciado a capacidade de Resiliência das famílias do PNL, especialmente as lideradas pelas mulheres. Como referido no capítulo 4, para as comunidades residentes no interior do parque, dado ao conflito homem-fauna bravia as famílias pernoitam nas machambas afugentando os animais, para evitar a destruição das culturas, e esta estratégia se mostra pouco eficaz em particular para as mães solteiras, pois estas têm o receio de ficar nas machambas pela noite devido a falta de companhia. Outro aspecto de influência do género se observa na distribuição de papeis. Por exemplo, nas famílias designadas por “completas” com marido, esposa e filhos há distribuição de papeis, cada um dos elementos dá a sua contribuição, facilitando o restabelecimento do equilíbrio no funcionamento da estrutura social do sistema familiar.

Ainda como parte da influência das relações de género sobre a Resiliência do PNL, a movimentação dentro do parque e acesso aos recursos florestais para uso doméstico tem se mostrado mais fácil para as mulheres comparativamente aos homens, dado facto de a movimentação dos homens no interior do parque ser associada à prática da caça furtiva. Neste contexto da caça furtiva, é atribuída a mulher uma postura mais passiva.

Outro aspecto observado é a feminização de algumas estratégias de adaptação, por exemplo os grupos de poupança e crédito e poupança rotativo são compostos na sua maioria por mulheres, pois esta actividade é considerada pelos homens como actividade das mulheres, resultando numa situação de autoexclusão dos homens dos benefícios resultantes desta actividade alternativa.

### **5.3.3. Limitação de Oportunidades de Emprego no PNL**

O trabalho é definido por Dias (2010) como sendo o conjunto de actividades que o ser humano desenvolve com vista à satisfação das suas necessidades. Numa outra perspectiva, Fernandes e Bambo (2009) consideram existirem duas principais razões que justificam à busca de trabalho pelo homem, a sobrevivência económica e a pressão social para

autossustento e da família. Tanto Dias assim como Fernandes e Bambo fazem referência a importância do trabalho na garantia do bem-estar do indivíduo e da sua família.

A criação do parque trouxe consigo algumas oportunidades de emprego, porém muito abaixo das expectativas das comunidades, estando somente limitadas ao serviço de fiscalização e ao trabalho em algumas estâncias turísticas. A limitação do acesso a oportunidade de emprego para suprir as necessidades resultantes da falta de meios de sobrevivência, aumentou a vulnerabilidade das comunidades em relação a prática de actividades ilegais, exemplo a caça furtiva, como referido pelo líder da localidade de Machamba Elvis Machaule no jornal DW de 18/5/2018.

A prática da caça ilegal como descrito no capítulo 3 desta tese, resulta em mortes. No entanto, os elevados ganhos monetários envolvidos nesta actividade, associado a falta de oportunidade de emprego fazem com que alguns jovens se dediquem a esta actividade (Lunstrum *et al*, 2021). De acordo com alguns entrevistados a caça furtiva tornou-se intensa a partir dos anos 2005/2006, pois pouco antes desse período era possível observar animais selvagens como o rinoceronte a circular pelas comunidades, fenómeno que nos dias de hoje se mostra pouco comum.

Com a criação do PTGL, houve ligação do PNL com o Parque Nacional do Kruger, facto que fez com que caçadores do lado moçambicano também penetrassem nesta área para a caça ilegal. De acordo com o ambientalista Carlos Serra durante o workshop sobre a caça furtiva organizado pela Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC), o elefante e o rinoceronte são as duas espécies que sofrem muita pressão, porque os chifres do elefante e os cornos do rinoceronte no mercado ilícito são bens cobiçados, o que coloca as autoridades sob um desafio permanente (Jornal o País, 11 de setembro, 2018).

De acordo com os entrevistados no âmbito da pesquisa, nos últimos anos a prática da caça furtiva tem estado a observar uma tendência de abrandamento por conta do maior controlo da fiscalização, principalmente do lado sul-africano, que é observada uma presença significativa das espécies preferidas.

#### **5.3.4. Morosidade do Processo de Reassentamento e não Cumprimento das Promessas Feitas**

O processo de reassentamento das comunidades residentes no interior do parque decorre há mais de 10 anos. Este processo iniciou em 2008, no entanto, até 2021 somente quatro comunidades foram reassentadas, de um total de oito por reassentar. A morosidade do reassentamento no PNL faz com que as comunidades não consigam criar estratégias para

lidar com as mudanças. De acordo com uma residente da comunidade de Bingo, a morosidade tem implicações na forma de organização e funcionamento das suas famílias, citando:

Nós estamos a espera de sair desde há muito tempo mas nada acontece e também não podemos fazer nada porque a qualquer momento vamos sair. Eu não posso construir nada, não posso abrir novas machambas, mesmo para produzir fico a pensar que posso sair antes da colheita. Nos foi informado que as casas já estavam prontas há mais de um ano, agora ouvimos que as casas já estão estragadas e ainda nem fomos viver, não sabemos como vai terminar esta situação, comunidade de Bingo (Comunidade de Bingo, 2019).

A incerteza sobre o momento do reassentamento faz com que as acções e/ou actividades que poderiam contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades não sejam implementadas. Por outro lado, para as comunidades reassentadas a garantia das condições previstas no plano de reassentamento não tem sido das melhores, havendo casos de má qualidade dos benefícios previstos. Um dos exemplos desta situação são as casas construídas no âmbito do processo de reassentamento para a comunidade de Massingir-velho que logo após a entrega as construções já apresentavam fissuras, e passados menos de cinco anos necessitavam de obras profundas de reabilitação. Outro cenário ainda pior são as casas construídas para o reassentamento da comunidade de Bingo, que mesmo antes serem habitadas (pois a comunidade de Bingo ainda não foi reassentada) já estavam a necessitar de reabilitação.

Para a comunidade de Massingir-velho, aquando do processo de reassentamento foi prometido uma motobomba para a irrigação, porém, mais de 3 anos depois do reassentamento o material ainda se encontrava na casa do líder da comunidade sem nenhuma perspectiva para a sua instalação. De referir que as famílias aquando do reassentamento receberam ¼ de hectare para área de irrigação, no entanto a motobomba não foi instalada.

A falta de cumprimento das promessas feitas às comunidades no início do processo de reassentamento, faz com que as comunidades façam constantemente comparação com o período anterior ao reassentamento e/ou anterior a criação do parque, criando um sentimento de revolta que de alguma forma influencia negativamente na capacidade de identificação de novas estratégias para lidar positivamente com a nova realidade. Em contrapartida, a má qualidade das infraestruturas acarreta mais custos ao processo de reassentamento, pois os

valores destinados a construção de casas para as comunidades por reassentar são alocados no processo de reabilitação das casas já construídas, retardando ainda mais a criação de condições para os novos reassentamentos, colocando as famílias na incerteza em relação ao futuro.

Esta falta de confiança entre os intervenientes do processo de reassentamento faz com que as comunidades ainda por reassentar fiquem hesitantes em aceitar a sua movimentação antes de terem todas condições previstas no PAR devidamente satisfeitas resultando no arrastamento do processo de reassentamento, e ao mesmo tempo numa instabilidade na organização e funcionamento do sistema familiar, principalmente para as comunidades por reassentar.

### **5.3.5. Conflito Homem Fauna Bravia**

Uma das estratégias usadas pelas comunidades para lidar com a limitação do acesso aos recursos, é a venda do gado bovino, exigindo às comunidades a intensificação da sua criação. No entanto, devido ao conflito homem-fauna bravia, o gado está em constante risco, seja nos campos de pastagem e/ou mesmo nas residências das comunidades. O conflito homem fauna bravia não só afecta a componente de criação como também o plantio de culturas nas zonas baixas. Devido à disponibilidade de água, estas zonas são frequentadas por animais selvagens, destruindo culturas que para a maioria das famílias constituem a única base para a sua sobrevivência.

Importa realçar que as comunidades, no caso de perda seja do gado ou de culturas comunicam a Administração do Parque, no entanto, observa-se alguma passividade desta em relação a mitigação do impacto dos acidentes resultantes do conflito Homem-fauna bravia. O registo das perdas tanto de gado assim como de culturas é deficiente, apenas existe um registo feito pelas lideranças locais em relação as perdas de gado, visto que, cada agregado familiar que perde alguma cabeça como resultado do conflito Homem-fauna bravia, se dirige à liderança local para comunicar o sucedido e esta, por sua vez, faz o registo. Estes registos ficam arquivados pelas lideranças locais. Portanto, a Administração do PNL não tem nenhum registo destas situações. De tal forma que qualquer compensação é feita com base no registo da comunidade.

Entretanto a legislação moçambicana referente às áreas de conservação não prevê compensação para situações de perdas como resultado do conflito Homem-fauna bravia, dependendo da negociação entre a administração das áreas de conservação e as comunidades. Depois de vários anos de conflitos entre a administração do PNL e as

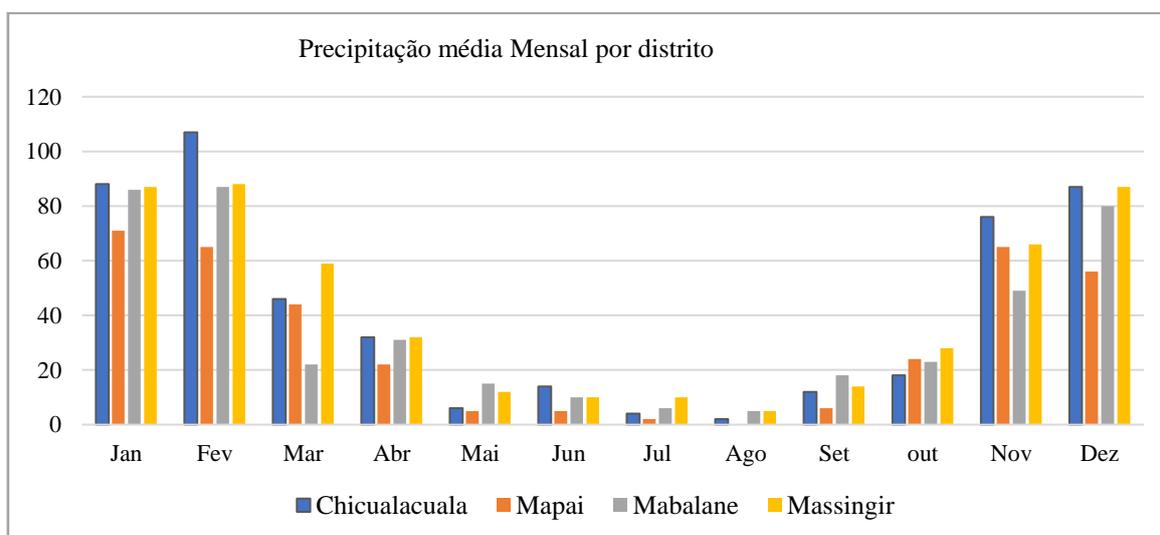
comunidades, em 2019, foi estabelecido um acordo entre a comunidade e a gestão do PNL, no que concerne ao pagamento das cabeças de gado devoradas pela fauna bravia, tendo sido acordado 25,000 por cabeça, que foram pagos em duas prestações. Este acordo foi feito no início de 2019, e somente em Outubro de 2019 algumas famílias da comunidade de Mavodze receberam parte da sua compensação pelas perdas que tiveram. Em relação às culturas destruídas por animais, nada foi acordado entre as comunidades e a entidade gestora do parque, no que se refere a possível compensação no caso de ocorrência dessas situações.

A inexistência de um quadro legal que regula situações desta natureza faz com que a entidade gestora do parque não se sinta pressionada a efectuar a compensação à comunidade pelos danos causados pela fauna-bravia, o que se reflete pelo não cumprimento dos períodos ora acordados, criando necessidade de a comunidade por si encontrar meios de pressão que algumas vezes não são os mais apropriados.

### 5.3.6. Estiagem

Os Distritos que compõem o PNL (Massingir, Mabalane, Mapai e Chiculacuala) são caracterizados por um clima semiárido seco, as temperaturas médias anuais rodam entre 23° C, com uma precipitação média anual de 450 mm, resultando em períodos longos de seca e um período de precipitação irregular. Estas condições climáticas prejudicam a agricultura de sequeiro que constitui a principal actividade da população. O período chuvoso é mais curto, cobrindo os meses de Novembro, Dezembro, Janeiro e Fevereiro e em escala muito baixa o mês de Março.

Gráfico 8: Precipitação média mensal nos distritos do PNL



Fonte Milhano *et al* (2008)

O longo período com fraca precipitação faz com que os distritos do PNL façam parte ao nível da Província de Gaza, dos distritos de alto risco à seca severa.

A Província de Gaza no geral é vulnerável à seca. A mais recente seca foi observada em 2018. Pela intensidade com que este fenómeno ocorreu, o Governo de Moçambique decretou uma emergência para esta Província. De acordo com a análise feita pelo então Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA), sobre o nível de segurança alimentar para as províncias da zona sul de Moçambique, foi constatado que a Província de Gaza é a que mais foi afectada, com cerca de 38% dos agregados familiares existentes no distrito afectados pela seca (FAO, 2019).

A seca além de afectar a agricultura, afecta também a pecuária que é uma das principais actividades de sobrevivência das famílias do PNL, pois os campos de pasto se apresentam secos, e, se associam à falta de água para o abeberamento dos animais, resultando em alguns casos na morte destes, como foi observado em 2016.

Outro aspecto que importa referir é o tipo de solos que caracterizam os distritos do PNL, que são predominantemente arenosos nas zonas altas e pedregosos no interior do PNL, o que faz com estes distritos sejam inapropriados para a prática da agricultura.

*Figura 24: Áreas usadas para a prática da agricultura de sequeiro*



Autora, Junho, 2018

O milho que é a principal cultura do PNL é essencialmente influenciado pela temperatura, precipitação e tipo de solo. A temperatura adequada para esta cultura varia entre

18 e 35 ° C, a precipitação anual deve variar entre 450 a 600mm. Esta precipitação deve estar distribuída ao longo do ciclo vegetativo do milho. No tocante ao tipo de solo, o milho necessita de solos com uma boa capacidade de drenagem, com um PH entre 6 a 7.

O distrito de Massingir como referido anteriormente, tem uma temperatura média anual que varia de 24 a 26° C e uma precipitação que varia de 400 a 600 mm. No entanto, esta precipitação anual é distribuída de forma irregular entre os meses de Novembro a Março. Por outro lado, o distrito de Massingir é susceptível a calamidades. Estes factores, afectam o desenvolvimento da principal cultura destas comunidades, fazendo com que estas não consigam produção suficiente para a sua sobrevivência.

### **5.3.7. Inundações e Pragas**

Como referido acima, na época chuvosa embora curta, a precipitação chega a atingir 90 mm, principalmente entre os meses de Dezembro e Janeiro, resultando algumas vezes em situações de inundações principalmente nas zonas baixas, locais onde as famílias recorrem para a prática da agricultura para compensar a zona de sequeiro. Por outro lado, o PNL é caracterizado pela presença da albufeira de Massingir, que em algumas vezes tem observado casos de inundações.

A maior inundação observada na albufeira, foi resultante da ruptura de alguns descarregadores da barragem de Massingir, e como resultado deste acidente, no distrito de Massingir, na sua globalidade, cerca de 800 hectares de culturas foram perdidos (milho, hortícolas, feijão, abóbora, batata-doce, 46 cabritos afogados e 28 motobombas submersas) (Relatório de inquérito ao acidente da barragem de Massingir, 2008)

Além da estiagem e inunda es, as comunidades do PNL são igualmente afectadas por pragas que se observam em mais de 6 meses durante o ano, e com um nível de significância elevado. As comunidades têm recorrido a realiza o de cerim nias tradicionais localmente designadas por NTCHELE- NTCHELE como forma de lidar com as pragas. A inexistência das lojas do agricultor onde a comunidade poderia adquirir produtos para combater as pragas, faz com que a comunidade não tenha alternativa para lidar com as pragas que anualmente afectam a produ o.

Além das inunda es e pragas, o a zona do PNL   também afectada ao longo do ano por outros eventos extremos, como mostra o quadro 18, referente   ocorrência de eventos extremos ao nível do distrito de Massingir.

Quadro 24: Distribuição dos eventos extremos que afectam a área de estudo ao longo do ano

Evento	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Seca												
Cheias												
Ciclones/ventos fortes												
Pragas												
Parasitas												
Conflito Homem-fauna bravia												

Fonte Plano Local de Adaptação as mudanças Climáticas, 2014, Governo do Distrito de Mssingir

Os eventos extremos condicionam a prática das actividades de sobrevivência para as comunidades do distrito de Massingir sendo que, alguns destes eventos têm impacto significativo, colocando estas comunidades numa situação de maior vulnerabilidade à pobreza.

Quadro 25: Matriz de Vulnerabilidade do distrito de Massingir aos Eventos extremos (Pontuação máxima 3: o evento afecta bastante a actividade; 0: Sem nenhum impacto sobre a actividade)

Actividade/Eventos	Seca	Cheias	Queimadas	Pragas	Parasitas
Agricultura	3	2	1	2	0
Pecuária	2	1	1	0	2
Pesca	1	1	0	0	0
Comércio	1	1	1	1	1
Produção de Carvão	0	1	1	0	0

Fonte Plano Local de Adaptação as mudanças Climáticas, 2014, Governo do Distrito de Mssingir

A nível do Distrito de Massingir foram estabelecidas algumas medidas para fazer face aos eventos extremos. Para o caso da seca, a abertura de campos de irrigação, a prática da agricultura nas zonas baixas e o recurso a culturas tolerantes a seca. No entanto, há muitos desafios que tornam estas estratégias pouco viáveis, o exemplo da falta de recursos financeiros para abertura de campos de irrigação, a limitação da área de cultivo nas zonas baixas, insuficiência de extensionistas para dar assistência as comunidades no uso de culturas tolerantes a seca, e também a competição do uso das zonas baixas tanto para a pastagem, bem como para a prática da agricultura.

No que se refere as inundações, as estratégias propostas no âmbito do plano de adaptação as mudanças climáticas do então INGC, agora INGD, incidem no aconselhamento das comunidades para a prática da agricultura nas zonas altas, mas como referido

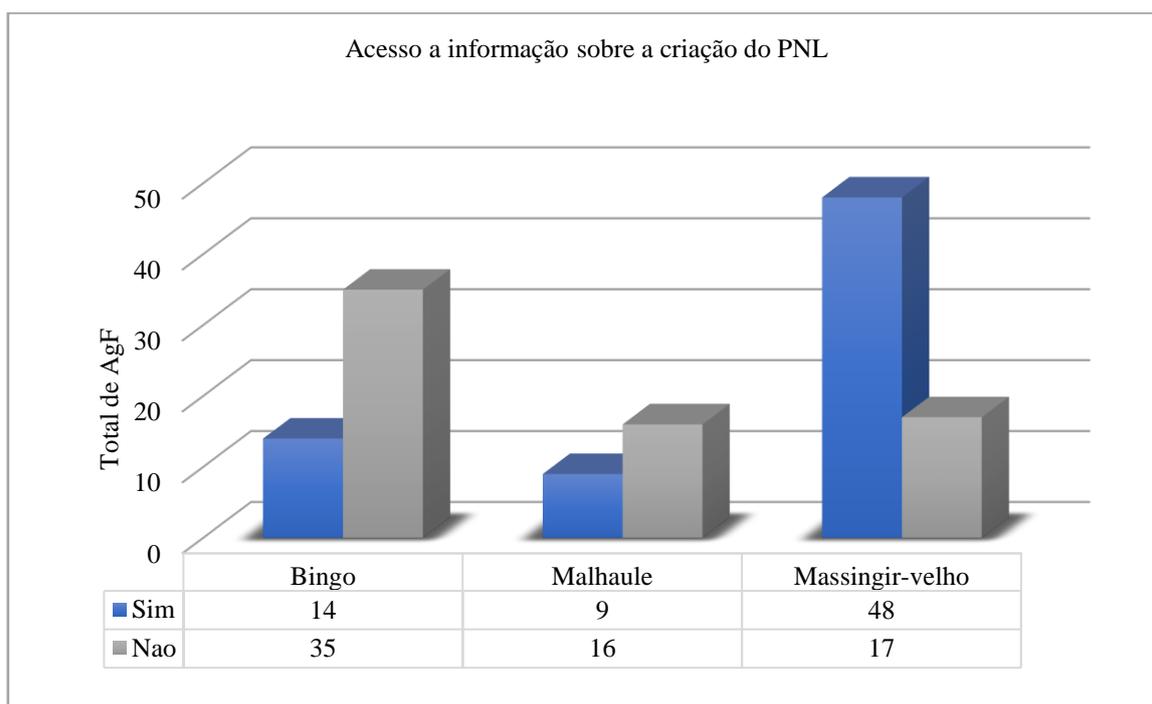
anteriormente, as zonas altas do PNL possuem períodos longos de seca, associado aos solos que não são propícios para a prática da agricultura, pois possuem uma fraca capacidade de retenção de água e também pelo facto destes serem arenosos e pedregosos (Plano Local de Adaptação as mudanças Climáticas, 2014, Governo do Distrito de Massingir).

### **5.3.7. Fraca comunicação entre o PNL e as comunidades**

O acesso a informação é visto como sendo um requisito para a participação, enquanto o diálogo é considerado como sendo a melhor forma de oferecer a informação pois se apresenta como uma ferramenta vital para uma participação efectiva nos processos locais. No contexto de gestão das áreas protegidas encontramos uma das mais baixas taxas de actores locais que se consideram bem informados, daí a necessidade de as instituições públicas promoverem o contacto com as populações, permitindo um maior envolvimento no desenvolvimento de actividades políticas, públicas e nos processos de decisão, reforçando a legitimidade das instituições locais e a eficácia da sua acção.

Para o caso da criação do PNL, a pesquisa, à semelhança de outras já realizadas no mesmo local mostra que houve falta de informação para as comunidades em relação as motivações da criação do parque, e mesmo nos passos subsequentes à criação do PNL, o envolvimento da comunidade foi mínimo. Esta lacuna de informação está refletida em alguns depoimentos dos entrevistados. Na voz de um dos membros da comunidade de Massingir-velho “...vieram e disseram que esta terra agora é do parque e dos animais”.

Gráfico 9: Acesso a informação sobre a criação do Parque



Nota-se aqui uma variação no que tange ao acesso a informação, a comunidade de Massingir-velho aparece com um nível de informação mais alto comparativamente as outras comunidades. De acordo com os envolvidos na pesquisa, este cenário está ligado com a intensidade de participação na caça furtiva de Massingir-velho (antes do reassentamento), facto que fez com que esta comunidade junto com Mavodze, fossem o centro das atenções nos aspectos ligados ao PNL.

O cenário da falta de informação, também se repete no processo de reassentamento, onde algumas famílias envolvidas na pesquisa e que já estão reassentados, não têm muita clareza em relação as razões da sua movimentação para as zonas de reassentamento, se referindo apenas a participação em um encontro ou recepção de informação através dos líderes locais, da necessidade de serem reassentados sem, no entanto, dar detalhes das razões que levam a este processo.

Esta fraca comunicação reflete-se igualmente no mecanismo de gestão do PNL, onde as comunidades não estão representadas na estrutura de tomada de decisão, consubstanciando o referido acima onde a frustração do sentido de pertença por parte da comunidade como resultado das dinâmicas do parque. Como refere o modelo de Homans (1950) em relação a TGS, a comunicação em particular a retroalimentação é um elemento essencial para o processo de adaptação e a informação é o insumo importante para a

ocorrência da retroalimentação que é essencial para a ocorrência da Resiliência perante situações adversas (Motta,1971).

O PNL pode ser entendido como um sistema onde a comunidade e a administração do PNL, o Governo Distrital, a Sociedade Civil são parte deste sistema, portanto, para um melhor funcionamento deste sistema, a informação e a comunicação devem ser privilegiados. A comunicação no seio do grupo é essencial pois cria motivação para participação, trazendo elementos essenciais para a tomada de decisão, e a decisão em grupo faz com que todas as partes do sistema se sintam parte integrante e responsáveis em manter o funcionamento eficaz do grupo (Gameiro, 1987). Alias, como observado na análise dos indicadores da Resiliência (feita no capítulo 4) a fraca participação afectou negativamente a contribuição da dimensão da governação na criação da Resiliência no Parque Nacional de Limpopo.

A ocorrência da Resiliência depende do equilíbrio dos factores de protecção e os de risco, portanto, apesar de serem observados factores de risco à Resiliência das comunidades no PNL, os factores de protecção tendem a reduzir o impacto dos factores de risco, mitigando a cadeia dos impactos negativos que possam advir dos riscos, aumentando a autoestima dos sujeitos da Resiliência e abrindo novas oportunidades. Alias, como referido por Antunes (2011), os factores de protecção funcionam como uma estrutura compensatória do risco e aumentam a competência individual e/ou colectiva, criando melhores condições para a adaptação e conseqüente criação da Resiliência. Neste contexto, a interação das comunidades com o quadro de condições existentes foi determinante para a capacidade de adaptação às mudanças impostas pelas dinâmicas do Parque Nacional de Limpopo.

## CONCLUSÃO

As reflexões aqui partilhadas são resultado da interação da pesquisadora e o objecto de estudo. Considerando a abordagem sistémica, que é a teoria de base para esta pesquisa, a interpretação trazida é também resultado das relações de interação das comunidades com o seu meio, que se traduzem na interdependência. Esta interação constitui um dos pré-requisitos para a ocorrência da Resiliência.

Para uma melhor compreensão da Resiliência Comunitária no Parque Nacional de Limpopo, a pesquisa partiu de três hipóteses: que as dinâmicas do PNL alteraram a estrutura social das comunidades; que as comunidades encontraram estratégias de adaptação às mudanças socioeconómicas resultantes destas dinâmicas do PNL. Estas estratégias de adaptação são influenciadas por determinados factores, podendo favorecer ou dificultar a eficácia da estratégia de adaptação. Assim, a análise dos resultados com base na triangulação dos métodos quantitativos e qualitativos, permite concluir que:

As comunidades do Parque Nacional de Limpopo funcionam como sistemas abertos, sofrendo alterações com a modificação do seu meio. Deste modo, a transformação da coutada 16 em Parque Nacional do Limpopo e sua integração no Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo afectou o sistema produtivo, o sistema de crenças, as redes sociais e o sistema de governação das comunidades, resultando na alteração da estrutura social e no funcionamento do seu sistema social. Em termos de estrutura, as dinâmicas do PNL levaram a modificação do conceito de família, especialmente nas zonas de reassentamento, onde famílias do tipo alargado foram transformados em famílias nucleares.

Por outro lado, a criação do PNL afectou os meios de vida das comunidades, com a limitação do acesso aos recursos disponíveis. Ainda como parte da mudança estrutural, os dados revelam mudanças de papéis no seio do sistema familiar por forma a responder aos desafios impostos pela mudança. A criação do PNL e a sua transformação em PTGL afectou igualmente as redes de apoio das comunidades, tornando algumas redes de relevante importância menos activas, colocando as comunidades numa situação de maior vulnerabilidade.

No que tange ao funcionamento do sistema social das comunidades do PNL, a transformação desta unidade de conservação em parque transfronteiriço afectou a estrutura de tomada de decisão ao nível das famílias, influenciou a perda ou limitação do poder por parte de algumas lideranças comunitárias (chefes de terras), como resultado do reassentamento. Ainda como parte destas mudanças, observa-se a perda de confiança das

comunidades para com os seus líderes, assim como para com a entidade gestora do parque (Administração do Parque Nacional de Limpopo). Esta erosão da confiança é resultado do deficiente mecanismo de comunicação durante o processo do estabelecimento do parque e também pelo incumprimento das promessas feitas à comunidade como parte dos benefícios da comunidade, em forma de compensação dos défices criados pelo processo de reassentamento.

A criação do PNL impactou não somente sobre a capacidade produtiva das famílias, como também sobre os activos intangíveis do Homem, que fazem parte do sistema de crenças das comunidades. A comunicação do homem vivo com o seu mundo invisível, que acredita ser a sua suprema protecção, foi igualmente afectado, devido ao limitado acesso aos locais sagrados, reduzindo assim a possibilidade de realização de cerimónias tradicionais que são práticas costumeiras destas comunidades.

As mudanças ocorridas na vida das comunidades do PNL, vem a confirmar o que Radcliffe-Brown (1973) diz em relação a estrutura social, ao admitir que a estrutura social não é estática, ela está em constantes mudanças visto que depende das relações com o seu meio, e estes factos também se alinham com os pressupostos do modelo teórico de Luhmann que consideram que as mudanças afectam a estrutura e funcionamento dos sistemas.

As dinâmicas do PNL impuseram mudanças no funcionamento do sistema humano, causando desequilíbrio na estrutura, bem como no seu funcionamento. Luhmann (1987) refere no seu modelo sobre o funcionamento dos sistemas, que estes tendem a restabelecer o seu equilíbrio no caso de ocorrência de algum choque, trata-se de uma tendência natural dos sistemas de desenvolverem estratégias de adaptação que lhes permitam restabelecimento do seu funcionamento. Foi o que se observou no PNL onde as comunidades desenvolveram algumas estratégias de adaptação aos choques resultantes da criação do PNL e do processo de reassentamento.

As estratégias desenvolvidas pelas comunidades não são necessariamente alinhadas com cada mudança ocorrida, ou seja, há mudanças que as comunidades não encontram estratégia para a mitigação do seu impacto negativo, principalmente as que estão relacionados com os activos económicos e físicos, dado o facto de estes estarem relacionados com a existência de infraestruturas básicas que na sua maioria envolvem investimentos altos, sendo assumidos pelo estado e seus parceiros.

As comunidades do PNL para mitigar o impacto das mudanças impostas pela criação do PNL, desenvolveram estratégias focalizadas nos problemas bem como estratégias focalizadas na emoção. Importa referir que as estratégias focalizadas na emoção são

essencialmente caracterizadas pela participação em cultos religiosos. Importa referir que há uma tendência na área do estudo de maior participação das mulheres nas estratégias emocionais, comparativamente aos homens.

A identificação e operacionalização das estratégias de adaptação das comunidades do PNL tem sido influenciada pelas questões de género, existindo estratégias de fácil implementação pelos homens e outras pelas mulheres. Para o caso do PNL, a mulher tem maior facilidade de se movimentar com mais facilidade no interior do parque para a busca de determinados alimentos, no entanto, esta tem menos possibilidade de desenvolver a venda de animais de grande porte, sendo o homem o que mais vantagem tem na operacionalização desta estratégia de adaptação.

Por outro lado, o quadro de condições existentes no parque não permite que localmente seja possível encontrar todas estratégias para lidar com o ambiente adverso, havendo necessidade de recorrer a outros ambientes, (incluindo a migração) para busca de meios de compensação dos défices criados pelas dinâmicas desta área protegida. Importa referir que parte das estratégias adoptadas pelas comunidades têm um carácter temporário, enquadram-se dentro de um contexto, o que confere o carácter circunstancial à capacidade de adaptação das comunidades, consubstanciando a caracterização temporária da Resiliência por Ralha-Simões (2017) ao afirmar que a Resiliência não é absoluta, ela varia em função da influência do meio.

Os resultados da pesquisa demonstraram a existência de determinados factores que influenciam a capacidade de Resiliência, e estes assumem um papel dicotómico pois dependendo do contexto se comportam como de protecção ou de risco à capacidade de Resiliência das comunidades. O investimento nos activos que caracterizam o sistema humano (Capital Social, Natural, Financeiro, Humano e Natural) tem uma grande relevância na criação de habilidades que têm em vista contribuir no desenvolvimento da Resiliência. Para o caso do PNL, o investimento nestes activos, especialmente no capital humano (capacitação) contribuiu para a criação de habilidades de adaptação com uso dos recursos disponíveis localmente, o que de alguma forma contribuiu para no futuro próximo, estas comunidades desenvolverem estratégias de adaptação mais sustentáveis.

Observa-se ainda uma maior flexibilidade das famílias em ajustar a sua estrutura, em particular no que tange à mudança de papéis, criando maior facilidade de responder aos desafios impostos pelas mudanças. As famílias apresentam uma boa coesão o que facilita de alguma forma a sua capacidade de ajustamento às mudanças, sem, no entanto, perderem a sua identidade. Como refere Yunes (2003), famílias com uma coesão ligada, são flexíveis à

mudanças na sua estrutura e funcionamento, mas não perdem a sua identidade, como também refere Parsons(1951) a afirmar que os sistemas tendem a manter a sua identidade mesmo em situações adversas. Exemplo disso é que no PNL a liderança das famílias continua sendo dominada pelos homens, mesmo no actual cenário onde a mulher deixou de ter o papel apenas de cuidar dos filhos, pois assume também a responsabilidade de prover o sustento da família, desenvolvendo negócios que constituem para algumas famílias a única fonte de rendimento.

As estratégias adoptadas pelas comunidades, associadas ao equilíbrio dos factores de protecção e de risco à capacidade de adaptação das comunidades, permitiram o funcionamento da estrutura familiar, garantindo a continuidade do sistema familiar evitando o seu colapso, desta forma pode se afirmar que as comunidades do PNL são Resilientes às mudanças resultantes das dinâmicas do Parque, pois, de acordo com Srex (2012), quando um sistema demonstra habilidades de recuperar dos efeitos de uma situação de choque, restaurando as suas funções básicas pode ser considerado Resiliente. Estes dados permitem confirmar o principal pressuposto desta tese que se referia à existência de capacidade de resiliência das comunidades do PNL em relação às dinâmicas desta unidade de conservação.

## BIBLIOGRAFIA

- Abrantes, Pedro e Mbangula Katúma (2014), *Curso de Sociologia*, Angola, Escolar Editora.
- Adams, William (2004), “Against Extinction – The Story of Conservation”, *Earthscan*, 38,4.
- Adams and Hulme (sine anno), “Conservation And Communities Changing Narratives, Policies And Practices In African Conservation”, *Institute for Development Policy and Management*, Working papers n° 4.
- Adams, Alexander (1962), *First World Conference on National Parks*, Washigton,US, Department of the Interior.
- Adger, Neli (2000), “Social and ecological Resilience are they related?”, *Progress in Human Geography*, 24(3).
- AFD (2009). *Assistencia Técnica à DNAC/MITUR para a proteção e gestão da fauna bravia nas zonas de caça em Moçambique*. Maputo.
- Agrawal, Arun (1997), *Community in Conservation: Beyond Enchantment and Disenchantment*, USA, Conservation and Development Forum.
- Agy, Aleia (2019), “Pobreza no Meio Rural:Situação de famílias monoparentais chefiadas por mulheres”, *Observatorio do Meio Rural*, n. 83.
- Aisenberg, Eugene and Todd, Herrenkhol (2008), “Community Violence in context: Risk and resilience in children and families”, *Journal of interpersonal violence*, 23,3.
- Álvaro Carmo Vaz, et al. (2008). *Relatório do Inquérito ao Acidente da Barragem de Massingir*. Maputo.
- Almeida, Vitoria e Israel Oliveira (2021), “A importancia da Pesquisa Cientifica para Expansão do Conhecimento Interdisciplinar”, comunicação apresentada no III Congresso Internacional de Educação e Geotecnologias, 29 a 30 de Julho, 2021, Bahia.
- Andolfi, Maurizio (1981), *Terapia Familiar*, Lisboa, Veja.
- Ander-Egg, Ezequiel (1980), *Metodologia y Pratica del Desarrollo de la comunidad*, Terragona, ElAteneo (10ª edição).
- Andrade, Maria, et al. (2013), “Código de Nuremberg e Declaração de Helsinki: Transformações e Actualidades”, *EFDeportes.com*, 18,183.
- Andrade, Tânia (2011), *Modelo de Resiliência Socioecológica e as suas contribuições para a geração do desenvolvimento Sustentável: Validação no contexto comunitário da Marisqueira em Pitimbu*, Tese de Doutoramento em Recursos Naturais, Brasil, Universidade Federal de Campina Grande.
- Andrade, Tannia., Geisinaldo, Candido (2011). Resiliencia Socioecologica enquanto tema de complexidade e sua contribuicao para gertacao de politiocas colectivas, *Revista Principia*, n 19: 72-81
- Anderson, David (1987), *Conservation in Africa: People, polices and pratice*, New York, Cambridge University Press.
- António, Pedro (2015), *Investigação Qualitativa: Inovação, Dilemas e Desafios*, Lisboa, Ludomedia.
- Anaut, Marie (2005), *A Resiliência-Ultrapassar os Traumatismos*, Lisboa, CLIMEPSI Editores (1ª edição) (Edição original, 2002).
- Antony, Emily and Bertram, Cohler (1987), *The Invulnerable Child*, New York,The Guilford Press.
- Araújo, Andreia e Luis Gouveia (2016) “Uma Revisão Sobre os Princípios da Teoria Geral dos Sistemas”, *Estação Científica*, n°16.
- Arciniega, Juan (2013), “La perspectiva comunitária de la resiliência”, *Psicologia politica*, n°47.

- Barrata, Óscar (2004), *Introdução as Ciências Sociais*, Lisboa, Bertrand Editora (7ª Edição).
- Bardin, Laurence (2016), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.
- Barroso, Mário, Eleutério Sampaio e Madalena Ramos (2003), *Exercícios de Estatística Descritiva para as Ciências Sociais*, Lisboa, Edições Sílabo, LDA
- Bartle, Phil (2007), *What is Community- A sociological Perspective*, USA, CEC
- Barros, Sergio (2002), “A ideologia do Afeto”, *Revista Brasileira de Direito a Família*, 4,14.
- Baquero, Marcelo (2003), “Construindo uma outra sociedade no Brasil. O papel do capital social na estruturação de uma cultura política participativa”, *Revista Sociologia e Política*, nº21.
- Beinard, William (2006), *The Rise of conservation in South Africa*, London, University of Oxford
- Berkes, Fikref and Colding Folke (1998), *Linking Social and Ecological Systems: Management Practices and Social mechanisms for building Resilience*, New York, Cambridge University Press.
- Berkes, Fikref, Johan Colding and Carl Folke (2003), *Navigating socio-ecological systems: Building resilience for complexity and change*, UK, Cambridge University Press.
- Bergt, Jan (2004), *O Significado da Resiliência*, Sweden, Goteborg.
- Bertalanffy, Ludwing (2013), *General System Theory, Foundations, Development and Applications*, New York, George Braziler (Edição original, 1969).
- Bertalanffy, Ludwing (1972), “The History and Status of General Systems Theory”, *The Academy of Management Journal*, 15, 4.
- Bertalanffy, Ludwing (1969), “Chance ou Law in Beyond Reductionism”, *Hutchinson*, 5,4.
- Bertero, Carlos (1975), “Influencias Sociológicas em Teórias Organizacionais”, *Revista de Administração de Empresa*, 15,6.
- Bertalanffy, Ludw et al. (1972), *Tendencias en la teoria general de sistemas*, Madrid, Alianza Editorial.
- Betts, Alexander (2010), “Survival Migration: a new protection framework”, *Global Governance*, 16,3.
- Blanco, António e Suana, Eduardo (2013), *A religião tradicional africana bantu e a sua repercussão na evangelização em Moçambique: caminhos para a inculturação do evangelho em Moçambique*, Tese de Doutoramento em Teologia, Salamanca, Universidade Pontifícia de Salamanca, Faculdade de Teologia.
- Boudon, Raymond (1995), *Tratado de Sociologia*, Porto, Edições ASA.
- Bottomore, Tom (1996), *Dicionario do Pensamento social do seculo XX*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Boudon, Raymond (1990), *Dicionario de Sociologia*, Lisboa, D. Queixote.
- BORGES, Maria Alice Guimarães (2000), “A compreensão da sociedade da informação” *Ci. Inf*, 29, 3.
- Brandao, Juliana e Gianordoli-Nascimento (2011), “A construção do conceito de resiliência em psicologia - discutindo as origens”, *Paideia*, 21,49.
- Brito, Maria (2000), *Unidades de Conservação: Interações e resultados*, São Paulo, FAPESP.
- Bunge, Mario (1980), *Epistemologia*, São Paulo, Queros Editor.
- Buckley, Walter (1971), *A Sociologia e a moderna Teoria dos Sistema*, São Paulo, Cultrix.
- Burke, Peter (1980), *Sociologia e História*, Porto, Edições Afrontamentos.
- Caldas, Celia (2003), “Envelhecimento com dependência: responsabilidades e demandas da família”, *Cadernos de Saúde Pública*, 19,3.
- Cardoso, Luis (2012), “Quando Elefantes lutam a erva sofre: Estratégias de Desenvolvimento e conservação do Parque Nacional de Limpopo em Mocambique”, Instituto de investigação científica tropical, Lisboa.
- CEDES (2017). *Avaliação do Projecto Hluvuka*. Maputo.

- Cernea, Michael (1997), “The risks and reconstruction model for resettling displaced populations”, *World Development*, 25,10.
- Chiavenato, Idalberto (1983), *Introdução à Teoria Geral da Administração*, Sao Paulo, McGraw-Hill do Brasil (3ª edição).
- Chiavenato, Idalberto (2005), *Comportamento Organizacional - A dinâmica do sucesso das organizações*, Rio de Janeiro, Elsevier ( 2ª Edição).
- Chil, Graham (2004), *Parks in Trasition*, South Africa, Earthscan.
- Cistac, Gilles e Eduardo Chiziane (2007), *Turismo e Desenvolvimento Local*, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane-Faculdade de Direito.
- Cobra, Jorge, José Santos e António Capela (2016), *Sociologia-Um olhar Sociológico sobre o Mundo*, Lisboa, Escolar Editora.
- Correea, Sílvio (2011), “Caça esportiva e preservacionismo na África Colonial”, comunicação apresentada no XI Congresso Luso Afro brasileiro de Ciências Sociais, 7 a 10 de Agosto 2011, UFBA-Salvador.
- Coelho, Marcos (2014), “O regulamento da caça da Caça de Lourenço Marques de 1910: Um instrumento do domínio colonial”, *Revista de Ciencias Humanas*, 14,2.
- Coleman, James (1990), *Foundations of Social Theory*, London, Harvard University Press.
- Colleman, James & Hagell, A (2007), “The nature of risk and resilience in adolescence”, John Wiley & sons Ltd.
- Coutinho, Clara Perreira (2016), *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas*, Coimbra, Edições Almedina, S.A. (2ª edição).
- Covane, Luis (1990), *A emigração clandestina de moçambicanos para as minas e plantações sul-africanas 1897-1913*, em Hedges, D, Luis Covane e Antonio Sambo(org) - *cadernos de História*, Maputo, Departamento de História/Núcleo editorial da UEM.
- Coimbra, Renata e Normanda de Moraes (Organizadoras) (2015), *Resiliência em Questão*, Porto Alegre, Artmed Editora LTDA.
- Collins, Randall (1981), “On the micro foundations of macro sociology”, *American Sociological review*, nº 86.
- Cohler, Bertram (1997), “Adversity, Resilience, and the Study of lives”. In Anthony & Cohler (Eds), *The Invulnerable Child*, Guilford Press, nº 145.
- Clauss-Ehlers, Caroline (2008), “Sociocultural factors, resilience, and coping: support for a culturally sensitive measure of resilience”, *Journal of applied development psychology*, 29,3.
- Constanza, Robert, *et al.* (1997), “The Value of the world’s ecosystem services and natural capital”, *Nature*, nº 387.
- Conceição, Ana e Fatima Tedim (2017), “Análise da Dinâmica e bem-estar das Comunidades do Parque Nacional de Limpopo: Uma abordagem socio-ecologica para a conservacao da Natureza”. Comunicação feita no XI congresso da Geografia Portuguesa, 9-11 de Novembro, 2017, Porto.
- Creswel, John (2010), *Projecto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto*, São Paulo, Artmed Editora S.A.
- Cornner, Dennis (1995), *Gerenciando na velocidade da mudança: como gerentes resilientes são bem-sucedidos e prosperam onde outros fracassam*, Rio de Janeiro, Infobook.
- David, Anderson and Grove, Richard (1989), *Conservation in Africa: People, Policies and Practices*, New York, Press syndicate of the University of Cambridge.

- Da Silva, Clécio.; Exterckoter, Rudinei (2016), “Resiliencia: Contribuições e Desafios para o Estudo do Desenvolvimento das Regiões”, *GEOgraphia*, n°37.
- DNAC e AFD (2009). *Avaliação Preliminar da Caça desportiva em Moçambique*. Maputo.
- Dias, Reinaldo (2010), *Introdução à Sociologia*, São Paulo, Pearson Prentice Hall (2ª Edição).
- Diegues, Antonio (1993), *Populações Tradicionais em Unidades de Conservação*, São Paulo, Núcleo de Pesquisa sobre Populações e Áreas Úmidas do Brasil.
- Diegues, António (2001), *O Mito Moderno da Natureza Intocada*, Sao Paulo, Editora HUCITEC(3ª Edição).
- Domingos, Luís (2011), “História das religiões e das religiosidades: Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades”, *Revista Brasileira de História e Religiões*, 3, 9.
- Dowie, Mark (2009), *Conservation Refugees – The Hundred-Year Conflict between Global Conservation and Native Peoples*, London, The MIT Press.
- Duque, Eduardo (2016), “Mudanças Culturais e Mudanças Religiosas - Perfis e Tendências da Religiosidade em Portugal numa Perspectiva Comparativa”, *Análise Social*, 219, 2.
- Dudley, Nigel *et al.* (2005), “Towards effective Protected Areas Systems: an action guide to implement the Convention on Biological Diversity Programme of Work in protected areas, Secretariat of the convention on Biologic Diversity”, *Montreal*, n°18.
- Durkheim, Émile (2010), *As Regras do Método Sociológico*, Lisboa, Publicações Europa-América Lda.
- De Groot, Rudolph, Mathew Wilson and Roelof Boumans (2003), “ Typology for the description, classification and valuation of system funtion, goods and services”, *Ecological Economy*, n°41.
- Davydov, Dimitry *et al.* (2010), “Resilience and mental health”, *Clinical Phsyologic Review*, 30,5.
- Efrydenberg (1991), “Adolescent coping: The different ways in which boys and girls cope”, *Journal of Adolescent*, 14,2.
- Echaudemaison, Claude (2001), *Dicionário de Economia e Ciências Sociais*, Porto, Porto Editora.
- Edward, Elgar (2010), *A Handbook of Environmental Management*, UK, Lovett, John.
- Elias, Maurice, Sarah, Parker and Jennifer Rosenblatt (2013), *Promoting educational equity in disadvantaged youth: The Role of resilience and social-emotional learning*, US, Springer (Second Edition).
- Evans-Pritchard. (1972), *Antropologia Social*, Lisboa, Edições 70.
- Falcao, Maurin (2013), “ Efeitos da Mudança Social sobre o Binomio Tributacao e democracia na sociedade pós-revolucao Industrial”, *Direito estado e sociedade*, n°43.
- Faria, Juliana, e Eliana Seidil (2005), “ Religiosidade e enfrentamento em contextos de saúde , *Psicologia e Reflexão e Crítica*, 18,3.
- Faria, Helder e Pires, Andrea (2007), *Actualidade na gestão das unidades de conservação. In: Ort, D.,Debetier, E. (Org). Unidades de Conservacao: Gestão e Conflitos*, Florianopoles, Editora Insular.
- Ferreira, Ismael ( 2012), “A relegião como necessidade Social”, *Revista Cogitationes*, 3,7.
- Ferreira, Carvalho, Neves, Jose e Jeronimo, Helena (2001), *Psicologia das Organizacoes*, Lisboa, McGraw-Hill de Portugal.
- Fernandes, Paulo e José Bambo (2009), *Sociologia Geral*, Maputo, Alcance Editores.
- Fernandes,Valdir e Sampaio, Carlos (2008), “Problemática ambiental ou socio-ambiental?”. *Desenvolvimento e meio ambiente*, n.18.

- Fuente, M. (2012). “La comunalidad como base para la construcción de resiliencia social ante la crisis civilizatória”, *Polis (Santiago)*, 11 (33):195-218.
- Machel, Felizarda (2014), *Reassentamento Populacional na Implementação do Projecto de Áreas de Conservação: o Caso do Parque Nacional de Limpopo, Distrito de Massingir*, Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento, Departamento de Sociologia, Universidade Eduardo Mondlane.
- Figueiredo, Rodolfo *et al.* (2017), “Resiliência em sistemas socioecológicos, paisagem rural e agricultura”, *Ciência, tecnologia e ambiente*, vº5.
- Freitas, Sandra (2014), *Uma visão Sociológica Sobre a Família*, LEIA S.F.F, nº39.
- Francisco, António (2010), *Desenvolvimento Comunitário em Moçambique*, Quelimane, Editora BS.
- Field, John and Lewis Spence (2000), *Social Capital and informal Learning*, Bristol, Policy Press.
- Freire, Alyson (2019), *Emile Durkehin e a Critica do capitalismo em da divisão do trabalho social*, Londrina, Medições.
- Franco, José; Gilberto Schithini e Vivian Braz (2015), “História da Conservação da Natureza e das Áreas Protegidas: Panorama geral”, *Historiæ*, 6, 2 .
- Ford, Anabel and Emery Kitty (2008), “ Exploring the legacy of Maya Forest”, *Journal of Ethnobiology*, nº28.
- Folke, Colding and Berkes (2003), *Building resilience and adaptive capacity in social ecological systems*, UK, Cambridge University Press.
- Frydenberg, Erica and Lewis, Ramon (1991), “Adolescent coping styles and strategies: Is there functional and dysfunctional coping?”, *Australian Journal of Guidance and Counselling*, 1,1.
- Gameiro, Aires (1987), *Iniciação à Dinâmica das sociedades e dos Grupos*, Porto, Edições Salesianas.
- Gunderson, Laurence and Holling (2002), *Resilience and adaptive cycles: Panarchy understanding transformation in human and natural systems*, Washington, Island Press.
- Gatti, Bernardete (2005), *Grupo Focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas*, Brasília, Liber Livro Editora Ltda.
- Galera, Sueli e Luis Margarita (2002), “Principais conceitos da abordagem sistêmica em cuidados de enfermagem ao indivíduo e sua família”, *revista esc enferm usp*, 36,2.
- Giddens, Antony (1991), *Consequências da modernidade - Tradução de Raul Fiker*, São-Paulo, Unesp.
- Giddens, Anthony (2013), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Caloute Gulbenkian (9ª edição) (edição original, 2009).
- Givá, Nícia (2016), *Parks with People? Action Research in Bridging Conservation and Livelihood in Limpopo National Park, Mozambique*, Thesis for doctor degree, Upsala, Faculty of Natural Resources and Agricultural Science, Sweden, Swidish University of Agriculture Sciences,
- Governo de Moçambique, Lei de Florestas e Fauna Bravia, Lei n 10/99 de 7 de Julho. In: Legislação do Sector Agrário, ed. Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Centro de Documentação e informática Agrária, 2004.
- Gordon, Marshall (1994), *Concise dictionary of Sociology*, UK, Oxford University Press.
- Grotberg, Edith (1995), “A Guide to promoting resilience in Children: Strengthening the human spirit”, *The Bernard Van Leer Foundation*, nº 8.

- Grove, Morgan, Lauren, Kuby (2004), “Integrating Social Science into the long-term ecological research network: Social dimension of ecological change and ecological dimension of social Change”, *Ecosystems*, n°7.
- Goldin, Junior (2002), “O consentimento informado numa perspectiva além da autonomia”, *AMRIGS* 46,34.
- Grondin, Danielle (2004) “Well manager Migrants health benefitis”, *All bulletin of the world health organization*, 82 ,8.
- Gutman, Laura (2008), *Risk and Resilience*, Oxford, Encyclopedia of infant and Early Childhood development.
- Hulme, David and Marshall Murphree (1999), “Communities, Wildlife and the New Conservation in Afrika”, *Journal of International Development*, v°11.
- Holling, Crawford and Gunderson, Lance (2002), “Panachy Understanding Transformation in Human and Natural Systems”, *Biological Conservation*, 114,2.
- Holdgate, Martin (1999), *The green web: a union for world conservation*, London, Earthscan.
- Hoffmeyer-Zlotnik, Juergen (2003), *New Sampling Design and the Quality of Data*, Germany, Development in Applied Statistics.
- Homans George (1950), *The Human Group, Social Behavior: Its Elementary Forms, Exchange Theory*, UK, Routledge& Kegan Paul Ltd.
- Hudson, Kathleen (2016), “Coping Complexity Model: Coping Stressors, Coping Influencing Factors, and Coping Responses”, *Psychology*, n°7.
- Homans, George (1975), *What do you mean by social Structure? In: BLAU, P. Approach to the study of social structure*, New York, The Free press.
- Igreja, Cristina (2012), *Gestão do Stresse e Estratégias de Coping: Quando o stresse deixa de ser um problema, Dissertação para obção do grau de mestre em Gestão de Recursos Humanos*, Portugal, Instituto Universitário de Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2017). *Censo Populacional*. Maputo.
- Instituto Nacional de Estatística (2007). *Censo Populacional*. Maputo.
- Instituto Nacional de Estatística (1997). *Censo Populacional*. Maputo.
- Instituto Nacional de Estatística (2013). *Estatística do Distrito de Massingir*. Maputo.
- INGD (2003). *Atlas para Preparação e Resposta contra Desatares na Bacia de Limpopo*. Maputo
- Paiva, Ana (2014), *Pensamento Sociológico - Uma Introdução Didática às Teorias Clássicas*, Lisboa, Factor-Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Janus (2010), *Areas Protegidas em Africa*, Anuario de relações exteriores
- José, Paulo (2017), *Conservation History, Hunting Policies, and practices in the southwestern Mozambique Borderland the 20 Century*, Thesis for Doctor degree in Philosophy in History, South Africa, University of Witwatersrand.
- Jackson, Scott and Madin, Azad (2009), “Towards a conceptual framework for resilience engineering” *IEEE System Journal*, 3, 2.
- Kellerhals, Jean and Pierre-Yves (1989), *Microsociologia da Família*, Portugal, Publicações Europa-América (Edição original,1984).
- Kaztman, Rubén (2000), *La medicion de la vulnerabilidade social*, Chile, CEPAL.
- Kirmayer, Laurence *et al.* (2009), “Community Resilience: Models”, *Journal de la santé autochtone*.
- Kunzler, Caroline (2004), “a Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann”, *Estudos de Sociologia*, n° 16.

- King, Brian (2010), “Conservations geography in sub-saharian Africa: The politcs of National Parks, Community Conservation and Peace Parks”, *Geography Compass*, 4,1.
- Gomes, Lauren *et al.* ( 2014), “As Origens do Pensamento Sistêmico: Das Partes para o Todo”, *Pensando Familias*, 18,2.
- Lazarus, Richard and Susan Folkman (1984), *Stress, Appraisal and coping*, New York, *Springer*.
- Ledesma, Janet (2018), *Conceptual Frameworks and Research Models on Resilience in Leadership*, SAGE, julho-setembro: 1-8)
- Lebaron, Frédéric (2010), *A Sociologia de A a Z*, Lisboa, Editora Escolar.
- Luthar, Suniya, Dante,Cichetti and Bronwyn Becker (2000) “The construct of resilience: a critical evaluation and guidelines for future work”, *Child Development*, 71, 3.
- Lunstrum, Elizabeth, *et al.* (2021), “The rhino horn trade and radical inequality as environmental conflit”, *The Journal of Peasant Studies*,1,22.Lunstrum, Elizabeth (2008), “Mozambique, Neoliberal Land Reform, and the Limpopo National Park”, *Geographical Review*, 93(3): 339-355Lunstrum, Elizabeth, (2007), *The Making and Unmaking of Sovereign Territory: From Colonial Extraction to Postcolonial Conservation in Mozambique’s Massingir Region*, The faculty of the graduate school of the university of minnesota, for the degree of Doctor of Philosophy
- Lechner, Elsa ( 2016), “Migração, Resiliência, Empoderamento: Uma Equação Teórica-pratica a luz da Biografia”, *Revista Brasileira de Pesquisa*, 1,2.
- Lemos, Carolina (2009), “A (re)construção do conceito de comunidade como um desafio a sociologia da região”, *Estudos de Região*, 23, 36.
- Lindoso, Diego (2014), *Vulnerabilidade e adaptacao da vida as secas: Desafios a sustentabilidade rural familiar nos semiaridos nordestinos*, Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, Brasil, Universidade de Brasilia.
- Luhmann, Niklas (2016), *Sistemas Sociais-Esboço de Uma Teória Geral*, Petrópolis, Editora Vozes.
- Luhmann, Niklas (1997), *The evolutionary Differentiation Between Society and Interation*, US, University of California Press.
- Luhmann, Niklas (1996), *The Society of Society*, US, Stanford University Press.
- Luhmann, Niklas (1984), *Soziale Systeme: Grundriß einer allgemeinen Theorie*, Frankfurt, *Suhrkamp Verlag Frankfurt am Main* (traduzido por John Bednarz em 1995).
- Lundin, Iraê (2016), *Metodologia de Pesquisa em Ciencias Sociais*, Maputo, Editora Escolar.
- Liu, Jianguo. *et al.* (2007), “Complexity of coupled human and natural system”, *Science*, n°317
- Macucle, Alberto (2006), *Introdução à Gestão Participativa de Recursos Naturais*,Maputo, IUCN.
- Machel, Felizarda (2014), *Reassentamento Populacional na Implementação do Projecto de Áreas de Conservação: o Caso do Parque Nacional de Limpopo, Distrito de Massingir*, Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento, Moçambique, Universidade Eduardo Mondlane.
- Ministério da Agricultura e Desenvolvimneto Rural (2011). *Anuário de Estatísticas Agrárias 2012-2014*. Maputo.
- Martins, Rosa e Ana Andrade (2011), “Funcionalidade familiar e Qualidade de vida dos Idosos”, *Milleniun*, n°40.

- Martins, Maria (2014), *Resiliência Familiar: Revisão Teórica e Conceitos Emergentes e Principais Desafios*, Portugal, GREI.
- Marconi, Maria e Eva Maria, Lokatos (1990), *Sociologia Geral*, São Paulo, Alas (6ª edição).
- Marconi, Maria e Eva Maria Lokatos (2003), *Fundamentos de Metodologia Científica*, São Paulo, Atlas (5ª edição).
- McCaul, Bernard *et al.* (2019), *Resiliência para sistemas sociais*, Espanha, Centro de Innovación y Aprendizaje en Resiliência de GOAL.
- Maia, Ana *et al.* (2016), “A eficácia das estratégias de coping após um evento traumático: uma revisão sistemática”, *E-cadernos ces*, n°25.
- Maxwell, Joseph (1996), *Qualitative Research Design*, London, SAGE Publications.
- Maússe, Miguel (2009), *Pobreza, Participação e Desenvolvimento Rural em Moçambique: Estudo de caso da Localidade de Chijinguire*, Maputo, CIEDIM,SARL.
- Machils, Gary *et al.* (1997), “The Human Ecosystem as an organizing concept in ecosystem management”, *Society & Natural Resources*, 10,4.
- McCubbin, Hamilton (2001), *Family Measures: Stress, coping and resiliency*, Honolulu, Honolulu Hawaii.
- McCubbin, Hamilton (1993), *Families coping with illness: The Resiliency model family stress, adjustment and adaptation*, US, Semantic Scholar.
- McCubin, Hamilton (1998), *Stress, coping and health in families: Sense of coherence and resilience*. London, Sage Publications.
- McNeeley, Jeffrey (1993), “Economic incentives for conserving biodiversity: lessons for Africa”, *Ambio*, 22,2.
- Milano, Miguel (2002), *Porque Existem as unidades de conservação? In: Unidades de Conservação: actualidades e tendencias*, Curitiba, Fundação o Boticário de Protecção à Natureza.
- MITUR e ANAC (2003). *Plano de Maneio e Desenvolvimento do Parque Nacional de Limpopo*. Maputo.
- Meneses, Luis., Ferreira Junior (2003), *Migração e convergência da renda*, in VIII encontro regional de economia, Fortaleza, agosto, 2003.
- Milgroom, Jessica (2012), *Elephants of Democracy – An unfolding process of resettlement in the Limpopo National Park*, Thesis for doctor degree, Netherland, Wageningen University.
- Moore, Stephen (2002), *Sociologia*, Portugal, Publicações Europa-América.
- Motta, Fernando (1971), “A teoria geral dos sistemas na teoria das orqanizações”. *Revista de Admnistracão de Empresas*, 11,1.
- Mubai, Marlino (2015), *Making War on village and forest: Southern Mozambique during the sixteen-year conflict, 1976-1992*, Thesis for Doctor of philosophy in history, Unitade states, Graduate College of University of Iowa.
- Minuchin, Salvador (1990), *Técnicas de Terapia Familiar*, Porto Alegre, Artes Médicas.
- Mayhew, Bruce (1980), “Structuralism versus individualism: Part 1. Shadowboxing in the Dark”. *Social Forces*, n°59.
- Malavisky, Olivir, Edson Lima e Sérgio Costa (2010), *Modelo para Mensuração do capital intelectual: Uma abordagem fundamentada em recursos*, Curitiba - Brasil, PUCPR.
- Maposse, Adelina (2011), *O Papel do Comércio Informal na Ocupação da Força de Trabalho em Moçambique*, Disertacao de mestrado em População e Desenvolvimento, Moçambique, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

- Mazzola, Joseph., Schonfeld, Irvin and Spector, Paul (2011), “What Qualitative Research has Taught us about Occupational Stress”, *Stress and Health*, n°27.
- Muando, Rita (2004), *Análise das Estratégias de Sobrevivência das Comunidades do Distrito de Massingir no Âmbito da Criação do Parque Nacional de Limpopo*, Tese de Licenciatura, Moçambique, Universidade Eduardo Mondlane.
- Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (2015). *Relatório da Monitoria da Segurança Alimentar e Nutricional*. Maputo.
- Nash, Roderick (2014), *Wilderness and the American Mind*, New Haven: Yale University Press.
- Neumann, Roderick (1998), *Imposing Wilderness: Struggles over Livelihood and Nature Preservation in Africa, Berkeley and Los Angeles*, California, University of California Press.
- Neumann, Roderick (2004), *Nature-state-Territory, Towards a critical Theorization of Conservation enclosures in Liberation Ecologies, Environment Development*, London, Social Moviments.
- Neumann, Roderick (2004), “Moral and Discursive Geographies in the war for Biodiversity in Africa”, *Elsivier*, 23,7.
- Normann, William (2004), *Living in the Frontline: Politics, Migration and Transfronteir Conservation in Mozambican Villages of the Mozambique-south Africa Borderland*, Thesis for doctor degree in Anthropology, London, London School of economics and political science.
- Norfolk, Simon (2004). *Examining Acess to Nayural Resorces and Linkages to Sustainable Livelihoods - Case study of Mozambiqu.*, Maputo. Food And Agriculture Organization of the United Nations-Livelihoods Sopport Programe S/ed.
- Noris, Frank *et al.* (2008), “Community Resilience as a metaphor, theory, set of capacities and strategy for desaster readiness”, *American Journalof Community Psychology*, 41,1.
- Noria, Nitin (1992), *Introduction: is a network perspective a useful way of studying organizations? In: Noria, Nitin, Eccles, Robert (ed). Networks and organizations: structure, form and action*, Boston, Harvard Business School Press.
- Ntuli, Herbert *et al.* (2019), “Understanding the drivers of subsistence poaching in the Great Limpopo Transfrontier Conservation Area: What matters for community wildlife conservation?” *ERSA working paper n° 796*.
- Oslon, David (2000), “Circumplex model of marital and family systems”, *Blackwell Publishers*, volume 22.
- Oslon, Elinor (2009), “General framework for analysing sustainability of social ecological system”, *Science*, volume 325.
- Olson David e Gorall Dean (2003), *Circumplex model of marital and family systems. In F. Walsh (Ed.), Normal Family Processes*, New York, Guilford (3ªEdition)
- Oliveira, Ana., Morais, Normanda (2018), “Resiliência Comunitária: Um estudo de Revisão Integrativa da Literatura”, *Tremds Psychol*, 26, 4.
- Oliveira, Djalma de Pinho Rebouças (2002), *Sistemas, organização & métodos: uma abordagem gerêncial*, São Paulo, Atlas (13ª edição).
- Paiva, Ana (2014), *Pensamento Sociológico - Uma Introdução Didática às Teórias Clássicas*, Lisboa, FACTOR-Edições de Ciencias Sociais, Forenses e da Educação.
- Parsons, Talcott (1976), *Sociologia Americana*, Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora (Edição original, 1972).
- Parsons, Talcott (1951), *The Social System*, New York, Free Press.

- Parsons, Talcott and Smelser, Neil (1956), *Economy and Society: A study in the integration of Economic and Social Theory*, Glencoe, Free Press.
- Palma, Patrício (2010), *Relação Educativa e Resiliência*, Dissertação para obtenção do grau de mestrado em Observação e relação educativa, Portugal, Universidade de Algarve.
- Patrício, Goçães (2016), “Moçambique compulsando as migrações internas e internacionais”, *Inter-espaco*, 2,5.
- Patterson, Joan (2002), “Understanding family resilience”, *Journal of Clinical Psychology*, 58,3.
- Pesce, Renata, *et al.* (2004) “Risco e protecção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência”, *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 20,2.
- Penningroth, Suzanna., Scott, Walter (2012), “Age-Related Differences in Goals: Testing Predictions from Selection, Optimization, and Compensation Theory and Socioemotional Selectivity Theory”, *International Journal of Aging & Human Development*, n°74.
- Pereira, Ernesto (1971), *Croyances du peuple Shangane et christianisme. Louvain*, Mémoire présenté en vue de la Licence en Catechese et Pastorale, Belgium, Université Catholique de Louvain.
- Porpa, Douglas (1989) “Four Concepts of Social Structure” *Journal The Theory of social Behaviour*, 19, 2.
- Philips, Adrian (2002), *Management Guidelines for IUCN Category V Protected Areas- Protected Landscapes/Seascapes*, UK, Cardiff University.
- Perreira, Alexandre e Carlos Poupa (2016), *Como Escrever uma Tes*, Lisboa, Edições SILABO, LDA (6ª edição).
- Pritchard, Evans (1972), *Antropologia Social*, Portugal, Edições 70, LDA.
- Quintão, Angela (1983), “Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento”, *Brasil Florestal*, n°54.
- Refugee Reaserach Programme (2002). *A Park For the People? Great Limpopo Trasfronteir Park- Community Consultation in Coutada 16. Mozambique.*
- Redclift, Machael (1984), *Development and the Environmental Crisis: Red or Green alternatives*, London, Matheuen.
- Rudolph, Karen. *et al.* (1995), “Determinants and consequences of childrens coping in the medical setting and conceptualization review and critique”, *Oyschological Bolletin*, n°118.
- Radcliffe-Brown, Alfred (1973), *Estrutura e Função na Sociedade Primitiva*, Petrópolis, Editora Vozes LTDA.
- Raimundo, Inês (2011), “Migração e o HIV em Mocambique: Desafios da Região Centro de Mocambique”, *GEOUSP - Espaço e Tempo*, n°29.
- Ralha-Simões, Helena (2017), *Resiliência e Desenvolvimento pessoal- Novas ideias para compreender a adversidade*, Lisboa, Papa-Letras.
- Ralha-Simões, Helena (2015), *A Resiliência em Questão*, São Paulo, Artmed Editora, LTD.
- Rocher, Guy (1976), *Talcott Parsons e a Sociologia Americana*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A.
- Rocher, Guy (1989), *Sociologia Geral - Mudança Social e Acção Histórica*, Lisboa, Editorial Presença.
- Rutter, Michael (1987), “Psychosocial resilience and protective mechnisms”, *American Journal of Orthopsychiatry*, n° 57.
- Rutter, Michael (2012), “Resilience as a dynamic Concept. Development and Pyschopatology”, *Cambridge University Press*, n° 24.

- Regatieri, Ricardo (2019) "Teoria da Acção e Teoria de Sistemas em Talcott Parsons e Jurgen Habermas" *Estudos de Sociologia*, 2, 25.
- Ribeiro, Maviane (2007), *Diferenciação ou Alienação? O Engodo da Loucura: Uma leitura da transmissão psíquica entre gerações no caso Schreber*, Dissertação de Mestrado Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Brasil, Universidade de Brasília.
- Santiago, Gustavo (2018), *As famílias formadas pelo poliamor: Uma Análise da Possibilidade do Reconhecimento Jurídico*, Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Ciências Jurídicas, Portugal, Universidade de Coimbra.
- Santos, Isabel (2012), "Famílias com idosos dependentes, avaliação da adaptação e coesão", *Revista de Enfermagem*, 3,6.
- Sardan, Jean-Pierre (2017), *A Política do Trabalho de Campo- Sobre Produção de dados em Sociologia*, Maputo, Alcance Editores.
- Silva, Augusto e José Pinto (Orgs) (1986), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento (16ª edição).
- Singer, Paul (1976), *Migrações Internas: considerações teóricas sobre o seu estado*, Fortaleza, BNB/ENTENE.
- Secunho, Celiane (2012), *Resiliência a Arte de Enfrentar a Adversidade no ciclo de vida*, Brasília, Thesaurus Editora LTDA.
- Serra, Carlos e Fernando Cunha (2008), *Manual de Direito Ambiental*, Maputo, Ministério da Justiça (2ª Edição).
- Stair, Ralph e Reynolds, George (2011), *Princípios de Sistemas de Informação*, Boston, Cengage Learning.
- Suazo, Maria (2014), *Resiliência Comunitária Abordaje Teórico y Vinculación Al Ejercicio De La Psicología Comunitaria En El Contexto Latinoamericano Actual*, Dissertação de Mestrado, Chile, Universidade do Chile.
- Souza, Joao (2013), *Congressos Mundiais de Parques Nacionais da UICN (1962-2003): registros e reflexões sobre o surgimento de um novo paradigma para a conservação da natureza*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Unidades de Conservação e Políticas Ambientais e Sociais Conexas, Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília
- Staller, David., Boyd, Bill and Julie Kirsh (2014), "Trauma-exposed Firefighters: Relationships among posttraumatic growth, posttraumatic stress, Resources available, coping and critical incident stress Debriefing experience", *Stress and Health*, 30,5.
- Silva, Augusto e Pinto, José (Orgs) (1986), *Metodologias das Ciências Sociais*, Portugal, Edições Afrontamento (16ª edição).
- Strauss, Anselm and Juliet Corbin (1998), *Basics of Qualitative Research-Techniques and procedures of Developing Grounded Theory*, London, SAGE Publications (2ª Edition).
- Taboada, Nina, Eduardo, Legal, e Nivaldo, Machado (2006), "Resiliência: Em busca de um conceito", *Revista Bras Nascimento Desenvolvimento Humano*, 16,3.
- Tchombe, Therese, et al. (2012), "Psychological undertones of family poverty in rural communities in Cameroon: resilience and coping strategies", *South African Journal of Psychology*, 42,2 .

- Turner, Jonathan (2000), *Sociologia Conectos e Aplicações*, São Paulo, PEARSON.
- Tonnies, Ferdinand (1977), *Comunauté et sociétic: categories fondamentales de la sociologie pure*, Paris, RETZ/cepl (edição original 1987).
- Turabian, Kate (2007), *A Manual for Writers os Research, Papers, Theses, ans Dissertations*, London, Tehe University of Chicago Press, Ltd (7th edition).
- Turner, John (1984), *Social Stratification: A Theoretical Analyisi*, New York, Columbia University Press.
- UNEP-WCMC, “Protected areas Contry Profile for Mozambique”(online), conmsultado em 22 de Março 2018, disponível em <http://www.protectedplanet.net>.
- UNEP-WCMC, IUCN and NGS (2018). *Protected Planet Report - Tracking Progress Towards Global Targets For Protected Areas*. Cambridge UK.
- UNEP-WCMC (2020), “Protected Area Country Profile for Mozambique from the World Database of Protected Areas”,(online), consultado a 22 de Julho, 2020, disponível em <http://www.protectedplanet.net>.
- UNEP-WCMC (2020),“World database on Protected areas” (online), cnsultado a 20 de Julho, 2020, disponível em <http://www.protectedplanet.net>.
- USAID (2016). *Integrated Livelihoods Diversification Strategy 2016-2030*. Maputo.
- Ussene, (2019), “A Outra face de Magude, o pós -Xibedjane”, *SAVANA*, n.2.
- Volpato, Marcelo e Perruzo Cecilia (2009), “Conceitos de comunidade, local e região”, *Líbero*, 12, 24.
- Vainstendael, Frans (1995), *Growth in muddle of life-Resilience Building on people strength*, Geneva, ICCB.
- Vasconcellos, Maria (2010), *Pensamento Sistémico: O novo Paradigma da Ciência*, Campinas, Papyrus, (9ª edição).
- Wande, Webster and Helen, Suich (2009), *Transfrontier Conservation Initiatives in Southern Africa:Observations from the Great Limpopo Transfrontier Conservation Area*, London, Earthscan.
- Werner, Emmy, Ruth, Smith (1989), *Vulnerable but Invincible: A Longitudinal Study of Resilient Children and Youth*, New York., McGraw-Hill.
- Wash, Froma (1996), “The Concept of family resilience: crisis and challenge”, *Family Process*, 35,3.
- Wash, Froma (2003), “Family Resilience: Framework for clinical practice” *Family Process*, 42, 1.
- Wetimane, Francisco (2012), *A imigração Ilegal em Mocambique: O Caso de imigrantes Somalis*. *Universidade aberta*, Dissertação para o grau de mestre em Relações Interculturais, Portugal, Universidade Aberta de Lisboa.

## **ANEXOS**

**ANEXO 1: GUIÃO DE ENTREVISTAS AOS AGREGADOS FAMILIARES**

**ANEXO 2: QUESTIONÁRIO AOS AGREGADOS FAMILIARES**

**ANEXO 3: GUIÃO DE ENTREVISTAS AOS LÍDERES COMUNITÁRIOS**

**ANEXO 4: GUIÃO DE ENTREVISTAS A ADMINISTRAÇÃO DO PARQUE  
NACIONAL DE LIMPOPO**

**ANEXO 5: GUIÃO DE ENTREVISTA ÀS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE  
CIVIL**

**ANEXO 6: CONSENTIMENTO INFORMADO**

## Anexo 1: Guião de Entrevistas aos Agregados Familiares

### INSTRUÇÕES AO INQUIRIDOR:

- PEDIR PARA FALAR COM O CHEFE DO AGREGADO FAMILIAR OU COM A ESPOSA A FIM DE OBTER AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAR A ENTREVISTA.
- DE PREFERÊNCIA, O QUESTIONÁRIO DEVERÁ SER FEITO AO CHEFE DO AGREGADO FAMILIAR E/OU A(O) ESPOSA(O) – IDEALMENTE COM OS DOIS.

Bom dia/boa tarde. O meu nome é \_\_\_\_\_ estou a fazer o meu trabalho de Pesquisa para o Doutoramento, pela Universidade Eduardo Mondlane. O objectivo principal desta conversa é perceber como é que era a vida antes da criação do Parque Nacional de Limpopo, durante o Parque e também nas áreas de reassentamento.

Toda a informação a ser colectada será confidencial e somente usada para o estudo.

### I. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR:

Província \_\_\_\_\_

Distrito \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_

Quarteirão \_\_\_\_\_ Nº da casa \_\_\_\_\_ 1.1. Nome da família  
(Apelido) \_\_\_\_\_

1.2 Nome do Chefe da  
Família \_\_\_\_\_

1.3. Qual é a idade do chefe da família? \_\_\_\_\_

1.4 Qual é o estado Civil do chefe do agregado familiar?  
\_\_\_\_\_

1.5. Nível de escolaridade do chefe da família \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/201\_\_\_\_ Hora do início da entrevista (HH: MIN): \_\_ \_\_: \_\_ \_\_

## **2. TEMPO DE PERMANÊNCIA NA ZONA DE RESIDÊNCIA**

**2.1** A quanto tempo vive nesta comunidade?

---

---

---

**2.2.** Com quem vive?

---

---

---

**2.3.** A sua família sempre teve a mesma composição? Se mudou porque?

---

---

---

**2.4.** Como é que parou nesta comunidade?

---

---

---

**2.5.** Sempre esteve a viver aqui? se não o que lhe levou a mudar de residência?

---

---

---

## **3. CRIAÇÃO DO PNL**

**3.1.** Conte - nos a historia do tempo em que esta zona era chamada por Coutada 16, como era a vida da sua família em relação acesso aos recursos, hábitos culturais, organização da sua família, quem chefiava a família?

---

---

---

3.2. Em que ano é que foi criado o Parque Nacional de Limpopo?

---

---

---

3.3. Teve algum envolvimento no processo de criação do PNL? Se sim de que forma?

---

---

---

3.4. A criação do PNL trouxe alguma mudança na vida da sua família? Se sim fale-nos das mudanças que ocorreram? E que implicações essas mudanças tiveram na vida da sua família?

---

---

---

3.5. O que é que tiveram de fazer para lidar com essas mudanças?

---

---

---

3.6. O que é que terá facilitado ou dificultado o processo de adaptação a essas mudanças?

---

---

---

#### 4. REASSENTAMENTO

4.1. Quando é que iniciou o processo de reassentamento?

---

---

---

4.2. Conheces as razões que levaram ao processo de reassentamento? Se sim pode descrever?

---

---

---

4.3. A mudança da sua família para a área de reassentamento afectou a vossa vida? Se sim de que forma? (por exemplo todos membros da família no mesmo espaço físico, hábitos culturais, fontes de rendimento, continuaram com os mesmos líderes?).

---

---

---

4.4 No caso de mudança, como é que a sua família se adaptou a esta nova forma de viver?

---

---

---

4.5 O que é que terá facilitado ou dificultado a adaptação das famílias a esta nova forma de viver?

---

---

---

4.6. Em algum momento esta comunidade mudou de liderança? Se sim porque?

---

---

---

4.7. No caso de mudança de liderança, que implicação teve para esta comunidade assim como para os anteriores líderes:

---

---

---

**5. TOMADA DE DECISAO NA FAMILIA:**

5.1 Quem é o responsável pela tomada de decisão sobre os assuntos da família?

---

---

---

5.2. Sempre foi a mesma pessoa a tomar decisão sobre a família? Se não o que terá causado a mudança

---

---

---

5.3. Quando é que essa mudança aconteceu?

---

---

---

5.4. Essa mudança afectou a sua vida e de sua família? Se sim de que forma?

---

---

---

5.5. O que e fizeram para ultrapassar esses desafios resultantes desta mudança de liderança da família?

---

---

---

5.6. O que é ajudou ou dificultou o processo de adaptação em relação aos desafios da mudança de liderança da família?

---

---

---

## **6. ACTIVIDADES DE RENDIMENTO**

6.1. Quais são as principais actividades de rendimento que a família esta a desenvolver?

---

---

---

6.2. Para os que mudaram de actividades porque é que teve de mudar de actividades? \_\_\_\_\_

---

---

6.3 Quais são as novas actividades que desenvolvem?

---

---

---

6.4. Que consequências essa mudança de actividade teve na vida da sua família?

---

---

---

6.5. O Que é que a sua família fez para lidar com essas mudanças?-

---

---

---

6.6.O que é ajudou ou dificultou a adaptação em relação as novas actividade que teve de desenvolver?

---

---

---

## **7. PRÁTICAS CULTURAIS TRADICIONAIS**

7.1. Que cerimoniais tradicionais a sua família tem realizado? E onde é que estas cerimoniais são realizadas?

---

---

---

7.2. Sempre fizeram as mesmas cerimoniais e nos mesmos locais?

---

---

---

7.3. Se não, porque mudou?

---

---

---

7.4. Que implicações teve a mudança dos locais de realização das cerimônias? \_\_\_\_\_

---

---

7.5. Com que frequência tem realizado estas cerimônias? Sempre foi a mesma regularidade ou houve alguma mudança, se sim o que terá causado a mudança? \_\_\_\_\_

---

---

## **8. REDES SOCIAIS**

8.1. No caso de necessidade a quem recorre para ajuda?

---

---

---

8.2. Sempre teve apoio destas pessoas ou mudou? se sim porque terá mudado?

---

---

---

8.3. Caso tenha havido mudanças, que implicações teve para si e sua família?

---

---

---

8.4. Como é que a família lidou com essas mudanças?

---

---

---

8.5. Faz e ou já fez parte de alguma Associação ou grupo comunitário? Se sim como se chama o grupo ou associação de que faz/fez parte?

---

---

---

8.6 Caso tenha deixado de fazer parte deste grupo ou associação o que é que esteve na origem dessa situação?

---

---

---

8.7 Que implicação tem ou teve quando deixou de fazer parte desta associação ou grupo?

---

8.8 O que é que fez para conseguir lidar com essas mudanças?

---

---

---

8.9. Considera importante estar junto da família, amigos e dos grupos a que está ligado?  
Se sim porque?

---

---

---

8.10. Sempre esteve junto da família, amigos ou dessas associações de que faz parte? Se não o que terá lhe separado?

---

---

---

8.11. Que desafios é que esta mudança trouxe para si e sua família esta separação com os amigos, familiares?

---

---

---

8.13. Como é que conseguiu ultrapassar estes desafios?

---

---

---

8.14. O que é que terá facilitado ou dificultado o seu processo de adaptação a esta nova realidade?

---

---

---

Chegamos ao fim da nossa conversa, queríamos muito agradecer a sua colaboração. Tem alguma questão para mim? Se sim por favor pode fazer

---

---

---

## Anexo 2: Inquerito aos Agregados Familiares

### INSTRUÇÕES AO INQUIRIDOR:

- Pedir para falar com o chefe do agregado familiar ou com a esposa a fim de obter autorização para realizar a entrevista.
- De preferência, o questionário deverá ser feito ao chefe do agregado familiar e/ou a(o) esposa(o) – idealmente com os dois.

Bom dia/boa tarde. O meu nome é \_\_\_\_\_  
estou a fazer o meu trabalho de Pesquisa para o Doutoramento, pela Universidade Eduardo Mondlane. O objectivo principal desta conversa é perceber como é que era a vida antes da criação do Parque Nacional de Limpopo, durante o Parque e também nas áreas de reassentamento.

Toda a informação a ser colectada será confidencial e somente usada para o estudo.

### I. IDENTIFICAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR:

Nome do Chefe do Agregado Familiar \_\_\_\_\_

Província \_\_\_\_\_; Distrito \_\_\_\_\_; Comunidade: \_\_\_\_\_

Quarteirão \_\_\_\_\_; Nº da casa \_\_\_\_\_; Contacto do responsável pela família \_\_\_\_\_

Data: | \_\_\_\_/\_\_\_\_/201\_\_\_\_ Hora do início da entrevista (HH:MIN): \_\_\_\_:\_\_\_\_

**2. LIDERANÇA DO AGREGADO FAMILIAR: (Considerar os diferentes momentos do PNL)**

Coutada 16					PNL					Locais de Reassentamento				
Homem	Mulher	Outro (Especificar)	Idade	Estado Civil	Mulher	Home m	Outro (Especificar)	Ida de	Estado Civil	Homem	Mulher	Outro (Especificar)	Idade	Estado Civil
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>

Sexo do chefe do agregado familiar: Homem=1; Mulher=2

Estado civil do chefe de AF: 1=casado; 2=solteiro; 3=viúvo; 4=separado;5=divorciado;6=outro

**2.1 NO CASO DE MUDANÇA DA LIDERANÇA DA FAMÍLIA QUAIS FORAM AS RAZÕES**

1= O anterior chefe teve de ir trabalhar fora do distrito

2= O anterior chefe teve de ir trabalhar fora do país

3= O anterior chefe já não tinha tempo pois teve de se ocupar por mais trabalhos

4= Outro (Especificar): \_\_\_\_\_

### 3. COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

Instruções ao inquiridor:

- Enumerar todas as pessoas do agregado familiar, da mais velha à mais nova. Não esquecer incluir os bebés, crianças pequenas e a pessoa que está a ser entrevistada.
- Considerar como agregado familiar todas as pessoas que partilham ou que contribuem para a mesma panela, quer vivam ou não na casa.

#	A2. Nome do membro do agregado familiar	A3. Idade	A4. Grau de parentesco em relação ao chefe do agregado familiar	A5. Sexo	A6. Estado civil (SÓ PARA PESSOAS DE 12 ANOS OU MAIS)	A7. Situação de Residência do chefe de família	A8. Grau de escolaridade que Frequenta /frequentou (SÓ PARA PESSOAS DE 6 ANOS OU MAIS)	A8. Esta família teve sempre esta composição?	
								1=sim	2=não
1		□□□	□□□	□□□	□□□	□□□	□□□	□	
2		□□□	□□□	□□□	□□□	□□□	□□□		
3		□□□	□□□	□□□	□□□	□□□	□□□		
4		□□□	□□□	□□□	□□□	□□□	□□□		
5		□□□	□□□	□□□	□□□	□□□	□□□		
6		□□□	□□□	□□□	□□□	□□□	□□□		
7		□□□	□□□	□□□	□□□	□□□	□□□		
8		□□□	□□□	□□□	□□□	□□□	□□□		
	Número total de pessoas no agregado familiar  □□□	99. Não sabe	01. Chefe do agregado familiar (CAF) 02. Esposa do CAF 03. Filho/filha do CAF 04. Genro/nora do CAF 05. Pai/mãe do CAF 06. Sogro(a) do CAF 07. Irmão/irmã do CAF 08. Avô/Avó do CAF 09. Neto(a) do CAF 10. Filho adoptivo/enteado do CAF 11. Outro parente do CAF (especificar) 12. Não familiar do CAF (especificar)	01. Masc 02. Femi	01. Solteiro 02. Casado civil 03. Casado pela igreja 04. Casado tradicional 05. Casado por cerimónias mistas (civil e/ou religiosa e /ou tradicional) 06. União de facto (a viver juntos) 07. Separado/di vorciado 08. Viúvo	01. A vive na comunidade 02. Ausente, a trabalhar em outra parte do país 03. Ausente, a trabalhar fora do país 04. Ausente, a estudar em outra parte do país 05. Ausente temporariamente por outras razões (especificar)	01. Nenhum 02. Sabe escrever e ler o nome e alguns números 03. Escolinha/pré-primária 04. Primária 05. Secundária 06. Pré-universitária 07. Formação profissional básica 08. Formação profissional médio 09. Universidade 10. Não sabe	Se não porque: 1= na nova zona tivemos de nos separar devido ao espaço 2= o Espaço já não permitia que todos estivéssemos juntos 3= Outro (especificar) _____ _____ _____	

**4.1.A QUANTO TEMPO VIVE NESTA COMUNIDADE?**

- 1 = Menos de 6 meses
- 2 = Menos de 5 ano
- 3 = Mais de 10 anos
- 4 = No tempo em que se chamava Coutada 16
- 5 = Depois da criação do PNL em 2001
- 6 = Outro, Especificar \_\_\_\_\_

**5.1.COMO É QUE PAROU NESTA COMUNIDADE?**

- 1 = Nasci nesta zona
- 2 = Fui reassentada aqui
- 3 = Perdi a terra para prática da agricultura onde vivia
- 4 = A procura de água para os animais
- 5 = A fugir dos animais selvagens onde vivia
- 6 = Outro, especificar \_\_\_\_\_

**5.2.ONDE É QUE VIVIA ANTES (Indicar o nome da comunidade): \_\_\_\_\_**

**5.2.1. QUANTO TEMPO VIVEU NESSA COMUNIDADE**

- 1= Menos de 6 meses
- 2= Menos de 5 ano
- 3= Mais de 10 anos
- 4= No tempo em que se chamava Coutada 16
- 5= Depois da criação do PNL em 2001
- 6= Outro,  
Especificar: \_\_\_\_\_

**5.3. QUE RAZÕES LHE FIZERAM MUDAR DE RESIDÊNCIA**

- 1= Devido ao conflito homem animal
- 2= A procura de locais com disponibilidade de água para agricultura e animais
- 3= Devido ao reassentamento
- 4= Já não tinha espaço para desenvolver a agricultura
- 5= Já não tinha espaço para pastagem
- 6= Outro (especificar) \_\_\_\_\_

**6.PRINCIPAIS ACTIVIDADES DE RENDIMENTO DA FAMILIA (Considerar os diferentes momentos do PNL: Coutada 16, PNL, Áreas de Reassentamento) – Colocar X nas actividades indicadas pelo entrevistado**

**6.1. Tipo de Actividades de Rendimento Desenvolvidas**

Na Coutada 16						No PNL						Área de Reassentamento					
B.1. Agricultura	B.2. Caça	B.3. Comercio Formal	B.4. Comercio Informal	B.5. Emprego Formal	B.6. Outro (Especificar)	B.1. Agricultura	B.2. Caça	B.3. Comercio Formal	B.4. Comercio Informal	B.5. Emprego Formal	B.6. Outro (Especificar)	B.1. Agricultura	B.2. Caça	B.3. Comercio Formal	B.4. Comercio Informal	B.5. Emprego Informal	B.6. Outro (Especificar)
<input type="checkbox"/>																	

**6.2 Rendimento mensal/actividade (colocar o valor, somente para as actividades seleccionadas)**

Na Coutada 16						No PNL						Área de Reassentamento					
B.1. Agricultura	B.2. Caça	B.3. Comercio Formal	B.4. Comercio Informal	B.5. Emprego Formal	B.6. Outro (Especificar)	B.1. Agricultura	B.2. Caça	B.3. Comercio Formal	B.4. Comercio Informal	B.5. Emprego Formal	B.6. Outro (Especificar)	B.1. Agricultura	B.2. Caça	B.3. Comercio Formal	B.4. Comercio Informal	B.5. Emprego Informal	B.6. Outro (Especificar)

**6.3 NO CASO DE MUDANÇA DE ACTIVIDADES DE RENDIMENTO O QUE ESTEVE NA ORIGEM DESSA MUDANÇA**

1= Já não tinha espaço suficiente para a prática da agricultura

2= Já não tinha espaço para a prática da agricultura

3= Já havia mais oportunidade de emprego formal

4= Havia mais oportunidade para fazer negócio

5= Outro especificar: \_\_\_\_\_

**6.4 ÁREA DISPONÍVEL PARA A PRÁTICA DA AGRICULTURA**

	Coutada 16		PNL		Área de Reassentamento	
Área para prática da Agricultura	1=menos de 1 hectares 2=1 a 2 hectares 3=mais de 2 hectares	<input type="checkbox"/>	1=menos de 1 hectares 2=1 a 2 hectares 3=mais de 2 hectares	<input type="checkbox"/>	1=menos de 1 hectares 2=1 a 2 hectares 3=mais de 2 hectares	<input type="checkbox"/>
Disponibilidade de água para prática da agricultura	1=sim 2=sem	<input type="checkbox"/>	1=sim 2=sem	<input type="checkbox"/>	1=sim 2=nao	<input type="checkbox"/>

**6. TOMADA DE DECISÃO NOS AGREGADOS FAMILIARES (colocar X na opção referida pelo entrevistado, para caso de outro escrever a opção indicada)**

**6.1. Quem toma/tomava decisão relacionada com a família**

Coutada 16			PNL			Áreas de Reassentamento		
Homem	Mulher	Outro (especifique)	Homem	Mulher	Outro (especifique)	Homem	Mulher	Outro (especifique)
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

**6.2. RAZÕES DE MUDANÇA NA TOMADA DE DECISÃO**

1= Quem tomava decisão teve de ir trabalhar noutra zona do país

2= Quem tomava decisão teve de ir trabalhar fora do país

3= Quem tomava decisão ficou ocupado com outras actividades

4= Outro (especificar): \_\_\_\_\_

**7. PRÁTICAS CULTURAIS TRADICIONAIS**

Coutada 16		PNL		Áreas de Reassentamento	
Tipo de Cerimonias	Locais de realização de cerimonias	Tipo de Cerimonias	Locais de realização de cerimonias	Tipo de Cerimonias	Locais de realização de cerimonias
Pedido de Chuva	1= Locais específicos da casa 2= nas campas dos antepassados 3=outra especifique: <input type="checkbox"/>	Pedido de Chuva	1= Locais específicos da casa 2= nas campas dos antepassados 3=outra especifique: _____ <input type="checkbox"/>	Pedido de Chuva	1=Locais específicos da casa 2= nas campas dos antepassados 3=outra especifique <input type="checkbox"/>
Pedido de Bênção aos antepassados	1= Locais específicos da casa 2= nas campas dos antepassados 3=outra especifique: <input type="checkbox"/>	Pedido de Bênção aos antepassados	1= Locais específicos da casa 2= nas campas dos antepassados 3=outra especifique: _____ <input type="checkbox"/>	Pedido de Bênção aos antepassados	1=Locais específicos da casa 2= nas campas dos antepassados 3=outra especifique <input type="checkbox"/>
Pedido de Protecção dos antepassados	1= Locais específicos da casa 2= nas campas dos antepassados 3=outra especifique: <input type="checkbox"/>	Pedido de Protecção dos antepassados	1= Locais específicos da casa 2= nas campas dos antepassados 3=outra especifique: _____ <input type="checkbox"/>	Pedido de Protecção dos antepassados	1=Locais específicos da casa 2= nas campas dos antepassados 3=outra especifique <input type="checkbox"/>
Outras:	1= Locais específicos da casa 2= nas campas dos antepassados 3=outra especifique: <input type="checkbox"/>				1=Locais específicos da casa 2= nas campas dos antepassados 3=outra especifique <input type="checkbox"/>

**8. REDES SOCIAIS**

Coutada 16	PNL	Áreas de Reassentamento
------------	-----	-------------------------

Em caso de dificuldade alguém recorria	Porque recorre aos selecionados para ajuda	Faz parte de alguma associação ou grupo?	Em caso de dificuldade alguém recorre	Porque recorre aos selecionados para ajuda	Faz parte de alguma associação	Em caso de dificuldade alguém recorre	Porque recorre aos selecionados para ajuda	Faz parte de alguma associação
1=família 2=amigos 3=vizinhos 4= Outro	1= vivemos na mesma zona 2= sempre ajudam 3=Outro:	1= sim 2=sim Se sim qual grupo:	1=família 2=amigos 3=vizinhos 4= Outro	1= vivemos na mesma zona 2= sempre ajudam 3=Outro:	1=sim 2=não	1=família 2=amigos 3=vizinhos 4= Outro	1= vivemos na mesma zona 2= sempre ajudam 3=Outro:	1=sim 2=não

### 9. LIDERANÇA LOCAL (analisar a liderança nos diferentes momentos)

9.1 O líder para cada uma das situações faz parte da comunidade

Coutada 16		PNL		Áreas de Reassentamento	
O líder faz parte da nossa comunidade	Não faz parte da nossa comunidade	Faz parte da nossa comunidade	Não faz parte da nossa comunidade	Faz parte da nossa comunidade	Não faz parte da nossa comunidade
1=sim 2= Não	1=sim 2=não	1=sim 2=não	1=sim 2=não	1=sim 2=não	1=sim 2=não
<b>Participação na vida da comunidade (Participação em encontros da comunidade onde vive.....)</b>					
1=sim 2=as vezes 3=não <b>Se a resposta for as vezes ou não pergunte porque?</b> 4= não sou convidado aos encontros 5=discutem assuntos que não me dizem respeito 6=Não aceitam nossas opiniões 7= Outros:	1=sim 2=as vezes 3=não <b>Se a resposta for as vezes ou não pergunte porque?</b> 4= não sou convidado aos encontros 5=discutem assuntos que não me dizem respeito 6=Não aceitam nossas opiniões 7= Outros:	1=sim 2=as vezes 3=não <b>Se a resposta for as vezes ou não pergunte porque?</b> 4= não sou convidado aos encontros 5=discutem assuntos que não me dizem respeito 6=Não aceitam nossas opiniões 7= Outros:	1=sim 2=as vezes 3=não <b>Se a resposta for as vezes ou não pergunte porque?</b> 4= não sou convidado aos encontros 5=discutem assuntos que não me dizem respeito 6=Não aceitam nossas opiniões 7= Outros:	1=sim 2=as vezes 3=não <b>Se a resposta for as vezes ou não pergunte porque?</b> 4= não sou convidado aos encontros 5=discutem assuntos que não me dizem respeito 6=Não aceitam nossas opiniões 7= Outros:	1=sim 2=as vezes 3=não <b>Se a resposta for as vezes ou não pergunte porque?</b> 4= não sou convidado aos encontros 5=discutem assuntos que não me dizem respeito 6=Não aceitam nossas opiniões 7= Outros:

**10. SERVICOS SOCIAIS**

<b>Coutada 16</b>			<b>PNL</b>		<b>Área de Reassentamento</b>	
<b>Tipo de serviço</b>	<b>Existência</b>	<b>Distancia a partir do local de residência</b>	<b>Existência</b>	<b>Distancia</b>	<b>Existência</b>	<b>Distancia a partir do local de residência</b>
Escolas	1=sim <input type="checkbox"/> 2=não <input type="checkbox"/>	1=menos de 5 min 2=5 a 15min 3=15 a 30min 4=mais de 30min	1=sim <input type="checkbox"/> 2=não <input type="checkbox"/>	1=menos de 5 min 2=5 a 15min 3=15 a 30min 4=mais de 30min	1=sim <input type="checkbox"/> 2=não <input type="checkbox"/>	1=menos de 5 min 2=5 a 15min 3=15 a 30min 4=mais de 30min
Saúde	1=sim <input type="checkbox"/> 2=não <input type="checkbox"/>	1=menos de 5 min 2=5 a 15min 3=15 a 30min 4=mais de 30min	1=sim <input type="checkbox"/> 2=não <input type="checkbox"/>	1=menos de 5 min 2=5 a 15min 3=15 a 30min 4=mais de 30min	1=sim <input type="checkbox"/> 2=não <input type="checkbox"/>	1=menos de 5 min 2=5 a 15min 3=15 a 30min 4=mais de 30min
Fontes de Agua	1=sim <input type="checkbox"/> 2=não <input type="checkbox"/>	1=menos de 5 min 2=5 a 15min 3=15 a 30min 4=mais de 30min	1=sim <input type="checkbox"/> 2=não <input type="checkbox"/>	1=menos de 5 min 2=5 a 15min 3=15 a 30min 4=mais de 30min	1=sim <input type="checkbox"/> 2=não <input type="checkbox"/>	1=menos de 5 min 2=5 a 15min 3=15 a 30min 4=mais de 30min

Obrigada pelo seu tempo em responder a estas questões. tem alguma pergunta para mim?

Perguntas Colocadas

---

---

---

### Anexo 3: Guião de Entrevista Para os Lideres

#### INSTRUÇÕES AO INQUIRIDOR:

Bom dia/boa tarde. O meu nome é \_\_\_\_\_ estou a fazer o meu trabalho de Pesquisa para o Doutoramento, pela Universidade Eduardo Mondlane. O objectivo principal desta conversa é perceber como é que era a vida antes da criação do Parque Nacional de Limpopo, durante o Parque e também nas áreas de reassentamento.

Toda a informação a ser colectada será confidencial e somente usada para o estudo.

#### II. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO LIDER COMUNITÁRIO:

Província \_\_\_\_\_; Distrito \_\_\_\_\_

Bairro/Comunidade \_\_\_\_\_

1.1. Nome do líder: \_\_\_\_\_

1.2 Posição do Líder na Comunidade \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/201\_\_\_\_ Hora do início da entrevista (HH: MIN): \_\_ \_\_: \_\_ \_\_

**2. TEMPO DE PERMANÊNCIA NA ZONA DE RESIDÊNCIA**

2.1 A quanto tempo vive nesta comunidade?

---

---

---

4.2. Sempre viveu nesta comunidade? Se não como veio parar nesta comunidade?

---

---

---

**5. LIDERANÇA**

3.1 Sempre foi líder desta comunidade? A quanto tempo?

---

---

---

5.2. Em algum momento esta comunidade mudou de liderança? Se sim porque?

---

---

---

5.3. No caso de mudança de liderança, que implicação teve para esta comunidade assim como para os anteriores líderes:

---

---

---

5.4. Esta comunidade sempre viveu aqui nesta zona? Se não, onde viviam antes?

---

---

---

5.5.No caso de mudança de local de residência da comunidade o que lhe levou a mudança?

---

---

---

5.6.Esta mudança teve alguma implicação na vida desta comunidade? (considerar mudança positiva e negativa)

---

---

---

5.7.O que é que tiveram de fazer para lidar com essas mudanças? (Considerar mudanças positivas e negativas)

---

---

---

5.8. O que é que terá facilitado ou dificultado o processo de adaptação a essas mudanças para esta comunidade?

---

---

---

6. As famílias sempre viveram assim ou houve alguma mudança? (por exemplo todos membros da família no mesmo espaço físico). Se houve mudança porque?\_\_\_\_\_

---

---

4.1 No caso de mudança, como é que as famílias se adaptaram a esta nova forma de viver? \_\_\_\_\_

---

---

4.2 O que é que terá facilitado ou dificultado a adaptação das famílias a esta nova forma de viver?

---

---

---

**5. TOMADA DE DECISAO NA FAMILIA:**

5.1 Quem é o responsável pela tomada de decisão sobre os assuntos da família nesta comunidade? \_\_\_\_\_

---

---

5.2. Sempre foi a mesma pessoa a tomar decisão sobre a família? Se não o que terá causado a mudança?

---

---

---

5.3. Quando é que essa mudança aconteceu?

---

---

---

5.4. Essa mudança afectou a sua vida desta comunidade? Se sim de que forma?

---

---

---

---

5.5. O que e fizeram para lidar com essas mudanças?

---

---

---

5.6. O que é ajudou ou dificultou o processo de adaptação em relação a esta nova forma de viver desta comunidade?

---

---

---

## **5. PRÁTICAS CULTURAIS TRADICIONAIS**

5.1. Que cerimoniais tradicionais tem sido realizada nesta comunidade? E onde é que estas cerimoniais são realizadas?

---

---

---

5.2. Sempre fizeram as mesmas cerimoniais e nos mesmos locais?

---

---

---

5.3. Se não, porque mudou?

---

---

---

5.4. Que implicações teve a mudança dos locais de realização das cerimônias? \_\_\_\_\_

---

---

5.4. Com que frequência tem realizado estas cerimônias? Sempre foi a mesma regularidade ou houve alguma mudança, se sim o que terá causado a mudança? \_\_\_\_\_

---

---

## **Anexo 4: Guião de Entrevista Para Gestão do PNL**

### **INSTRUÇÕES AO INQUIRIDOR:**

Bom dia/boa tarde. O meu nome é \_\_\_\_\_  
estou a fazer o meu trabalho de Pesquisa para o Doutoramento, pela Universidade Eduardo Mondlane. O objectivo principal desta conversa é perceber como é que era a vida antes da criação do Parque Nacional de Limpopo, durante o Parque e também nas áreas de reassentamento.

Toda a informação a ser colectada será confidencial e somente usada para o estudo.

### **III. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS**

Província \_\_\_\_\_; Distrito \_\_\_\_\_

a. Nome do Entrevistado: \_\_\_\_\_; Posição: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/201\_\_\_\_ Hora do início da entrevista (HH: MIN): \_\_\_\_: \_\_\_\_

### 3. TEMPO DE PERMANÊNCIA NO PARQUE

2.1 A quanto tempo está a trabalhar para o Parque?

---

---

---

6.2. Quantas comunidades residem no interior do Parque e quantas na zona tampão?

---

---

---

6.3. Pode nos falar de como era a vida da comunidade antes da criação do PNL? (acesso a terra, principais actividades de rendimento, Organização das famílias, papéis e responsabilidades, liderança das famílias, Tomada de Decisão)?

---

---

---

2.4. Que mudanças ocorreram na vida das comunidades com a criação do Parque? (acesso a terra, principais actividades de rendimento, Organização das famílias, papéis e responsabilidades, liderança das famílias, Tomada de Decisão, hábitos culturais) – considerar mudanças positivas e negativas

---

---

---

2.5. Que estratégias é que a comunidade encontrou para lidar com essas mudanças?

---

---

---

2.6. O Parque teve algum papel no processo de adaptação (Adopção de novas estratégias) das comunidades a essa nova realidade? Se sim qual?

---

---

---

2.7. Há outros actores que tiveram alguma contribuição no processo de adaptação das comunidades? Se sim quais e de que forma?

---

---

---

2.8. Na sua opinião, o que é que terá facilitado ou dificultado o processo de adaptação das comunidades a esta nova realidade?

---

---

---

## **7. PROCESSO DE REASSENTAMENTO**

3.1. Quando é que iniciou o processo de Reassentamento?

---

---

---

7.2. Porque é que houve necessidade de reassentamento no PNL?

---

---

---

3.3. Quantas comunidades já foram reassentadas? E quais são?

---

---

---

3.4. Ainda há reassentamentos previstos para outras comunidades? Quantas comunidades serão reassentadas? E quais são?

---

---

---

7.3. Acha que a vida das comunidades foi afectada pelo processo de reassentamento? Se sim de que forma?

---

---

---

7.4. Pode nos falar da vida das comunidades nas áreas de reassentamento (acesso a terra, principais actividades de rendimento, Organização das famílias, papéis e responsabilidades, liderança das famílias, Tomada de Decisão) – considerar mudanças positivas e negativas

---

---

---

7.5. Que mudanças ocorreram na vida das comunidades com o início do reassentamento (acesso a terra, principais actividades de rendimento, Organização das famílias, papéis e

responsabilidades, liderança das famílias, Tomada de Decisão) – considerar mudanças positivas e negativas

---

---

---

2.5. Que estratégias as comunidades encontraram para se adaptar a essa nova realidade?

---

---

---

2.6. O parque teve algum papel no processo de adaptação das comunidades a essa nova realidade? Se sim qual?

---

---

---

2.7. Há outros actores que tiveram que também tiveram contribuição no processo de adaptação das comunidades nas áreas de reassentamento? Se sim de que forma?

---

---

---

7.6. O que é que terá facilitado ou dificultado o processo de adaptação a essas mudanças para as comunidades nas áreas de reassentamento?

---

---

---

7.7. Que mudanças é que o processo de reassentamento trouxe na vida das comunidades? (sob ponto de vista de meios de sobrevivência e também social) – considerar mudanças positivas e negativas

---

---

---

7.8. O que é que terá facilitado ou dificultado o processo de adaptação a essas mudanças para as comunidades?

---

---

---

Obrigada pela Conversa, terá alguma questão para mim?

---

---

---

## **Anexo 5: Guião de Entrevista Para as Organizações da Sociedade Civil**

### **INSTRUÇÕES PARA O INQUIRIDOR:**

Bom dia/boa tarde. O meu nome é \_\_\_\_\_  
estou a fazer o meu trabalho de Pesquisa para o Doutoramento, pela Universidade Eduardo Mondlane. O objectivo principal desta conversa é perceber como é que era a vida antes da criação do Parque Nacional de Limpopo, durante o Parque e também nas áreas de reassentamento.

Toda a informação a ser colectada será confidencial e somente usada para o estudo.

#### **IV. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO ENTREVISTADO:**

Província \_\_\_\_\_; Distrito \_\_\_\_\_ Organização \_\_\_\_\_

a. Nome do Entrevistados: \_\_\_\_\_; Posição \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/201\_\_\_\_ Hora do início da entrevista (HH: MIN): \_\_ \_\_: \_\_ \_\_

#### 4. TEMPO DE TRABALHO COM COMUNIDADES DO PNL

2.1 A quanto tempo a sua organização trabalha no Parque?

---

---

---

7.9. Quais são as vossas principais actividades ter em conta o antes da criação do PNL, durante a criação do PNL, durante o processo de reassentamento

---

---

---

7.10. Tem alguma ligação com as comunidades residentes no PNL (Considerar comunidades reassentadas, por reassentar e comunidades da zona tampão)?

Descrever como esta ligação é feita?

---

---

---

2.4. Pode nos falar da vida das comunidades antes da criação do PNL (tempo da coutada 16) em relação ao acesso aos recursos, organização das famílias, principais actividades económicas, aspectos culturais, ligações familiares, etc?

---

---

---

2.5. Acha que com a criação do PNL, houve, mudanças na vida das comunidades? Se sim que mudanças ocorreram? Considere os seguintes elementos

(acesso a terra, principais actividades de rendimento, Organização das famílias, papéis e responsabilidades, liderança das famílias, Tomada de Decisão, hábitos culturais,) – considerar mudanças positivas e negativas (Caso a organização esteja a trabalhar desde a criação do PNL)

---

---

---

2.5. Que estratégias é que a comunidade encontrou para lidar com essas mudanças resultantes da criação do PNL?

---

---

---

2.6. A tua organização teve algum papel no processo de adaptação (Adopção de novas estratégias) das comunidades a essa nova realidade? Se sim qual?

---

---

---

2.7. Há outros actores que tiveram alguma contribuição no processo de adaptação das comunidades? Se sim de que forma?

---

---

---

7.11. O que é que terá facilitado ou dificultado o processo de adaptação a essas mudanças para as comunidades nas áreas de reassentamento?

---

---

---

## **8. PROCESSO DE REASSENTAMENTO**

8.2. Quando é que iniciou o processo de Reassentamento?

---

---

---

8.3. Porque é que houve necessidade de reassentamento no PNL?

---

---

---

8.4. Pode-nos falar da vida das comunidades nas áreas de reassentamento (acesso a terra, principais actividades de rendimento, Organização das famílias, papéis e responsabilidades, liderança das famílias, Tomada de Decisão) – considerar mudanças positivas e negativas e comparar com as condições das comunidades no interior do PNL.

---

---

---

8.5. Acha que a vida das comunidades foi afectada com a sua movimentação para as áreas de reassentamento? Se sim que mudanças o correram na vida das comunidades com o início do reassentamento (acesso a terra, principais actividades de rendimento, Organização das famílias, papéis e responsabilidades, liderança das famílias, Tomada de Decisão, aspectos culturais, liderança local) – considerar mudanças positivas e negativas

---

---

---

**2.5.** Que estratégias as comunidades encontraram para se adaptar a essa nova realidade?

---

---

---

**2.6.** A tua organização teve algum papel no processo de adaptação das comunidades a essa nova realidade? Se sim qual?

---

---

---

**2.7.** Há outros actores que tiveram que também tiveram contribuição no processo de adaptação das comunidades? Se sim de que forma?

---

---

---

**8.6.** O que é que terá facilitado ou dificultado o processo de adaptação a essas mudanças para as comunidades?

---

---

---

**8.7.** O processo de reassentamento terá afectado a liderança local das comunidades?  
Se sim de que forma é que esta liderança foi afectada?

---

---

---

Obrigada pela conversa, terá alguma questão para mim?

---

---

---



## **Anexo 6: Consentimento Informado**

### **Nhlavutela eka murhambiwa/mukumeki eka ntirhu**

#### **Nhloko mhaka: *Resiliência Comunitária em áreas Protegidas – Caso do Parque Nacional de Limpopo***

#### **Kutihlavutela**

Lixile/inhlikanhi. Vitu ni Esperança Rui Colua, mujondzi wa Universidade Eduardo Mondlane, ka Maputsu. Nifambisa ntirhu wa kuyelana ni tijondzo ta mina ta Doutoramento. Nhloko mhaka ya ntirhu lowu i kuxixa lesvi moganga (vahanyi moganga) usvikotisaka svona kulandzelela ni kulondzovota mahanyela mampsha lomu Xithandelo xa Limpopo, hikola ka Coutada 16 ka PNL ni hikola ka kurhurhisiwa ka minjangu ayikumeka phakati ka xona (Xithandelo = Parque). Andzitakhensa loko nikuma xifuva xa wena. Loko upfumela, nitakuhlamuxela hi vunyaminyami nfambu wa ntirhu lowu, nakambe ndzhaku ka loko ulitwisile kahle tsalwa leri ni nfambu wa ntirhu lowu, nitakukombela ku urisayina, lana wena ungatekaka kopiya la kona.

#### **Nhlavutelo**

Moganga wulumbaka xithandelo xa Limpopo (Parque Nacional de Limpopo), i handzu wa kucinca ka *coutada 16 em PNL*, lana vutomi ni mahanyela ya vanhu votala svikumiwile hi kucinca koloko. Hi xikombisu, vanhu valuzile vuhlavi la kurima ni makhwati ya kuhlota kota, lesvi svihlamuxelaka lesvaku lesvi ili svona rhingu la vona akuva vahanya svitsemiwile. Hi lembe la 2008, minjangu leyi ayikumeka phakati ka xithandelo lexi yirhurhiwile yiyisiwa mingangeni yin'wani. Ka kurhurha koloko, minjangu yotala yikumekile yisimeka miminti ya yona kule ni mayaka yotala, vangana ni van'wani. Hi tlhelo rin'wani, minjangu leyo yisusiwile yifambisiwa kule ni vafi va yona, hikusa se asvinganabzali kuyapfuxela masirha ya vafi va vona. Handle ka lesvi i svinyingi lesvi svicineke hikola ka mhaka leyi.

Akuva vanhu vakongoma mahlweni ni vutomi la vona, svisindzisile akuva valavetela marhingu man'wani ya kuhanya, lana valumuzana va minjangu yokari vasindzisekile kuya tikweni la Joni navalavetela mintirhu akuva vahlayisa minjangu yavo, lana vatsikeke hinkwasvo sva njangu mavokweni ya vamamani. Akuva vakuma nhlulelo ya mhaka leyo, svisindzisekile akuva vanhu vavumba tindlela timpsha ta mahanyela.

### **Svivangelo sva ntirhu lowu**

Ntirhu lowu u ni nkongometo wa kuxiyaxiya lesvi svingacinca mahanyelweni ya vanhu va lomu xithandelweni xa Limpopo namatumbulixiwa hikola ka kucinca ka PNL, ni hi kurhurhisiwa ka vanhu vayisiwa tindhawini timpsha. Hi kufana, ntirhu lowo ukongoma kulava kutiva marhingo lawa vanhu vamakumeke hindlela yakuva vakuma nhlulelo eka macincela ya PNL. Kalava kutiva lesvi svihlohloleleke akuva vanhu valanga ringu leri kumbe leriya, nasvona svivumba nkongometo wa ntirhu lowu.

### **Vakumeki ka ntirhu lowu**

Ka ntirhu lowu kutakumeka minjangu ya miganga yinharhu, *Massingir Velho* inga muganga se wurhurhisiweke; Mavodze, muganga unga ndleleni ka kurhurha ni muganga wa ka Mahlawule. Njangu wihi na wihi uhlavuliweke utakumeka hikola ka munhu mun'we wa njangu, anga ni 18 wa malembe kumbe kutlula. Kusunguleni, kutanyikiwa ntikelo ka varhangeli va minjangu (mulumuzana kumbe mamani). Ingave loko svingakoteki kuva vona vakumeka, kutakombeliwa n'wana wa njangu lweyi angani 18 wa malembe kumbe ni kutlula, nakambe angani mahungua ya risima para ntirhu lowu.

Akuva kuxiyiwa hi mphikelelo matirhendzevetela ya moganga wa lomu xithandelweni xa Limpopo, kutakombeliwa vumboni la varhangeli va Xithandelo lexi, varhangeli va miganga ni mintlhanganu leyi yifambisaka kumbe yofambiseke mintirho yokarhi ya vupfuneteli lomu Limpopo.

### **Ntirhu utafambisiwa njani?**

Akuva kukoliwa mahungu ya risima yoyeana ni ntirhu lowu, kutayendliwa mbutiselanu (hikola ka svivutisu) eka minjangu yokari, mbutiselanu eka munhu ni munhu, varhangeli va PNL; varhangeli va miganga nhambi hi mintlhanganu leyi se yifambiseke mintirho yokari lomu Limpopo. Hi tlhelo lin'wani kutavumbiwa mintlawwa ya mabulu mayelanu ni tinhloko mhaka tilandziwaka ka ntirhu lowu. Nakambe vafambisi va ntirhu lowu, hi ndlela yakuva vayentelela ka tinhloko mhaka vatijondzaka, vatakumeka migangeni leyi avuva vasvivona hi matihlo lesvi svihumelelaka.

Mimbutiselanu ni mabulu svitayendliwa hi kulandzela nxaxameto wa svivutisu lesvi svilulamisiweke akuva kuxiyiwa tinhloko mhaka ta jondzo leyi.

Mahlavulela ya vanhu lava vangatakombeliwaka akuva vatipatsa ka ntirhu lowu, amalulamisiwaka hi kurhanga, lesvi svivulaka lesvaku wihi na wihi lweyi atakumekaka ka ntirhu lowu akumeka ka xiyimi xofana na van'wani. Kambe hambu lesvi hinkwavo vanhu vanga ka xiyimu xofana ndzeni ka ntirhu lowu, lava vangatakumekaka vatayaveliwa tinhlayu tokari akuva vakombisa lesvaku vakumekile ka ntirhu lowu.

Mimbutiselanu ya munhu ni munhu yitayendliwa minjangwini, ndzhaku ka loko kutwananiwile ni minjangu yoleyo mayelanu ni minkama. Kambe mabulu ya mintlawu matayendliwa tindhawini ni hi nkama lowu vanhu vatavekisaka kona.

### **Kasi kukumeka ka ntirhu lowu i ka sindzisa?**

Akutipatsa ka ntirhu lowu ahi ka sindzisa, lesvi svivulaka ku akuna lweyi asindzisiwaka kupfumela kukumeka ka ntirhu lowu. Hambu loko munhu wokari apfumerile kukumeka ka ntirhu lowu, atlhathekile akuva kufambeni ka mabulu akombela kutsemerhisa.

### **Nkama ungateka mbutiselanu kumbe mabulu ya mintlawu**

Mimbutiselanu ni mabulu ya mintlawu svitateka xipimu xa wora kuhela.

### **Timhaka kumbe ni mihandzu ya kukumeka ka ntirhu lowu**

Kukumeka ka ntirhu lowu akuvangi timhaka eka vakumeki. Mayelanu ni mihandzu ya ntirhu lowu, ntshovelo wa kona awungatavoneka ka munhu lweyi akumekaka, kambe utavoneka hi xiyimu xa muganga wa Xithandelo xa Limpopo lomu vahanyaka kona, hikola ka xikombisu xa mahanyela manene lomu migangeni yihlavuliweke akuva ili svithandelo kumbe miganga yohlavuleka.

### **Xihundla hi kukumeka ka ntirhu lowu**

Akuna khmabi ni rin'we leri mavitu ya vakumeki ka ntirhu lowu mangataphatiwa ka nhlavutelo wa ntirhu. Hinkwasvo lesvi ungasvivulavulaka ka mabulu ya hina svitatirhisiwa ntseka kutsaleni ka nhlavutelo wa tijondzo ta xikolweni (Doutoramento). Ntsena mahungu lawo matahlangeliwa ni Universidade Eduardo Mondlane, inga lomu mufambisi wa ntirhu lowu alumbaka kona. Kambe svingatshuka kuni lava vangasvitsakelaka kulava kutiva xokari mayelanu ni lesvi svihanyiwaka lomu, kufana ni vajondzi. Kutani lava vangapfumeleliwa akuva vahlomela mhlavutelo wa svona lesvi. Kambe hinkwasvo lesvi svingatakoliwa hikola ka ntirhu lowu, svitalulamisiwa nakambe svivekiwa hi vunyaminyami endhawini yohlavuleka ya matimu.

**Yentelelo mayelanu ni ntirhu**

Loko ulava nhlamuxelo hi yentelelo mayelanu ni ntirhu lowu, ungangula mufambisi wa kona hi nambafoni leyi:

**823196460 – Esperança Rui Colua de Oliveira**

Loko usvitwisile kahle hinkwasvo sviyelanaka ni ntirhu lowu, nitakukombela akuva usayina mukhwepa lowu. Nakona, tani hi lesvi nisvivuleke kusunguleni, utasala ni kopiya ra kona ndzhaku ka kusinara.

**Xipfumelelwani**

Mina \_\_\_\_\_, niyamukelile hinkwayo nhlavutelo mayelanu ni nfambu wa ntirhu lowu, nakambe nisvikumile kahle hinkwasvo lesvi svihlamuxeliweke, ka svona kunga ni tinhloko mhaka ta ntirhu, ngongometo wa kona, bindzu kumbe mihandzu ya ntirhu lowu, xihundla xa svona, nhambi hi vukala sindzisa ka kutipatsa ka wona. Hi kolano, nasvipfumela kukumeka ka wona.

\_\_\_\_\_  
Xiyandla xa mufambisi wa ntirhu/mukoli wa mahungu  
Siku \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Xiyandla xa Murhambiwa  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_